TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA OU VIDA ADULTA EM TRANSIÇÃO?

Ana Amélia Camarano
organizadora

ipea

TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA OU VIDA ADULTA EM TRANSIÇÃO?

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Paulo Bernardo Silva

Secretário-Executivo – João Bernardo de Azevedo Bringel

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e de programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Luiz Henrique Proença Soares

Diretoria

Alexandre de Ávila Gomide

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Cinara Maria Fonseca de Lima

João Alberto De Negri

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

URL: http://www.ipea.gov.br

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA OU VIDA ADULTA EM TRANSIÇÃO?

Ana Amélia Camarano
organizadora

ipea

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2006

Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? / Organizadora Ana Amélia Camarano – Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

332 p.: il.

1. Ciclo de vida 2. Juventude 3. Idade adulta 4. Educação 5. Família 6. Trabalhadores jovens 7. Brasil. I. Camarano, Ana Amélia II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

ISBN - 978-85-86170-86-7 CDD 305.242

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

"[...] A vida das gentes neste mundo, senhor sabugo,
é isso. Um rosário de piscadas. Cada pisco é um dia.
Pisca e mama;
pisca e anda;
pisca e brinca;
pisca e estuda;
pisca e ama;
pisca e cria os filhos;
pisca e geme os reumatismos;
por fim pisca pela última vez e morre.
– E depois que morre? – perguntou o Visconde.
– Depois que morre, vira hipótese [...]"

Monteiro Lobato
em *Memórias da Emília* (1936)

APRESENTAÇÃO

O cotidiano de instabilidade, insegurança e violência que caracteriza nossa sociedade é freqüentemente relacionado por parcela da opinião pública, e de forma mais intensa nas grandes cidades, à atitude dos jovens. Se não há dúvidas de que a passagem para a vida adulta traz os conflitos próprios dessa fase etária, também é certo que tais apreensões sociais não podem ser vistas como definidoras de um grupo tão amplo e diverso. As peculiaridades socioeconômicas e políticas da sociedade brasileira também produzem tensões que não podem ser atribuídas ao ímpeto juvenil. Dificuldades decorrentes de uma sociedade ainda marcada por expressivas disparidades sociais, obstáculos para o acesso e a permanência no sistema educacional, ingresso ainda precoce e difícil no mercado de trabalho e a persistência de significativa faixa de excluídos são algumas das questões enfrentadas pelos jovens brasileiros. É nessa mesma juventude que o país deposita as esperanças de encontrar os caminhos de superação das injustiças sociais para a construção de uma nação mais próspera e menos desigual.

Com a publicação de *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?*, o Ipea objetiva fomentar o debate sobre o processo de transição para a vida adulta da juventude brasileira, buscando contextualizar o que é específico do jovem e das suas inter-relações com as macrotransformações que afetam esse ciclo da vida: escola, trabalho, família e constituição do domicílio.

A atualidade da publicação organizada pela pesquisadora do Ipea Ana Amélia Camarano, com a participação de especialistas de outras instituições, está no fato de conduzir a discussão no contexto de um Brasil que hoje conta com expressiva população jovem, mas que se acha em processo de envelhecimento bastante rápido, tanto em função da redução da natalidade como do aumento na expectativa de vida. E, nesse novo cenário, as *quase certezas* de outrora, até então vistas como paradigmas, se transformam em inúmeras possibilidades de trajetórias para os principais eventos que marcam o ciclo de uma vida. Aumenta a concomitância das atividades na escola e no trabalho, verifica-se maior ocorrência de filhos fora de união estável, de constituição de famílias não formalizadas pelo casamento, da saída da casa dos pais e posterior retorno,

assim como de divórcios e recasamentos. Esses eventos não podem mais ser considerados *pontos fora da curva*. Eles fazem parte do amplo leque de possibilidades presentes na sociedade. Assim, o conhecimento mais aprofundado das características dessa população que caminha para a vida adulta torna-se essencial para a definição de políticas e estratégias que se constituam adequadas a esse quadro.

Com esta publicação, o Ipea reafirma seu compromisso com uma agenda pactuada com o estudo de alternativas para as questões nacionais mais relevantes que afetam a sociedade brasileira.

Luiz Henrique Proença Soares
Presidente do Ipea

AGRADECIMENTOS

É com grande alegria e satisfação que chegamos ao final de um ano cronológico e de um ano de pesquisa com este resultado. Resultado que foi fruto do esforço, reflexão, paciência e perseverança de muitas pessoas e instituições.

Mesmo correndo o risco de ser injusta, ou seja, de não enumerar todas as pessoas e instituições, gostaria de expressar o meu agradecimento:

- aos autores e co-autores dos vários capítulos, que prontamente aceitaram o convite para esta empreitada, não só elaborando seus capítulos com excelência, mas participando de reuniões, discussões etc.;

- à presteza e à dedicação do Serviço Editorial do Ipea-Rio, coordenado por Marcos Hecksher, pelo trabalho de revisão, diagramação, editoração e arte. Um agradecimento especial a Alessandra Cerqueira Mattos e a Camila Guimarães Simas pela criação da belíssima capa;

- ao financiamento do Rede-Ipea, que viabilizou o projeto, para o que foi fundamental o apoio de Renato Lóes e Isabel Virginia de Alencar Pires;

- à presidência do Ipea e à Diretoria de Estudos Macroeconômicos (Dimac) pela confiança em mim depositada para a condução deste trabalho;

- ao ambiente intelectual, colaborativo e amigável da Dimac, onde o trabalho foi desenvolvido. Isso foi possível pela direção eficiente e estimulante de Paulo Mansur Levy e Renato Villela, pelo apoio operacional de Antonio Semeraro Rito Cardoso e Eliana Azevedo Penna, pelas discussões proveitosas com os colegas e pela dedicação e competência das pesquisadoras da minha equipe, em especial Juliana Leitão e Mello e Solange Kanso, e da secretária Danielle Cortez.

A todos e àqueles que por falha minha não estão listados aqui, o meu muito obrigada.

Ana Amélia Camarano

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1
INTRODUÇÃO 13
Ana Amélia Camarano e Juliana Leitão e Mello

PARTE 1
TRANSIÇÕES AO LONGO DO CICLO DA VIDA

CAPÍTULO 2
DO NASCIMENTO À MORTE: PRINCIPAIS TRANSIÇÕES 31
Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão e Mello e Solange Kanso

CAPÍTULO 3
SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NAS TRANSIÇÕES AO LONGO DO CICLO DA VIDA POR REGIÕES E COR/ETNIA 61
Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão e Mello e Solange Kanso

CAPÍTULO 4
TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA: MUDANÇAS POR PERÍODO E COORTE 95
Ana Amélia Camarano, Solange Kanso e Juliana Leitão e Mello

PARTE 2
OS PROCESSOS QUE LEVAM À TRANSIÇÃO

CAPÍTULO 5
EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE NO TEMPO DE JUVENTUDE 139
Felícia Reicher Madeira

CAPÍTULO 6
TRAJETÓRIAS INSEGURAS, AUTONOMIZAÇÃO INCERTA: OS JOVENS E O TRABALHO EM MERCADOS SOB INTENSAS TRANSIÇÕES OCUPACIONAIS 171
Nadya Araujo Guimarães

CAPÍTULO 7
O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIA ENTRE OS JOVENS: NOVOS E VELHOS ARRANJOS 199
Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão e Mello, Solange Kanso e Adriana Andrade

CAPÍTULO 8
PARENTALIDADE JUVENIL: TRANSIÇÃO CONDENSADA PARA A VIDA ADULTA 225
Maria Luiza Heilborn e Cristiane S. Cabral

PARTE 3
TRANSIÇÕES NEGADAS OU NÃO-TRANSIÇÕES

CAPÍTULO 9
ESTÃO FAZENDO A TRANSIÇÃO OS JOVENS QUE NÃO ESTUDAM, NÃO TRABALHAM E NÃO PROCURAM TRABALHO? 259
Ana Amélia Camarano, Solange Kanso, Juliana Leitão e Mello e Adriana Andrade

CAPÍTULO 10
TRANSIÇÕES NEGADAS: HOMICÍDIOS ENTRE OS JOVENS BRASILEIROS 291
Helder Ferreira e Herton Ellery Araújo

CAPÍTULO 11
CONSIDERAÇÕES FINAIS: TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA OU VIDA ADULTA EM TRANSIÇÃO? 319
Ana Amélia Camarano

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Ana Amélia Camarano
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea
Juliana Leitão e Mello
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a questão da juventude entrou na agenda tanto das políticas públicas quanto dos estudos populacionais pelo temor de uma explosão demográfica. Primeiro, pela sua magnitude: 47 milhões tinham de 15 a 29 anos em 2000. Esse número é resultado de uma característica particular da dinâmica demográfica brasileira dos anos 1970 e 1980 chamada de "onda jovem".[1] Além disso, o aumento da fecundidade na adolescência, em curso desde os anos 1970, também contribuiu para acentuar esse temor.[2]

A partir daí, novas questões foram sendo adicionadas ao debate sobre juventude, tais como: instabilidade e precariedade na sua inserção no mercado de trabalho, instabilidade das relações afetivas, violência das grandes cidades, taxas crescentes de prevalência e mortalidade por doenças sexualmente transmissíveis, em especial a Aids. Não é incomum que os jovens sejam associados à marginalização e à criminalidade, ao "não querer nada com a vida". Todas essas questões caracterizam a discussão sobre juventude pela ótica pessimista e levaram a centralizá-la na "crise dos jovens".

Os dados empíricos, em parte, fundamentam essa discussão. Por exemplo, em 2000, enquanto 28,3% da população brasileira estavam na faixa de 15 a 29 anos (a que se convencionou chamar de jovem), aí se encontravam 58,1% dos desempregados brasileiros e 40,9% da população que ganhava menos de um salário mínimo. Do total de óbitos causados por homicídios, 56,6% ocorreram entre

1. Ver, a esse respeito, Bercovich e Madeira (1992); Wajnmann, Queiroz e Liberato (1998).

2. Para uma bibliografia sobre a questão, consultar Heilborn (2006); Brandão (2006); Corrêa (2004); Camarano (1998).

a população de 15 a 29 anos. Isso levou a que aproximadamente 4,5% dos homens de 15 anos não completassem o seu 30º aniversário devido a essa causa de morte,[3] ou seja, não chegassem à idade adulta. Das jovens de 15 a 19 anos, 14,8% já tinham tido filhos e quase a metade dessas mães morava na casa dos pais ou parentes. Paralelamente, e provavelmente em decorrência desses processos, acredita-se que os jovens têm passado mais tempo na casa dos pais na condição de dependentes, o que suscitou uma outra discussão: o prolongamento da juventude.

Por outro lado, uma parcela significativa desse grupo desfrutou de oportunidades diferentes da violência e da marginalização. Foi beneficiada pelo desenvolvimento acelerado do mundo das informações, como um dos seus principais atores e fomentadores das inovações. Também se beneficiaram da ampliação da cobertura dos serviços educacionais, experimentando, portanto, uma escolaridade mais elevada. Entre 1980 e 2000 a escolaridade média da população de 15 a 29 anos aumentou 1,2 ano. Os jovens cresceram junto com o desenvolvimento da microeletrônica, da informatização, da digitalização, e foram se adaptando com mais facilidade às mudanças delas decorrentes. As novas tecnologias, ao mesmo tempo em que os excluem do mercado de trabalho, abrem novas portas com a democratização e generalização do conhecimento em várias esferas. Nesse caso, os jovens são vistos como a representação do novo e como uma fonte importante de transformações sociais em qualquer sociedade.

O ponto em comum nas duas visões descritas anteriormente é que elas caracterizam a juventude como uma experiência comum e homogênea para todos os grupos sociais, étnicos, sem qualquer especificidade regional ou temporal. Uma visão mais balanceada deve considerar essa fase da vida como composta por experiências complexas e heterogêneas, caracterizadas tanto por vulnerabilidades quanto por potencialidades. A incidência desses dois conjuntos de atributos ocorre diferenciadamente entre sexos, grupos sociais, étnicos, regiões geográficas etc.

As potencialidades adquiridas pelos jovens ao longo de suas vidas, bem como as oportunidades e obstáculos que experimentam nessa fase, podem influenciar a sua passagem para a vida adulta, com conseqüências também sobre o lugar que ocuparão na escala social e econômica no futuro. Alguns desses obstáculos são inerentes ao mundo dos jovens e outros são reflexos das transformações por que passa a sociedade brasileira como um todo, que atingem a população jovem de maneira diferenciada. Por um lado, a juventude constitui-se em uma fase da vida vulnerável *per se,* pois é quando muitas das características dos indivíduos são delineadas, o que

3. Dados extraídos de uma tabela de sobrevivência gerada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a partir das informações do Ministério da Saúde/Datasus.

ocorre, muitas vezes, em situações de conflitos e rupturas. Isso pode aumentar ou diminuir a vulnerabilidade dos jovens, mas não deixa de ser um momento de buscas e definições. A obrigatoriedade das escolhas nessa fase, no entanto, não é necessariamente acompanhada pelo amadurecimento psicossocial dos jovens, os quais, na maior parte das situações, não dispõem de informações e experiência suficientes para fazer opções que repercutirão em seu futuro.

Das transformações vivenciadas por toda a sociedade, a primeira foi o prolongamento da vida. Uma parcela dos jovens não experimentou esse processo pela interrupção precoce da vida pela mortalidade por causas externas. Essa e outras mudanças também importantes na esfera social, por sua rapidez e complexidade, estão alterando o mapa da vida como um todo, o que é objeto de estudo do capítulo 2. Vive-se em meio a uma revolução eletrônica, econômica (Sheehy, 1996), tecnológica, de condições de saúde, nos sistemas de valores etc. Essas afetam e são afetadas pelo aumento da escolaridade e pelas transformações no mercado de trabalho e nos modelos de relações afetivas, tais como casamentos, dissoluções, recasamentos e não-casamentos. Esses processos atingem, embora de forma diferenciada, todos os grupos etários.

Partindo desse pano de fundo, a proposta deste livro é analisar a juventude à luz do seu processo de transição para a vida adulta, buscando contextualizar o que é específico do jovem e o que é transversal a outras fases do ciclo da vida. Embora muito da literatura sobre transição para a vida adulta atribua um caráter de instabilidade à juventude em oposição à estabilidade da vida adulta, neste livro assume-se que a sociedade toda está sempre em transformação. Ou seja, o mundo adulto não é suficientemente rígido e estático para que não possa, em determinados momentos, ser também instável (Vianna, 1997).

O capítulo 6 mostra, por exemplo, que muitas das características do mercado de trabalho que eram típicas da inserção juvenil estão sendo experimentadas, também, pelos adultos. No capítulo 2, de forma análoga, observa-se que a participação simultânea na escola e no trabalho, que também era uma marca da juventude, hoje se extrapola para as demais idades. Por outro lado, mudanças na nupcialidade, tais como separações conjugais, iniciaram-se na população adulta e já estão atingindo a população mais jovem. A proporção de mulheres jovens já separadas aumentou de 1,7% para 6,6% entre 1980 e 2000. Já a mortalidade por causas externas, notadamente por homicídios, apesar de incidir muito mais sobre a população jovem, parece estar atingindo outros grupos populacionais, como mostra o capítulo 10.

A pergunta principal do livro é "transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?" A sua resposta requer discutir questões tais como: os "problemas"

que os jovens de hoje enfrentam no seu processo de transição são inerentes ao processo de transição para a vida adulta? As mudanças por que passa a sociedade brasileira foram generalizadas para toda a população ou afetaram de forma diferenciada os jovens? Se sim, de que forma? O que diferencia o jovem no enfrentamento dessas mudanças em relação aos demais segmentos?

A organização deste livro partiu da premissa, já bastante aceita na literatura, de que o estudo da transição para a vida adulta não pode estar limitado apenas à transição escola-trabalho. Entender a passagem para a vida adulta requer a análise da emergência dos novos estilos de vida e das maneiras diferenciadas de entrar na fase adulta (Pais, 1993; Casal; Masjoan; Planas, 1988; Casal, 1996) e a consideração do processo de formação das novas famílias. Embora se admita também a necessidade da incorporação das perspectivas biográfica e subjetiva nas análises dos processos de emancipação do jovem, dada a disponibilidade de informações, o presente livro centrou-se na análise das dimensões institucionais desse processo: escola, trabalho, família e constituição do domicílio.[4]

A definição do que venha a ser a população jovem tem sido bastante discutida na literatura sem que se tenha chegado a um consenso. Neste livro, em quase todos os capítulos, considera-se como tal aquela com idade de 15 a 29 anos.[5] Os dados utilizados são, na maioria dos capítulos, os dos Censos Demográficos de 1980 e 2000. O capítulo sobre mortalidade por homicídios é baseado nos dados do Ministério da Saúde/Datasus. Informações de duas pesquisas específicas sobre juventude constituem a fonte dos capítulos 6 e 8. Este capítulo inicial é composto por mais duas seções além desta introdução. A segunda oferece uma breve revisão da literatura sobre o debate recente a respeito da transição para a vida adulta[6] e a terceira apresenta a organização do livro.

2 JUVENTUDE E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

Não existe um consenso na literatura sobre qual evento marca a entrada do indivíduo no mundo adulto: independência econômica, saída da casa dos pais ou constituição de família. Também não se tem consenso sobre qual processo define a formação de família: casamento, parentalidade e/ou saída de casa. Essa última dúvida se acentua com a tendência crescente de dissociação entre sexualidade e

4. Apenas o capítulo 8, que se baseia em dados de uma pesquisa de campo específica, considera as trajetórias biográficas dos meninos e meninas que experimentaram uma gravidez.

5. Para a discussão sobre as definições de juventude, consultar Camarano et al. (2004); ONU (2005, 2006); Brasil (2002); Abramo (1997); Bourdieu (1983).

6. Uma revisão mais detalhada pode ser encontrada, por exemplo, em Camarano et al. (2004); Pimenta (2004); Arruda (2004); Mello (2005).

casamento e entre casamento e parentalidade. Os modelos tradicionais de transição, consolidados após a Segunda Guerra, consideram uma linearidade no desenvolvimento do curso da vida, na qual uma dada seqüência unidirecional de eventos e etapas ordena o caminho de um indivíduo, da infância à velhice. No processo de transição para a vida adulta, essa trajetória é composta pela saída da escola, ingresso no mercado de trabalho, saída da casa dos pais, formação de um novo domicílio pelo casamento e nascimento do primeiro filho. A observação dessa seqüência na sociedade do pós-guerra respondia a uma dinâmica, propiciada pelo crescimento econômico e do nível de emprego, que foi colocada à prova com as mudanças, entre outras, no mundo do trabalho, nos arranjos familiares e na nupcialidade.

Os estudos recentes sobre transição para a vida adulta têm mostrado que as experiências de vida e as expectativas da atual geração são mais complexas e menos previsíveis que as de suas predecessoras, sugerindo que os modelos lineares de transição estão se tornando cada vez mais inapropriados para o contexto de mudança social e econômica das últimas décadas (Wyn; Dwyer, 1999). A literatura também fala de um possível prolongamento da juventude, dado que se tem observado um aumento no tempo passado na escola, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e mudanças nos arranjos familiares. No entanto, parece que a idéia de prolongamento pressupõe assumir uma seqüência linear de eventos, em que qualquer alteração pode implicar mudanças no calendário do processo como um todo, o que nem sempre é verdade. Por exemplo, o aumento da escolaridade pode ocorrer simultaneamente ao ingresso no mercado de trabalho sem que isso implique adiamento da transição.

As mudanças observadas no processo de transição podem ser explicadas, de modo geral, por duas ordens de fatores, que acontecem nas esferas da escola, do trabalho e da família. A primeira, de ordem pública, envolve o aumento da escolarização e as dificuldades crescentes de inserção profissional dos jovens. Os jovens passaram a ficar mais tempo na escola para ampliar suas chances de inserção em um mercado de trabalho mais exigente. Exigente, inclusive, de experiência profissional, o que não se pode esperar encontrar em um jovem que busca a sua primeira experiência de emprego. Isso, aliado ao fato de as novas formas de organização da produção se caracterizarem por serem menos dependentes de mão-de-obra, constitui-se em obstáculo à contratação de jovens, postergando a formação de novos núcleos familiares e aumentando o período de dependência econômica em relação aos pais. Por outro lado, a escolaridade, que garantiu no passado recente a ascensão social de muitos jovens, não é mais suficiente para assegurar uma inserção adequada no mercado de trabalho, mas continua sendo uma condição necessária.

Além disso, foi constatado por Camarano et al. (2004) que jovens brasileiros com escolaridade mediana experimentavam, em 2002, taxas de desemprego mais altas que os de escolaridade mais baixa.[7] Assumiu-se que eles deviam ser mais seletivos e que tendiam a ficar mais tempo à procura de trabalho, esperando por melhores oportunidades e uma inserção adequada à sua escolaridade. É provável que os jovens com escolaridade mais baixa fossem pressionados a aceitar mais prontamente as oportunidades que aparecessem, ficando menos tempo à procura de trabalho e, portanto, menos tempo sendo medidos como desempregados. No caso dos jovens com escolaridade mais elevada, essa possibilidade se colocava, provavelmente, pelo fato de poderem contar com o apoio material da família. Dado que desempregados são em geral considerados um grupo vulnerável, isso pode superestimar a categoria de vulneráveis se não for levado em conta o seu *background* familiar.

A segunda ordem de fatores que explicam as mudanças na transição, de natureza privada, deriva da desvinculação entre atividade sexual e união conjugal e entre união conjugal e parentalidade, apontando para uma flexibilização nos padrões de relacionamentos afetivos e familiares. Uma das problematizações que decorrem das alterações no processo de transição para a vida adulta pode se dar, por exemplo, pelo descompasso entre a sexualidade exercida cada vez mais cedo, o prolongamento do tempo passado na escola e na casa dos pais, a antecipação da maternidade e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Ou seja, aponta-se para uma flexibilização da linearidade na seqüência dos eventos, sugerindo uma despadronização do processo de transição.[8]

À luz dessas mudanças, pode-se concluir que as distinções entre estudante e não-estudante, trabalhador e não-trabalhador, solteiro e casado estão se tornando ultrapassadas e sendo substituídas por situações intermediárias e, por vezes, reversíveis e coincidentes. As seqüências dessas transições também não estão mais obedecendo a uma lógica linear e uniforme: deixar a casa dos pais ou de origem, por exemplo, nem sempre coincide com a saída da escola ou com o casamento; a obtenção do primeiro emprego pode se dar quando o jovem ainda é estudante; a coabitação com um cônjuge pode ocorrer antes do casamento, bem como a parentalidade e assim por diante (Pais, 1995, 2001).

No entanto, no Brasil, essas novas características do processo de transição estão convivendo com as tradicionais. Os processos convencionais marcados por

7. Resultado semelhante foi encontrado por Silva e Kassouf (2002).

8. Ver, sobre o assunto, Galland (1990, 1995, 2003).

seqüências lineares do tipo saída da escola, entrada no mercado de trabalho, casamento com saída da casa de origem e nascimento de filhos são os predominantes, como mostra o capítulo 7, mas convivem com formas "desseqüenciadas", não-lineares e, por vezes, caracterizadas por trajetórias reversíveis. Essas últimas têm sido, muitas vezes, apontadas como problema, o que é reforçado pelo contexto de violência e criminalidade que atinge toda a sociedade brasileira, mas é, em geral, associado à juventude. De fato, o capítulo 10 mostra que a violência e a criminalidade têm impedido muitos jovens brasileiros de realizarem a transição pela interrupção precoce da vida.

Os momentos no ciclo da vida ou as idades em que ocorrem os eventos que marcam o processo de transição variam no tempo, no espaço e por grupos sociais, bem como a sua duração. O conjunto dessas características pode resultar em transições desiguais para a vida adulta. Isso se acirra em um país marcado por extremas desigualdades sociais, raciais e regionais como o Brasil. Os capítulos 2 e 3 apontam para algumas delas: as mulheres vivem mais tempo que os homens, em especial as do Sudeste; enquanto elas aumentaram o tempo passado no mercado de trabalho, os homens diminuíram; as mulheres pretas passam menos tempo na escola, saem de casa mais tarde e apresentam uma taxa de nupcialidade mais baixa que as brancas. Todas essas diferenciações, aliadas às mudanças observadas nesse processo nas últimas décadas, abrem múltiplas possibilidades e estilos de ser jovem e de se tornar adulto. Entendê-las pode ajudar a compreender como a definição de juventude pode mudar no tempo e no espaço, bem como os seus processos de transição.

3 ORGANIZAÇÃO DO LIVRO

Como já se mencionou, a organização deste livro considerou as dimensões institucionais do processo de transição para a vida adulta: a saída da escola, a entrada no trabalho, a formação de família e a constituição de domicílio, assumindo serem esses os eixos centrais do processo. Embora as dimensões não-institucionais, como os espaços do lazer, as biografias dos jovens e as percepções sobre o seu processo de transição não tenham sido consideradas, reconhece-se a sua importância. Assim, o livro foi estruturado em três partes, compostas por nove capítulos, além desta introdução e de um capítulo com as considerações finais.

A primeira parte, composta por três capítulos, apresenta um panorama das várias transições e dos principais eventos que marcam o ciclo da vida nas suas três grandes fases (infância, vida adulta e velhice), buscando contextualizar as alterações ocorridas entre 1980 e 2000, as diferenças observadas em alguns desses pro-

cessos em três grupos étnicos e nas populações das duas maiores regiões do país, Nordeste e Sudeste. Inclui, também, uma análise do processo de transição para a vida adulta de duas coortes de jovens. A segunda parte, dividida em quatro capítulos, foca as especificidades de cada um dos eventos que compõem a trajetória para a vida adulta: educação, inserção profissional e constituição de família e domicílio. Em dois capítulos, a terceira parte discute alguns dos obstáculos que os jovens brasileiros têm enfrentado no seu processo de transição para a vida adulta nas últimas décadas. Entre eles, apontam-se as dificuldades de inserção na escola e no trabalho, exemplificadas pelos jovens que não estudavam, não trabalhavam e não procuravam trabalho, e a mortalidade precoce por homicídios. Essas duas questões são tratadas neste livro como "transições negadas" para a vida adulta.

Na parte 1, o capítulo 2, de Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão e Mello e Solange Kanso, analisa as principais mudanças nos eventos que marcam o ciclo da vida, com o objetivo de caracterizar e delimitar suas fases, além de entender suas mudanças entre 1980 e 2000, levando em conta a sua diferenciação por sexo. Para os homens, essas fases são claramente delimitadas pelos eventos relacionados ao mercado de trabalho. Já para as mulheres, casamento e maternidade são ainda tão importantes quanto a participação nas atividades econômicas o são para os homens.

Acredita-se que a mudança mais importante observada no período foi o prolongamento da vida, tendo sido mais acentuado para as mulheres. Além disso, apenas para elas constatou-se um aumento no tempo passado na escola, na aposentadoria e no mercado de trabalho. Já os homens experimentaram uma redução no tempo despendido nas atividades econômicas. Sem dúvida, uma das grandes mudanças observadas no período, e muito discutida na literatura, foi o aumento maciço da participação feminina no mercado de trabalho, que deve ter contribuído para a conjugação de trabalho com casamento e fecundidade e que está alterando o papel das mulheres na sociedade. Outro resultado apontado no capítulo 2, para ambos os sexos, foi o aumento no período passado simultaneamente em vários eventos, tais como escola e trabalho e trabalho e aposentadoria. Isso sugere que novas formas de transição para a vida adulta estão em curso e/ou tornam mais tênues as delimitações entre as várias fases da vida. As autoras ressaltam que, a despeito das mudanças observadas em todo o ciclo da vida, as suas principais fases continuam marcadas pelos mesmos eventos, e a sua seqüência permaneceu praticamente inalterada. A freqüência à escola é o papel social mais importante da infância. As novidades são o aumento da proporção de crianças freqüentando-a e a antecipação da idade de entrar nela. Participação no mercado de trabalho e constituição de um novo domicílio, independentemente do casamento e/ou da

paternidade, são eventos definidores da vida adulta masculina. Aposentadoria caracteriza a última fase da vida.

Fica claro, a partir do capítulo 2, que a transição para a vida adulta tem um forte componente de gênero. Casamento, maternidade e constituição de família e domicílio, independentemente da inserção no mercado de trabalho, são ainda elementos definidores da transição para a vida adulta das mulheres. Provavelmente, o crescimento da sua participação no mercado de trabalho e as mudanças nos arranjos familiares podem modificar a sua forma de inserção no mundo adulto. Alguns indicadores podem levar à hipótese de que a juventude se prolongou, alterando a transição para a vida adulta, e que emergiu uma nova fase no ciclo da vida: a quarta idade. Em síntese, esse capítulo sugere que novas possibilidades de transições para as várias fases da vida estão se abrindo, embora o modelo tradicional seja o predominante. O curso da vida se apresenta como um espaço para novas e inovadoras experiências, em oposição à idéia de que ele se constituía apenas de passagens ritualizadas de uma etapa para outra.

Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão e Mello e Solange Kanso, no capítulo 3, desagregaram para as populações das regiões Nordeste e Sudeste e para três grupos étnicos a análise empreendida no capítulo anterior, tendo como referência o ano de 2000. Assumiu-se, como apontado por outros estudos, que os processos de transição são bastante heterogêneos, podendo-se observar diferenciações no *timing* e no *quantum* dos eventos que compõem o ciclo da vida. A principal diferença encontrada foi na duração da vida. Por exemplo, nascer homem no Nordeste, qualquer que seja a cor/etnia, pode significar viver 14,3 anos a menos que uma mulher branca, independentemente da região de sua residência. Como a mortalidade é diferenciada entre os grupos etários, concentrando-se na infância e nas idades avançadas, de cada mil crianças nordestinas do sexo masculino nascidas vivas, 67 não atingiram a idade de 7 anos, idade obrigatória de entrada na escola. Entre mil crianças brancas do sexo feminino, esse número foi de 20.

Além de os nordestinos sobreviverem menos à idade de entrada na escola, eles apresentam, ao longo de todo o ciclo da vida, proporções de freqüência à escola mais baixas que a dos residentes no Sudeste e semelhantes à dos negros. Como resultado, os homens nordestinos apresentaram a mais baixa escolaridade dentre os cinco grupos populacionais estudados e entraram no mercado de trabalho de forma "precoce" e, provavelmente, desfavorável. Por outro lado, saíram mais tarde, ou seja, aposentaram-se mais tarde, o que pode estar relacionado a uma inserção profissional mais precária.

Casamento e constituição de domicílio acontecem, quase sempre, mais tarde para homens do que para mulheres e estão diretamente relacionados à participação nas atividades econômicas. Para as mulheres, a constituição de domicílio, tradicionalmente, se dá via casamento e é seguida pelo nascimento do primeiro filho. De forma ampla, essa seqüência só foi seguida pelas mulheres residentes no Sudeste. As demais mulheres, em média, saíram de casa depois do nascimento do filho. Essa defasagem foi maior entre as mulheres pretas. Não foi possível avaliar até que ponto essa trajetória acarreta implicações desfavoráveis para a inserção social desses subgrupos populacionais. O que foi possível concluir é que as desigualdades, que são a grande característica da sociedade brasileira, estão presentes em todos os momentos do ciclo de vida das populações analisadas e se refletiram de forma mais aguda na duração da vida.

O capítulo 4, de autoria de Ana Amélia Camarano, Solange Kanso e Juliana Leitão e Mello, aborda os processos específicos de transição para a vida adulta, entre 1980 e 2000, de duas coortes de jovens brasileiros, levando em consideração os diferenciais por sexo. A análise foi feita para os jovens que sobreviveram à migração internacional e à mortalidade precoce por causas externas. Esses são dois eventos que afetaram mais a população masculina e fizeram parte da dinâmica demográfica do período considerado. Como já se mencionou, a mortalidade por causas externas é objeto específico de análise do capítulo 10 deste livro. O capítulo 4 visa contribuir para o debate sobre o processo de transição para a vida adulta no que diz respeito ao seu prolongamento (ou não) e à seqüência dos eventos.

Assumiu-se que a saída da escola é o evento que marca o início do processo de transição para a vida adulta e a saída da casa dos pais é o evento que completa o processo. A permanência na escola se alongou no período e beneficiou a todos os jovens, mas, principalmente, os com idade abaixo de 16 anos. Como resultado, a saída começou a ocorrer mais tarde. Pergunta-se, no capítulo, se essa saída mais tardia afetou os demais eventos e, conseqüentemente, o processo de transição. O efeito do adiamento da idade de entrada no mercado de trabalho foi pequeno e afetou com maior intensidade as mulheres mais velhas e os homens de 16 e 17 anos. Em 2000, ao contrário de 1980, a entrada nas atividades econômicas passou a ocorrer antes da saída da escola para quase todos os jovens, como resultado do crescimento da participação simultânea na escola e no trabalho. Isso provoca a indagação a respeito de qual dos dois eventos define o início do processo de transição para a vida adulta.

A transição dos jovens de 2000 foi afetada por transformações no mundo do trabalho e na inserção social das mulheres. Enquanto mais mulheres entraram no

mercado de trabalho, menos homens o fizeram. Isso coloca novos parâmetros para o processo de transição de ambos os sexos. No caso das mulheres, esta, tradicionalmente, ocorria via casamento e maternidade. A sua maior inserção nas atividades econômicas abre novas alternativas de transição para ambos, homens e mulheres. Por exemplo, o capítulo 7 aponta para um crescimento da proporção de homens na condição de cônjuge, condição que não se verificava em 1980.

Entre os homens, nos dois anos considerados, a saída de casa parece ter sido bastante afetada tanto pela idade de saída da escola quanto pela idade de entrada no mercado de trabalho. Para os jovens de 1980, a saída de casa acontecia simultaneamente com o casamento. Mudanças nessa relação parecem ter acontecido no período. Ou seja, em 2000, o casamento passou a ocorrer antes da saída de casa tanto para os muito jovens como para os jovens de mais idade. Isso pode ser reflexo de mudanças generalizadas na nupcialidade, que afetaram a população como um todo. O capítulo sugere que, embora o processo de transição tenha começado mais tarde, aparentemente não se prolongou, pelo menos não de forma generalizada. Por outro lado, os jovens mais velhos adiaram sua saída da casa dos pais para além, inclusive, da idade considerada como limite da juventude. Portanto, especificamente para esses, pode-se falar em prolongamento da juventude.

A transição para a vida adulta das mulheres experimentou mais transformações que a masculina, o que se explica, provavelmente, mais por mudanças na sua inserção social do que por condições específicas da juventude. O aumento da escolaridade feminina levou ao incremento da sua participação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a que quase dobrasse o percentual de mulheres que fizeram a transição via mercado de trabalho. No entanto, cresceu também o percentual de mulheres que fizeram a transição via constituição de família, apesar de continuarem morando na casa dos pais. Isso leva a se perguntar se essa é uma nova modalidade de transição.

A segunda parte inicia-se no capítulo 5, de Felícia Reicher Madeira, com a análise do papel da educação no processo de transição para a vida adulta. Assumiu-se que é esse o primeiro passo para a transição. A autora busca identificar o papel que a educação desempenhou no reordenamento das fases do ciclo da vida, sob o contexto do alongamento da juventude. Considera que, à medida que uma sociedade demanda mais qualificação, o espaço de juventude se alonga, pois isso significa um período extenso de preparação para a inserção produtiva. Em vários países, em função do maior tempo despendido com a escolarização, passou-se a falar em prolongamento da juventude. No entanto, no Brasil, a educação não parece fazer parte de um projeto de desenvolvimento, como em outros países. O impacto

desse modelo é a antecipação da entrada na vida adulta. Isso implica, do ponto de vista dos jovens, a eliminação de um momento importante de exploração e experimentação, tanto na qualificação para o mercado de trabalho quanto no campo das relações afetivas. Do ponto de vista da sociedade, a antecipação da vida adulta acarreta menos desenvolvimento e persistência das desigualdades sociais e da pobreza.

Partindo do pressuposto de que a inserção no mercado de trabalho é uma condição importante para a emancipação econômica, as transformações em curso neste e suas implicações para a inserção na vida adulta são analisadas por Nadya Araujo Guimarães no capítulo 6. A autora parte da argumentação de que algumas das características que refletiam a instabilidade na inserção profissional, antes observadas entre os jovens, estão presentes também para uma parte dos adultos. A partir dessa reflexão, objetiva mostrar o que é específico no modo de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Guimarães centra a análise na Região Metropolitana de São Paulo, com base em dados de uma pesquisa de campo específica realizada em 2002, e compara os tipos de trajetória para o mercado de trabalho em dois subgrupos populacionais, 15 a 25 anos e maiores de 26 anos. A autora conclui que, apesar de a característica predominante e generalizada do mercado de trabalho paulistano ser a instabilidade, esta parece afetar mais os jovens.

O processo de formação de família entre os jovens é objeto de análise no capítulo 7 por Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão e Mello, Solange Kanso e Adriana Andrade. A formação de família é considerada a etapa final do processo de transição para a vida adulta. A pergunta principal do trabalho é o que define a constituição de família: casamento, maternidade ou saída de casa? Respondida essa questão, pode-se mensurar se houve ou não prolongamento no processo de transição. Se se assumir que é a saída de casa o evento que completa o processo de transição, o trabalho mostra algumas indicações de adiamento. Para os que saíram, o casamento parece ter sido o caminho.

Por outro lado, verifica-se, também nesse capítulo, um crescimento na proporção de jovens que constituíram família sem ter saído da casa dos pais. São as chamadas famílias conviventes. A sua formação parece ter sido desencadeada, principalmente, pela maternidade e acompanhada, em parte, pelo casamento sem uma inserção adequada no mercado de trabalho que lhes permitisse a independência econômica. Dado que é expressivo o número de mulheres separadas nessas famílias, considerou-se que elas, possivelmente, teriam saído de casa e voltado, sugerindo uma reversibilidade desse processo. Com base nesses achados, apesar de se observar o adiamento da saída de casa, o estudo não conclui por adiamento no processo de constituição de família e, conseqüentemente, pelo prolongamento na transição. Os resultados apontam para novas modalidades de formação de famílias, dentro da casa

dos pais, provocadas pela antecipação da maternidade e pelas mudanças na nupcialidade que estão sendo experimentadas pela população como um todo. Em síntese, parece que o que se pode falar é de novas modalidades de transição.

Finalizando a segunda parte do livro, Maria Luiza Heilborn e Cristiane Cabral, no capítulo 8, abordam a juventude pela perspectiva da reprodução, buscando compreender em que medida a maternidade e a paternidade podem ser entendidas como formas de transição para a vida adulta. As autoras focam a gravidez na adolescência e assumem que tal evento tem implicações diferenciadas nos diversos segmentos socioeconômicos. O capítulo foi baseado em dados de uma pesquisa de campo sobre sexualidade e reprodução realizada nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre nos anos de 2001 e 2002.

Os resultados apontam para uma aproximação das idades de início da vida sexual masculina e feminina devido à antecipação da iniciação sexual das mulheres. Essa mudança é apontada como sendo parte da possibilidade de as relações sexuais estarem desvinculadas do casamento e contarem com uma permissividade maior dos pais. A antecipação da sexualidade feminina parece resultar numa reprodução "precoce" de forma mais intensa entre os jovens inseridos em famílias com menor renda *per capita* e escolaridade mais baixa. Nesse caso, o evento da gravidez propicia uma "transição condensada" para a vida adulta. No entanto, mostram que as trajetórias escolares de jovens com filhos não foram interrompidas pelo evento da gravidez. Esse resultado pode contribuir para desmontar um mito recorrentemente veiculado pela mídia e por formuladores de políticas. De acordo com as autoras, as trajetórias escolares já se apresentavam bastante erráticas antes do evento da reprodução.

A terceira parte é composta por dois capítulos. O capítulo 9, de Ana Amélia Camarano, Solange Kanso, Juliana Leitão e Mello e Adriana Andrade, discute se os jovens que não estudavam, não trabalhavam e não procuravam trabalho estavam, de fato, fazendo uma transição para a vida adulta, uma vez que eles não se encontravam inseridos em nenhum dos universos entendidos como típicos da juventude ou do mundo adulto. O pano de fundo dessa discussão são as condições advindas do contexto familiar nas quais estão inseridos esses jovens, de vulnerabilidades ou potencialidades.

Os resultados mostram que os jovens que não estudavam nem estavam na força de trabalho eram, majoritariamente, mulheres. Isso aponta para um forte componente de gênero no processo de transição para a vida adulta e é afetado, entre outros fatores, pela escolaridade e pela renda do domicílio. O "não fazer nada" é diferente para homens e mulheres, dado que, de modo geral, os homens

parecem mais vinculados às atividades ligadas ao trabalho, enquanto as mulheres, ao trabalho doméstico e ao cuidado com os membros dependentes da família. Entre as mulheres brasileiras em 2000, quase 3/4 delas eram mães e 2/3 moravam com um parceiro. Tanto esse capítulo como os capítulos 4 e 7 apontam para a continuação do processo de transição para a vida adulta de uma grande parte das mulheres via casamento e/ou maternidade. Ou seja, pelo menos para essas mulheres não se pode falar em transição negada. Por outro lado, pergunta-se quais são as possibilidades de inserção social oferecidas aos aproximadamente 2 milhões de homens jovens que se encontravam nessa condição em 2000: não estudavam por falta de oportunidade, não procuravam trabalho por desalento ou tinham alguma outra perspectiva?

No capítulo 10, Helder Ferreira e Herton Ellery Araújo apontam para um grande e crescente número de vidas jovens interrompidas por causas violentas, tomando-as, sem dúvida, como uma das formas de "negação da transição" para a vida adulta. No conjunto das causas externas, destacaram-se de forma crescente, entre 1980 e 2000, os homicídios, que atingiram mais a população masculina. Os autores discutem as mortes por causas externas entre os jovens no Brasil nas últimas décadas à luz das teorias sobre crescimento da criminalidade e da violência nas sociedades contemporâneas. Eles partem da constatação de que, enquanto na população como um todo apenas 8% dos homens morrem por causas externas, entre os jovens mortos em 2000, esse percentual foi de 74%. Ou seja, esse é um evento típico da juventude, mas parece estar se extrapolando para outros grupos etários. O capítulo mostra um aumento nas taxas de mortalidade por causas externas entre as crianças de menos de um ano e entre os adultos de 30 a 44 anos.

Ana Amélia Camarano tece as considerações finais, no capítulo 11, buscando responder à pergunta do título do livro. Ou seja, mudou o processo de transição ou a vida adulta? Ou ambos? Quais são os problemas específicos da juventude que estão afetando a sua transição? Espera-se que essas considerações possam subsidiar a formulação de políticas que resultem em uma transição suave para uma vida adulta produtiva e prolífica e, conseqüentemente, para um envelhecimento saudável e ativo. Assume-se que essa pode ser uma forma de contribuir na construção de uma "sociedade para todas as idades", como preconizado pelas Nações Unidas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5 e 6 , p. 25-36, 1997. Número especial.

ARRUDA, M. R. *Prolongamento da Juventude: opção ou falta de opção?* 2004. 107 f. Dissertação (Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004.

BERCOVICH, A.; MADEIRA, F. A onda jovem e o seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, v. 1, n. 8, p. 1-28, Brasília, 1992.

BOURDIEU, P. A. "Juventude" é apenas uma palavra. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, E. R. Gravidez na adolescência: um balanço bibliográfico. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E.; BOZON, M.; KNAUTH, D. *O aprendizado da sexualidade:* reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Edição especial 12 anos. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), 2002.

CAMARANO, A. A. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas*, v. 1, p. 109-133, Brasília: CNPD, 1998.

CAMARANO, A. A; MELLO, J. L; PASINATO, M. T.; KANSO, S. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. *Última Década*, Cidpa Valparaíso, n. 21, p. 11-50, dez. 2004.

CASAL, J. Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucesiva, precaridad y desestructuración. In: CONGRESSO INTERNACIONAL GROWING UP BETWEEN CENTRE AND PERIPHERY. *Jovens em Mudança*, 2 a 4 de maio de 1996, Lisboa. *Atas*... 1996.

CASAL, J.; MASJOAN, J.; PLANAS, J. Elementos para un análisis sociológico de la transición a la vida adulta. *Politica y Sociedad*, n 1, p 97-104, Barcelona, 1988.

CORRÊA, H. *A fecundidade na adolescência:* a interpretação de um problema ou um problema de interpretação? 2004. 145 f. Dissertação de Mestrado (Demografia e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004.

HEILBORN, M. L. Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E.; BOZON, M.; KNAUTH, D. *O aprendizado da sexualidade:* reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

GALLAND, O. Adolescence, post-adolescence, youth: revised interpretations. *Revue Française de Sociologie*, n. 44, 2003 (English Selection).

_____. Changing family transitions: young people and new ways of life in France. In: CHISHOLM L.; BUCHNER, P.; KRUGER, H.-H.; REYMOND, M. BOIS-. (Eds.). *Growing up in Europe – contemporary horizons in childhood and youth studies*, Gruyter, Berlim, New York, 1995.

_____. Un nouvel âge de la vie. *Revue Française de Sociologie*. XXXI, Paris, p. 529-51, 1990.

MELLO, J. L. *Transições para a vida adulta:* os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2005.

ONU. *World programme of action for youth to the year 2000 and beyond*, RES/50/81, 13 de março de 1996. Acessível em: <www.un.org/youth>. Acesso em: 5 ago. 2005.

_____. *World Youth Report 2005*. Acessível em: <www.un.org/youth>. Acesso em: 23 out. 2006.

PAIS, J. M. *Ganhos, tachos e biscates:* jovens, trabalho e futuro. Porto: Editora Âmbar, 2001.

_____. Growing up on the EU periphery: Portugal. In: CHISHOLM L.; BUCHNER, P.; KRUGER, H.-H.; REYMOND, M. BOIS-. (Eds.). *Growing up in Europe – contemporary horizons in childhood and youth studies*, Gruyter, Berlim, New York,1995.

_____. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1993.

PIMENTA, M. de M. *Trajetórias juvenis*. Texto apresentado para exame de qualificação, 2004. Mimeo.

SHEEHY, G. *New passages*, New York: Ballantine Books, 1996.

SILVA, N.; KASSOUF, A. L. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 99-115, jul./dez. 2002.

VIANNA, H. (Org.). *Galeras cariocas*: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997

WAJNMAN, S.; QUEIROZ, B.; LIBERATO, V. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte: Abep, 1998. p. 2.429-54.

WYN, J.; DWYER, P. New direction in research on youth in transition. *Journal of Youth Studies*, v. 2, n. 1, 1999.

Parte 1 TRANSIÇÕES AO LONGO DO CICLO DA VIDA

CAPÍTULO 2

DO NASCIMENTO À MORTE: PRINCIPAIS TRANSIÇÕES

Ana Amélia Camarano
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea
Juliana Leitão e Mello
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea
Solange Kanso
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea

1 INTRODUÇÃO

É comum dividir o ciclo da vida em fases que o indivíduo experimenta entre o nascimento e a morte. Elas estão dispostas em uma seqüência que acompanha a idade da pessoa e apresentam algum grau de previsibilidade quanto a seu início e/ou encerramento, e, conseqüentemente, quanto à sua duração. São marcadas, por um lado, por eventos biológicos, como puberdade, menarca, reprodução, menopausa, viuvez, senilidade, morte etc.; e por outro, por eventos sociais, como formatura, primeiro emprego, parentalidade, casamento, aposentadoria etc. A delimitação das fases da vida depende dos momentos em que acontecem cada um desses eventos. Dado que eles variam no tempo e no espaço, é difícil precisar o início e o fim de cada fase.

De acordo com Sheehy (1996), está em curso uma verdadeira revolução no ciclo da vida, provocada por mudanças nos *timing*[1] e *quantum*[2] desses eventos, tanto os biológicos quanto os sociais. A primeira grande mudança observada foi o prolongamento da vida, resultado da queda da mortalidade que beneficiou pessoas de todos os estratos sociais, regiões geográficas, cor/etnia etc. Isso, por si só, está alterando o mapa da vida como um todo. A duração média do ciclo da vida pode ser medida pela esperança de vida ao nascer. Esta, no Brasil, aumentou em, aproximadamente, nove anos entre 1980 e 2000. Passou de 62,5 anos para

1. Entende-se por *timing* as idades de entrada e a duração de cada evento do ciclo da vida.

2. *Quantum* é a proporção de indivíduos em cada evento.

71,0. Tal aumento tem sido acompanhado por uma melhoria nas condições de vida em geral e, principalmente, de saúde e de autonomia física e mental.

Na esfera social, outras mudanças importantes, por sua rapidez e complexidade, também estão em curso. Vive-se atualmente uma revolução eletrônica, econômica (Sheehy, 1996), tecnológica e de condições de saúde. Estas afetam e são afetadas pelas transformações no mercado de trabalho, nos modelos de relações afetivas, tais como casamentos, dissoluções, recasamentos e não-casamentos, e pelo aumento da escolaridade. Esses processos atingem, embora de forma diferenciada, todos os segmentos populacionais, modificando o mapa da vida.

Como os ganhos na esperança de vida são distribuídos ao longo do ciclo da vida da população brasileira é a primeira pergunta deste capítulo. Ou, mais especificamente, se a vida se alongou, as várias fases da vida também se alongaram? Novas fases foram criadas? A segunda pergunta diz respeito aos processos que marcam a transição de uma fase para outra. Isso significa considerar a dinâmica desses processos e a forma como afetam a demarcação das fases da vida.

Para responder a essas indagações, medem-se o *timing* (idade de início e duração) de cada evento que marca as fases do ciclo da vida e a sua seqüência através da descrição da experiência dos diversos grupos etários utilizando-se a metodologia de coorte sintética.[3] O intuito é avaliar se houve mudanças no calendário de eventos do ciclo de vida da população brasileira entre 1980 e 2000. Utilizou-se a perspectiva de ciclo de vida, que parte da premissa de que os indivíduos experimentam mudanças qualitativas, psicológicas, cognitivas, emocionais e nas suas necessidades que estão associadas a diferentes etapas da vida para as quais se considera a idade dos indivíduos uma referência.

Não se têm dúvidas de que a divisão do ciclo da vida em fases é de grande utilidade metodológica, mas reconhece-se que, por ser ela estática, qualquer recorte adotado contém um certo grau de arbitrariedade. As fases são caracterizadas por participação em eventos. Os eventos considerados neste trabalho são freqüência à escola, participação no mercado de trabalho, saída de casa dos pais ou constituição do próprio domicílio, casamento/descasamento, maternidade,[4] aposentadoria, viuvez e morte. Assume-se, também, que todos esses eventos são bastante influenciados por sexo, cor/etnia, regiões geográficas, renda etc., o que gera uma heterogeneidade no que diz respeito à delimitação das fases, seus *timings* e seqüências. No entanto, este capítulo é centrado na análise da população

3. As medidas de coorte real requerem uma série longa de dados históricos.

4. A paternidade não é considerada pela ausência de informações.

brasileira como um todo, desagregada apenas por sexo. O capítulo 3 repete a análise para 2000 levando em conta os diferenciais entre a população residente nas regiões Nordeste e Sudeste e por cor/etnia.

O capítulo está dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. Na seção 2 apresenta-se uma breve descrição das principais fases. A seção 3 analisa a participação dos homens brasileiros nos eventos mencionados anteriormente, em 1980 e 2000. A seção 4 descreve a participação das mulheres, e a seção 5 sumariza os resultados. O capítulo se baseia nas informações provenientes dos Censos Demográficos de 1980 e 2000, das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads) de 1981 e 2001 e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

2 FASES DO CICLO DA VIDA

Nas culturas ocidentais, a preocupação com a divisão da vida humana em fases ocorre desde a Antigüidade (Sheehy, 1996). Tradicionalmente, considerava-se o ciclo da vida dividido em apenas três idades: a primeira, em que a infância e a adolescência são vistas conjuntamente; a segunda, que seria a vida adulta; e a terceira, a velhice. Essa é uma divisão que leva em conta, principalmente, a participação dos indivíduos no mercado de trabalho, onde o Estado moderno desempenhou um papel importante na institucionalização da escola e da aposentadoria.

Mais recentemente, essas idades ou fases foram subdivididas considerando-se as transformações econômicas, sociais, culturais e biológicas. Fala-se hoje, no mínimo, em sete fases: infância, adolescência, juventude, idade adulta ou madura, meia idade, terceira e quarta idades. Esta nova classificação separa a infância da adolescência e subdivide a idade adulta. A subdivisão da idade adulta, também, é adotada por Sheehy (1996). Propõe que essa idade seja composta por três estágios: transicional (18 a 30 anos ou juventude), primeiro estágio (30 a 45 anos ou idade adulta) e segundo (45 a 85 anos e mais ou segunda vida adulta). O último estágio é subdividido em dois: a idade da sabedoria (45-65 anos) e a da integridade (a partir dessa idade).

Sheehy inova ao incluir a terceira idade na segunda vida adulta ou meia idade. Nessa concepção, a terceira e quarta fases da vida são integrantes da vida adulta. Significa considerar o idoso, também, um adulto, e reforçar a idéia de que parte dos idosos hoje é independente e permanece integrada à sociedade, exercendo atividades laborais e/ou desempenhando papéis importantes na família. Na verdade, a visão de que a velhice ou a última fase da vida representa um

processo de perdas já vinha sendo substituída pela consideração de que ela pode ser um momento propício para novas conquistas e busca de satisfação pessoal. Seria a idade do "preenchimento", de acordo com Laslett (1996).

No entanto, o que Laslett propõe não é tratar a velhice como vida adulta, mas a inclusão de mais uma fase no mapa da vida. Até recentemente, a terceira idade classificava os idosos de uma maneira geral e os diferenciava dos adultos. O aumento da esperança de vida nas idades avançadas[5] e da qualidade de vida de seus membros levaram à consideração, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, da existência da quarta idade. A distinção, por exemplo, entre terceira e quarta idades é uma tentativa de ajustar esquemas classificatórios a circunstâncias sociais, culturais, psicológicas e biológicas particulares das sociedades ocidentais. No entanto, não é a quarta idade a categoria nova; é a terceira. Essa categoria visa classificar indivíduos que não são mais enquadrados na idade do trabalho, mas não apresentam sinais de senilidade e decrepitude. Alguns elementos, como uma cultura da saúde apoiada por desenvolvimentos tecnológicos na medicina preventiva e curativa e nos hábitos de vida da população, nos mecanismos de assistência do Estado, no bem-estar e nas modificações nos processos de produção – estes últimos permitindo a incorporação de trabalhadores sem grande agilidade física – criaram condições de surgimento e expansão de uma terceira idade que não é caracterizada pela saúde debilitada e pelo processo de pauperização dos indivíduos. Isso se associa à inclusão de indivíduos considerados idosos em diversas esferas da vida social (Camarano; Medeiros, 1999).

Outro ponto que se quer salientar na abordagem de Sheehy é a sua visão de juventude como uma fase "transicional". Esta é, de fato, uma das muitas imagens associadas à juventude, que seria a da transição entre dois universos: o das crianças e o dos adultos. Reconhece-se que os jovens têm autonomia parcial diante de suas vidas. Estão aptos para determinados atos, ao mesmo tempo em que permanecem tutelados por seus responsáveis em outros. Aceita-se a idéia de que vivem um processo de transição e preparação para a vida adulta, como, também, um momento no qual decisões cruciais são tomadas – entre as quais exercem papéis importantes a educação e o início da atividade laboral. No entanto, tal abordagem tem sido vista pela literatura com ressalvas. Uma delas diz respeito à percepção dos jovens apenas sob a ótica da transitoriedade de sua condição. Isso dificulta enxergá-los como sujeitos de direitos, com experiências

5. A esperança de vida da população brasileira aos 60 anos aumentou 2,7 anos entre 1980 e 2000; passou de 17,0 anos para 19,7 anos. Ou seja, tem, hoje, aproximadamente, a mesma duração da infância e a adolescência juntas.

e vivências tão importantes quanto as de pessoas que estejam em outras fases. Nesse caso, eles são definidos pelo negativo, pela ausência, "pelo que não seriam" (SPOSITO, 2000, p. 9), pelo que buscam e não pelo que foram e são.

Essa crítica se alia à outra que é a que confere à vida adulta um caráter de rigidez e estabilidade. Esta aparece como a condição que se quer alcançar, entendida como a da estabilidade. Não leva em conta que o mundo está em permanente transformação, o que tem tornado todas as fases da vida mais instáveis que anteriormente (VIANNA, 1997). Como já mencionado na introdução deste livro, um dos seus objetivos é contrapor o caráter "instável" que se atribui à juventude com o também "instável" que tem marcado "o mundo dos adultos".

Entre as "novas transições" propostas por Sheehy, está a "idade da sabedoria". Embora tenha recebido essa designação, é uma fase marcada, também, por "instabilidades" e, talvez, pelo baixo aproveitamento dos "saberes". Citando o caso americano, a autora lembra que nesse país uma pessoa, embora aos 45 anos, pode estar começando uma nova vida, e esta pode ser marcada por doenças, como o câncer, pela aposentadoria compulsória ou pelo desemprego. Além disso, 45 anos é a idade em que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), começa o envelhecimento funcional, o que, no caso brasileiro, tem levado a um crescimento das aposentadorias por invalidez.

No Brasil, por exemplo, em 2000, um homem que completou seu 45° aniversário ainda pode esperar viver 38 anos, valor este mais alto que a esperança de vida estimada para a América do Sul no começo do século XX (30 anos). No entanto, como se poderá ver na próxima seção deste capítulo, a partir dos 50 anos, em 2000, as taxas de atividade masculina passam a declinar numa velocidade mais acentuada que a observada em 1980. Embora a proporção de beneficiários da seguridade social tenha crescido muito no período, esse crescimento beneficiou mais a população de 59 a 65 anos. Na verdade, já em 1980 as taxas de participação da população brasileira eram consideradas baixas pelos padrões internacionais (CAMARANO, 1985). Como se verá na seção a seguir, também a proporção de homens que não estudavam, não trabalhavam e não eram aposentados apresentou valores superiores a 5% na idade entre 16 e 25 anos e a partir dos 45 anos. Apresentou, também, certos "picos" ao longo da vida, como por exemplo, em torno dos 20 anos e entre 56 e 66 anos (ver gráfico 3).

Sumarizando, é difícil precisar quantas e quais são as fases da vida e quais são os processos que as caracterizam. A literatura mostra que nas sociedades

modernas há uma demarcação, mais ou menos clara, entre infância e maturidade, com períodos intermediários que seriam a adolescência e a juventude. Desse modo, a caracterização do que seja infância ou primeira fase da vida pode ser, de maneira geral, mais fácil que a de vida adulta. Freqüência à escola, ausência de papéis sociais, dependência total da autoridade dos pais são alguns dos processos comumente associados a essa fase. O final da infância pode ser caracterizado, entre outros eventos, pela puberdade e pela menarca, que são fenômenos biológicos.

Há indicações, também, de que a vida sexual está começando mais cedo, o que apontaria para um início mais cedo da adolescência. O exercício da sexualidade é um campo importante da busca por autonomia entre os jovens (Brandão, 2004). No caso brasileiro, vários estudos mostram que a iniciação sexual, medida pela idade à época da primeira relação sexual, se antecipou tanto para os homens quanto para as mulheres. Utilizando-se dados de uma pesquisa realizada em 1998, Camarano et al. (2002) encontraram que a idade média de ocorrência desse evento se reduziu em 3,8 anos entre a coorte que tinha de 16 a 19 anos no momento da pesquisa comparada, com a que contava mais de 40 anos, também, no momento da pesquisa.

Existe certo consenso segundo o qual a vida adulta se define pela independência e responsabilidade. Nas palavras de Simone de Beauvoir: "pareceu-me milagroso ter-me libertado do meu passado, bastar-me a mim mesma, decidir minha vida; tinha conquistado de uma vez por todas a minha autonomia: nada me deteria".[6] Para ela, isso aconteceu aos 26 anos, quando havia se formado na Universidade de Sorbonne e estava inserida no mercado de trabalho.

Não há dúvida de que a situação vivenciada por Simone de Beauvoir é "privilegiada" tanto no tempo quanto no espaço social. No que se refere à população brasileira, é pequena a parcela que consegue entrar no mundo adulto com um diploma universitário, o que não quer dizer que esse contingente não faça parte da vida adulta. Também, na atualidade, não é grande a parcela da população que, de posse de um diploma universitário, consegue uma boa inserção social.

O processo de transição para a vida adulta é complexo e heterogêneo, refletindo as diversidades da sociedade. No entanto, independência econômica parece ser um pré-requisito importante para a transição. Assim, a possibilidade de se gerar renda para a sobrevivência/independência passa a ser uma condição

6. *Apud* Saltzmann (2002, p. 84).

necessária, o que significa a entrada no mercado de trabalho, principalmente, para os homens. Por outro lado, muitos autores definem a saída de casa, associada ao casamento, como o ponto a partir do qual um jovem se torna adulto (De Vos, 1989; Carneiro; Knudsen; Osório, 2002). No caso das mulheres, isso pode acontecer independentemente da inserção no mercado de trabalho.

No capítulo 8 deste livro, Heilborn e Cabral registram que jovens com filhos apresentam um conjunto de características sociobiográficas específicas, as quais levam a uma passagem rápida para a vida adulta, com a reprodução acelerando o processo ou até mesmo representando seu ápice ou conclusão. A grande novidade apontada pelas autoras no que diz respeito às transformações gerais experimentadas pela família brasileira no final do século XX é o fato de a condição nupcial não mais anteceder necessariamente à constituição de prole. Essas mudanças são o resultado, entre outros fatores, do fato de o exercício da atividade sexual ter deixado de ser restrito à esfera do matrimônio para as mulheres, dado que para os homens isso sempre se verificou.

Diante disso, uma nova pergunta é levantada neste capítulo: o que define a transição para a vida das mulheres se a sua inserção no mercado de trabalho ainda é baixa? Por outro lado, independentemente de estarem participando do mercado de trabalho, elas se casam, saem da casa dos pais e têm filhos. Também se casam e/ou têm filhos e não saem da casa dos pais. Ou seja, parece claro que o processo de transição é diferenciado por sexo de acordo com os papéis que homens e mulheres exercem na sociedade. Por outro lado, há que se levar em conta que uma das mudanças recentes importantes é a redução e o adiamento do casamento e da maternidade, bem como o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Isso, provavelmente, afetará o processo de transição das mulheres.

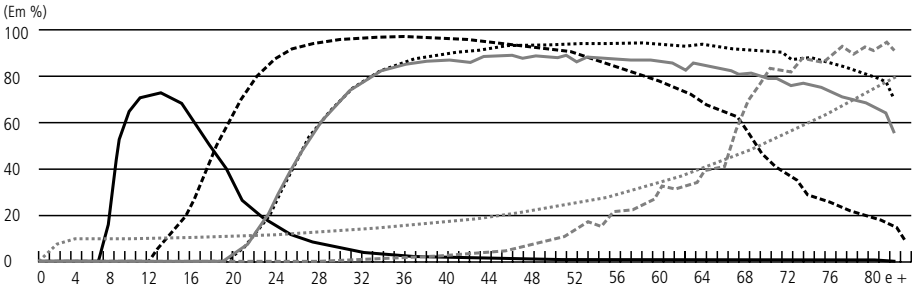
3 PRINCIPAIS EVENTOS QUE MARCAM O CICLO DA VIDA DA POPULAÇÃO MASCULINA

Apesar de a participação nos vários eventos ser um processo bastante interdependente, por finalidades didáticas, a análise das suas transições foi subdividida em dois grupos: eventos ligados ao mercado de trabalho e eventos ligados à constituição de família/domicílio.

3.1 Eventos ligados ao mercado de trabalho

Os gráficos 1 e 2 mostram a proporção de indivíduos do sexo masculino nos principais eventos que caracterizam o ciclo da vida em 1980 e 2000. Resumidamente, retratam o ciclo da vida dividindo-o em três grandes fases, de acordo

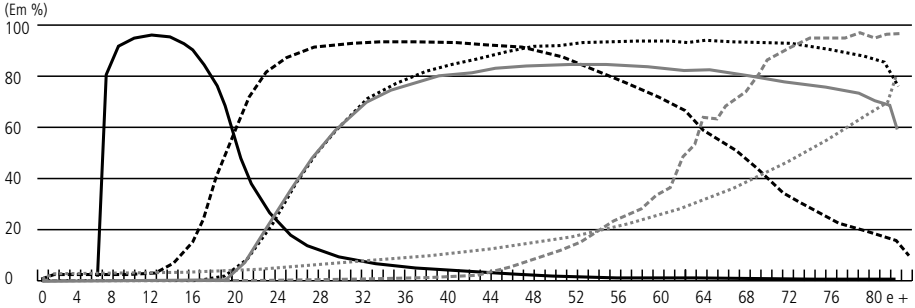
GRÁFICO 1
Brasil: proporção de indivíduos do sexo masculino em diversos eventos ao longo do ciclo da vida – 1980



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 1980 e Ministério da Saúde/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Elaboração: Ipea.

Freqüência à escola — Atividade econômica — Constituição de domicílio — Casamento — Aposentadoria — Morte

GRÁFICO 2
Brasil: proporção de indivíduos do sexo masculino em diversos eventos ao longo do ciclo da vida – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Freqüência à escola — Atividade econômica — Constituição de domicílio — Casamento — Aposentadoria — Morte

com o papel social predominante dos indivíduos: infância e adolescência ou primeira idade (estudantes), vida adulta ou segunda idade (trabalhadores) e velhice ou terceira idade (aposentados).

A entrada na escola é um evento característico da infância. Observa-se para 1980 que a freqüência à escola cresceu até os 11 anos, mas a maioria dos homens encontrava-se nessa condição até os 15 anos (ver gráfico 1). Até os 29 anos, pelo menos 5% dos homens brasileiros ainda freqüentavam a escola. O gráfico 2 mostra que a entrada na escola se antecipou para os homens brasileiros em 2000.[7] Além disso, a maioria deles encontrava-se nessa condição até os 17

7. O Censo Demográfico de 1980 só investigou a freqüência à escola para a população maior de seis anos. Apesar de o Censo de 2000 ter feito esta pergunta para a população de todas as idades, para fins de comparação foi considerada apenas essa população. Esse procedimento superestima a referida idade média. Por exemplo, 24% das crianças menores de cinco anos estavam na escola em 2000.

anos (70%). Embora a freqüência à escola decresça com a idade, até os 36 anos pelo menos 5% desses indivíduos freqüentavam a escola, o que sugere uma participação simultânea de escola e trabalho nessa fase da vida.

Entre os brasileiros do sexo masculino que tinham 16 e 65 anos em 1980, a maioria exercia alguma atividade econômica, apesar de a taxa de participação ter começado a declinar aos 32 anos. Em 2000, a faixa etária na qual as proporções atingiram valores mais elevados que 50% foi a de 17 a 64 anos, o que junto com outros fatores aponta para um leve envelhecimento da População Economicamente Ativa (PEA). A taxa de participação máxima alcançada foi de 97% em 1980 e de 94% em 2000, o que ocorreu aos 28 e 32 anos, respectivamente. A partir dessas idades, as taxas de participação declinaram, mas, aos 80 anos, aproximadamente 10% dos homens ainda estavam inseridos na atividade econômica nos dois anos considerados. A velocidade da redução das taxas mencionadas foi mais acentuada em 2000.

Comparando 1980 com 2000, observa-se um decréscimo generalizado das taxas de participação masculina, mas afetou mais a população de 10 a 18 anos e a de 49 a 70 anos. Seria de esperar esse decréscimo, dados o aumento da escolaridade e a expansão na cobertura da seguridade social. O decréscimo na taxa de participação no mercado de trabalho com o avanço da idade é acompanhado pelo incremento na proporção de aposentados dentro da população masculina. Esta começa a beneficiar homens desde os 44 anos[8] e, aos 80, 96% encontravam-se nessa condição. Como mostrado em Tafner (2006), em 1980, até a idade de 50 anos, a mortalidade era responsável pela maior proporção de saídas masculinas da força de trabalho. A partir daí, o retiro profissional ou a aposentadoria passou a contribuir com a maior proporção de saídas. Em 2000, já aos 45 anos, as outras formas de saída que não a morte passaram a ter maior importância. Isso pode ser explicado pela redução da mortalidade e pela já mencionada expansão na cobertura da seguridade social garantida pela Constituição de 1988. É provável que parte das mortes evitadas com a extensão do benefício tenha se convertido em morbidade e resultado no afastamento precoce do mercado de trabalho.

Os dados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) apontam para um crescimento nas concessões dos benefícios por invalidez em aproximadamente 61% entre 1997 e 2004 (Tafner, 2006). Esses dados sugerem, entre outros fatores, inadequação das condições de trabalho, bem como envelhecimento funcional precoce. A maioria dos homens de 65 anos e mais se encon-

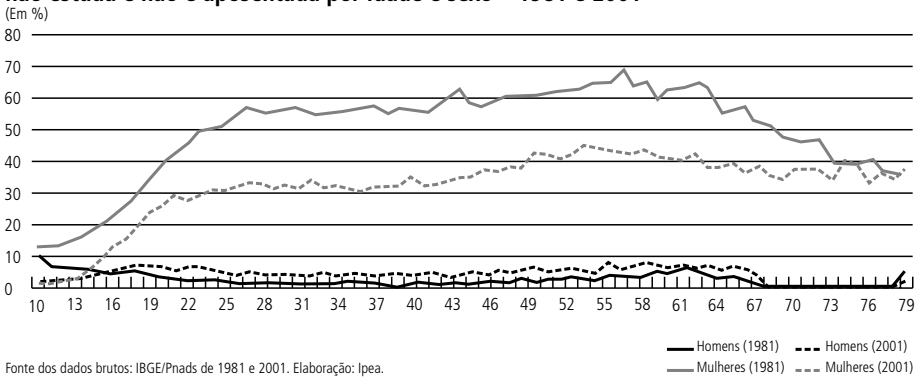
8. Nessa idade, 5% dos homens estavam aposentados. Essa proporção cresce com a idade.

trava aposentada em 1980. Em 2000, essa maioria foi alcançada aos 61 anos, sinalizando para uma redução da idade à época da aposentadoria. Além disso, a proporção da população aposentada experimentou um grande incremento, fato já bastante divulgado na literatura.[9] O aumento expressivo da cobertura da seguridade social beneficiou, principalmente, os homens de 59 a 66 anos e as mulheres rurais com mais de 55 anos (ver gráficos 1 e 2).

O gráfico 3 mostra que, embora bastante baixa, a proporção da população masculina de 15 a 64 anos que não participava de nenhum dos três eventos ligados ao mercado de trabalho cresceu nos 20 anos estudados.[10] Em 2001, entre 16 e 25 e entre 45 e 67 anos pelo menos 5% da população masculina brasileira se encontrava nessa condição. Ela atingiu os valores mais altos entre a população de 18 a 23 anos e a de 56 a 66 anos, ambos em torno de 7%. A constatação do crescimento dessa proporção e o seu valor relativamente elevado entre a população jovem foi um dos fatores que justificou a discussão sobre a existência de uma "crise da população jovem".[11] Nessa discussão, levou-se em consideração apenas a proporção de jovens que não estudava e não trabalhava, uma vez que não se pode esperar encontrar jovens aposentados a não ser por invalidez. Por outro lado, pouco se conhece sobre o segmento populacional de 56 a 66 anos, o qual, segundo Sheehy (1996), deveria estar vivendo a idade da sabedoria e desfrutando de níveis mais elevados de bem-estar. Se essa tendência

GRÁFICO 3

Brasil: proporção da população que não participa das atividades econômicas, não estuda e não é aposentada por idade e sexo – 1981 e 2001



Fonte dos dados brutos: IBGE/Pnads de 1981 e 2001. Elaboração: Ipea.

9. Ver, dentre outros, Camarano (2003, 2006),

10. Foram utilizados, nesse caso, os dados das Pnads de 1981 e 2001 pela maior semelhança nos conceitos empregados, o que permite uma melhor comparabilidade. Foi considerada uma proporção mínima de 5%.

11. Para uma discussão sobre essa questão, consulte Camarano et al . (2004).

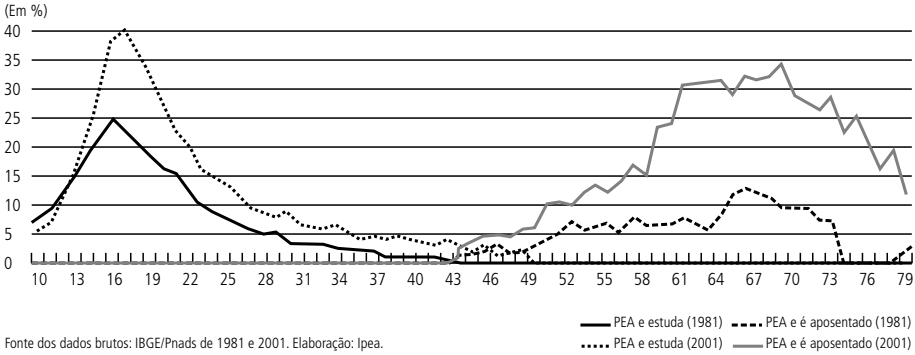
se acentuar, pode-se pensar na existência de ciclos ao longo da vida que requerem um recomeçar. Neste caso, fala-se em reinserção no mercado de trabalho.[12] Isso, ao que parece, já está em curso com as relações afetivas, ou seja, os casamentos, descasamentos e recasamentos.

A redução da participação masculina é uma tendência universal e está associada, entre outros fatores, à diminuição da proporção da PEA na agricultura (DURAND, 1975). No entanto, já foi observado que as taxas de participação da população masculina com mais de 50 anos em 1980 podiam ser consideradas baixas pelos padrões internacionais (CAMARANO, 1985) e foi esse grupo um dos que apresentou o maior decréscimo.

O fato de um indivíduo estar aposentado não significa sua retirada da força de trabalho. A legislação brasileira permite que o aposentado retorne ao mercado de trabalho. Isto só não é possível para as pessoas que se aposentam por invalidez. Em 2000, entre os homens aposentados, 24,6% estavam trabalhando ou procurando trabalho. Apontou-se no início deste capítulo a participação simultânea dos homens brasileiros na escola e no trabalho. A simultaneidade de participação em mais de um evento parece ser tendência crescente no tempo e tem-se verificado, também, em outras partes do mundo. Atualmente, pessoas de todas as idades mudam de trabalho com muito mais facilidade e combinam diferentes atividades (MARTIN; PEARSON, 2005).

O gráfico 4 mostra que freqüência à escola e participação no mercado de trabalho coincidiam para os homens brasileiros dos 10 aos 29 anos em 1981 e

GRÁFICO 4
Brasil: proporção de homens brasileiros que participa simultaneamente de mais de um evento – 1981 e 2001



Fonte dos dados brutos: IBGE/Pnads de 1981 e 2001. Elaboração: Ipea.

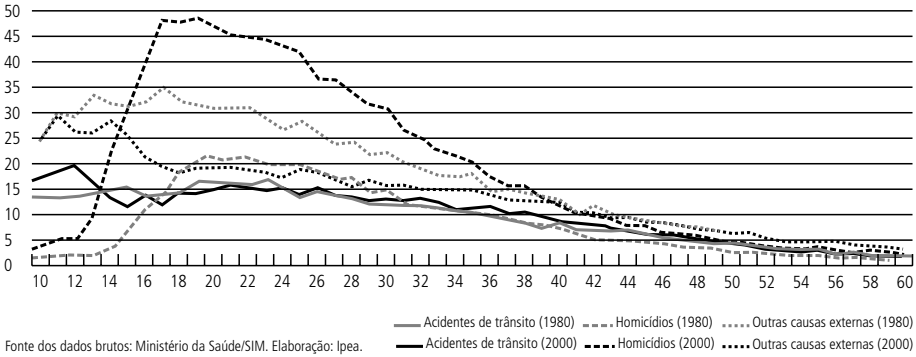
12. O capítulo 6 deste livro discute a "despadronização" do trabalho. Ou seja, a extensão das "incertezas" nas trajetórias dos trabalhadores maduros, que eram particulares dos jovens.

até os 35 anos em 2001.[13] A partir dos 53 anos, observou-se que pelo menos 5% dos homens participavam do mercado de trabalho e eram aposentados; esta simultaneidade cresce com a idade, até os 75 anos. Em 2001, tal simultaneidade iniciou-se aos 50 anos e se prolongou até os 80 anos. Além disso, a proporção de pessoas que participavam simultaneamente de mais de um evento cresceu de maneira expressiva no período considerado.

Além das aposentadorias por invalidez, outro fenômeno que está levando a uma retirada precoce dos homens brasileiros da força de trabalho é a mortalidade dos adultos jovens por causas externas, notadamente homicídios. Essa causa de morte exerce grande impacto na população masculina de 10 a 40 anos. O gráfico 5 apresenta a distribuição proporcional dos óbitos por essa causa em relação ao total de óbitos da população masculina de 10 a 60 anos em 1980 e 2000.

Nos dois anos considerados, a principal causa de morte do grupo populacional com idade inferior a 45 anos foram as causas externas. Os óbitos por homicídio se destacaram como a principal causa, entre a população de 15 a 40 anos em 2000. Em 1980, as causas externas de outra natureza – que não homicídios ou acidentes de trânsito – foram as principais responsáveis pela morte dessa população, embora os homicídios tenham motivado aproximadamente 20% do total de óbitos da população de 18 a 25 anos. Em 2000, os homicídios foram responsáveis por mais de 40% dos óbitos desse grupo etário.[14]

GRÁFICO 5
Brasil: distribuição percentual dos óbitos da população masculina de 10 a 60 anos – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

13. Foram utilizados, nesse caso, os dados das Pnads de 1981 e 2001 pela maior semelhança nos conceitos empregados, o que permite uma melhor comparabilidade. Foi considerada uma proporção mínima de 5%.

14. Uma análise mais detalhada da mortalidade dos jovens brasilerios por causas externas pode ser encontrada no capítulo 10 deste livro.

Foi mostrado em Tafner (2006) que a mortalidade por causas externas contribuiu para uma redução de 3,3 anos na esperança de vida ao nascer da população masculina e de 1,8 no número líquido de anos passados na atividade econômica. A redução acarretada pelos óbitos por homicídios foi de 1,4 e 0,8 ano, respectivamente.

3.2 As transições que marcam a constituição do domicílio

Por pessoas que constituíram uma unidade domiciliar própria, ou que saíram da casa dos pais – situação apontada pela literatura como o processo que marca a transição para a vida adulta –, considera-se aqui a população que se declarou chefe ou cônjuge de um domicílio. Esse processo está, no caso masculino, estreitamente ligado à participação no mercado de trabalho e muitas vezes ocorre pelo casamento. Pode-se visualizar nos gráficos 1 e 2 que casar e constituir o seu próprio domicílio são características expressivas observadas entre os homens brasileiros, as quais são afetadas pela idade. Nos dois anos considerados, desde os 26 anos, mais da metade dos homens brasileiros residia no seu próprio domicílio.

Os gráficos 1 e 2 mostram que a proporção de homens na condição de chefes e cônjuges do domicílio cresce com a idade, atingindo aproximadamente 94% nas idades compreendidas entre 51 e 64 anos, em 1980, e até 70 anos em 2000, momentos a partir dos quais começa a decrescer. O declínio dessa proporção sugere algum tipo de "dependência" acarretada pela idade,[15] o que leva esses indivíduos a buscarem a co-residência com filhos(as) ou outros parentes como forma de apoio. Contudo, em 2000, ainda se encontravam 77% dos homens que, aos 80 anos, chefiavam seus domicílios, a despeito da idade avançada, proporção mais elevada do que os 70% observados em 1980. Isso se deve, provavelmente, ao fato de 75% desses homens serem casados e contarem com uma esposa para cuidarem deles no caso de necessidades (ver Camarano, 2006). A proporção de idosos que não residem em seus domicílios – ou seja, moram com filhos, genros e/ou outros parentes – é um indicador da "dependência" do idoso sobre a família (Camarano; El Ghaouri, 1999). Essa proporção diminuiu nos 20 anos considerados.

Desde os 25 anos, mais da metade dos homens brasileiros vivia em seu domicílio em 1980. Em 2000, isso ocorreu um ano mais tarde. Casamento e constituição de domicílio estavam bastante associados desde os 19 anos até os 43 anos em 2000, e até os 45, em 1980 (ver gráficos 1 e 2). A partir daí,

15. Pode-se esperar que a idade avançada acarrete perda de autonomia e de rendimentos.

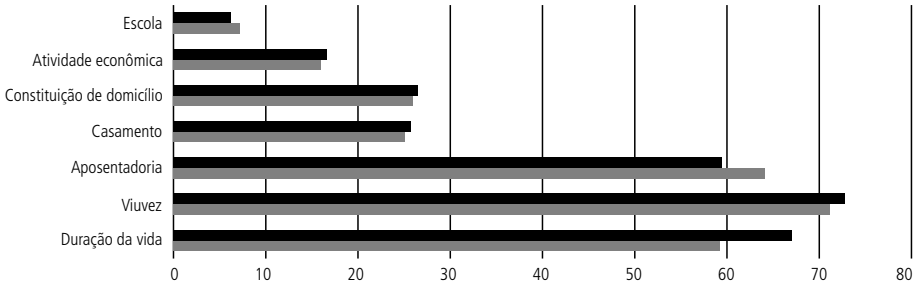
observa-se um descolamento crescente das duas curvas, quando a proporção de homens residindo no próprio domicílio passou a ser mais elevada que a de casados. Pode-se observar em 2000 que dos 26 aos 64 anos, mais de 50% dos homens brasileiros estavam participando do mercado de trabalho, residindo nos seus domicílios e casados. Em 1980, isso ocorreu até os 66 anos. No que diz respeito a domicílios próprios e casamento, mais de 70% dos homens estavam nessas duas condições ao atingirem os 80 anos, mas fora do mercado de trabalho.

Sumarizando, os gráficos 1 e 2 sugerem que as etapas da vida, pelo menos da população masculina, são definidas pela participação nos eventos mencionados. Ou seja, uma etapa é subseqüente à outra e há um encadeamento da prevalência desses eventos ao longo da vida apesar do crescimento da proporção de pessoas que participam simultaneamente em mais de um evento. A partir dos resultados, pode-se supor que a participação no mercado de trabalho e a constituição de domicílio são eventos que, combinados, marcam a vida adulta, e a saída do mercado de trabalho marca a última etapa.

3.3 Mudanças nos tempos

A comparação entre 1980 e 2000 não aponta para transformações expressivas no padrão desses movimentos no período (ver gráficos 1 e 2). Ocorreram mudanças no momento em que eles aconteceram (idade), na sua duração e no *quantum* (freqüência). Uma das mais importantes mudanças foi o alongamento da vida, medido pelo aumento da esperança de vida ao nascer (ver gráfico 6). Entre os homens, esta aumentou 7,8 anos, nos 20 anos considerados. O prolongamento da vida resultou da queda da mortalidade em todas as idades,

GRÁFICO 6
Idades médias à entrada em alguns eventos que marcam o ciclo da vida: homens – 1980 e 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

1980 2000

especialmente na infância e nas idades mais avançadas.[16] Além disso, a entrada na escola passou a ocorrer mais cedo;[17] no mercado de trabalho, mais tarde; e o retiro profissional (aposentadorias), mais cedo, apesar de a vida ter-se alongado. A idade média[18] à época de constituição do domicílio, do casamento e da viuvez aumentou, respectivamente, em 0,5, 0,7 e 1,6 ano. Tanto em 1980 quanto em 2000, os homens saíam da casa dos pais, em média, um ano após o casamento. Isso ocorria dez anos depois da entrada no mercado de trabalho, também, nos dois períodos considerados.

As medidas mostradas no gráfico 6 são indiretas, calculadas através da metodologia das coortes sintéticas. No entanto, a tendência apontada por ela vai de encontro à apontada por Hasenbalg (2003). Este se baseou em uma pergunta direta sobre a idade à época do primeiro emprego, feita pela Pnad de 1996, e mostrou que a idade média dos que ingressaram no mercado de trabalho na década de 1990 era 1,2 ano mais elevada que a daqueles que ingressaram nos anos 1980; 15,4 e 14,2 anos, respectivamente. O autor mostra, ainda, que a escolaridade média dos ingressantes também aumentou no período; passou de 5,0 para 5,4 anos. Muito embora a idade de ingresso no mercado de trabalho tenha aumentado, Hasenbalg (2003) afirma que ela pode ser considerada baixa de acordo com os padrões internacionais.

Como conseqüência da variação nas idades à época do ingresso nos eventos estudados, além de outros fatores, a duração expressa no tempo médio despendido pelas pessoas nesses eventos também foi alterada.[19] Os homens brasileiros passaram, tanto em termos absolutos quanto relativos, menos tempo nas atividades econômicas e no casamento. Por outro lado, despenderam mais tempo na escola e em gozo da aposentadoria (ver gráficos 7 e 8).[20] Apesar de terem saído de casa mais tarde, os homens brasileiros passaram um número maior de anos no seu domicílio, dado o fato de os deixarem mais tarde. No entanto, esse tempo é relativamente menor em relação à duração da vida.

---

16. Para maiores detalhes sobre a redução da mortalidade no perído mencionado, ver, dentre outros, Beltrão, Camarano e Kanso (2004) e Tafner (2006).

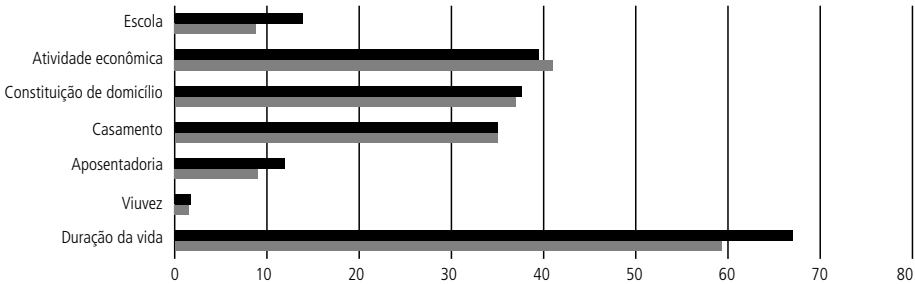
17. Visto o Censo Demográfico de 1980 ter investigado a freqüência à escola apenas para as crianças maiores de seis anos, as estimativas de idade média à entrada na escola para 2000 só consideraram a população maior de seis anos. Como já mencionado, esse procedimento superestima o referido indicador.

18. Foi calculada, também, utilizando-se da metodologia de coortes sintéticas.

19. A duração foi calculada a partir do número líquido de anos passado em cada evento. Para isso, utilizou-se a metodologia da tabela de vida ativa. Ver Bush (1996).

20. A duração relativa foi estimada como a duração média sobre a esperança de vida ao nascer.

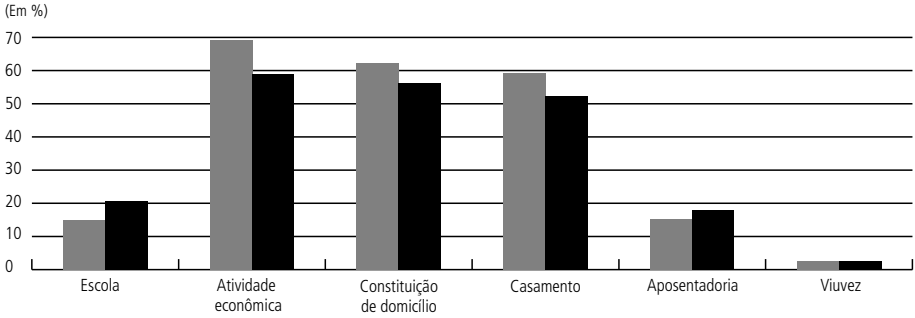
GRÁFICO 7
Número médio de anos passados nos eventos que marcam o ciclo da vida: homens – 1980 e 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

1980 2000

GRÁFICO 8
Proporção do tempo passado nos diversos eventos com relação à esperança de vida ao nascer: homens – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

1980 2000

Sugere-se que o menor tempo passado pelos homens nas atividades econômicas não se deve apenas ao maior tempo passado na escola e a um adiantamento da idade à época da aposentadoria. Fatores associados ao desempenho no mercado de trabalho devem estar contribuindo, também, para essa redução. Outro fato novo é um período de vida pós-laboral mais extenso, acompanhado por melhorias nas condições de saúde (Camarano, 2006). É um processo que tem beneficiado a população idosa de quase todo o mundo (ver Oecd, 2006) e levado a uma mudança de percepção do que vem a ser a última etapa da vida.

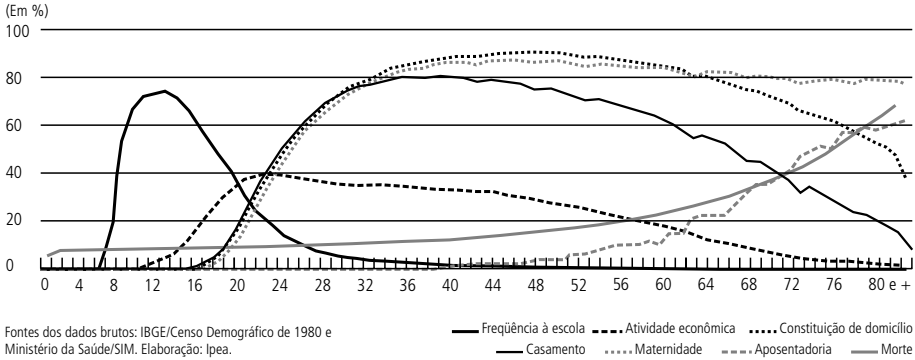
Sumarizando, observou-se que os homens brasileiros passaram, tanto em 1980 quanto em 2000, a maior parte do seu tempo vivido no mercado de trabalho, no domicílio próprio e na condição de casados, mesmo tendo essas proporções decrescido.

4 PRINCIPAIS EVENTOS QUE MARCAM O CICLO DE VIDA DA POPULAÇÃO FEMININA

4.1 Eventos concernentes ao mercado de trabalho

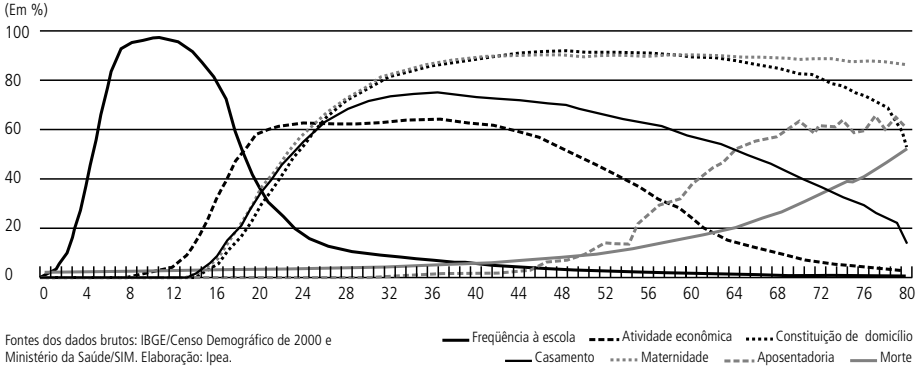
Os gráficos 9 e 10 apresentam as proporções de mulheres nos eventos estudados nos tópicos anteriores – em 1980 e 2000, respectivamente. Neles estão incluídas, também, as proporções de mulheres que tiveram filhos, dado o efeito que a maternidade exerce na participação feminina nas atividades econômicas e no processo de constituição do domicílio. A parentalidade é considerada por alguns autores como o último estágio do processo de transição para a vida adulta (Billari, 2001).

GRÁFICO 9
Brasil: proporção de indivíduos do sexo feminino em diversos eventos ao longo do ciclo da vida – 1980



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 1980 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 10
Brasil: proporção de indivíduos do sexo feminino em diversos eventos ao longo do ciclo da vida – 2000



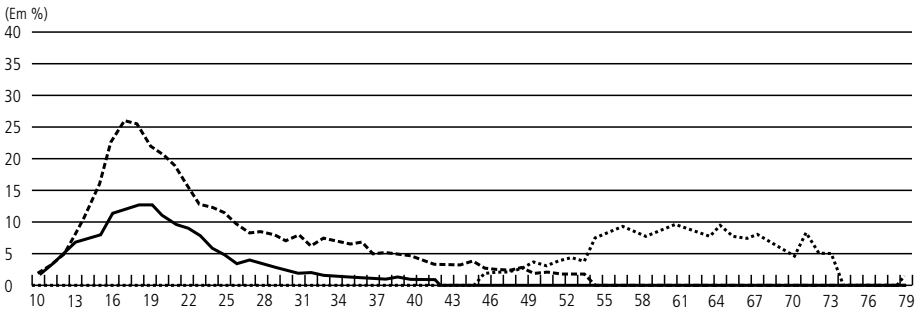
Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

As três fases da vida são, também, bastante marcadas para as mulheres. No entanto, os eventos que definem a segunda e a terceira fases parecem ter importância diferenciada. Casamento e maternidade parecem desempenhar um papel muito importante na sua vida adulta e a participação no mercado de trabalho exerce um papel relativamente menor quando comparada à dos homens. No entanto, a tendência observada nos 20 anos é a de redução da importância da maternidade e do casamento e o aumento da participação no mercado de trabalho. Além disso, a última fase é caracterizada não só pela aposentadoria, mas, também, pela redução mais acentuada na proporção de mulheres vivendo no seu próprio domicílio e pelo descasamento. Isso se deve ao fato de as mulheres idosas serem, em maior proporção, viúvas, e, necessitando de cuidados, vão morar com filhos ou outros parentes.

O comportamento de freqüência à escola, no caso das mulheres, não foi muito diferente do comportamento da população masculina. À semelhança do observado com a população masculina, a proporção de mulheres que freqüentava a escola cresceu muito no período estudado. No entanto, pode-se observar grande diferença quando se compara os *quanta* em 1980 e 2000. Embora a proporção máxima tenha sido verificada na mesma idade nos dois anos considerados, seu valor foi muito mais alto, 75% em 1980 e 97% em 2000 aos 11 anos. O *status* de estudante predominou entre as mulheres até os 17 anos, nos dois anos estudados, apesar de em 1980, até os 28 anos, pelo menos 5% das mulheres ainda se encontrarem na escola. Em 2000, essa idade se estendeu até os 43 anos, o que ocorreu concomitantemente à participação no mercado de trabalho. Essa participação simultânea se iniciou aos 12 anos, nos dois períodos considerados, conforme mostra o gráfico 11. A simultaneidade entre escola e trabalho parece ser mais longa para as mulheres do que para os homens.

GRÁFICO 11

Proporção de mulheres brasileiras que participa simultaneamente de mais de um evento – 1981 e 2001



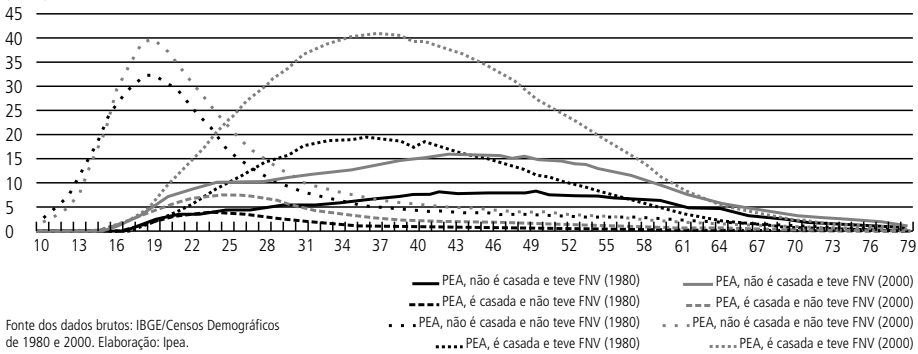
Fonte dos dados brutos: IBGE/Pnads de 1981 e 2001. Elaboração: Ipea.
Obs.: Não foi possível calcular a proporção de aposentadas trabalhando para 1981 em vista dos baixos números amostrais.

É fato largamente reconhecido que a inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá de maneira bastante diferente da dos homens. Além de ser afetada pelas variáveis consideradas no caso masculino, essa inserção no caso das mulheres é afetada também pela nupcialidade e fecundidade. Pode-se dizer que para os homens o desenvolvimento econômico e social, acompanhado da urbanização, da expansão das oportunidades escolares e da ampliação da cobertura da previdência social, resultam em que sua entrada no mercado de trabalho ocorra mais tarde e a saída mais cedo, diminuindo o tempo em que passam na atividade econômica. Já a participação feminina no mercado de trabalho parece ter uma relação positiva com o desenvolvimento social (Durand, 1975; Camarano, 1985; Mammen; Paxson, 2000; Tafner, 2006).

A participação das mulheres na atividade econômica aumentou expressivamente entre 1980 e 2000, mas continuou bastante mais baixa quando comparada à dos homens no último ano considerado. Esse incremento foi expressivo desde os 20 anos de idade. As taxas atingiram o máximo aos 34 anos (64%), em um patamar bem mais elevado que o observado em 1980 (41%), o que ocorreu aos 21 anos. A partir dessa idade, as saídas superaram as entradas. Em 1980, ser trabalhadora foi o *status* predominante das mulheres apenas com idade entre 18 e 20 anos. Em 2000, esse intervalo se estendeu até os 24 anos. Ser mãe e/ou estar casada passou a ser o papel predominante das mulheres a partir dos 22 anos, em 1980, e dos 25, em 2000. Esses eventos não são incompatíveis com a participação nas atividades econômicas.

De acordo com Soares e Izaki (2002), a mudança mais expressiva na participação das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas ocorreu entre as mulheres cônjuges. Ou seja, o aumento da participação feminina foi

GRÁFICO 12
Brasil: proporção da população feminina por idade segundo algumas categorias – 1980 e 2000
(Em %)



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

explicado pelo aumento das mulheres com marido e não pelas mulheres chefes de domicílio. Corroborando outros estudos, os autores mostraram que o nível educacional explicou 59% do aumento da participação feminina.

O gráfico 12 reforça os achados de Soares e Izaki. Aponta que entre 1980 e 2000 cresceu a proporção de mulheres que participam das atividades econômicas, são casadas e/ou têm filhos. Considerando várias combinações possíveis, os maiores acréscimos se verificaram primeiramente entre as mulheres que acumulavam trabalho com maternidade e casamento, seguidas das que acumulavam trabalho e maternidade. No segundo caso, pode-se estar falando de mulheres que foram casadas, dado que o aumento se mostrou diferenciado por idade. Isso afetou a composição da PEA por *status* marital e com relação à maternidade. Por exemplo, em 2000, a maioria dessa população era constituída por mulheres que acumulavam os dois papéis. Isso ocorreu dos 25 aos 64 anos. Até os 24 anos, o estado conjugal predominante das mulheres que integravam o mercado de trabalho era o de solteiras e sem filhos e, a partir dos 65 anos, de mulheres com filhos mas não-casadas.

Os afastamentos da PEA por motivos outros que não a morte superaram este último, desde os 22 anos em 1980, e dos 38, em 2000 (Tafner, 2006). A partir dos 60 anos, a proporção de mulheres aposentadas passou a ser maior que a de trabalhadoras nos dois anos considerados. Como já mostrado em vários trabalhos, (ver Camarano, 2003) um dos avanços da Constituição de 1988 foi um aumento da cobertura previdenciária que beneficiou principalmente as mulheres. Esse aumento concentrou-se nas idades de 56 a 73 anos. Também no caso das mulheres a aposentadoria não significa, necessariamente, uma retirada da força de trabalho. Como se viu no gráfico 11, entre 55 e 75 anos, mais de 5% delas trabalhavam e eram aposentadas em 2001.

A participação simultânea nos vários eventos ocorreu em menor intensidade entre as mulheres que entre os homens, muito embora tenha aumentado consideravelmente a proporção de mulheres que trabalhava e estudava (ver gráfico 11). Essa combinação é muito mais significativa que a de trabalho e aposentadoria. É baixa a proporção de mulheres aposentadas que continuaram trabalhando, 10,9% em 2000.

4.2 Transições que marcam a constituição do domicílio

No caso das mulheres, a constituição de domicílio ou a saída da casa dos pais pode não estar diretamente vinculada ao ingresso no mercado de trabalho, mas sim ao casamento ou à maternidade. A proporção de mulheres na condição de chefes ou cônjuges também é bastante afetada pela idade. Desde os 16 anos,

pelo menos 5% das mulheres encontravam-se nessa condição, que cresceu até os 43 anos, em 1980, e até os 46 anos em 2000.

Em 1980, até os 25 anos, a proporção de mulheres residindo em seus domicílios era mais baixa do que a de casadas. Isso ocorreu até os 24 anos em 2000. A partir dos 26 anos, essa situação se inverteu, sugerindo que, no primeiro caso, uma proporção não-desprezível de mulheres casou e não saiu de casa e, no segundo, que elas constituíram seus domicílios sem se casarem. Ou seja, o casamento não implicava, na sua totalidade, a saída de casa, nem a saída de casa, o casamento. É possível, também, que uma parcela das mulheres que estavam em seus domicílios e não eram casadas, já fosse separada. Em 2000, desde os 19 anos a proporção de mulheres separadas superava os 5%.[21] Com relação à maternidade em 1980, a proporção de mulheres residentes em seus domicílios era mais elevada que a de mães, até aproximadamente os 60 anos. Em 2000, essa relação se inverteu até os 25 anos. Significa que pelo menos 5% das mulheres com idade inferior a 25 anos que tiveram filhos viviam nas suas casas de origem, ou seja, tiveram filhos mas continuavam morando com seus pais.

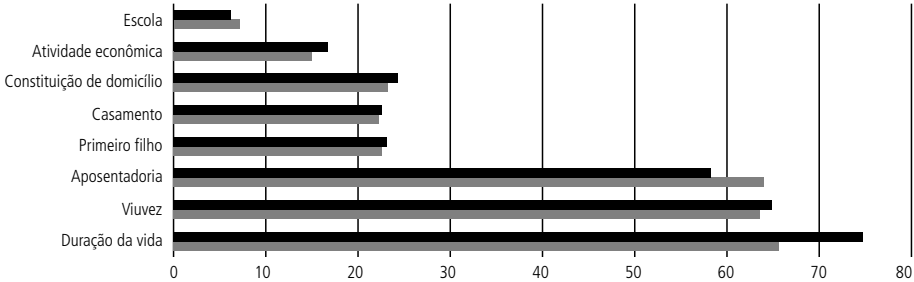
Casamento, maternidade e constituição de domicílio estavam bastante associados dos 24 aos 36 anos, em 1980. Em 2000, a associação dos três eventos só aparenta ser tão forte dos 24 aos 28 anos. A partir dessa idade, a proporção de mulheres casadas diminuiu, mas a de residentes em domicílio próprio cresceu. O estado conjugal predominante das mulheres brasileiras até os 67 anos em 1980 foi o de casadas, quando a situação de viuvez passou a superar o casamento. Em 2000, essa mudança ocorreu aos 70 anos nas mulheres. A partir dessa idade, a proporção de mulheres residindo em domicílios próprios diminuiu mais acentuadamente, atingindo 38% aos 80 anos em 1980 e 53% em 2000, nessa mesma idade. Embora essa proporção tenha aumentado no período considerado, continuou bem mais baixa que a verificada para homens nessa idade. Isso aponta para maior "dependência" das mulheres na velhice em relação às suas famílias, pois 47% residiam na casa de filhos(as), genros ou noras.

4.3 Mudança nos tempos

O movimento das mulheres ao longo do ciclo da vida nos 20 anos estudados foi muito semelhante ao dos homens: a duração da vida aumentou, a entrada na escola e na aposentadoria ocorreu mais cedo e a no mercado de trabalho mais tarde. Observou-se, também, um adiamento na idade à época da saída de casa, do casamento, do primeiro filho e da viuvez. Três grandes diferenças foram

21. Dados não mostrados.

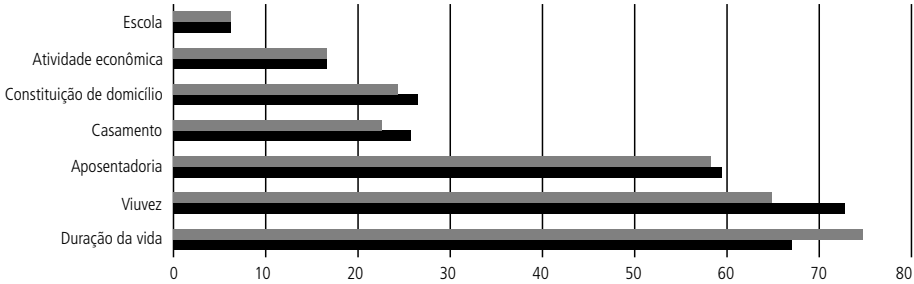
GRÁFICO 13
Idades médias à entrada em alguns eventos que marcam o ciclo da vida: mulheres – 1980 e 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

1980 2000

GRÁFICO 14
Idades médias à entrada nos principais eventos do ciclo da vida por sexo – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Homens Mulheres

observadas em relação aos homens: entrada maior de mulheres na atividade econômica, permanência mais longa nessa atividade, a despeito de nela entrarem mais tarde, e um aumento maior na esperança de vida ao nascer. Conseqüentemente, o tempo passado nesses eventos em relação à duração da vida aumentou (ver gráficos 13 e 14).

As mulheres passaram a viver aproximadamente nove anos a mais em 2000, em comparação a 1980. Dado que esse incremento foi maior do que o observado para os homens, isso significou uma ampliação nos diferenciais da esperança de vida entre homens e mulheres, de 6,4 anos para 7,7 anos. A entrada das mulheres para a escola foi antecipada em pelo menos um ano[22] e também a

22. Como foi feito no caso da população masculina, para possibilitar a comparação entre 1980 e 2000, calculou-se a idade média à entrada na escola considerando apenas a população maior de seis anos. Pode-se acreditar que a antecipação desse indicador foi maior que a apresentada aqui.

aposentadoria passou a ocorrer 5,7 anos mais cedo.[23] Quanto ao ingresso nos demais eventos, elas o adiaram. O maior postergamento ocorreu quanto ao mercado de trabalho, no qual passaram a ingressar 1,7 ano mais tarde. Em 1980, elas começavam a participar das atividades econômicas aproximadamente um ano mais cedo do que os homens[24] e, em 2000, igualaram-se as idades de homens e mulheres nesse evento.

O gráfico 14 compara essas idades médias para homens e mulheres em 2000. Nesse ano, não foram expressivas as diferenças nos indicadores mencionados no caso dos eventos concernentes ao mercado de trabalho. No entanto, elas foram expressivas em 1980, quando as mulheres entravam no mercado de trabalho um ano antes que os homens, e se aposentavam aproximadamente à mesma idade, apesar de o tempo de trabalho e o de contribuição exigidos para as mulheres serem menores. O movimento experimentado por elas nos 20 anos estudados foi a de convergência em direção à situação masculina.

Em 2000, as mulheres saíram da casa dos pais um ano mais tarde, em relação à ocorrência desse evento em 1980 (ver gráfico 13). Além disso, saíram 1,7 ano depois do casamento e 1,2 ano depois do primeiro filho. Essa falta de sincronia entre a saída de casa, o casamento e a maternidade foi observada, também, em 1980, mas em menor intensidade (1,0 e 0,7 ano, para o casamento e a maternidade, respectivamente). Embora a idade média à época do primeiro filho tenha aumentado em 0,5 ano, não se pode deixar de mencionar o aumento da gravidez na adolescência, ou seja, do número de mulheres nessa situação, com menos de 20 anos, observado no período. Significa que, a despeito de a taxa de fecundidade das mulheres de 20 a 49 anos ter declinado no período considerado, a das mulheres de 15 a 19 anos aumentou. O maior incremento ocorreu nos anos 1980 (ver Beltrão; Camarano; Kanso, 2004; Rios-Neto, 2005). Em 1980, menos de 5% das mulheres com idade inferior a 20 anos tinham tido filhos. A proporção comparável em 2000 foi de 7,8%. Estudo recente aponta uma redução da fecundidade desse grupo etário na década de 1990 (Berquó; Cavenaghi, 2005).

Como já se mencionou, assume-se que a constituição de um domicílio é uma etapa muito importante no processo de transição para a vida adulta. Como registram Heilborn e Cabral no capítulo 8 deste livro, a gravidez na adolescência

23. Parte desse adiantamento pode ser explicada pelas mudanças na legislação da previdência rural que passou a beneficiar mulheres a partir dos 55 anos.

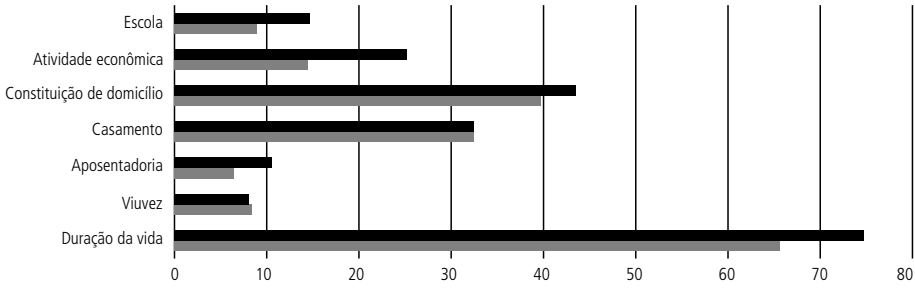
24. Essa entrada relativamente "precoce" das mulheres no mercado de trabalho em 1980, se deve, provavelmente, ao trabalho doméstico.

leva à formação de um novo núcleo familiar, ainda que de forma temporária. Essa transformação é considerada pelas autoras uma das mais importantes experimentadas pela família brasileira no final do século XX. Sua novidade está no fato de a nupcialidade não mais anteceder à reprodução. Mudanças como essa resultaram de um processo que tornou a conjugalidade um domínio até certo ponto autônomo em relação ao da família e, por outro lado, de o exercício da sexualidade haver ultrapassado a esfera do matrimônio, pelo menos no que diz respeito às mulheres. Em termos de transição para a vida adulta, esse processo "anteciparia" a transição.

Como mostra o gráfico 14, as mulheres saíram de casa mais cedo do que os homens, uma diferença de 2,1 anos, e também se casaram mais cedo, 3,1 anos, em 2000. Essa diferença se deve principalmente ao fato de as mulheres se casarem com homens mais velhos (BERQUÓ, 1998). Os diferenciais da idade ao sair de casa diminuíram e da idade ao casar aumentaram no período considerado. Essa diferença, junto com a maior mortalidade masculina, resultou em que as mulheres ficavam viúvas, em média, oito anos mais cedo que os homens, nos dois anos considerados.

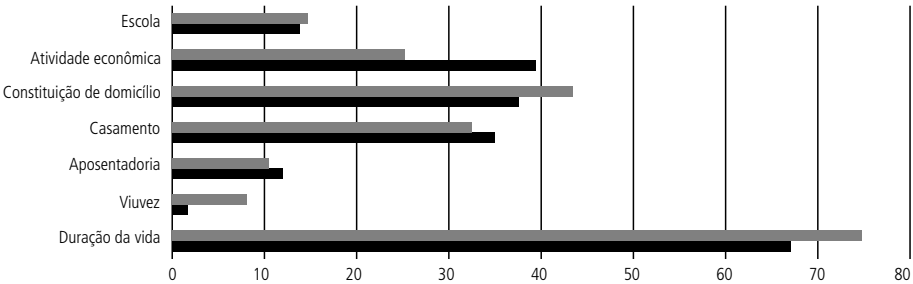
Quanto à duração, ou seja, o tempo passado pelas mulheres nos eventos estudados, pode-se observar que, tanto em termos absolutos quanto relativos, elas passaram mais tempo na escola, nas atividades econômicas e no período pós-laboral, como aposentadoria (ver gráficos 15 e 16). As mulheres experimentaram um aumento maior que os homens no número médio de anos passados na escola, em torno de um ano a mais. Apesar do grande incremento observado no seu tempo passado na atividade econômica, este era, em 2000, bem mais baixo que o passado pelos homens, 14,2 anos menor (ver gráfico 16).

GRÁFICO 15
Número médio de anos passados nos eventos que marcam o ciclo da vida: mulheres – 1980 e 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 16
Número médio de anos passados nos eventos que marcam o ciclo da vida por sexo – 2000



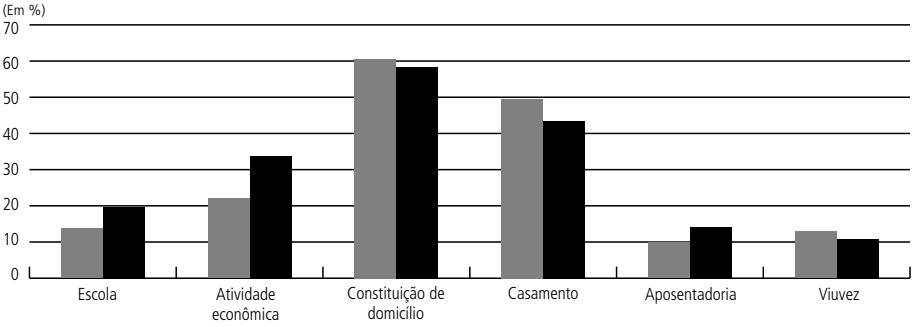
Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Homens Mulheres

Em termos absolutos, quando se compara 1980 com 2000, as mulheres, como os homens, despenderam número maior de anos no seu domicílio, porém, um tempo menor com relação aos anos de vida ganhos. Comparadas aos homens, elas saíram da casa dos pais mais cedo, e, conseqüentemente, passaram mais tempo em suas próprias casas, apesar de terem saído delas mais cedo. Apesar de a variação em termos absolutos não ter sido muito expressiva, pode-se falar de uma redução, em termos relativos, do tempo passado pelas mulheres na condição de casadas e viúvas. Os homens passavam, em 2000, 2,5 anos, em média, a mais na condição de casados que as mulheres, o que se deve, provavelmente, à maior facilidade de recasamento dos primeiros (ver gráfico 16).

Sumarizando, o gráfico 17 aponta que aproximadamente 60% do tempo vivido pelas mulheres se passaram no seu próprio domicílio, proporção seme-

GRÁFICO 17
Brasil: proporção do tempo passado nos diversos eventos com relação à esperança de vida ao nascer – mulheres – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

1980 2000

lhante à observada para os homens. O tempo transcorrido de casamento, que fora de, aproximadamente, 50% do tempo vivido em 1980, diminuiu para 43% em 2000, uma proporção bem mais baixa que os 52% observados para os homens no mesmo ano. Dado que a maternidade é um evento irreversível, não é comum o cálculo do tempo passado nessa condição. Entretanto, apenas a título de ilustração, mostra-se que as mulheres passaram em 2000, aproximadamente 52 anos na condição de mães, o que significa 70% do tempo vivido. Embora sua participação nas atividades econômicas tenha crescido muito entre 1980 e 2000, o número de anos passados por elas nessas atividades foi de aproximadamente 1/3 do tempo vivido.

Esses dados apontam para uma dificuldade maior de se definir o que venha a ser a vida adulta para as mulheres. Ficou claro que a inserção na atividade econômica tem importância diferenciada por sexo. Se se aceita que a saída de casa, o casamento e a maternidade são variáveis importantes na determinação do processo de transição para a vida adulta, independentemente da participação na atividade econômica, pode-se supor que a entrada das mulheres ocorre mais cedo que a masculina. Por outro lado, o aumento em curso da participação feminina nas atividades econômicas pode vir a redefinir o processo de transição das mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: COMO FICAM AS FASES DA VIDA?

A caracterização das fases da vida desenvolvida nos tópicos anteriores centrou-se na classificação tradicional das três fases e utilizou como parâmetros principais os eventos concernentes ao mercado de trabalho e à constituição de família (domicílio). A despeito das mudanças recentes em todo o ciclo da vida, pode-se afirmar que, de maneira geral, as principais fases da vida, sua seqüência e seus eventos continuam os mesmos. Junto com o prolongamento da vida, observaram-se outros alongamentos, tais como o do tempo passado na escola e o do período pós-laboral. Os dois processos associados a outros levam à hipótese de que a juventude se prolongou, adiou-se a transição para a vida adulta e criou-se uma nova fase no ciclo da vida: a quarta idade.

Esses alongamentos são, em parte, resultantes das mudanças nos *quanta* dos principais eventos do ciclo da vida: a redução das taxas de mortalidade e o aumento da freqüência à escola, ambos mais expressivos entre as mulheres; o incremento da participação delas no mercado de trabalho; a queda da participação dos homens; a expansão da cobertura propiciada pela seguridade social, que beneficiou, principalmente, as mulheres; e, finalmente, uma certa

dissociação entre nupcialidade e fecundidade. Em síntese, parece que se pode dizer que as grandes mudanças foram experimentadas e/ou desencadeadas pelas mulheres.

A caracterização utilizada deixa, pelo menos, quatro pontos a descoberto: a heterogeneidade e a complexidade do processo – uma progressão linear entre as várias fases; a não-consideração de fases intermediárias, como a adolescência e a juventude; e os eventos que definiriam a transição para a vida adulta para as mulheres. Os dois últimos pontos são os de maior interesse para este livro. Daquilo que foi visto, depreende-se que a vida adulta para a população masculina pode se caracterizar pela participação no mercado de trabalho e constituição de domicílio, independentemente do casamento e/ou da paternidade. A constituição de domicílio é, também, uma etapa importante do processo de transição para a vida adulta, em especial para as mulheres. No entanto, esta pode ocorrer independentemente da sua participação nas atividades econômicas (ver capítulo 8 deste livro).

Uma mudança observada em relação às mulheres na faixa dos 20 anos foi o aumento da simultaneidade de participação em vários eventos: escola e trabalho, trabalho e aposentadoria e a conjugação de trabalho com casamento e maternidade. Isso sugere que novas formas de transição para a vida adulta estão em curso e/ou tornam mais tênues as delimitações entre as várias fases da vida. Estas prevêem uma seqüência de eventos que engloba a saída da escola, a entrada no mercado de trabalho, a saída da casa dos pais, o casamento e o nascimento do primeiro filho, em torno do qual se constitui um novo núcleo familiar. Baseiam-se na estabilidade do mercado de trabalho e das relações afetivas, originando transições, em alguma medida, previsíveis ao longo da existência dos indivíduos. Pelo que se viu, ao que parece, embora o modelo tradicional de transição para a vida adulta continue predominante, novas formas passaram a conviver com ele. A combinação de formas tradicionais com "novas" parece ocorrer, também, nas transições para todas as fases da vida.

As trajetórias de vida atuais parecem, também, mais erráticas do que as do passado. Ou seja, observa-se que os jovens, por exemplo, saem de casa podendo a ela retornar (Pais, 2001). Neste e em outros capítulos observou-se que uma parcela não-desprezível estabelece família (casa-se ou têm filhos) no domicílio de origem. Além dessas novas formas de transição, ocorre ainda que muitos jovens saem de casa e permanecem, por curto ou longo tempo, recebendo auxílio financeiro de seus pais ou parentes. Isso leva a se questionar se a saída de casa pode ser apontada como evento único e definidor da assunção do *status* de

adulto (Mello et al., 2004). No entanto, ela mantém-se como indicador importante, pelo seu simbolismo no processo de emancipação e de independência dos indivíduos e por ser a modalidade predominante entre os adultos (Camarano et al., 2004).

Não se pode deixar de reconhecer que a participação nas atividades econômicas também tem se comportado de forma não-monotônica em todas as idades. A desvinculação de uma parcela não-desprezível de homens na faixa de 18 a 23 anos e 55 a 66 anos de eventos ligados ao mercado de trabalho leva a se pensar, também, em progressões não-lineares, ou melhor, em novas entradas na atividade econômica ou recomeços. O mesmo parece ocorrer quanto aos casamentos/recasamentos. No entanto, a participação nas atividades econômicas continua sendo uma característica muito importante da vida adulta, pelo menos, para os homens. Provavelmente, o crescimento da participação feminina está alterando o papel das mulheres na sociedade e, conseqüentemente, mudará a definição de vida adulta no que diz respeito a elas. Isso acontece concomitantemente às mudanças na sua nupcialidade e na fecundidade.

Em síntese, muitas possibilidades de transições para as várias fases da vida parecem abrir-se na atualidade, embora o modelo tradicional ainda predomine. O curso da vida tem se colocado como um espaço para novas e inovadoras experiências, em oposição à idéia de que ele se constituía de passagens ritualizadas de uma etapa para outra (Debert, 1999). No entanto, como só foram considerados dois pontos no tempo, não se pode falar que essas mudanças configurem uma nova tendência. Caso a proporção de pessoas que optam pela escolha de novos caminhos aumente expressivamente, ficará difícil delimitar fases da vida e pensar nos processos de transição no futuro. "Quando tudo é possível, nada é certo" (Václav Havel, 1994 *apud* Sheehy, 1996).

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; KANSO, S. *Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX*. Rio de Janeiro: Ipea, 2004 (Texto para discussão, n. 1.034).

BERQUÓ, E. (Org.). Quando, como e com quem se casam os jovens brasileiros. In: —. *Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. v. 1.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Increasing adolescent and youth fertility in Brazil: a new trend or a one-time event? In: ANNUAL MEETING OF THE POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA, Mar. 30 to Apr. 2, 2005, Philadelphia, Pennsylvania. *Mimeo...* Session n. 151, Adolescent fertility in developing countries, 2005.

BILLARI, F. The analysis of early life courses: complex descriptions of the transition to adulthood. *Journal of Population Research*, v. 18, Issue 2, p. 119-142, 2001.

BRANDÃO, E. R. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 63-86.

BUSH, V. P. *Tabla de vida activa*. México: El Colegio de México. Centro de Estudios Demográficos y de Desarrollo, 1996.

CAMARANO, A. A. Caminhos para o ano 2000: população e força de trabalho. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 1, n. 1, p. 5-22, jan./jun. 1985.

————. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 49, p. 35-63, 2003.

————. *Mecanismos de proteção social para a população idosa brasileira.* Rio de Janeiro: Ipea, 2006 (Texto para discussão, n. 1.179).

CAMARANO, A. A.; EL GHAOURI, S. K. Idosos brasileiros: que dependência é essa? In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; NICOLL, M.; CORRÊA, H. *Jovens brasileiros: sexualidade, gravidez e Aids.* Rio de Janeiro, Ipea, p. 46. 2002. Mimeo.

CAMARANO, A. A.; MEDEIROS, M. Introdução. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; PASINATO, M. T.; KANSO, S. *Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros.* Rio de Janeiro: Ipea, 2004 (Texto para discussão, n. 1.038).

CARNEIRO, I.; KNUDSEN, L.; OSÓRIO, R. Late-stayers: who are they? The home leaving process in Brazil and Denmark. *Research Report*, v. 24, Danish Center for Demographic Research, 2002.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: EDUSP, 1999.

DE VOS, S. Leaving the parental home: patterns in six Latin American countries. *Journal of Marriage and the Family*, University of Wisconsin-Madison, n. 51, p. 615-626, Aug. 1989.

DURAND, J. D. *The labor force in economic development*. New Jersey: Princeton University Press, 1975.

HASENBALG, C. A Transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. *Origens e destinos:* desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

LASLETT, P. *What is old age? Variation over time and between cultures. International studies in demography*: Health and mortality among the elderly, issues for assessment. New York: Oxford University Press, 1996.

MAMMEN, K.; PAXSON, C. Women's work and economic development. *Journal of Economic Perspectives*, n. 14, p. 141-165, 2000.

MARTIN, J.; PEARSON, M. Time to change. *OECD Observer*, France, n. 248, p. 7-8, Mar. 2005.

MELLO, J. L.; CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T.; KANSO, S. Como chegar à vida adulta: será que existe um único caminho? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 20 a 24 de set. 2004, Abep, Caxambu – MG. *Anais...* Abep, Caxambu, MG, 2004.

OECD. *Live longer, work longer* – ageing and employment policies. França, Paris: OECD, 2006.

PAIS, J. M. *Ganhos, tachos e biscates:* jovens, trabalho e futuro. Porto: Âmbar, 2001.

RIOS-NETO, E. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 371-408, jul./dez. 2005.

SHEEHY, G. *New passages.* New York: Ballantine Books, 1996.

SALTZMANN, J. (Comp.). *El libro de las idades*. Palabras para acompañar el paso del tiempo. Buenos Aires: El Ateneo, 2002.

SOARES, S.; IZAKI, R. S. *A participação feminina no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: Ipea, 2002 (Texto para discussão, n. 923).

SPOSITO, M. P. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). *Juventude e escolarização* – estado do conhecimento. São Paulo: Ação Educativa, 2000. p. 6-34. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org>. Acesso em: 15/11/2003 às 10h.

TAFNER, P. (Ed.). *Brasil: o estado de uma nação* – mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

VIANNA, H. da (Org.). *Galeras cariocas*: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

CAPÍTULO 3

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NAS TRANSIÇÕES AO LONGO DO CICLO DA VIDA POR REGIÕES E COR/ETNIA

Ana Amélia Camarano
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea
Juliana Leitão e Mello
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea
Solange Kanso
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades da sociedade brasileira nos seus vários aspectos – renda, condições de saúde, educacionais etc. – levam a heterogeneidades nas condições em que ocorrem os processos de transição para os principais eventos que caracterizam o ciclo da vida. Assume-se que as diferenças já se fazem presentes no nascimento, continuam, e, em alguns casos, se agravam ao longo da vida e terminam na morte. Elas levam, inclusive, a que indivíduos não experimentem todo um conjunto de eventos que caracterizam o ciclo da vida.

O objetivo deste capítulo é analisar as diferenças e semelhanças no *timing* e no *quantum* das trajetórias para os principais eventos que marcam o ciclo da vida por regiões, aqui consideradas as regiões Nordeste e Sudeste, e por cor/etnia. Os grupos étnicos estudados foram os de brancos, pretos e pardos de todo o país. Dentro das regiões, não se levou em conta a desagregação por cor/etnia. Isso leva a que a comparação entre os cinco grupos deva reconhecer a existência de superposições entre eles. Como no capítulo anterior, as principais trajetórias consideradas foram entrada na escola, no mercado de trabalho, início de uma união conjugal, saída da casa dos pais ou de origem, nascimento do primeiro filho, entrada na aposentadoria, assunção da condição de viuvez e morte.

O capítulo descreve a experiência dos grupos populacionais mencionados acima utilizando-se da abordagem de coorte sintética, tal como empreendida no capítulo 2 deste livro. Embora se reconheça a importância dos movimentos migratórios no

processo de transição, eles não foram considerados na análise. Isso se deve, em parte, à perda de importância relativa das migrações inter-regionais. Oliveira e Simões (2004) mostram que as perdas migratórias líquidas da população nordestina diminuíram ao longo da década de 1990, bem como os ganhos líquidos da população do Sudeste.

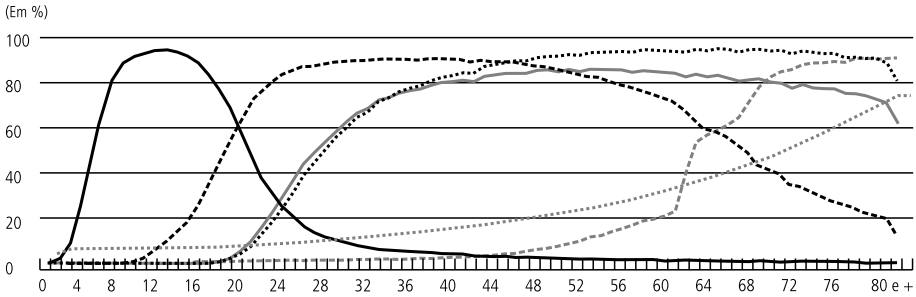
O capítulo está dividido em quatro seções, sendo a primeira esta introdução. A seção 2 descreve os processos de transição para os eventos estudados para as populações das regiões Nordeste e Sudeste. Estas foram selecionadas tendo em vista os expressivos diferenciais nos seus níveis de desenvolvimento econômico e social. Na seção 3, analisam-se os diferenciais nos processos de transição por cor/etnia, quando foi considerada a população desagregada em branca, preta e parda.[1] Na seção 4, apresenta-se uma síntese dos resultados.

2 UMA ANÁLISE DOS EVENTOS QUE MARCAM O CICLO DE VIDA NAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE

2.1 Transições masculinas

Os gráficos 1 e 2 apresentam as proporções da população masculina residente nas regiões Nordeste e Sudeste que participava dos diversos eventos estudados ao longo do ciclo da vida em 2000. Como já mencionado, busca-se inferir em que medida residir na região Nordeste ou Sudeste afeta essa participação, seja através do momento do seu ingresso (*timing*), seja na quantidade de pessoas que participam desses eventos (*quantum*). No que diz respeito à delimitação das fases da vida, à

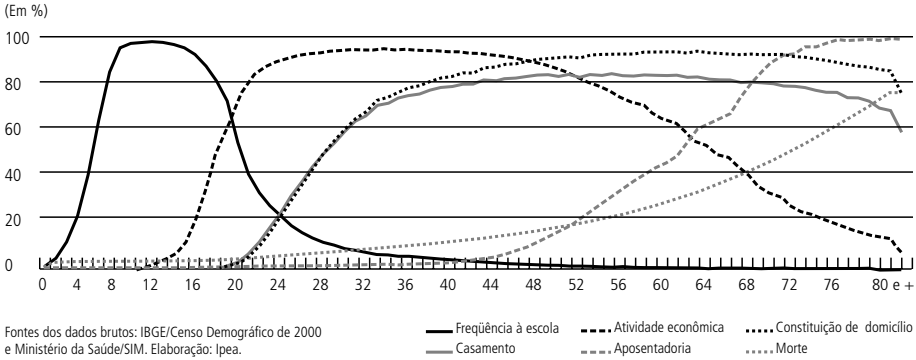
GRÁFICO 1
Proporção de indivíduos do sexo masculino residentes na região Nordeste em diversos eventos ao longo do ciclo da vida – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

1. Não foram incluídos na análise os amarelos e os indígenas, dado que representavam menos de 1% da população brasileira em 2000.

GRÁFICO 2
Proporção de indivíduos do sexo masculino residentes na região Sudeste em diversos eventos ao longo do ciclo da vida – 2000

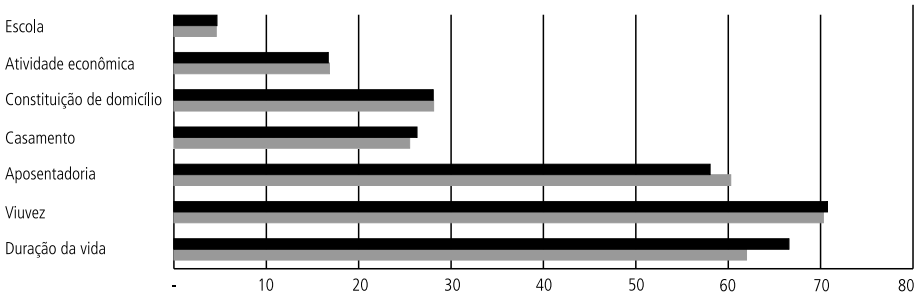


Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

primeira vista não se observam diferenças regionais expressivas. Assim, como visto para o conjunto da população brasileira (no capítulo anterior), o ciclo da vida nas duas regiões pode ser dividido em três grandes fases: infância e adolescência ou primeira idade, vida adulta ou segunda idade e velhice ou terceira idade. Cada uma dessas fases está relacionada com o papel social predominante exercido pelos indivíduos, papel esse determinado pela sua vinculação ao mercado de trabalho. Resumidamente, a primeira fase corresponde ao tempo no qual os indivíduos são preponderantemente estudantes, a segunda, trabalhadores, e a terceira, aposentados.

No entanto, observando detalhadamente as proporções, encontram-se diferenças expressivas entre as experiências de participação das duas populações nesses eventos, bem como seu *timing* (ver gráfico 3). Salienta-se, em primeiro lugar, a

GRÁFICO 3
Idades médias à entrada em alguns eventos que marcam o ciclo da vida segundo a região: homens – 2000

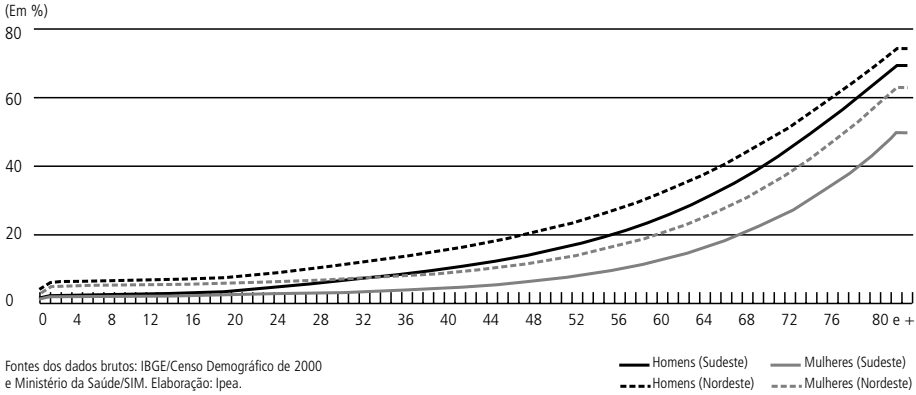


Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

diferença na duração da vida, aqui, também, medida pela esperança de vida ao nascer. Esse indicador foi estimado para o ano 2000 em 62,0 anos para a população masculina nordestina, e, para a residente no Sudeste, em 66,6 anos. Essa diferença de 4,6 anos no tempo médio vivido é o resultado das diferentes probabilidades de morte, que podem ser visualizadas no gráfico 4. As diferenças estão presentes em todas as fases da vida e vão afetar a entrada desses indivíduos nos vários eventos. Por exemplo, de mil crianças nordestinas do sexo masculino nascidas vivas, 67 não completavam os 7 anos, idade estabelecida como a de ingresso na escola. A comparável para os residentes da região Sudeste foi de 26,7 por mil nascidos vivos.

Uma das expressões mais estudadas da desigualdade é a que se dá diante da morte. As taxas de mortalidade geral e infantil da população brasileira caíram expressivamente a partir dos anos 1970, mas permaneceram os contrastes regionais e socioeconômicos.[2] Simões (2002) mostrou que a taxa de mortalidade infantil da população brasileira passou de 48,4 por mil nascidos vivos, em 1990, para 33,5, em 2000, ou seja, reduziu 30,6% no período. Essa redução se deveu, em geral, aos avanços nas condições de vida da população e, em particular, à expansão da cobertura dos serviços de saúde. No caso das regiões Nordeste e Sudeste, ela ocorreu em um ritmo menor que a média nacional. Dado que a taxa de mortalidade infantil da região Sudeste apresentava em 1980 um dos mais baixos níveis do país, quase

GRÁFICO 4
Probabilidade acumulada de morte por idade individual e sexo segundo a região – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

2. Os ganhos obtidos pela esperança de vida ao nascer como resultado da queda da mortalidade verificada para todas as idades estão mostrados no capítulo 2.

a metade do observado para a região Nordeste, as reduções têm sido progressivamente menores.[3]

Os gráficos 1 e 2 mostram que freqüentar a escola é um evento que marca a primeira fase da vida, também, nas duas regiões. As crianças de ambas as regiões entravam na escola aproximadamente à mesma idade, aos 4,6 anos, em 2000 (ver gráfico 3). No entanto, aos 7 anos, 95% das crianças residentes no Sudeste estavam na escola, enquanto no Nordeste essa proporção foi de 89%. Isso sugere que, embora as idades médias de ingresso sejam semelhantes nas duas regiões, pode-se falar da existência de um ligeiro atraso no caso das crianças nordestinas. Além disso, dentre a população nordestina 6% não haviam freqüentado a escola, o dobro da proporção observada para a região Sudeste.

Considerando as proporções de freqüência à escola, verifica-se que estas atingiram o ponto máximo numa idade anterior e em patamares mais elevados no Sudeste que no Nordeste. Entre os residentes no Sudeste, o ponto máximo da freqüência à escola ocorreu aos 9 anos, quando a proporção alcançou 98%. No Nordeste, essa proporção não ultrapassou os 94% e foi verificada aos 10 anos. A proporção dos indivíduos do sexo masculino que freqüentava a escola foi ligeiramente maior no Sudeste até os 17 anos e a partir daí elas praticamente se igualaram. Observou-se para a população das duas regiões que até os 37 anos pelo menos 5% freqüentavam a escola (gráficos 1 e 2).

O tempo passado na escola, medido pelo número absoluto de anos, foi maior no Sudeste em quase um ano comparativamente ao Nordeste (ver gráfico 5).[4] Já quando se considera o tempo relativo, ou seja, em relação à esperança de vida, essa vantagem desaparece e os tempos se igualam. Isso é explicado pelo menor tempo de vida dos nordestinos. Ou seja, os diferenciais na mortalidade explicam as semelhanças no tempo relativo passado na escola, o que significou 1/4 do tempo vivido por essa população (ver gráfico 6).[5]

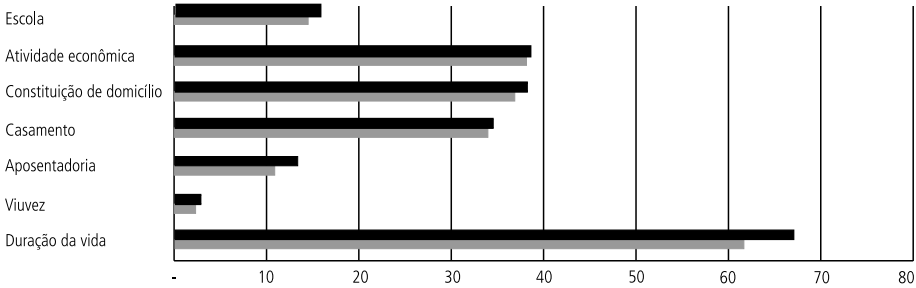
---

3. Analisando a taxa de mortalidade na infância (população menor de 5 anos) por escolaridade da mãe, Simões (2002) mostrou, também, que, apesar da queda da mortalidade infantil observada na década de 1990 para todos os segmentos populacionais, a relação inversa entre o nível de escolaridade materna e mortalidade na infância preexistente continuou. Observou que à medida que aumenta a escolaridade da mãe, diminui a mortalidade entre os menores de 5 anos. Comparando esse indicador por região, salienta que a taxa de mortalidade das crianças com mães de baixa instrução era quase o dobro da observada no Sudeste, 121,6 e 66,9 por mil nascidos vivos, respectivamente. A diferença nas taxas das duas regiões foi, também, expressiva entre as crianças com mães de escolaridade mais elevada, sendo de 46,9 por mil no Nordeste e 24,5 no Sudeste. Ou seja, verifica-se aí uma combinação de efeitos, o provocado pelos diferenciais por escolaridade e o outro por regiões.

4. A duração foi calculada a partir do número líquido de anos passado em cada evento. Para isso, utilizou-se a metodologia de tabela de vida ativa (Bush, 1996).

5. A duração relativa foi estimada como a relação entre o número médio e a esperança de vida ao nascer.

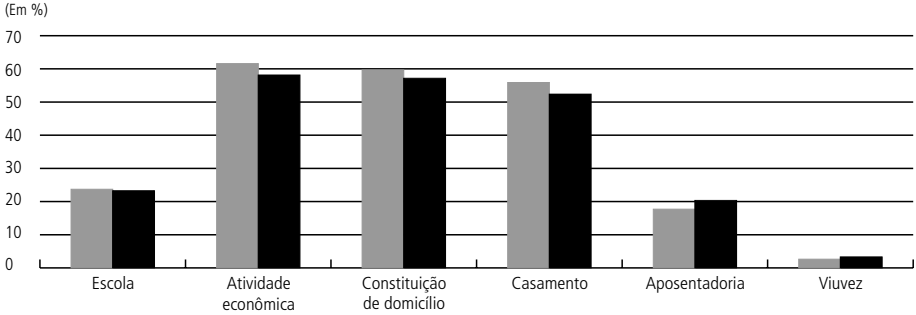
GRÁFICO 5
Número médio de anos passados nos eventos que marcam o ciclo da vida segundo a região: homens – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Nordeste Sudeste

GRÁFICO 6
Proporção do tempo passado nos diversos eventos com relação ao tempo e à esperança de vida ao nascer segundo a região: homens – 2000



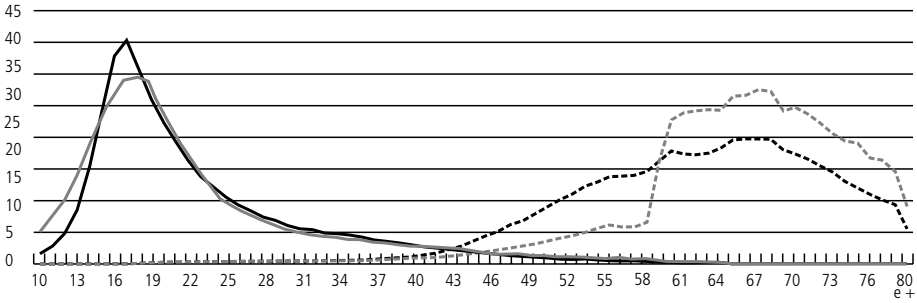
Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

Nordeste Sudeste

A simultaneidade de participação na escola e na atividade econômica observada para a população brasileira como um todo foi, também, verificada para as duas regiões. Até os 14 anos eram os nordestinos que experimentavam uma proporção mais elevada de jovens que estudavam e estavam no mercado de trabalho. Entre 15 e 19 anos, essa relação se inverteu e, a partir daí, as referidas proporções se igualaram. Aos 17 anos, aproximadamente 40% dos residentes no Sudeste estavam no mercado de trabalho e estudavam. A proporção comparável para os nordestinos foi de 32,8%.

Esse comportamento aparentemente similar entre crianças e jovens das duas regiões não significa que adquiriram uma escolaridade semelhante. Como se utilizou a metodologia das coortes sintéticas, proporções semelhantes podem estar afetadas pelo recente acesso universalizado das crianças à escola, que se verificou no

GRÁFICO 7
Proporção da população masculina por idade individual e categorias segundo a região – 2000

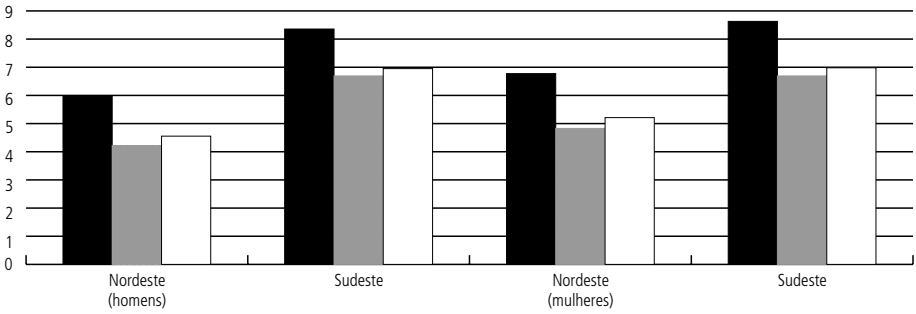


Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000.
Elaboração: Ipea.

PEA e estuda (não é aposentado) – NE
PEA e é aposentado (não estuda) – NE
PEA e estuda (não é aposentado) – SE
PEA e é aposentado (não estuda) – SE

Brasil nos anos 1990. Isso deve estar beneficiando em maior grau as coortes mais jovens da região Nordeste. A escolaridade alcançada, medida pelo número médio de anos de estudo, foi muito mais alta entre a população da região Sudeste comparativamente à do Nordeste, 6,9 e 4,5 anos, respectivamente[6] (ver gráfico 8). Além dos diferenciais na média de anos, constatou-se, também, que a proporção dos que atingiram a média foi muito mais alta entre os homens residentes no Sudeste do que entre os nordestinos. Isso significa que 34,4% dos nordestinos alcançaram mais de 4,5 anos de estudo e 46,2% dos residentes no Sudeste obtiveram mais de 6,9 anos.[7]

GRÁFICO 8
Número médio de anos de estudo por sexo e região segundo a condição de freqüência à escola – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

Freqüentam
Não freqüentam
Total

6. O número médio de anos de estudo foi calculado para a população de 15 anos e mais.

7. Dados não mostrados.

A comparação do número médio de anos de estudo entre a população que freqüentava a escola e a que não freqüentava aponta para um diferencial de aproximadamente 1,7 ano na escolaridade média dos homens das duas regiões. A escolaridade mais elevada é observada entre aqueles que ainda freqüentavam a escola. Isto se deve ao efeito coorte. Aqueles que ainda estudavam devem ser os mais jovens que se beneficiaram da ampliação das oportunidades escolares. Isso, provavelmente, no médio prazo, irá repercutir na população como um todo, mas mantendo os diferenciais regionais.

A escolaridade mais baixa pode levar a uma inserção no mercado de trabalho precoce e em situação de maior desvantagem, consolidando as desigualdades experimentadas na primeira fase da vida. Tomando a ocupação do pai como *proxy* do estrato social de origem, Hasenbalg (2003, p. 171) constatou que, em 1996, os filhos de profissionais liberais e universitários no Brasil começaram a trabalhar aos 18,9 e 17,6 anos, respectivamente, idades mais elevadas que as dos filhos de trabalhadores rurais que o fizeram, em média, aos 11,7 anos. Diferenciais, também expressivos, foram observados por ele no tocante à escolaridade que esses jovens apresentavam no momento do primeiro emprego: os dois primeiros apresentavam 10,1 e 8,7 anos de estudo, respectivamente, e o terceiro, apenas 2,3 anos. Com base nessas informações, o autor concluiu que "as trajetórias de autonomização longas, implicando uma permanência prolongada na escola e um ingresso tardio no mundo do trabalho, são privilégio de uma parcela bem mais reduzida de filhos dos estratos sociais mais elevados".

O exercício de alguma atividade econômica é tipicamente um evento da vida adulta, embora se inicie na adolescência. Considerando a idade média de entrada no mercado de trabalho, o gráfico 3 mostra que tanto os residentes no Sudeste quanto os do Nordeste entravam no mercado aos 16,7 anos (ver gráfico 3). Ingressar no mercado de trabalho à mesma idade pode não significar a mesma coisa porque não se está considerando o tipo de trabalho, o número de horas trabalhadas, a contribuição na renda familiar etc. Por exemplo, aos 17 anos, 32,8% dos nordestinos estudavam e trabalhavam. A proporção comparável para os residentes no Sudeste foi de 39,8%. Também se deve considerar a diferença na proporção dos que não puderam ingressar porque morreram antes. De 100 crianças nordestinas do sexo masculino nascidas vivas, 75,4 não sobreviveram a essa idade média, proporção que representa quase o dobro da verificada para os residentes no Sudeste.

Por outro lado, quando se considera a idade quartil, observa-se que os primeiros 25% homens nordestinos a entrarem no mercado de trabalho o fizeram

até os 13,4 anos, 0,7 ano mais cedo que o grupo mais precoce dos residentes no Sudeste.[8] Ou seja, os nordestinos que mais cedo ingressaram na atividade econômica foram ainda mais precoces que os da região Sudeste.

Como se pode ver nos gráficos 1 e 2, a maioria dos homens de 17 a 62 anos residentes no Sudeste encontrava-se no mercado de trabalho, trabalhando ou procurando trabalho. Na região Nordeste, essa faixa etária foi ligeiramente mais longa, compreendeu as idades de 17 a 65 anos. A taxa de participação máxima observada entre os homens residentes no Sudeste foi atingida aos 29 anos, quando 95% deles encontravam-se nas atividades econômicas. No Nordeste, o ápice não ultrapassou 91%, o que ocorreu aos 36 anos. Por outro lado, as taxas de participação foram mais elevadas entre os nordestinos no fim da vida. Aos 70 anos, 34% desses homens faziam parte da força de trabalho, enquanto no Sudeste, a esta mesma idade, a proporção comparável foi de 27%.

O gráfico 7 mostra que pelo menos 5% da população maior de 50 anos trabalhavam e eram aposentados. Essa proporção cresceu com a idade e no Nordeste atingiu o valor máximo aos 68 anos – 31%. Até os 60 anos, eram os moradores da região Sudeste que experimentavam taxas mais elevadas de participação nas atividades econômicas sendo aposentados. Nessa idade, 18,3% dos residentes nessa região se encontravam nessa situação. Isso se explica pela aposentadoria precoce desses indivíduos (gráfico 7).

As taxas de participação mais elevadas dos residentes do Sudeste levaram a que estes passassem um tempo ligeiramente maior na atividade econômica, 0,5 ano, comparativamente aos nordestinos (gráfico 5).[9] Já em termos relativos, levando em conta a esperança de vida ao nascer, os homens nordestinos passavam mais tempo de suas vidas no exercício de alguma atividade econômica do que os do Sudeste, 61,6% e 58,2%, respectivamente. Nesse caso, os diferenciais na mortalidade reverteram a direção dos diferenciais na atividade econômica.

Como esperado, à medida que decresce a participação masculina no mercado de trabalho, aumenta a proporção de aposentados. Essa proporção cresceu com a idade, e aos 43 anos já se encontravam na condição de aposentados pelo menos 5% dos homens na região Sudeste. Isso se verificou para os homens nordestinos aos 45 anos. A condição de aposentados ultrapassou 50% a partir dos 61 anos nas populações masculinas das duas regiões, mantendo-se a condição predominante

8. Dados não mostrados.

9. O tempo médio passado na atividade econômica, 38,2 e 38,7 anos, pelos homens das duas regiões foi maior que o tempo mínimo de contribuição exigido para aposentadoria pela legislação brasileira.

até o fim da vida. A proporção máxima alcançada foi a mesma para os homens das duas regiões (91%). No entanto, no Nordeste, essa proporção foi atingida aos 76 anos, e no Sudeste, aos 79 anos. Em média, os homens nordestinos se aposentavam cerca de 2 anos mais tarde que os do Sudeste – 60,3 e 58,0 anos, respectivamente (gráfico 3). Além de entrar mais tarde nessa consição, uma proporção menor de nordestinos sobreviveu à idade média da aposentadoria, 64% contra 74% no Sudeste.

Considerando a idade quartil, ou seja, aquela em que 25% da população já estava aposentada, constata-se um diferencial de aproximadamente 7 anos. Essa idade foi de 51,0 anos para os homens do Sudeste e de 58,3 para os nordestinos. Ou seja, os homens do Sudeste que se aposentavam cedo o faziam muito cedo. Conseqüentemente, passavam mais tempo da vida, tanto em termos absolutos quanto relativos, desfrutando desse benefício. Enquanto a diferença no tempo passado na atividade econômica entre os residentes no Sudeste e no Nordeste foi de 0,5, os primeiros passaram 2,6 anos a mais que os últimos em gozo do benefício. Essa diferença não foi reduzida, em termos relativos, pela mortalidade nordestina mais elevada. Em média, os residentes da região Sudeste passavam 20% da sua vida na condição de aposentados e os nordestinos, 18%.

Foi visto, também, no capítulo 2, que uma característica importante da vida adulta é a saída da casa dos pais ou a constituição de domicílio. Isso pode ocorrer pelo casamento e tende a acontecer após o ingresso no mercado de trabalho. Nas duas regiões, o casamento parece preceder a constituição de um domicílio, que é entendido como a assunção da condição de chefe ou cônjuge no domicílio. A diferença na idade de entrada nos dois eventos foi maior no Nordeste, dado que nessa região os homens se casavam 0,8 ano mais cedo que no Sudeste, onde isso ocorreu, em média, aos 26,3 anos, e saíam de casa aproximadamente à mesma idade, em torno dos 28 anos (gráfico 3). Pode-se falar que os homens nordestinos passavam, em média, 2,6 anos na casa dos pais na condição de casados e os residentes na região Sudeste, 1,7 ano. A diferença entre a idade de constituição do domicílio e a de entrada no mercado de trabalho foi semelhante entre os homens das duas regiões, 11,3 anos.

Comparando as proporções de pessoas que haviam constituído domicílio nas duas regiões, observa-se que essas proporções cresceram sistematicamente com a idade e apresentavam valores bastante próximos nas duas regiões (ver gráficos 1 e 2). No Nordeste, a referida proporção alcançou seu valor máximo aos 53 anos e se manteve constante até os 71 anos, quando atingiu 94%. No Sudeste, o ápice ocorreu entre 55 e 66 anos, tendo a proporção atingido valores aproximadamente iguais. Já para o final da vida, verificam-se proporções ligeiramente mais elevadas

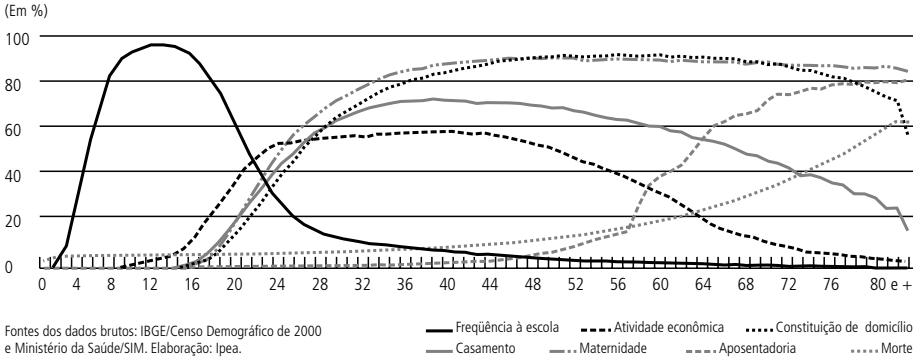
de homens chefes ou cônjuges de domicílio no Nordeste que no Sudeste. Entre os homens com 80 anos e mais, a proporção de chefes e cônjuges nordestinos foi de 81% e no Sudeste, de 76%. Essa redução deve ser resultado da falta de autonomia, seja financeira ou física/mental, o que leva os idosos a buscarem a casa de filhos, genros ou "outros parentes", como já visto no capítulo 2.

Na região Sudeste parece que casamento e constituição de domicílio estavam mais associados que no Nordeste. Ou seja, até os 28 anos de idade, as proporções de homens nordestinos casados era mais alta que a de residentes nos seus domicílios. Na região Sudeste, isso se verificou até os 22 anos. Se se aceitar que a saída de casa ou constituição de domicílio é a etapa final do processo de transição para a vida adulta, conclui-se que isso ocorreu mais cedo para os homens do Sudeste, aos 32,2 anos, comparativamente aos do Nordeste, aos 33 anos. A medida utilizada foi o *spread,* ou seja, a idade na qual 80% das pessoas realizaram o evento. Além de os nordestinos o realizarem ligeiramente mais tarde, menos nordestinos, relativamente falando, o fizeram, pois morreram antes. De mil nascidos vivos no Sudeste, 924 sobreviveram aos 32,2 anos. No Nordeste, essa proporção foi de 866 por mil.

2.2 Transições femininas

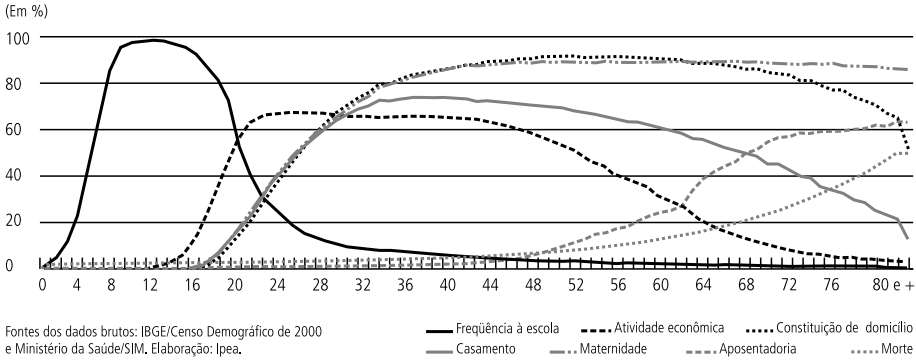
As transições para os vários eventos que marcam as fases do ciclo de vida das mulheres são bastante diferentes das dos homens, como apontado por Camarano, Mello e Kanso no capítulo 2. Diferenças também se verificam nos recortes regionais. Em alguns casos, observa-se, inclusive, um acirramento dos diferenciais nas transições feitas por homens e mulheres, o que significa uma soma das diferenças de gênero e regionais. Os gráficos 9 e 10 apresentam as proporções de mulheres nos eventos considerados ao longo do ciclo de vida nas regiões Nordeste e Sudeste em 2000.

GRÁFICO 9
Proporção de indivíduos do sexo feminino residentes na região Nordeste em diversos eventos ao longo do ciclo da vida – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 10
Proporção de indivíduos do sexo feminino residentes na região Sudeste em diversos eventos ao longo do ciclo da vida – 2000

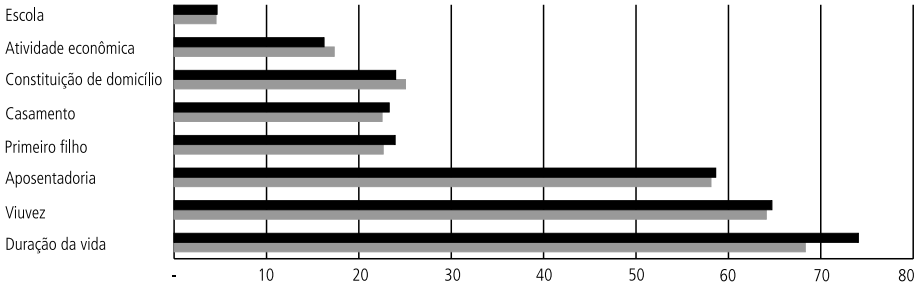


Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Os diferenciais regionais na esperança de vida ao nascer da população feminina em 2000 foram de 5,8 anos, ligeiramente mais elevados que os masculinos. Esse indicador para as mulheres nordestinas foi estimado em 68,3 anos, e para as residentes na região Sudeste, em 74,1 anos (ver gráfico 11). Isto é reflexo das probabilidades de se atingirem as várias idades. Comparando sexo e região, observa-se que uma mulher residente na região Sudeste podia esperar viver 12,1 anos a mais que os homens nordestinos.

A entrada para a escola ocorreu, em média, para as mulheres das duas regiões, à mesma idade. No entanto, em mil crianças nordestinas nascidas vivas, 54 morreram antes de completar os 7 anos, número menor que o observado para as mulheres da região Sudeste, que foi de 22. Além disso, aos 7 anos, 96% das crianças

GRÁFICO 11
Idades médias à entrada nos eventos que marcam o ciclo da vida segundo a região: mulheres – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

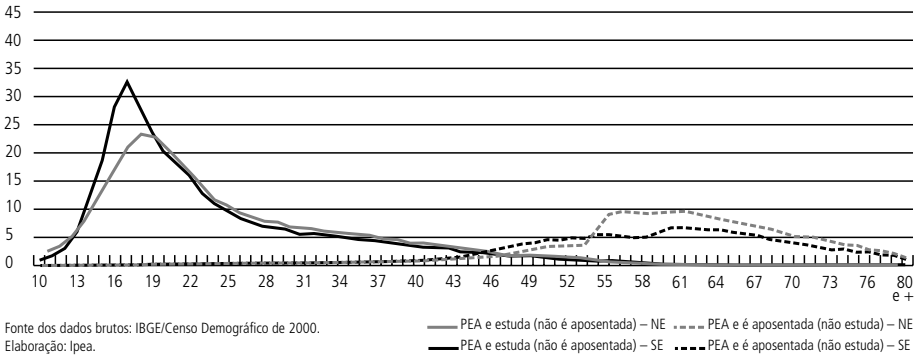
Nordeste Sudeste

dessa última região estavam na escola e apenas 90% das nordestinas aí se encontravam. De uma maneira geral, as proporções de freqüência à escola foram ligeiramente mais elevadas entre as residentes no Sudeste, assim como foi verificado para os homens. Nessa região, o ponto máximo de freqüência à escola foi verificado aos 8 anos de idade, quando atingiu 98%. No Nordeste, nessa idade, a proporção comparável foi de 93% e o seu ponto máximo foi alcançado aos 10 anos, com 96%. Em ambas as regiões, até os 18 anos a proporção de mulheres freqüentando a escola superou 50%, também observada entre os homens. Nessa idade, aproximadamente 24% das mulheres nordestinas e 28% das residentes no Sudeste acumulavam trabalho e escola. A partir dessa idade, essas proporções diminuíram e se igualaram. Aos 37 anos, a proporção de mulheres nessa condição foi de 5% (ver gráfico 12).

O número de anos passados na escola também não diferiu entre as mulheres das duas regiões. Em termos relativos, dada a maior mortalidade das mulheres nordestinas, o tempo que aí passaram foi 2 pontos percentuais (p.p.) maior que as do Sudeste – 24%. Isso não implicou, no entanto, uma escolaridade mais elevada ou igual para elas, uma vez que no Sudeste as mulheres tinham 7,0 anos de estudo, e no Nordeste, 5,2 anos (ver gráficos 8, 13 e 14). Esse diferencial foi menor do que o verificado entre os homens das duas regiões. Também foi menor a diferença na proporção de pessoas que atingiram a escolaridade média: 41,1% entre as nordestinas e 47,8% entre as residentes no Sudeste. Como esperado, a mais alta escolaridade foi observada entre as mulheres que ainda freqüentavam a escola.

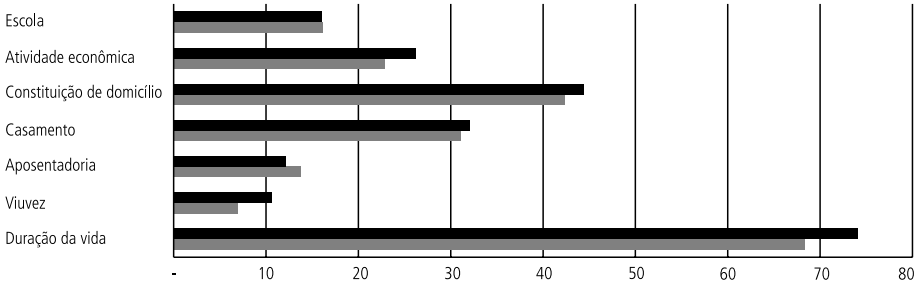
A comparação por regiões e sexo não aponta para diferenças na idade média à entrada na escola. Independentemente de sexo e região, as crianças entravam na

GRÁFICO 12
Proporção da população feminina por idade individual e categorias segundo a região – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000.
Elaboração: Ipea.

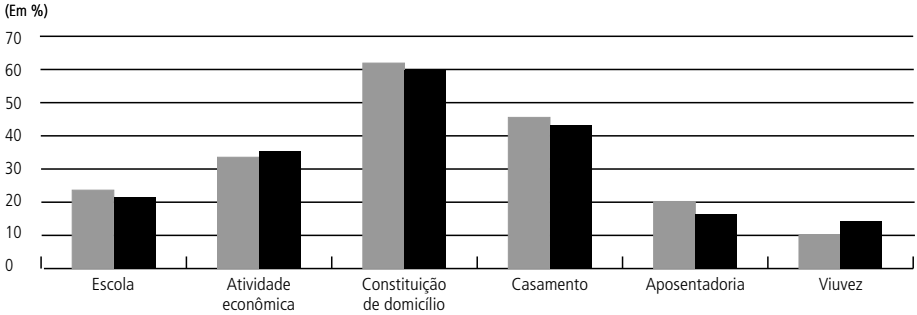
GRÁFICO 13
Número médio de anos passados nos eventos que marcam o ciclo da vida segundo a região: mulheres – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Nordeste Sudeste

GRÁFICO 14
Proporção do tempo passado nos diversos eventos com relação ao tempo e à esperança de vida ao nascer segundo a região: mulheres – 2000



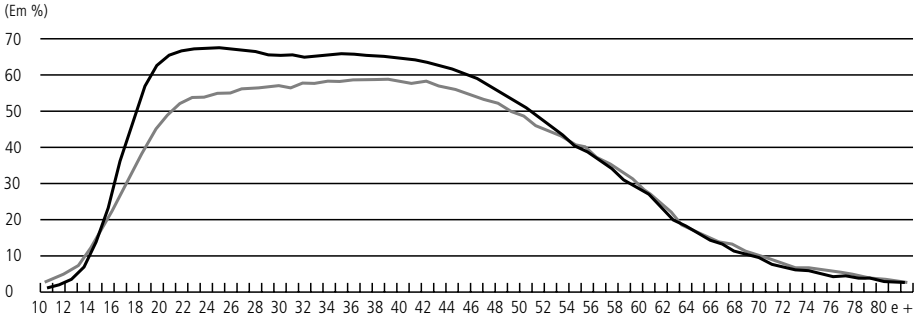
Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

Nordeste Sudeste

escola aproximadamente aos 5 anos. Já o tempo despendido na escola foi maior, entre as mulheres das duas regiões, em 1,4 ano em relação a homens nordestinos. O resultado desse processo escolar foi mais favorável às mulheres residentes na região Sudeste, principalmente, se comparado o número médio de anos de estudo delas com o alcançado pelos homens nordestinos. A diferença foi de 2,4 anos.

Quanto à participação feminina nas atividades econômicas, pode-se observar que, embora o padrão das mulheres das duas regiões seja muito semelhante, as residentes na região Sudeste experimentavam participação mais elevada, talvez, em decorrência da sua maior escolaridade. Nas idades extremas, menores de 17 e maiores de 50 anos, essa participação foi muito semelhante nas duas regiões, o que pode ser melhor visualizado no gráfico 15. A maioria das mulheres do Sudeste entre 18 e 49 anos encontrava-se trabalhando ou procurando trabalho. O intervalo comparável para as nordestinas foi de 21 a 48 anos.

GRÁFICO 15
Taxas de participação feminina na atividade econômica por idade individual segundo a região – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

As mulheres no Sudeste entravam também no mercado de trabalho aproximadamente um ano mais cedo que as nordestinas, levando em conta a idade média (gráfico 11). Considerando a idade em que 25% delas participavam das atividades econômicas, não se observam diferenças entre as mulheres das duas regiões. Em ambas essa idade foi em torno de 14 anos. Isso significa que entre as mulheres mais jovens observa-se uma entrada relativamente "precoce" nas atividades econômicas. É possível que essa entrada tenha sido via emprego doméstico. As mulheres do Sudeste entravam no mercado de trabalho aproximadamente 0,5 ano mais cedo que os homens, em média. O inverso ocorreu no Nordeste.

As mulheres no Sudeste despenderam mais tempo no mercado de trabalho que as nordestinas, tanto em termos absolutos quanto relativos. No primeiro caso, isso significou 3,3 anos a mais e apenas 1 p.p. no tempo relativo devido à menor esperança de vida das nordestinas. De uma maneira geral, pode-se dizer que as mulheres das duas regiões passaram aproximadamente 1/3 de suas vidas nas atividades econômicas. A partir dos 60 anos, a maioria das mulheres nordestinas já estava aposentada. Para as do Sudeste, essa maioria ocorreu a partir dos 66 anos. Aos 79 anos, 80% das nordestinas que sobreviveram a essa idade encontravam-se aposentadas, e apenas 63% das residentes no Sudeste estavam nessa condição. A mortalidade ao longo da vida levou a que enquanto 50% de uma coorte de nascidas vivas no Sudeste atingissem essa idade, apenas 37% das nordestinas a alcançassem.

As idades médias à entrada na aposentadoria foram semelhantes nas duas regiões, em torno dos 58 anos. Já a idade ao primeiro quartil foi 2,2 anos mais baixa para as residentes na região Sudeste. Ou seja, embora, em média, as mulheres das duas regiões tenham se aposentado à mesma idade, uma parte das residentes no Sudeste se aposentou mais cedo. Em termos absolutos e relativos, as mulheres

nordestinas passaram mais tempo como aposentadas, tempo equivalente ao dos homens do Sudeste – aproximadamente 20% do tempo vivido. Já as mulheres dessa região foram as que experimentaram o menor tempo absoluto e relativo passado nessa condição (gráficos 11, 13 e 14).

As especificidades regionais parecem ter afetado mais os eventos relacionados à vida familiar das mulheres que os relativos ao mercado de trabalho. Casamento e primeiro filho ocorreram mais cedo entre as mulheres nordestinas do que entre as residentes no Sudeste.[10] O mesmo não ocorreu com a saída da casa dos pais. Pode-se dizer que as mulheres nordestinas se casavam aos 22,5 anos, tinham o primeiro filho aos 22,6 e saíam da casa dos pais aos 25,1. Ou seja, a idade de saída de casa foi cerca de 2,5 anos mais elevada que as idades médias de casamento e de ocorrência do primeiro filho. Resumindo: para essas mulheres, pode-se dizer que o nascimento do primeiro filho ocorria junto com o casamento e a constituição do domicílio algum tempo mais tarde. No Sudeste, esses eventos ocorreram praticamente ao mesmo tempo. Os dados indicam que as mulheres casaram-se, em média, 0,6 ano antes do nascimento do primeiro filho e saíram de casa quase que simultaneamente à maternidade.

Ser chefe ou cônjuge de um domicílio e estar casada eram as condições predominantes entre as mulheres nas duas regiões a partir dos 24 anos. Esses são eventos que marcam a vida adulta, principalmente, para as mulheres. Ao contrário do que foi visto para os homens, para as mulheres a constituição do domicílio parece apresentar uma relação menos importante com o mercado de trabalho.[11] Essa relação parece ser ainda mais frágil entre as mulheres nordestinas que entre as residentes no Sudeste. Por exemplo, entre as do Sudeste, até os 26 anos, a proporção das que participavam do mercado de trabalho era mais elevada que as que estavam no domicílio próprio: atingiu 66,7%. No Nordeste, isso ocorreu até os 24 anos, cuja proporção das que estavam na atividade econômica foi de 55,0%.

Considerando-se a saída de casa e/ou nascimento do primeiro filho como eventos que finalizam o processo de transição para a vida adulta, 80% das residentes no Sudeste completaram essa etapa à mesma idade: 28,9 anos. Entre as mulheres nordestinas, a maternidade aconteceu aos 27,2 anos, sendo 2,7 anos antes da saída de casa (29,9). Sumarizando, a maternidade, para uma parte das mulheres nordestinas, ocorria ainda na casa dos pais. A primeira verificava-se mais cedo no Nordeste, e a segunda, no Sudeste.

---

10. Arruda (2004) usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2001 encontrou que a metade das jovens residentes no Nordeste foi mãe até os 20,4 anos. Para a metade das residentes no Sudeste, isso ocorreu até os 21,1 anos.

11. Vários capítulos deste livro mostram que a transição para a vida adulta para a maioria das mulheres brasileiras ocorre mais pelo casamento e pela maternidade do que pela entrada no mercado de trabalho. Ver em especial capítulos 2, 7 e 9.

A maioria das mulheres que se tornaram mães não integrava a força de trabalho,[12] proporção esta ligeiramente mais alta entre as mulheres nordestinas (54,5% e 51,7%).[13] Em contrapartida, uma proporção relativamente mais alta de mulheres da região Sudeste participava das atividades econômicas (46,6% e 42,6%). Dado que as mães de todas as idades foram consideradas, a proporção das que estudavam nas duas regiões era muito baixa, em torno de 2%.

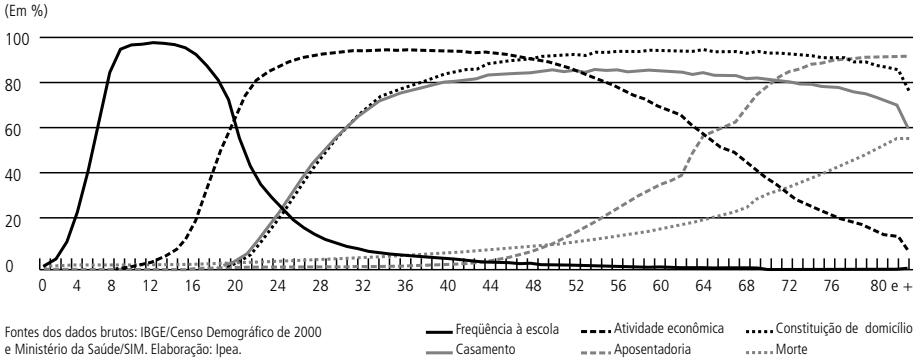
3 UMA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS PARA OS EVENTOS QUE MARCAM O CICLO DE VIDA POR COR/ETNIA

Vários estudos apontam a cor ou etnia de um indivíduo como um fator importante de desigualdade no Brasil (Hasenbalg; Silva, 1988; Silva, 2003). A análise por cor das trajetórias para os eventos que marcam as transições ao longo da vida mostrou diferenças mais expressivas que as observadas entre as regiões Nordeste e Sudeste para alguns eventos. O movimento desses eventos salienta, de modo geral, a desvantagem dos negros no Brasil. A análise aqui apresentada foi feita, também, separadamente para homens e mulheres e refere-se a 2000.

3.1 Transições masculinas

Os gráficos 16, 17 e 18 descrevem os principais eventos que ocorrem ao longo do ciclo da vida para a população de cor branca, parda e preta. Como visto para o Brasil como um todo e para as regiões Nordeste e Sudeste, eles também apontam

GRÁFICO 16
Proporção de indivíduos do sexo masculino de cor/etnia branca em diversos eventos ao longo do ciclo da vida – 2000

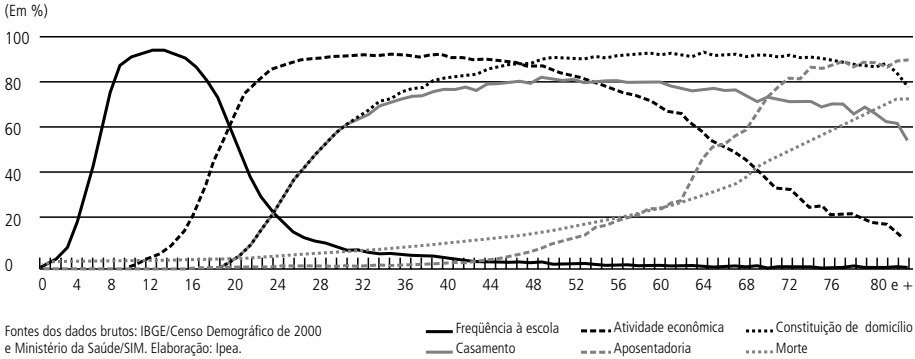


Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

12. A interpretação desses resultados requer certo cuidado, pois a maternidade ocorreu em algum momento no tempo e a participação no mercado de trabalho é uma condição atual.

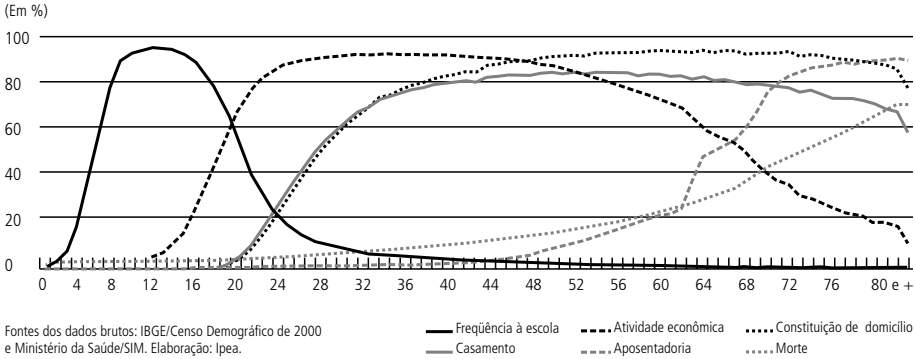
13. Dados não mostrados.

GRÁFICO 17
Proporção de indivíduos do sexo masculino de cor/etnia preta em diversos eventos ao longo do ciclo da vida – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 18
Proporção de indivíduos do sexo masculino de cor/etnia parda em diversos eventos ao longo do ciclo da vida – 2000



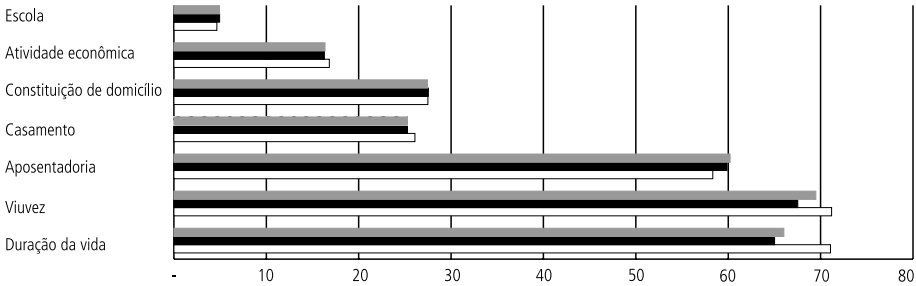
Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

para a importância que a escola, o mercado de trabalho e a aposentadoria desempenham na delimitação das fases da vida. Na esfera privada, associam-se os eventos de casamento e constituição de domicílio próprio em torno dos quais se forma uma nova família. Como já visto nas análises anteriores (capítulo 2), as diferenças observadas nas transições realizadas por brancos e negros[14] estão no *timing* e no *quantum*, afetando e sendo afetadas pelas desigualdades sociais que acompanham a população brasileira do nascimento à morte.

A primeira diferença salientada, também, é na duração da vida, medida pela esperança de vida ao nascer. Os homens brancos apresentavam uma esperança de vida mais elevada que a dos pretos em torno de 6 anos e em relação aos pardos, de cerca de 5 anos (ver gráfico 19). Essas diferenças podem ser explicadas, em parte,

14. Entende-se por negros a população preta e a parda, que apresentam na maioria dos casos características bastante semelhantes.

GRÁFICO 19
Idades médias à entrada em alguns eventos que marcam o ciclo da vida segundo a cor/etnia: homens – 2000

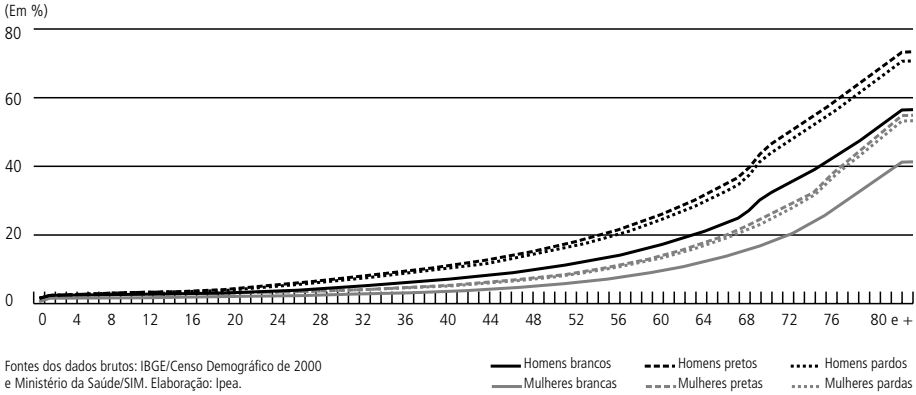


Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

pelo diferencial de mortalidade, em especial nas primeiras idades e na juventude, em que homens negros encontravam-se em desvantagem. Por exemplo, a probabilidade de um homem branco morrer antes de completar o 15º aniversário foi de 24 por mil nascidos vivos, e a de um preto, 38 por mil (ver gráfico 20). Para os pardos, essa probabilidade foi de 36 por mil. Embora seja uma diferença expressiva, ela foi menor que a verificada entre os homens do Nordeste e do Sudeste.

Esses diferenciais continuaram se acirrando na juventude. Por exemplo, dos homens brancos que completaram 15 anos, 97% chegaram aos 30 anos. Entre os pretos, a referida proporção se reduziu para 95%. Isso se deveu, em especial, à mortalidade por causas externas. Em 2000, entre os óbitos por homicídios da população masculina de 15 a 29 anos predominaram os da população parda (Tafner, 2006). Essa população foi responsável por aproximadamente 51% des-

GRÁFICO 20
Probabilidade acumulada de morte por idade individual e cor/etnia – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

ses óbitos. Considerou-se que esses óbitos estão superdimensionados entre a população jovem, dado que apenas 42% dessa população se declararam parda. O mesmo acontece com a população jovem preta. Apenas 7% da população jovem se declararam pretos, mas 10% dos óbitos por homicídios incidiram nessa população. Esses indicadores sugerem que a violência, medida pela mortalidade por homicídios, atinge mais a população masculina jovem preta e parda que a branca.

Os homens pretos e os pardos encontravam-se em desvantagem, também, em outros indicadores sociais. Uma vasta literatura tem apontado essas desvantagens. O sistema de ensino, por exemplo, tem sido denunciado pelos seus mecanismos de perpetuação das desigualdades raciais no Brasil. Alguns estudos não fazem distinção por sexo, mas, de modo geral, apontam para a mesma direção: os negros, homens e mulheres, que se encontram sobre-representados entre os pobres brasileiros, ingressam em desvantagens socioeconômicas nas escolas, onde passam anos sem que essas desvantagens sejam compensadas ou revertidas no interior do sistema.

Acompanhando a coorte dos nascidos vivos em 1980 de ambos os sexos, Osório e Soares (2006) mostraram que as desigualdades entre brancos e negros perpassam todas as fases do ciclo de ensino, da alfabetização ao curso superior. Em 1987, no início do processo de inserção na escola dessa geração, aos sete anos, a proporção de negros que não sabia ler e escrever já era expressivamente maior que a de brancos, 79% e 55%, respectivamente. Os autores mostram que apenas nove anos depois, em 1995, é que as taxas de analfabetismo dos negros se igualaram à dos brancos de 1990. Apontam, também, para o resultado do longo processo de desigualdade no interior do sistema educacional. Em 2003, 5% dos brancos haviam completado o ensino superior enquanto apenas 1% dos negros tinha alcançado tal escolaridade. A chance de se encontrar um branco nascido em 1980 com curso superior completo em 2003 era cinco vezes maior que a de encontrar um negro. Os autores mostram que é no ensino médio que parte dos negros fica retida sem conseguir progredir dentro do sistema de ensino. Cerca de 53% dos brancos chegam a concluir essa etapa do ensino e, entre os negros, esse percentual é de apenas 33%.

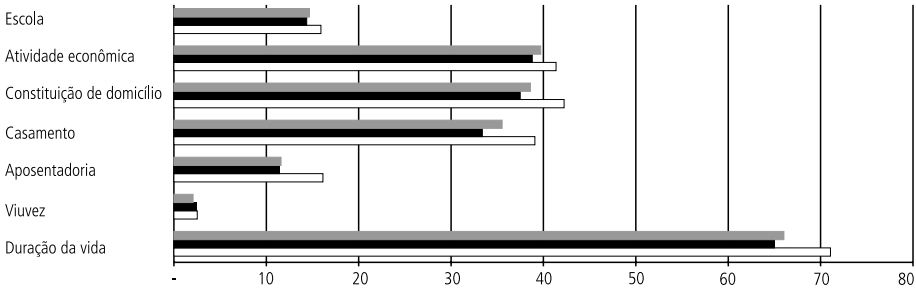
Beltrão (2006) mostrou, também, a desigualdade resultante do sistema de ensino brasileiro. Em 2000, a proporção dos pretos e pardos sem escolaridade era quase o dobro da observada entre os brancos. Na comparação com os amarelos, a diferença era ainda elevada. Na outra ponta, no ensino superior, o autor chega à mesma conclusão que Osório e Soares; a proporção de concluintes do ensino superior entre os brancos é cinco vezes maior que entre os negros.

O gráfico 19 mostra que os homens pretos e pardos entravam na escola ligeiramente mais tarde que os brancos, uma diferença em torno de 0,3 ano. Passavam

também menos tempo, em termos absolutos, na escola. A diferença desse tempo entre brancos e pretos foi de 1,5 ano, e entre brancos e pardos, de 1,3 ano (gráfico 21). Os diferenciais na esperança de vida ao nascer anularam as diferenças no tempo relativo passado na escola. Ambos os grupos aí despenderam em torno de 22% do tempo vivido (gráfico 22).

O resultado dessa inserção desigual na escola pode ser medido em termos do número médio de anos de estudo. É o que mostra o gráfico 23. Os homens pretos alcançaram escolaridade média 2,3 anos mais baixa que a atingida pelos brancos. A diferença entre pardos e brancos foi de 2,1 anos a favor dos últimos. Apesar de a escolaridade daqueles que ainda estudavam ser 1,5 mais alta do que daqueles que não estudavam, o diferencial entre os grupos étnicos se manteve. Os diferenciais se acentuam se se leva em conta a proporção da população que alcançou uma

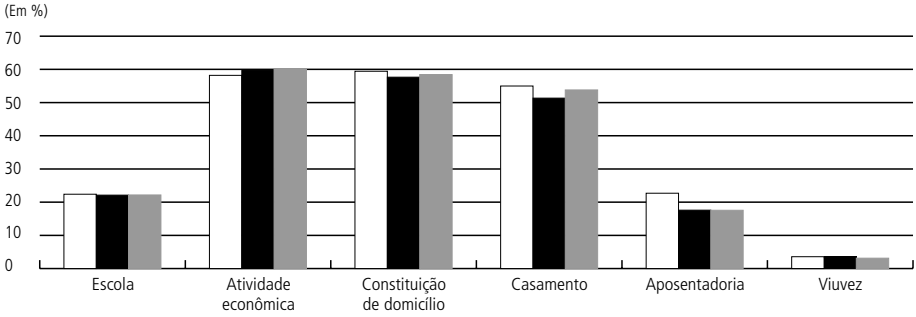
GRÁFICO 21
Número médio de anos passados nos eventos que marcam o ciclo da vida segundo a cor/etnia: homens – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Branca Preta Parda

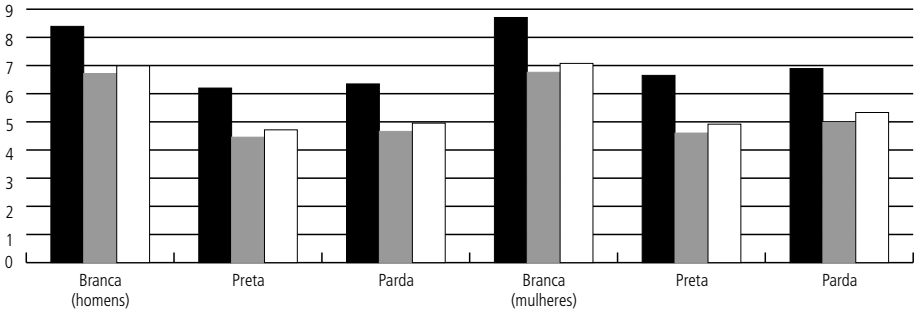
GRÁFICO 22
Proporção do tempo passado nos diversos eventos com relação ao tempo e à esperança de vida ao nascer segundo a cor/etnia: homens – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

Branca Preta Parda

GRÁFICO 23
Número médio de anos de estudo por sexo e cor/etnia segundo a condição de freqüência à escola – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

Freqüentam | Não freqüentam | Total

escolaridade acima da média. Entre os brancos, quase a metade alcançou, 47,4%. Entre os pretos, foram 36,7%.

A escolaridade mais baixa dos homens negros em relação aos brancos leva a que, entre outros fatores, os primeiros obtenham postos de trabalho mais precários e de menor remuneração. Comparando as rendas dos trabalhos, padronizadas pelo número de horas trabalhadas de todos os tipos de trabalho, Soares (2000) mostrou que, em média, em 1998, os homens pretos recebiam um salário médio equivalente a quase a metade, 46%, do recebido pelos homens brancos.

Os homens de cor preta e parda entravam no mercado de trabalho, em média, 0,5 ano mais cedo que os brancos, aos 16,3 anos. Um quarto dos negros entrou no mercado de trabalho antes dos 14 anos, ou seja, antes da idade permitida para o trabalho como aprendiz. No entanto, a partir dos 15 anos a população masculina de cor branca apresentava níveis mais elevados de participação na atividade econômica. Entre 31 e 35 anos, 95% dos homens brancos estavam trabalhando ou procurando trabalho. O ponto máximo entre os pretos foi atingido aos 27 anos e a referida taxa não ultrapassou 92%. Entre os pardos, o ápice da participação no mercado de trabalho ocorreu aos 32 anos, com uma taxa de 93%, também menor que a observada entre os brancos (ver gráficos 16, 17 e 18).

Os homens brancos passavam, em média, 2,5 anos a mais na atividade econômica que os pretos e 1,7 ano a mais que os pardos. Nesse caso, a maior mortalidade masculina reverteu a direção dos diferenciais relativos nesse tempo. Os homens negros passavam uma proporção mais elevada de suas vidas no mercado de trabalho – em torno de 60% do tempo vivido. A saída do mercado de trabalho pode ocorrer via aposentadoria ou morte. Entre os pretos e pardos, a entrada na

aposentadoria ocorria mais tarde que entre os brancos, uma diferença de aproximadamente 1,7 ano[15] (ver gráfico 19). Essas idades foram alcançadas por 84% dos homens brancos que sobreviveram aos 16 anos (idade de entrada no mercado de trabalho) e 73% dos pretos.

O tempo despendido na aposentadoria também foi diferenciado por etnia. Os homens brancos gozavam mais tempo na aposentadoria, cerca de 16 anos, enquanto os negros passavam em torno de 11,5 anos. Mesmo levando em consideração a duração da vida, essas diferenças se mantiveram e se aproximaram de 5 p.p. do tempo vivido em favor dos brancos. Sumarizando, os homens brancos passavam menos tempo na atividade econômica, porém mais tempo como aposentados (ver gráficos 21 e 22).

Como mencionado, a saída de casa associada à inserção profissional constitui um elemento importante na emancipação dos jovens do sexo masculino. A proporção de homens residindo em seu domicílio na condição de chefes ou cônjuges cresceu com a idade de forma bastante semelhante entre os três grupos étnicos. O casamento ocorria antes da saída de casa para todos os homens, em geral, e para os negros, em particular. Entre os pardos e os pretos, a idade média ao casamento foi de 25,3 anos, e entre os brancos, 26,1 anos. A saída da casa dos pais ocorreu 1,4 ano mais tarde que o casamento para os brancos e 2,3 para os pretos. Isso se explica pelo fato de os homens brancos se casarem mais tarde que os demais, pois não se observaram diferenças expressivas na idade de saída de casa (ver gráfico 19). Já a idade ao sair de casa do primeiro quartil da distribuição dos homens pretos foi 0,6 ano mais baixa que a dos brancos e a dos pardos, 0,3 ano. Aos 21 anos, aproximadamente 25% dos homens pretos já haviam saído de casa.[16]

Embora se casem ligeiramente mais tarde, os homens brancos passam mais tempo casados que os negros em termos absolutos e proporcionais. O mesmo acontece com a residência no seu domicílio (ver gráficos 21 e 22). O menor tempo passado pelos pretos nos seus domicílios pode ser explicado pelo fato de saírem mais cedo destes. Por exemplo, 90% dos brancos até os 76 anos estavam nos seus domicílios. Os pretos alcançaram essa proporção ligeiramente mais cedo, aos 72 anos. A partir dessas idades, aumentou a proporção da população dos três grupos étnicos que residia com "outros parentes", em função, provavelmente, da dependência acarretada pela idade.

---

15. A diferença na idade à aposentadoria do primeiro quartil entre brancos e pretos foi ainda mais elevada, 2,3 anos. Aproximadamente 25% dos homens brancos se aposentaram antes dos 52 anos.

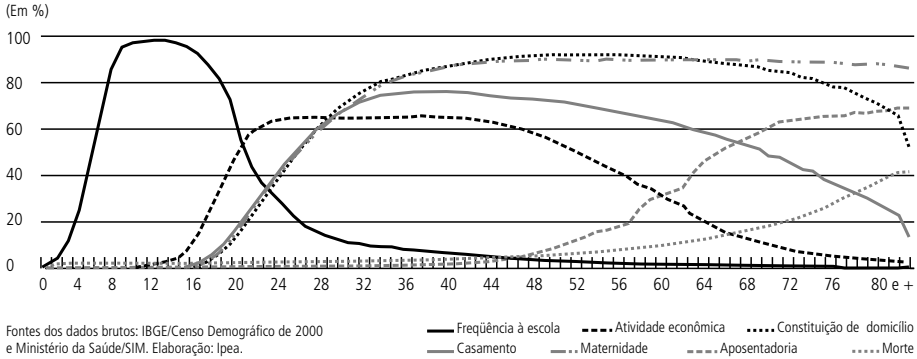
16. Dados não mostrados.

3.2 Transições femininas

Os indicadores de transição para os eventos estudados reproduzem para as mulheres o quadro de desigualdade racial observado entre os homens. As mulheres pretas, de modo geral, encontravam-se em situação desfavorável ante as brancas e, na maioria dos indicadores, também em relação às mulheres que se declararam pardas. Os gráficos 24, 25 e 26 ilustram o mapa da vida das mulheres brancas, pardas e pretas, expondo a divisão tradicional do curso da vida que vem sendo apresentado neste estudo. As diferenças ficam mais aparentes quando se observa cada um dos eventos que marcam essa transição também no *timing* e no *quantum* desses eventos.

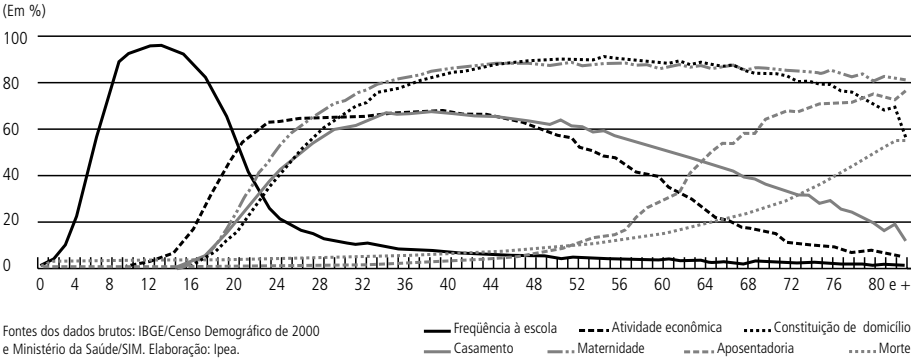
As mulheres pretas viviam, em média, 3,7 anos menos que as brancas (ver gráfico 27). Isso levou a que, de mil crianças nascidas vivas do sexo feminino de cor preta, 28,2 não sobreviveram à idade escolar. Já entre as brancas, essa proporção

GRÁFICO 24
Proporção de indivíduos do sexo feminino de cor/etnia branca em diversos eventos ao longo do ciclo da vida – 2000



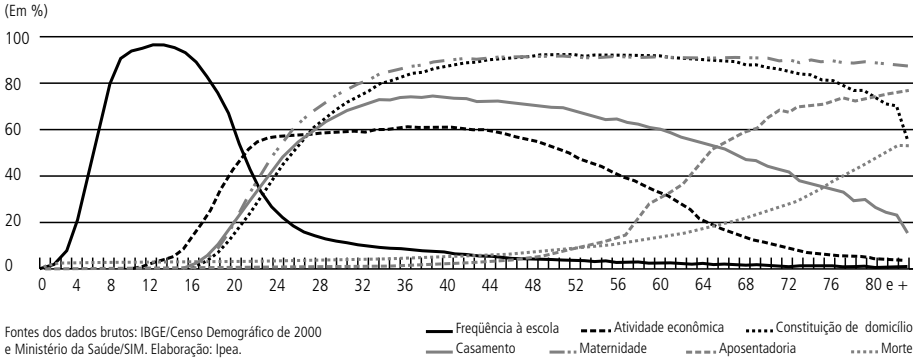
Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 25
Proporção de indivíduos do sexo feminino de cor/etnia preta em diversos eventos ao longo do ciclo da vida – 2000



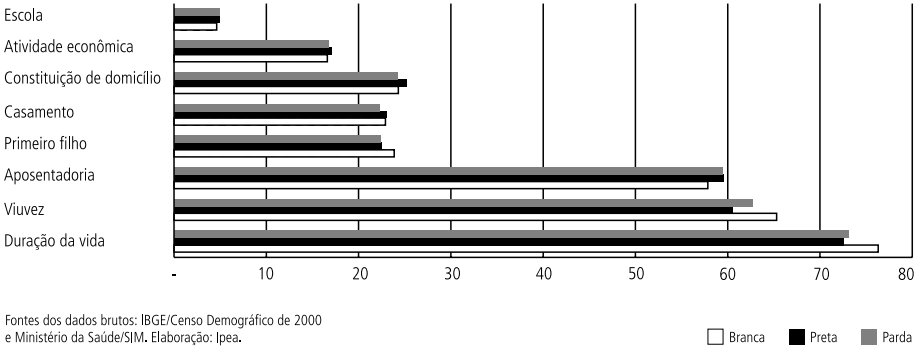
Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 26
Proporção de indivíduos do sexo feminino de cor/etnia parda em diversos eventos ao longo do ciclo da vida – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 27
Idades médias à entrada nos eventos que marcam o ciclo da vida segundo a cor/etnia: mulheres – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

foi de 19,1. As primeiras entraram ligeiramente mais tarde na escola (0,3 ano), e tiveram filhos 1,4 ano mais cedo,[17] embora se casassem na mesma idade que as brancas e tivessem constituído domicílio próprio um ano mais tarde que elas.[18] Para as brancas, o casamento ocorria em primeiro lugar, aproximadamente um ano antes do nascimento do primeiro filho e 1,4 ano antes da saída de casa dos pais. Para as pretas, o casamento ocorria à mesma idade que a maternidade e saíam de casa 2 anos após. As mulheres pretas entraram quase 5 anos mais cedo na

17. Arruda (2004) também encontrou para 2001 que a metade das jovens brancas teve o primeiro filho cerca de 1,2 ano antes em relação às demais, que o fizeram até os 21,2 anos.

18. Bercovich (1989) mostrou que até os anos 1960 a fecundidade das mulheres pretas era mais baixa que a das brancas e pardas. Isso se inverteu nos anos 1970, em função da intensa redução dos níveis de fecundidade das mulheres brancas. A autora aponta duas razões para a menor fecundidade das mulheres pretas nesse período: a menor proporção de mulheres pretas unidas e a menor proporção de mulheres prolíficas, mesmo entre as unidas.

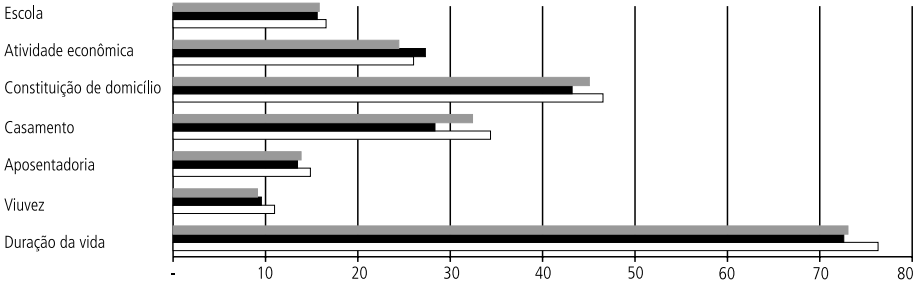
condição de viúvas e aposentaram-se 2,2 anos depois das brancas. Entraram ligeiramente mais tarde no mercado de trabalho em relação às brancas (0,4 ano) e pardas (0,3 ano). Para todos os grupos de mulheres, a maternidade ocorreu algum tempo depois da entrada no mercado de trabalho.

O comportamento das mulheres pardas no tocante à entrada nos eventos estudados foi muito semelhante ao das pretas, com exceção do casamento, da viuvez e da duração da vida. Foram as pardas as que mais cedo se casaram. Em termos de anos vividos e entrada na viuvez, o comportamento dessas mulheres situou-se entre o das brancas e o das pretas. Com relação à saída de casa, ambos os grupos de mulheres realizaram este evento a uma idade aproximada, em torno de 25 anos.

No que se refere a freqüência à escola, na primeira fase da vida, os diferenciais por grupos étnicos aparentemente não foram muito expressivos em 2000, conforme mostram os gráficos 24, 25 e 26. Aos 7 anos, 95% das mulheres brancas freqüentavam a escola. A proporção comparável para as pretas foi 89%. Já aos 10 anos, 96% das mulheres pretas aí estavam. O tempo passado na escola, em termos absolutos ou relativos, aponta para a desvantagem social das mulheres pretas e pardas. As mulheres pretas passavam cerca de 1 ano a menos na escola que as brancas, e as pardas, 0,8. Por outro lado, a mortalidade mais elevada dessas mulheres eliminou as diferenças na proporção do tempo passado na escola em relação ao tempo que essas mulheres esperam viver (ver gráficos 28 e 29). Em média, essas mulheres passavam 22% do tempo vivido na escola.

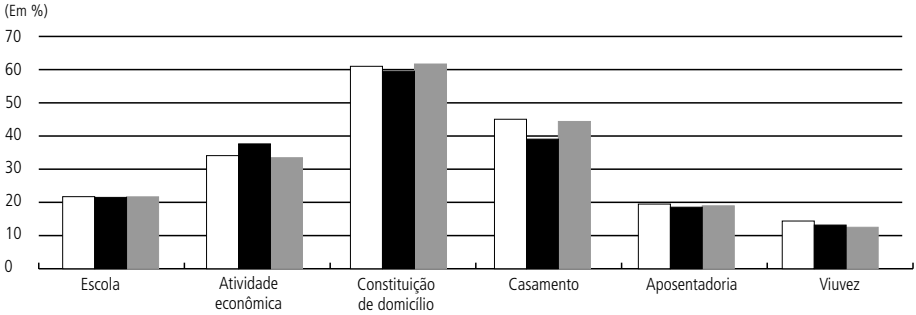
Como esses indicadores referem-se à situação atual (período), eles mascaram parte das desigualdades experimentadas pelas mulheres pardas e negras. O número

GRÁFICO 28
Número médio de anos passados nos eventos que marcam o ciclo da vida segundo a cor/etnia: mulheres – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 29
Proporção do tempo passado nos diversos eventos com relação ao tempo e à esperança de vida ao nascer segundo a cor/etnia: mulheres – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

Branca Preta Parda

médio de anos de estudo, indicador de resultado, aponta para uma diferença de 2,2 anos na escolaridade média alcançada pelas mulheres brancas em relação às pretas e de 1,8 em relação às pardas. Essa diferença independe do fato de as mulheres estarem freqüentando a escola ou não, como verificado para os homens. No entanto, o diferencial entre homens pretos e brancos era ligeiramente maior que entre mulheres brancas e pretas (ver gráfico 23). A menor qualificação das mulheres negras as coloca em desvantagem na sua entrada no mercado de trabalho.

Uma das maneiras de se medir desvantagem no mercado de trabalho é através do salário. Comparando as rendas dos trabalhos, padronizadas pelo número de horas trabalhadas de todos os tipos de trabalho, Soares (2000) mostrou que as mulheres negras recebiam, em 1998, cerca de 40% do salário de um homem branco. Já a relação entre o salário de uma mulher branca e o de um homem branco era de 79%, e o de um homem negro com relação ao de um homem branco, 46%. Mostrou, também, que o hiato entre os salários de mulheres negras e homens brancos sofreu ligeira queda no período 1987-1998. Em 1987, as mulheres negras recebiam cerca de 33% do salário de um homem branco. Esse hiato diminuiu também entre as mulheres brancas que, em 1987, recebiam 68% do salário de um homem branco.

Beltrão et al. (2006) mostraram que as taxas de atividade dos homens são superiores às das mulheres, enquanto as taxas de desemprego mostram comportamento oposto. Analisou o período 1992-2004 e concluiu que o crescimento das taxas de atividade das mulheres ocorreu, principalmente, entre as pretas e as pardas. Mostrou, também, que as taxas de formalização foram decrescentes no período, mas as quedas nessas taxas foram mais baixas entre as pretas e as pardas.

A maioria das mulheres, de modo geral, já se encontrava no mercado de trabalho aos 19 anos. A proporção de mulheres pretas e brancas nas atividades econômicas era ligeiramente mais elevada que a das pardas. Entre as pretas, o valor modal foi de 68%, alcançado aos 34 anos, valor e idade semelhantes aos observados para as mulheres brancas. As pardas alcançaram a proporção máxima aos 33 anos, num valor de 61%. Como mencionado, a idade média de entrada no mercado de trabalho das mulheres pretas era ligeiramente mais elevada que a das demais. No entanto, quando se analisa a sua distribuição, observa-se que 25% das mulheres pretas e pardas entravam antes no mercado de trabalho que as brancas: 0,4 ano. Isso pode indicar uma precocidade das mulheres negras no exercício de uma atividade, o que deve ocorrer, muito provavelmente, como sugerem os dados de escolaridade, em atividades que dependam de menor qualificação e remuneração mais baixa.

O tempo passado no exercício de alguma atividade econômica foi maior entre as mulheres pretas e menor entre as pardas, tanto em número absoluto de anos quanto em proporção do tempo vivido. Em termos absolutos, elas passavam 27,3 anos exercendo alguma atividade econômica, as brancas, 26,0, e as pardas, 24,4 anos. Em relação à esperança de vida, as pretas despenderam 38% do seu tempo nas atividades econômicas e as brancas e pardas em torno de 33%. No entanto, as mulheres pretas usufruíram menos tempo do benefício da aposentadoria porque se aposentavam mais tarde e morriam mais cedo (ver gráficos 27 e 28). A maioria das mulheres, independentemente da cor, já se encontrava aposentada aos 62 anos. Mas a proporção de aposentadas entre as mulheres negras nas idades avançadas era mais elevada que entre as brancas. Isso provavelmente se deve à concessão de aposentadorias rurais e ao benefício de assistência social por idade avançada (BPC).

Diferenças expressivas parecem ocorrer também na vida familiar dessas mulheres. Vários trabalhos realizados com dados dos Censos de 1980 e 1991 mostraram que as mulheres pretas estavam em desvantagem no mercado matrimonial em relação às brancas. Em um contexto de casamento exogâmico por cor, é mais freqüente encontrar mulheres brancas unidas a homens pretos e pardos que homens brancos casados com mulheres pretas ou pardas (Petruccelli, 2001; Berquó, 1988). A proporção de mulheres brancas casadas era mais elevada que a observada entre as mulheres negras, principalmente, entre as que se declararam pretas. De modo geral, a maioria delas já estava casada aos 24 anos. A mais alta proporção de mulheres casadas foi verificada entre as idades de 34 a 38 anos, quando o percentual atingiu 76%.[19] Entre as mulheres pretas, a proporção mais elevada não ultrapassa 67%, atingida aos 32 anos.

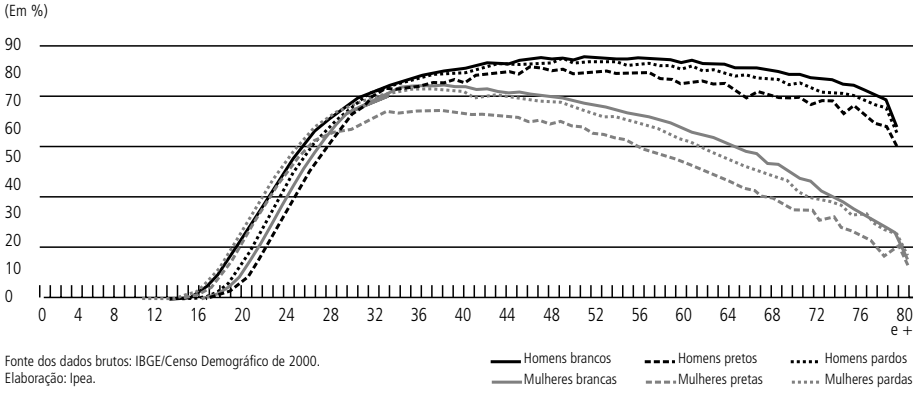
19. Entre as pardas, a proporção máxima foi alcançada entre 34 e 27 anos e foi de 74%.

O gráfico 30 aponta para diferenciais importantes por sexo e cor/etnia no padrão de nupcialidade, que se manifesta de forma mais acentuada nas idades avançadas. Deixa claro a situação desfavorável vivenciada pelas mulheres pretas, tanto em relação às brancas e pardas quanto em relação aos homens pretos. Essa evidência está reforçada nos gráficos 21 e 28. Por exemplo, as mulheres pretas passavam 28,3 anos casadas; as brancas, 34,4 anos; e os homens pretos, 33,4 anos. A nupcialidade mais elevada foi observada para os homens brancos, seguidos dos pardos e dos pretos. Esses homens, ao longo de toda a vida, apresentavam proporções mais elevadas de união conjugal que todos os grupos de mulheres.

Os resultados apresentados no gráfico 27 mostram que as mulheres pretas casavam-se, em média, em idades semelhantes às das brancas (22,9 anos) e ligeiramente mais tarde que as das pardas (22,3 anos). Tal resultado diferencia-se do encontrado por Berquó (1987) com base no Censo Demográfico de 1980. A autora mostrou que as mulheres pretas casavam-se um ano mais tarde que as brancas e pardas, em torno dos 23,5 anos. A comparação dos dois resultados aponta para uma antecipação do casamento para as mulheres pretas. Como os dados referem-se a apenas dois pontos no tempo, não se pode inferir a partir daí sobre uma reversão de tendência na idade à época do casamento entre mulheres de diferentes etnias.

Já Simão et al. (2006) comparando os resultados de uma pesquisa realizada em Belo Horizonte para duas coortes etárias (20-29 anos e 50-59 anos) e grupos raciais, encontraram que a distância entre brancas e negras era menor do que a observada entre as duas coortes. No entanto, "elas diminuíram consideravelmente em relação às diferenças que existiam entre as mulheres da coorte mais velha". O efeito geracional parece ser maior que o da cor da pele dessas mulheres.

GRÁFICO 30
Proporção da população casada por idade individual e sexo segundo a cor/etnia – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000.
Elaboração: Ipea.

A entrada na condição de viúvas é outro indicador que sugere que as mulheres pretas permaneciam mais sozinhas que as brancas e pardas, dado que elas experimentavam a viuvez mais precocemente. Em média, elas se tornaram viúvas aos 60,5 anos, enquanto as brancas aos 65,3 anos, e as pardas, aos 62,7 anos.

Considerando a saída de casa como um elemento importante para o processo de emancipação dos indivíduos, e, operacionalmente, tomando-a como a assunção da condição de chefe e cônjuge no domicílio, pode-se dizer que as mulheres pretas, em média, adquiriram tal condição cerca de um ano depois das brancas. Levando em conta a idade ao primeiro quartil, não se observam diferenciais expressivos entre os grupos estudados. Um quarto das mulheres saiu da casa dos pais antes dos 19 anos. Por outro lado, enquanto 80% das brancas já tinham constituído o seu domicílio aos 28,3 anos, essa proporção foi atingida pelas pretas 1,4 ano mais tarde.[20] Ou seja, um grupo de mulheres saiu da casa dos pais relativamente cedo, e outro grupo, relativamente tarde.

Apesar de não poder inferir sobre uma seqüência nos eventos, os dados podem sugerir que, em média, a saída de casa ocorria depois da união conjugal. A diferença no momento de ocorrência desses dois eventos foi mais elevada entre as pretas, atingindo 2,2 anos. As mulheres pretas e pardas, por sua vez, tiveram filhos mais cedo que as brancas, em torno de 1,5 ano antes.[21] Resultado semelhante foi também encontrado por Arruda (2004) para o Brasil e por Mello (2005) para a região metropolitana do Rio de Janeiro. Outro diferencial observado é que o nascimento do primeiro filho ocorreu antes do casamento e da saída de casa para as mulheres pretas. Entre as brancas, os resultados sugerem que elas primeiro se uniam, depois tinham filhos e 0,4 ano mais tarde constituíam seu próprio domicílio.

Se se considerar que é o primeiro filho o evento que determina o final do processo de transição para a vida adulta, pode-se concluir que são as mulheres pardas que finalizam esse processo em primeiro lugar. Aos 26,6 anos, 80% dessas mulheres já tinham tido filhos; isso aconteceu para as pretas aos 27,1 anos e para as brancas aos 28,7 anos. Se o processo determinante for a saída de casa, foram as brancas que o fizeram mais cedo e antes de terem filho, com 28,3 anos. Já 80% das pretas constituíram domicílio antes dos 29,6 anos. Sintetizando, pelo menos 80% das mulheres, independentemente da cor/etnia, entraram no mundo adulto antes de completar os 30 anos.

---

20. Dados não mostrados.

21. Esse diferencial ainda é relativamente mais elevado se se considerar a idade ao primeiro quartil em que as mulheres tiveram filhos. Isto ocorreu para as pretas um ano antes das brancas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho mostrou que o ciclo da vida se divide para a população de todos os cinco grupos estudados em três fases. Para os homens, essas fases são claramente delimitadas pelos eventos relacionados ao mercado de trabalho. Para as mulheres, casamento e maternidade eram ainda tão importantes quanto a participação nas atividades econômicas para os homens. No entanto, essa semelhança traz muitas diferenças que se manifestam na quantidade de pessoas que experimentaram os eventos e nos momentos em que eles ocorreram. Essa diferenciação ocorre do nascimento até a morte.

As diferenças encontradas foram entre homens e mulheres, residentes no Nordeste e no Sudeste, e entre brancos e negros. Por exemplo, nascer homem no Nordeste pode implicar viver 14,3 anos a menos do que uma mulher branca.[22] Como a mortalidade é diferenciada entre os grupos etários, concentrando-se na infância e nas idades avançadas, de mil crianças nordestinas do sexo masculino nascidas vivas, 67 não atingiram a idade de 7 anos, idade obrigatória de entrada na escola. Entre mil crianças brancas do sexo feminino, essa proporção foi de 20 por mil.

Das crianças de 7 anos sobreviventes, 95% dos homens e mulheres brancos e residentes no Sudeste estavam na escola. A proporção comparável para homens e mulheres negros e residentes no Nordeste foi de 88%. A escolaridade média alcançada, medida em número médio de anos de estudo, foi de 4,6 anos para os homens nordestinos e de 7,1 anos para as mulheres brancas em geral. Além disso, enquanto apenas 34,4% dos homens nordestinos alcançaram um nível de escolaridade acima da média, entre as mulheres brancas aproximadamente 50% superaram essa média.

A mais baixa escolaridade está associada a uma entrada "precoce" no mercado de trabalho e, provavelmente, mais desfavorável. Dos homens nordestinos, 25% já estavam no mercado de trabalho aos 13,4 anos. Entre a população branca, de ambos os sexos, e a residente no Sudeste, também, de ambos os sexos, essa proporção foi alcançada um ano mais tarde. Por outro lado, foram os nordestinos os que se aposentaram mais tarde. Casamento e constituição de domicílio acontecem, quase sempre, mais tardiamente para homens em comparação às mulheres, e estão diretamente relacionados à participação nas atividades econômicas.

Para as mulheres, a constituição de domicílio, tradicionalmente, se dava via casamento e era seguido pelo nascimento do primeiro filho. Considerando apenas a diferença entre a idade de saída da casa dos pais e a do nascimento do primeiro filho, observa-se que elas só foram coincidentes para as mulheres residentes no

22. Entre os homens nordestinos, 31,6% eram brancos. Entre as mulheres brancas, 17,7% residiam no Nordeste.

Sudeste. Foram as mulheres pretas as que levaram mais tempo para saírem da casa dos pais depois do nascimento do primeiro filho. Foram elas, também, as que menos tempo passaram casadas.

O final da vida, aqui considerado como os 80 anos e mais, apresentou-se muito diferenciado para os vários grupos estudados. A principal diferença foi em quantos chegaram lá. Apenas 1/4 dos homens nordestinos, independentemente da etnia, e dos pretos, independentemente da região, completaram 80 anos. Entre as mulheres residentes no Sudeste e entre as brancas, a metade chegou. O diferencial na mortalidade por sexo sempre favorece as mulheres, mas os demais foram favoráveis aos homens. Com exceção dos homens pretos, mais de 60% deles encontravam-se casados.[23] A mais elevada proporção de mulheres de 80 anos e mais casadas foi observada na região Nordeste: 16%. Enquanto aproximadamente 3/4 dos homens muito idosos residiam nos seus próprios domicílios, isso só foi verificado para aproximadamente 50% das mulheres brancas e residentes no Sudeste.[24] Pode-se dizer que o recebimento da aposentadoria foi praticamente universal para todos os homens, mas o mesmo não se verificou para as mulheres. A proporção de beneficiárias foi mais elevada no Nordeste (80%) e menor no Sudeste (63%).

Em síntese, foram encontradas semelhanças e diferenças no processo de transição para os principais eventos que marcam o ciclo da vida. Embora esses eventos tenham sido considerados desagregados por duas variáveis importantes, elas não são suficientes para explicar o conjunto das desigualdades sociais, tais como as medidas por nível de renda, de escolaridade, situação rural/urbana, acesso a água e esgoto etc.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. R. *Prolongamento da juventude:* opção ou falta de opção? Dissertação (Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004. 107 f.

BELTRÃO, K. I. Raça e fronteiras sociais: lendo nas entrelinhas do centenário hiato de raças no Brasil. In: SOARES, S.; BELTRÃO, K. I.; BARBOSA, M. L. O.; FERRÃO, M. E. (Orgs.). *Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

————.; SONOE, S.; RITO, F. P. L. P.; MENDONÇA, J. L. O. O mercado de trabalho brasileiro segundo diferenciais de cor, escolaridade e setor de atividade econômica: 1992-2004. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINO-AMERICANA DE POBLACIÓN, 2. *Anais*... Guadalajara: Asociación Latino-Americana de Población, 2006.

BERCOVICH, A. Considerações sobre a fecundidade da população negra no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 6, n. 1, jan./jun. 1989.

23. A proporção comparável para os pretos foi de 55%.

24. Entre as pretas, essa proporção foi de 54%.

BERQUÓ, E. *Nupcialidade da população negra no Brasil*. Campinas: Nepo/Unicamp, 1987 (Textos Nepo, 11).

————. Demografia da desigualdade: algumas considerações sobre os negros no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1. *Anais*... Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1988.

BUSH, V. P. *Tabla de vida activa*. Centro de Estudios Demográficos y de Desarrollo, México: El Colegio de México, 1996.

HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. *Origens e destinos*: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

————. SILVA, N. V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

MELLO, J. L. *Transições para a vida adulta:* os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. 2005. Dissertação (Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2005. 145 f.

OLIVEIRA, A. T.; SIMÕES, A. G. Deslocamentos populacionais no Brasil: uma análise dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais*... Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.

OSÓRIO, R.; SOARES, S. A geração 80: um documentário estatístico sobre a produção das diferenças educacionais entre negros e brancos. In: SOARES, S.; BELTRÃO, K. I.; BARBOSA, M. L. O.; FERRÃO, M. E. (Orgs.). *Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras.* Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

PERTUCCELLI, J. L. Seletividade por cor e escolhas conjugais no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos,* ano 3, n. 1, p. 29-51, 2001.

SILVA, N. V. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. *Origens e destinos*: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

SIMÃO, A. B.; RIBEIRO MIRANDA, P.; CAETANO, A. J.; CESAR, C. C. Comparando as idades à primeira relação sexual, à primeira união e ao nascimento do primeiro filho de duas coortes de mulheres brancas e negras em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 151-166, jan./jun. 2006.

SIMÕES, C. C. da S. *Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil*: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde/ Organização Mundial de Saúde, 2002.

SOARES, S. *O perfil da discriminação no mercado de trabalho* – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Rio de Janeiro: Ipea, 2000 (Texto para discussão, n. 769).

TAFNER, P. (Ed.). *Brasil: o estado de uma nação* – mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CAPÍTULO 4

TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA: MUDANÇAS POR PERÍODO E COORTE

Ana Amélia Camarano
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea
Solange Kanso
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea
Juliana Leitão e Mello
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea

1 INTRODUÇÃO

Como assumido no capítulo 1 deste livro, o processo de transição para a vida adulta é visto não só como a passagem da escola para o trabalho, mas como um fenômeno mais complexo que envolve a formação escolar, a inserção profissional e a constituição de um novo núcleo familiar, que pode ocorrer via casamento, nascimento do primeiro filho e/ou saída da casa dos pais. Para alguns autores, a transição para a parentalidade ou o nascimento do primeiro filho caracteriza o estágio final do processo de transição para a vida adulta (Corijn, 1999; Billari, 2001). Madeira, no capítulo 5 deste livro, aponta o casamento como a entrada para a vida adulta. O interesse deste capítulo, independentemente de se considerar o casamento, a maternidade ou a saída de casa como o estágio final do processo de transição, é analisar as várias etapas desse acontecimento de forma integrada.

Partindo-se dessa perspectiva, o seu objetivo é analisar as mudanças no processo de transição dos jovens brasileiros, levando em conta cinco eventos considerados principais: *a*) a saída da escola; *b*) a entrada no mercado de trabalho; *c*) o casamento; *d*) a saída da casa dos pais ou de origem; e *e*) a maternidade.[1] Serão examinados dois momentos no tempo, correspondentes aos anos censitários de

1. Como as fontes de dados são os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e eles não levantam informações sobre fecundidade dos homens, só foi possível analisar a maternidade.

1980 e 2000, e duas coortes de idade,[2] definidas pelas populações de 15 a 29 anos nos dois censos (coorte 1 e coorte 2) e de 35 a 49 anos em 2000 (coorte 1). A primeira coorte é constituída pelas pessoas que nasceram no período 1950-1965, quando se observaram as mais altas taxas de natalidade – são os *baby boomers*. A segunda, pelas pessoas nascidas entre 1970 e 1985, quando as taxas de fecundidade estavam em um processo de declínio acentuado – os *baby busters.*

Salienta-se que uma das principais características do grupo populacional em estudo é a sua grande heterogeneidade no que diz respeito aos movimentos demográficos. Como visto no capítulo 2, tanto em 1980 quanto em 2000, até os 15 anos, a grande maioria da população vivia com seus pais, estava na escola, era solteira, não muitos estavam no mercado de trabalho e pouquíssimas mulheres tinham tido filhos. Já entre a população de 15 a 29 anos, em 2000, 33% já tinham deixado a casa dos pais, 22% estavam na escola, 66% no mercado de trabalho, 34% eram casados e 42% das mulheres já tinham tido filhos. Essa heterogeneidade é ainda maior se forem consideradas essas informações desagregadas por sexo e idade.

A pergunta principal deste capítulo é: como o processo de transição para a vida adulta variou no tempo (1980 e 2000)? Foi visto no capítulo 2 que o calendário de alguns eventos que marcam o ciclo da vida se alterou entre 1980 e 2000. Isso posto, pergunta-se: o período de transição para a vida adulta tem sido mais curto ou mais longo? Foi um adiamento ou uma antecipação do seu início ou um alongamento ou uma redução da sua duração? Quais os processos que caracterizaram as mudanças? Estas foram uniformemente distribuídas dentro do segmento populacional estudado? Assume-se que a transição consiste em uma trajetória composta, principalmente, pela inter-relação dos cinco eventos já enumerados. Para tanto, foram calculadas medidas de participação nesses vários eventos *(quantum*) e idades medianas de entrada e duração do processo (*timing*).

Os dados utilizados são os coletados pelos Censos Demográficos de 1980 e 2000. O capítulo está dividido em seis seções, sendo a primeira esta introdução. A seção 2 apresenta a composição demográfica das duas coortes estudadas em 1980 e 2000 e a seção 3 discute a relação escola e trabalho no processo de transição para a vida adulta. A seção 4 analisa o processo de constituição de família e do domicílio. A seção 5 considera o processo de transição como um todo, ou seja, busca integrar escola, trabalho, família e constituição de domicílio. Finalmente, na seção 6 discutem-se alguns dos resultados.

---

2. Na verdade, elas são pseudocoortes. São constituídas por grupos de pessoas que não são estritamente as mesmas nos dois pontos do tempo, mas representam uma mesma população. Como se está trabalhando com dados censitários, pode-se esperar uma grande coincidência. Para mais detalhes sobre essa questão, ver Osório e Soares (2006).

2 COMPOSIÇÃO DEMOGRÁFICA DAS COORTES ESTUDADAS

Como já se mencionou na seção anterior, este capítulo analisa a transição para a vida adulta de duas coortes de jovens, em dois momentos no tempo. A primeira coorte, que tinha de 15 a 29 anos em 1980, era formada por aproximadamente 34,5 milhões de pessoas, o que representava 29% da população total daquele ano. Essa coorte nasceu em um regime de alta fecundidade e se beneficiou da redução da mortalidade infanto-juvenil, o que levou a que fosse chamada de *baby boomers*. Dos jovens que compunham essa coorte, 49% eram homens e 51% mulheres (ver tabela 1).

Dos aproximadamente 34,5 milhões de pessoas que compunham a coorte 1, 31,5 milhões foram contabilizados pelo Censo Demográfico de 2000 como a população de 35 a 49 anos, ou seja, pode-se falar que entraram no mundo adulto, pelo menos, segundo o critério de idade. Assumindo uma cobertura censitária idêntica nos dois momentos no tempo, 3 milhões de pessoas se perderam ao longo desse período. Essa "perda" pode ser explicada pela mortalidade e pela migração internacional. Dos 3 milhões que não foram encontrados em 2000, 1,7 milhão eram homens. Foi estimado um saldo líquido migratório internacional de

TABELA 1
Brasil: alguns indicadores populacionais – 1980-2000

	1980			2000		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
			Número de pessoas			
Coorte 1	17.029.891	17.506.361	34.536.252	15.284.887	16.249.345	31.534.232
Coorte 2	15.788.367	15.411.489	31.199.856	23.890.760	24.048.963	47.939.723
			Participação no total da população (%)			
Coorte 1	28,8	29,3	29,0	18,3	18,8	18,6
Coorte 2	26,7	25,8	26,2	28,6	27,9	28,2
			Composição por sexo (%)			
Coorte 1	49,3	50,7	100,0	48,5	51,5	100,0
Coorte 2	50,6	49,4	100,0	49,8	50,2	100,0
			Idade média (anos)			
Coorte 1	21,3	21,3	21,3	41,3	41,4	41,4
Coorte 2	4,3	4,3	4,3	21,5	21,6	21,5

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

Nota: Coorte 1: formada pelas pessoas que tinham de 15 a 29 anos em 1980 e de 35 a 49 anos em 2000. Coorte 2: formada pelas pessoas que tinham de 0 a 9 anos em 1980 e de 15 a 29 anos em 2000.

1,1 milhão e de 850 mil entre 1980 e 2000 para a população do sexo masculino e feminino, respectivamente, que tinham de 15 a 29 anos em 1980 (ver Tafner, 2006).

É fato reconhecido que a mortalidade dos homens é mais alta que a das mulheres, principalmente entre a população jovem. A probabilidade de a coorte 1 sobreviver aos 20 anos seguintes, ou seja, de ser encontrada pelo Censo de 2000, foi estimada em 91% para homens e 96% para as mulheres.[3] Isso significa que 1,6 milhão de homens não entrou para o mundo adulto porque morreu antes. É bem provável que essa "perda" seja explicada pela mortalidade por causas externas, que é objeto de estudo do capítulo 10 deste livro. Para as mulheres, o número correspondente foi bem menor, 630 mil.

O comportamento diferenciado da mortalidade não alterou, de forma significativa, a composição por sexo dessa coorte ao longo do período estudado. Conforme mostra a tabela 1, as mudanças foram no sentido de um aumento na proporção de mulheres, mas este não chegou a 1 ponto percentual (p.p.). Já a participação da coorte 1 no total da população de 2000, quando tinha de 35 a 49 anos, foi de aproximadamente 19%. Essa redução pode ser explicada, principalmente, pelo crescimento ainda expressivo da população mais jovem.

A coorte 2 é formada pelas pessoas que tinham de 0 a 9 anos em 1980[4] e de 15 a 29 anos em 2000, ou seja, que nasceram entre 1970 e 1985, já em um regime de fecundidade em declínio acelerado. No entanto, o seu contingente foi muito mais numeroso que o de 1980 – aproximadamente 48 milhões de jovens (ver tabela 1). Isso se deve ao número relativamente elevado de mulheres em idade reprodutiva naquele período, o que resultou num volume expressivo de nascimentos.[5] Por outro lado, a sua participação no total da população foi menor em 1 p.p. que a da coorte 1 em 1980. Isso é explicado pelo crescimento mais elevado dos demais segmentos populacionais, mais especificamente da população mais velha. Ou seja, o ritmo de crescimento da população jovem brasileira desacelerou.

A composição por sexo da coorte 2 não diferiu em grande medida da coorte 1, muito embora a segunda coorte masculina tenha experimentado um aumento na mortalidade por causas externas. Isso explica a ligeira redução na proporção de homens entre 1980 e 2000. A idade média dos jovens das duas coortes não apresentou diferenças expressivas entre as coortes ou por sexo. Pode-se falar de um ligeiro envelhecimento da coorte 2: 0,2 ano (ver tabela 1).

---

3. Essas probabilidades foram estimadas a partir das tabelas de sobrevivência geradas no Ipea.

4. Uma parte dessa coorte ainda não havia nascido em 1980. Nasceu no qüinqüênio 1980 -1985.

5. Esse é um processo chamado de descontinuidades demográficas. Sobre isso, ver Bercovich e Madeira (1990).

Dos 48 milhões de jovens que compunham a coorte 2, aproximadamente 2/3, 31,2 milhões, já eram nascidos em 1980. Destes, 30 milhões sobreviveram aos 20-29 anos. A maior perda foi, como no caso da coorte 1, experimentada pela população masculina – 900 mil – comparativamente à feminina, – 300 mil. Para essa coorte, a migração internacional foi pouco expressiva no período e foi maior entre as mulheres. Estimou-se um saldo migratório de 122 mil para as mulheres e de 50 mil para os homens[6] (ver Tafner, 2006). A mortalidade continuou mais alta entre os homens, levando a que aproximadamente 540 mil não sobrevivessem ao Censo de 2000. O valor correspondente para as mulheres foi de 215 mil.

3 ESCOLA E TRABALHO

3.1 Variação nas taxas de participação

A importância que a escola desempenha para a inserção dos jovens no mundo adulto reside em sua função de preparação para o mercado de trabalho e de ser um instrumento propulsor de cidadania. Porém, se a escolaridade no passado recente levou à ascensão social de muitos jovens, atualmente não é mais suficiente para assegurar uma inserção formal no mercado de trabalho e uma posição mais confortável na escala social. Assume-se, portanto, que o acesso à escola é, no mínimo, uma condição necessária para que um indivíduo possa ter melhores chances de participação nas atividades econômicas e lutar para assegurar os seus direitos de cidadania.

Também se reconhece a importância do trabalho como condição para que o jovem adquira a sua independência econômica e possa então sair da casa dos pais e constituir uma nova família. Na maioria das vezes, nos países desenvolvidos, a entrada no mercado de trabalho ocorre apenas após a conclusão do ensino formal. No Brasil e em outros países da América Latina é comum que a entrada no mercado de trabalho se dê concomitantemente à permanência na escola. Foi visto no capítulo 2 deste livro que a participação simultânea da população brasileira na escola e no trabalho cresceu entre 1980 e 2000.

A tabela 2 apresenta a distribuição proporcional das duas coortes de jovens brasileiros, em 1980 e 2000, no que se refere à freqüência à escola e à participação no mercado de trabalho.[7] Em 1980, o *status* predominante dos jovens brasileiros do sexo masculino, ou seja, da coorte 1, era o de participar apenas no mercado de trabalho. Eles já haviam deixado a escola e estavam se inserindo no mundo adulto. Aí se encontravam 70,5% desses jovens e 20 anos depois, quando tinham de 35 a

6. Esse foi o saldo líquido migratório estimado para essa coorte populacional (ver Tafner, 2006).

7. Uma discussão maior sobre essa questão pode ser encontrada no capítulo 9 deste livro.

TABELA 2
Brasil: proporção da população jovem por idade e sexo, segundo o *status* – 1980 e 2000

	Não-PEA e estuda		PEA e estuda		PEA e não estuda		Não-PEA e não estuda	
	1980	2000	1980	2000	1980	2000	1980	2000
				Coorte 1				
Homens	11,6	0,0	11,3	3,2	70,5	89,2	6,7	5,2
Mulheres	16,0	1,0	7,2	4,3	27,9	58,5	48,9	34,9
				Coorte 2				
Homens	18,9	14,9	-	21,5	-	56,2	81,1	7,4
Mulheres	19,5	19,8	-	17,1	-	36,7	80,5	26,4

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

Nota: Coorte 1: fomada pelas pessoas que tinham de 15 a 29 anos em 1980 e de 35 a 49 anos em 2000. Coorte 2: formada pelas pessoas que tinham de 0 a 9 anos em 1980 e de 15 a 29 anos em 2000.

49 anos, somavam aproximadamente 90%. Essa proporção era muito mais alta entre os homens e variou diferentemente entre os sexos no período considerado. Comparando as duas coortes de jovens nos dois momentos no tempo, 1980 e 2000, observa-se que, entre os homens, a proporção diminuiu para 56,2% em 2000. Isso se deu em prol de um aumento nas proporções referentes a estudar e trabalhar e a só estudar. Apesar da redução, continuou sendo a mais elevada. Entre as mulheres, a referida proporção aumentou de 27,9% para 36,7% e levou, portanto, a que participar das atividades econômicas fosse a condição predominante das mulheres jovens em 2000. Foi entre as mulheres jovens que se verificou o maior incremento no percentual de participação nas atividades econômicas e estudar.

Entre as mulheres jovens em 1980, coorte 1, o *status* predominante era o de não estudar e não participar das atividades econômicas. Vinte anos mais tarde, a proporção de participantes nessa categoria declinou significativamente. A maioria delas, 58,5%, estava apenas participando do mercado de trabalho. Também diminuiu o percentual de mulheres que somente estudavam. A redução desse percentual é maior nas idades mais avançadas, o que é esperado. No entanto, a magnitude dessa redução leva a se perguntar o que teria ocasionado essa entrada expressiva de mulheres nas atividades econômicas a partir dos 30 anos. Na verdade, essa entrada foi ainda maior se se somar a percentagem das mulheres que trabalhavam e também estudavam. Nesse caso, a proporção de mulheres de 35 a 49 anos que participavam das atividades econômicas em 2000 atingiu 62,8%, bem mais alta que a referente ao mesmo grupo de idade em 1980. Ou seja, essas últimas deveriam ser mulheres que estariam, em 1980, participando do mercado de trabalho ou se preparando para ele.

Em síntese, parece que esse aumento foi uma combinação de mudanças de coorte e de período. Apesar de as mulheres de 15 a 29 anos estarem participando mais ativamente do mercado de trabalho em 2000 comparativamente a 1980, a variação na taxa de participação observada entre esses dois grupos (53%) foi menor que a variação observada para a coorte 1 (79%), no período 1980-2000 (ver tabela 2). Uma diferença ainda mais acentuada foi constatada quando se comparou essa coorte em 2000 com a de mulheres que tinham de 35 a 49 anos em 1980, de 100%.[8] Três fatores podem explicar tal diferença, o que será investigado ao longo do trabalho: o prolongamento do tempo passado na escola, o aumento das separações conjugais e o aumento da maternidade fora do casamento. Esses dois últimos podem ter contribuído para que as mulheres tivessem de trabalhar para o sustento da família.

Em termos relativos, a variação mais expressiva observada nos *status* dos jovens, para ambos os sexos, entre 1980 e 2000, foi na proporção de pessoas que integravam a atividade econômica e estavam estudando. A segunda mudança em magnitude para os homens foi no percentual dos que apenas estudavam e para as mulheres no das que apenas trabalhavam. Esse aumento da escolarização da população brasileira, seja combinado à inserção na atividade econômica ou não, já foi apontado em estudos anteriores e em outros capítulos deste livro.[9] É sabido que o processo de reestruturação econômica e a adoção de novas tecnologias resultam numa dependência cada vez menor de mão-de-obra, mas, ao mesmo tempo, requerem uma qualificação maior da mão-de-obra absorvida, o que possivelmente explica a continuação da escolarização após o ingresso no mercado de trabalho.

Pode-se dizer que, a partir do que foi observado para a população de 35 a 39 anos em 2000, a grande maioria dos homens e mais da metade das mulheres da coorte 1 fizeram a transição para o mundo adulto no que diz respeito ao trabalho. Para as mulheres jovens de 2000, da coorte 2, a perspectiva que se coloca é a de continuação do aumento em sua participação nas atividades econômicas e para os homens dessa coorte é a de redução nessa participação. Isso leva a novas indagações sobre as trajetórias que envolvem a vida adulta e aponta para uma complexidade maior desse processo.

3.2 Variações nos *timings* ou calendário

A idéia de prolongamento da juventude e/ou de adiamento da entrada na vida adulta advém da constatação de mudanças no calendário dos eventos que marcam

8. Dados não mostrados.

9. Ver capítulos 2, 5 e 9 e Camarano et al. (2001, 2003).

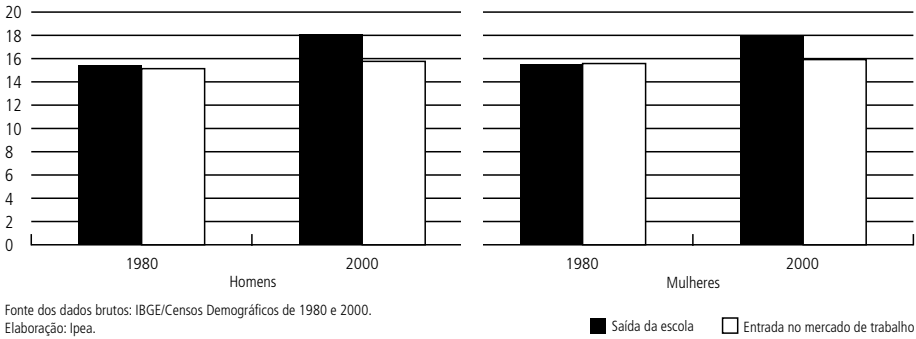
a transição para a vida adulta. Como já mencionado, os eventos considerados foram: saída da escola, entrada no mercado de trabalho, casamento, saída da casa dos pais e maternidade. Assumindo que essas trajetórias seguem uma seqüência predeterminada, a saída da escola é, geralmente, apontada como o primeiro evento em direção à transição. No entanto, reconhece-se que o uso desse indicador, como o primeiro de uma seqüência, apresenta algumas restrições dada a tendência em curso do crescimento na proporção de pessoas que participam do mercado de trabalho e continuam estudando, muitas vezes casadas e com filhos.

O gráfico 1 e a tabela 3 apresentam alguns indicadores do *timing* (idade) em que as pessoas que experimentaram o evento estudado o fizeram, as idades medianas e a duração, ou seja, o número de anos que os jovens que realizaram o evento até os 29 anos despenderam para efetuá-lo.[10] Estes foram calculados apenas para a população de 15 a 29 anos em 1980 e 2000. Isso poderá acarretar alguma diferença com relação aos resultados apresentados no capítulo 2, que considerou a população de todas as idades. Está apresentada, também, a proporção de pessoas que chegaram aos 30 anos de idade sem ter realizado os eventos considerados. Nesta subseção, serão analisadas apenas a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho.

A entrada nos dois eventos ocorreu mais tarde para os jovens de 2000 comparativamente aos de 1980 para ambos os sexos. A maior variação foi encontrada na idade ao sair da escola. Isso reforça a tendência já detectada anteriormente da participação simultânea na escola e no trabalho. Por exemplo, 50% dos jovens do sexo masculino de 1980 tinham deixado a escola aos 15,4 anos, mas aos 15,1 anos já tinham entrado no mercado de trabalho, ou seja, 0,3 ano antes de sair da escola.

GRÁFICO 1

Brasil: idades medianas à saída da escola e entrada no mercado de trabalho – jovens de 15 a 29 anos de idade – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

10. Essa medida foi proposta por Modell, Furstenberg Jr. e Hershberg (1976). É calculada como a diferença entre a idade ao nono decil e ao primeiro, aqui considerada 15 anos. No caso de escola e mercado de trabalho, adotou-se a idade ao primeiro decil como 15 anos, muito embora se reconheça que o evento ocorreu antes.

TABELA 3
Brasil: indicadores do processo de transição para a vida adulta – 1980 e 2000

	Homens		Mulheres	
	1980	2000	1980	2000
Saída da escola				
Idade mediana	15,4	18,1	15,5	17,9
Duração da transição (anos)	7,0	8,0	7,0	8,0
% dos que não realizaram o evento	3,8	7,2	3,8	9,7
Entrada no mercado de trabalho				
Idade mediana	15,1	15,8	15,6	15,9
Duração da transição (anos)	6,0	5,0	3,0	4,0
% dos que não realizaram o evento	3,2	6,9	65,3	37,5
Casamento				
Idade mediana	22,8	22,4	20,1	20,0
Duração da transição (anos)	8,0	9,0	10,0	10,0
% dos que não realizaram o evento	19,6	23,3	17,3	16,8
Saída de casa				
Idade mediana	23,0	23,1	20,7	21,1
Duração da transição (anos)	9,0	8,0	10,0	11,0
% dos que não realizaram o evento	22,4	30,8	20,6	23,4
Maternidade				
Idade mediana			21,1	20,3
Duração da transição (anos)			10,0	10,0
% dos que não realizaram o evento			21,1	20,3

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

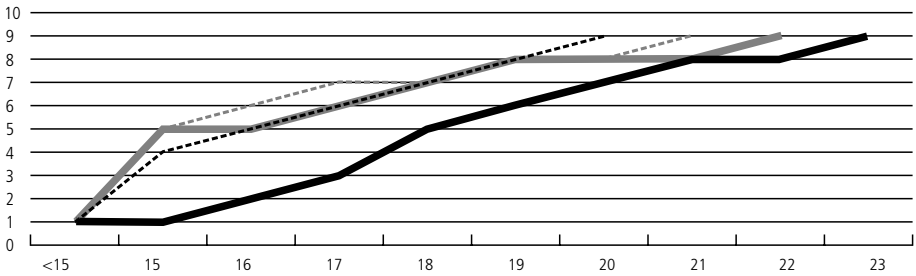
Já a proporção comparável para os de 2000 deixou a escola 2,6 anos mais tarde e entrou no mercado de trabalho 0,7 ano, também mais tarde. Isso significa 2,2 anos aproximados de convivência de escola e trabalho para esses últimos jovens. Mais do que isso, mostrou que a entrada no mercado de trabalho passou a ser o primeiro evento no processo de transição. Essa mudança foi ligeiramente mais acentuada para as mulheres relativamente aos homens (ver gráfico 1).

O comportamento das mulheres jovens de 2000 foi semelhante ao dos homens. Para as de 1980, não se pode falar em simultaneidade de participação na escola e no trabalho. A metade das jovens de 1980 deixou a escola aos 15,5 anos, idade muito semelhante à dos homens e à mesma idade em que entraram no mercado de trabalho. Já em 2000 a metade das mulheres jovens saía da escola 2,4 anos mais velhas que as de 1980 e, certamente, mais escolarizadas e começaram a participar das atividades econômicas 0,3 ano mais tarde, idade também muito semelhante à dos homens. A convivência de trabalho e escola foi de aproximadamente 2 anos para essas mulheres (ver gráfico 1).

O gráfico 2 mostra as idades decis em que os homens jovens deixaram a escola e entraram no mercado de trabalho (ver Modell; Furstenberg Jr.; Hershberg, 1976). Os decis de uma distribuição permitem um melhor entendimento da heterogeneidade do fenômeno por idade que o mostrado pelas medidas de posição central, como a mediana. Além disso, pode-se, também, inferir sobre o tempo despendido (número de anos) pelos jovens que completaram o evento. Como medida de "completude" do evento, foi considerada a idade ao nono decil. Pode-se observar que para 10% dos homens jovens, em 1980 e 2000, a transição se iniciou antes dos 15 anos. Isso se verificou tanto para a saída da escola quanto para a entrada no mercado de trabalho.

O adiamento da saída da escola começou a ocorrer a partir do segundo decil da distribuição, quando foi mais acentuado (ver gráfico 2). Essa intensidade diminui até o sétimo decil e, a partir daí, poucas variações foram observadas. Esse adiamento beneficiou mais os jovens de 15 anos e, em seguida, os de 16 a 20 anos. Considerando o tempo que as duas coortes de jovens levaram para deixar a escola a partir dos 15 anos, estimaram-se 7 anos para a coorte 1 (os jovens de 1980), e de

GRÁFICO 2
Brasil: idades decis às quais se completaram os eventos de sair da escola e entrar no mercado de trabalho – homens – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

8 anos para a coorte 2 (os de 2000) – ver tabela 3. Sumarizando, os resultados apontam para um alongamento do processo de transição no que se refere à saída da escola, resultando, como será visto posteriormente, em um aumento da escolaridade média. Aos 23 anos, pelo menos 90% dos jovens da coorte 2 já tinham deixado a escola, o que ocorreu aos 22 anos para a coorte 1.

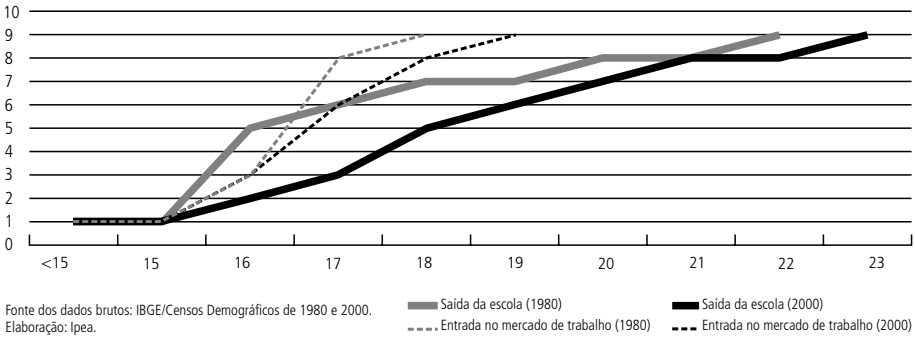
As variações entre as duas coortes no que diz respeito à entrada no mercado de trabalho foram bem menos expressivas que as referentes à saída da escola. Aos 15 anos, pelo menos 40% dos jovens de ambas as coortes já participavam das atividades econômicas. Um pequeno adiamento foi observado entre os homens localizados nos quarto, quinto e sexto decis da distribuição. Isso significa jovens de 15 a 17 anos. Esse adiamento pode estar associado à maior permanência desses jovens na escola. Por outro lado, entre os jovens do nono decil, em torno dos 20 anos, observou-se uma antecipação nessa entrada. A duração da transição foi menor em 1 ano para os jovens de 2000 comparados aos de 1980. Levou 5 anos. Foi, também, menor que a referente à saída da escola nos dois anos considerados. Isso foi observado para os jovens das duas coortes. Aos 20 anos, 90% dos jovens da coorte 2 que entraram no mercado de trabalho, aí já estavam. A idade comparável para os da coorte 1 foi de 21 anos (ver gráfico 2 e tabela 3).

O gráfico 2 permite visualizar, também, que em 1980 a saída da escola estava muito associada à entrada nas atividades econômicas. As duas curvas se superpõem, com exceção do sexto e do sétimo decis. Isso significa que apenas a população de 16 e 17 anos entrou no mercado de trabalho antes de deixar a escola. Para os jovens de 2000, isso se verificou para toda a população com idade superior ao quarto decil, ou seja, para todos os jovens com mais de 15 anos. Como já foi mencionado em outros capítulos deste livro, a simultaneidade de participação na escola e no mercado de trabalho parece ser um fenômeno crescente entre os jovens brasileiros.

O comportamento das mulheres jovens foi muito semelhante ao dos homens, como se pode ver no gráfico 3. Aos 15 anos, nos dois anos considerados, pelo menos 10% das jovens já tinham deixado a escola e entrado no mercado de trabalho. Comparando 1980 com 2000, a saída da escola se postergou para as jovens do segundo ao sétimo decis, principalmente entre as do segundo e terceiro. Isso significa que, como observado para os homens, esse adiamento beneficiou mais as jovens de 16 a 20 anos, especialmente as de 16 e 17 anos. O tempo que elas levaram para sair da escola foi igual ao dos homens, 7 e 8 anos, em 1980 e 2000, respectivamente.

Também para as mulheres como observado para a população masculina, a idade de entrada no mercado de trabalho apresentou uma variação bem menor que a de saída da escola (ver gráfico 3). A idade mediana aumentou em 0,3 ano e

GRÁFICO 3
Brasil: idades decis às quais se completaram os eventos de sair da escola e entrar no mercado de trabalho – mulheres – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

ficou 2,0 anos mais baixa que a referente à saída da escola. Aos 16 anos, pelo menos 30% das mulheres das duas coortes participavam das atividades econômicas. O adiamento nessa entrada só parece ter ocorrido entre as mulheres do sexto ao oitavo decis, ou seja, entre as que tinham entre 16 e 17 anos em 2000. Em 1980, aos 18 anos, 90% das mulheres que entraram no mercado de trabalho aí já estavam. Em 2000, essa proporção foi alcançada um ano mais tarde. A duração da transição para o mercado de trabalho aumentou em um ano – passou de 3 para 4 anos. Como para os homens, foi mais curta que a da saída da escola e, também, mais curta que a masculina para o mercado de trabalho. O alongamento da duração da transição para o mercado de trabalho parece estar associado ao incremento da participação feminina, que ocorreu, principalmente, entre as mulheres mais escolarizadas. Isso permite falar em participação simultânea de escola e trabalho, período que parece mais longo para os homens (ver tabela 3 e gráfico 3).

Em síntese, o que foi visto anteriormente para as duas trajetórias sugere que a saída da escola, realmente, se adiou para os dois sexos, mas exerceu um pequeno impacto na entrada no mercado de trabalho. Parece, também, que esse processo ocorreu de forma desigual entre os vários grupos de idade. Os que saíam da escola muito cedo continuaram saindo. O mesmo parece ter acontecido com a entrada no mercado de trabalho. Além disso, mais que adiamento da transição para a vida adulta, pode-se falar, também, de uma menor sincronia na seqüência de eventos, marcada pela participação simultânea em mais de um deles, como é o caso de escola e trabalho.

Finalmente, o último indicador considerado foi a proporção de pessoas que não haviam realizado o evento aos 29 anos. Comparando as duas coortes na tabela 3, observa-se que essa proporção para a população masculina aumentou nos dois

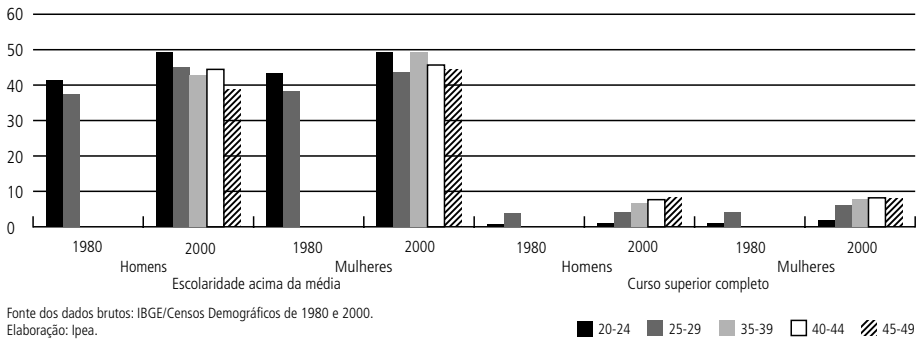
anos considerados. Isso sinaliza, também, para o prolongamento do tempo passado na escola e uma entrada tardia (ou não entrada?) no mercado de trabalho. Já as mulheres experimentaram a maior mudança entre as consideradas, medida pela expressiva redução na proporção das que não participavam do mercado de trabalho. Além disso, uma proporção também maior de mulheres não havia deixado a escola aos 29 anos. Esta foi maior que a de homens.

3.3 Algumas indicações de como os jovens deixaram a escola e entraram no mercado de trabalho

Esta subseção apresenta alguns indicadores que buscam inferir sob que condições os jovens brasileiros estavam fazendo a transição, ou seja, como deixaram a escola, com que escolaridade, como entraram no mercado de trabalho, e em que ocupações, se formal ou informal. A tabela 4 apresenta alguns indicadores de escolaridade para a população estudada. Considerou-se, em primeiro lugar, o número médio de anos de estudo concluído. Como conseqüência da maior freqüência à escola, pode-se observar um aumento na escolaridade média dos jovens para ambos os sexos. Um segundo indicador utilizado foi a proporção de pessoas com curso superior completo, a qual, também, experimentou um incremento relativamente expressivo, embora continue muito baixa. Além disso, levou-se em conta a proporção de jovens com escolaridade acima da média, ou seja, do número médio de anos de estudo. Esta, também, aumentou (ver gráfico 4).

A tabela 4 mostra ganhos de 1,1 ano na escolaridade média para os homens de 15 a 29 entre 1980 e 2000, e de 1,6 para as mulheres. Dado que a escolaridade é afetada por idade, a população das duas coortes foi desagregada por grupos qüinqüenais de idade. No período considerado observaram-se ganhos para todos

GRÁFICO 4
Brasil: proporção de pessoas acima do nível médio de escolaridade e com curso superior completo por grupos de idade e sexo – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

TABELA 4
Brasil: número médio de anos de estudo – 1980 e 2000

	1980			2000		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
			Total			
15-19	5,3	5,5	5,4	6,4	7,1	6,7
20-24	6,2	6,5	6,3	7,1	7,9	7,5
25-29	6,3	6,4	6,3	6,9	7,6	7,2
15-29	5,6	5,6	5,6	6,7	7,2	7,0
35-39				6,6	7,0	6,8
40-44				6,4	6,6	6,5
45-49				6,0	5,9	6,0
35-49				6,4	6,6	6,5
			Não estudavam			
15-19	4,6	4,7	4,6	5,5	6,3	5,9
20-24	5,6	5,9	5,7	6,5	7,4	6,9
25-29	6,0	6,2	6,1	6,6	7,4	7,0
15-29	5,4	5,6	5,5	6,4	7,2	6,8
35-39				6,6	6,9	6,8
40-44				6,3	6,5	6,4
45-49				5,9	5,9	5,9
35-49				5,8	6,0	5,9
			Estudavam			
15-19	6,1	6,4	6,2	6,8	7,5	7,2
20-24	9,0	9,0	9,0	8,8	9,4	9,1
25-29	9,8	9,0	9,4	8,9	8,9	8,9
15-29	7,0	7,1	7,1	7,5	8,1	7,8
35-39				8,2	8,0	8,1
40-44				8,0	7,6	7,8
45-49				7,1	6,6	6,8
35-49				7,5	8,1	7,8

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

os subgrupos e ambos os sexos, porém maiores para a população mais jovem, principalmente entre as mulheres, dado ser recente o aumento da escolaridade. Comparando a escolaridade da coorte 1 em 2000, ou seja, quando esse grupo populacional tinha entre 35 e 49 anos, verifica-se, também, um incremento na escolaridade nas idades adultas que, também, beneficiou em maior grau o grupo mais jovem (35-39 anos) e as mulheres. Esses últimos ganhos devem estar refletindo a continuação da escolaridade ao longo da vida e permitem supor a continuação do aumento da escolaridade média da coorte 2, ou seja, dos jovens de 2000.

Por ter sido observado que uma parcela expressiva da população jovem freqüentava a escola, e que parte dela também trabalhava, foi calculado o número médio de anos de estudo desagregado para a população que estudava e a que não estudava. Isso permite inferir sobre a escolaridade dos jovens que saíram da escola e a perspectiva de aumento dos demais. Esses valores estão apresentados na tabela 4. Como esperado, aqueles que ainda estudavam apresentavam uma escolaridade média mais elevada que os que não estudavam. Essa diferença foi maior entre os mais velhos e os homens, reduzindo-se no período considerado.

Uma outra medida analisada foi a proporção de pessoas que atingiram uma escolaridade acima do número médio de anos de estudo. A comparação entre as duas coortes, no gráfico 4, aponta para ganhos expressivos. Nesse caso, os maiores beneficiários foram os homens. A comparação intracoorte (coorte 1), no período de 20 anos, também aponta ganhos que beneficiaram mais as mulheres, o que pode estar refletindo os efeitos da escolarização continuada ao longo da vida.

Outros efeitos da continuação da escolarização ao longo da vida adulta podem ser vistos no gráfico 4. Por exemplo, em 1980, apenas 3,8% da população masculina de 25 a 29 anos tinham curso superior completo. A proporção para essa mesma coorte 20 anos mais tarde, quando tinha de 45 a 49 anos, foi de 8,4%. Entre as mulheres, a variação foi de 4,0% para 8,1%. A comparação da proporção referida entre a população de jovens do sexo masculino no período 1980-2000 não aponta para ganhos expressivos, os quais foram maiores para as mulheres. Em 1980, entre as mulheres de 25 a 29 anos, 4,0% declararam ter curso superior completo e em 2000, 6,2%. Neste ano, o percentual de homens e de mulheres de 29 anos que completaram o curso superior foi de 5,0% e 6,8%, respectivamente.[11]

Como já mencionado, também se analisou a condição dos jovens na inserção no mercado de trabalho. Duas foram as variáveis consideradas: a ocupação principal e a contribuição para a seguridade social. As informações utilizadas dizem respeito

11. Dados não mostrados.

à situação do indivíduo no momento da pesquisa, o que não necessariamente coincide com a sua condição de entrada no mercado de trabalho. O primeiro passo foi observar a freqüência das ocupações dos jovens brasileiros em 1980. Os resultados para a ocupação mais freqüente entre os jovens estão mostrados na tabela 5.

A maior parcela dos jovens brasileiros do sexo masculino ainda se encontrava lotada nas atividades agropecuárias em 1980, como verificado para o conjunto da população economicamente ativa (PEA). Nesse ano, aproximadamente 30% desses jovens estavam nessas atividades, predominando a ocupação "outros trabalhadores na agropecuária". Essa proporção decresceu com a idade e 20 anos mais tarde, quando esse grupo tinha de 35 a 49 anos, aí foram observados 12,6% da PEA desse grupo etário. Comparando os jovens de 15 a 29 anos, nota-se uma redução na proporção mencionada de 29,2% para 15,2% entre 1980 e 2000. Nesse ano, ela também decresceu com a idade. Os movimentos migratórios do tipo rural-urbano podem explicar essa redução. Já foi observado que, no Brasil, nesse tipo de movimento, predominam as mulheres e os jovens (ver Camarano; Abramovay, 1998). Novas ocupações para os jovens brasileiros surgiram no período: dentre elas, citam-se as ligadas ao comércio, que se colocou em segundo lugar em importância.

No caso das mulheres, a ocupação de empregada doméstica parecia funcionar como porta de entrada para as jovens nas atividades econômicas urbanas. Entre as mulheres que faziam parte da PEA e tinham de 15 a 19 anos em 1980,

TABELA 5
Brasil: alguns indicadores de ocupação – 1980 e 2000

	Atividades agrícolas		Empregada doméstica	
	Homens		Mulheres	
	1980	2000	1980	2000
15-19	39,3	20,1	31,9	17,0
20-24	25,7	13,7	18,9	12,0
25-29	23,6	11,5	15,1	12,1
15-29	29,2	15,2	23,1	20,0
35-39		6,0		15,1
40-44		6,0		14,9
45-49		6,9		9,3
35-49		12,6		15,0

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

quase 1/3 trabalhava como doméstica. Essa proporção diminuiu com a idade, o que pode ser explicado pela entrada no mercado de trabalho das mulheres mais escolarizadas, que certamente se inseriram em outras categorias ocupacionais. Considerando a mesma coorte de 15 a 19 anos, 20 anos mais tarde, ou seja, quando tinham 35-39 anos, a proporção de empregadas domésticas diminuiu para 15,1% (ver tabela 5). Entre 1980 e 2000 verificou-se uma redução na proporção de mulheres engajadas no serviço doméstico em todas as idades, redução esta mais acentuada nas primeiras idades. Considerando o grupo de jovens como um todo, a proporção de mulheres engajadas nessa categoria ocupacional passou de 23,1% para 20,0%. Isso pode ser explicado, dentre outros fatores, pela redução generalizada do emprego doméstico na sociedade brasileira.

Apesar das mudanças observadas, a maior proporção de homens jovens ainda estava em atividades agropecuárias e as mulheres no emprego doméstico em 2000. Duas ocupações tipicamente urbanas ganharam importância relativa no período: as atividades de escritório, aí incluídas as de secretária. A proporção de mulheres jovens engajadas nessas atividades praticamente dobrou no período: passou de 8,7% para 16,3%. Também foi significativo o crescimento da proporção de mulheres trabalhando como vendedoras no comércio varejista: variou de 4,8% para 9,4%.[12]

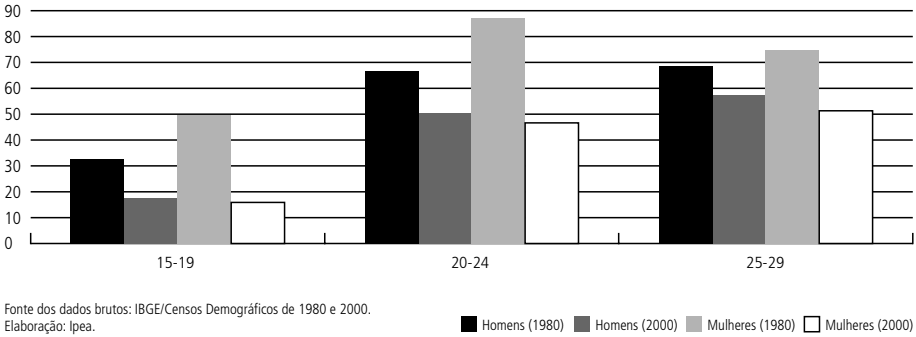
Um outro indicador das condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho pode ser dado pela proporção de contribuintes para a seguridade social. Essa proporção foi calculada em relação à PEA do grupo etário, levando em consideração as pessoas que contribuíam para a seguridade social e/ou eram funcionários públicos. O gráfico 5 apresenta as proporções de jovens que contribuíam para a seguridade social em 1980 e 2000. Pode-se observar a expressiva redução na proporção de contribuintes no período, mais acentuada entre as mulheres. Ela levou a que a proporção de contribuintes femininas, que em 1980 era mais alta que a masculina, se tornasse mais baixa. Isso pode estar relacionado com a redução do emprego doméstico

Além de afetar mais as mulheres, a flexibilização do mercado de trabalho – traduzida, entre outros fatores, pela informalização – atingiu em maior proporção os mais jovens.[13] Por exemplo, a proporção de contribuintes do sexo feminino de 15 a 19 anos diminuiu de 49,6% para 15,9% entre 1980 e 2000. A proporção

12. Dados não mostrados.

13. O maior ajuste do mercado de trabalho foi concentrado fundamentalmente sobre a força de trabalho juvenil. Caso os jovens não sejam capazes de enfrentar a disputa acirrada no setor formal, em que a experiência e a qualificação são fundamentais, as suas alternativas ocupacionais concentram-se no assalariamento sem carteira e ocupações não-assalariadas. Sobre o assunto, ver, entre outros, Wajnman, Queiroz e Liberato (1998); Dedeca e Baltar (1997); Amadeo et al. (1994); e Montali (1998).

GRÁFICO 5
Brasil: proporção de jovens que contribuíam para a seguridade social – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

comparável para os homens passou de 32,6% para 17,5%. Isso ocorreu a despeito do aumento da escolaridade. Além disso, acompanhando a coorte 1 de jovens 20 anos depois, ou seja, quando tinham de 35 a 49 anos, observa-se que o percentual de contribuintes também se reduziu acentuadamente e foi maior entre as mulheres. Para os homens, esses percentuais passaram de 64,6% para 53,0% e entre as mulheres, de 83,2% para 50,5%. Ou seja, a informalização atingiu também a população nas idades adultas. Outro indicador da precariedade das relações de trabalho reside em que 8% dos jovens que trabalhavam em 2000 não tinham rendimentos.

De acordo com Dedeca e Baltar (1997), o processo de absorção de mão-de-obra nos anos 1990 não parece ter favorecido a qualificação da população jovem. Foi concentrado nos grupos de 25 a 54 anos e entre os chefes de família e cônjuges. A nova forma de organização da produção caracteriza-se por ser ao mesmo tempo menos dependente de mão-de-obra e demandante de uma capacitação e experiência profissional maiores de jovens em busca da primeira experiência de emprego. Esses fatores se constituem em obstáculos à contratação da mão-de-obra jovem, postergando a formação de novos núcleos familiares e aumentando o período de dependência econômica em relação aos pais (Camarano et al., 2004).

Além do crescimento da informalização entre os jovens brasileiros, observou-se, também, um aumento das taxas de desemprego entre eles. Isto é, por um lado, conseqüência do maior crescimento da PEA relativamente ao aumento da geração dos postos de trabalho no país. De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre 1990 e 2000 foram criados aproximadamente 3 milhões de empregos formais. No entanto, foram destruídos 440 mil postos

referentes aos trabalhadores entre 15 e 17 anos de idade. A população de 18 a 24 anos absorveu 5,5% dos novos empregos formais criados e a de 25 a 29 anos, 9,5%. Por outro lado, o maior desemprego dos jovens *vis-à-vis* o restante da população é considerado por vários autores como uma característica própria da adolescência e do caráter exploratório dos jovens. Como atravessam uma fase de experimentação, vivenciam, também, uma rotatividade elevada do emprego e, são, por isso, mais facilmente captados pelo desemprego. Nesse caso, a alta rotatividade poderia explicar mais as taxas elevadas de desemprego e não a dificuldade de encontrar emprego.[14] Aproximadamente 43% dos jovens que procuravam trabalho em 2002 estavam ainda freqüentando a escola e, provavelmente, morando na casa dos pais. Parte daqueles contabilizados como desempregados podia estar na condição de espera de uma melhor oportunidade no mercado de trabalho.

A comparação das taxas de desemprego entre os jovens entre 1980 e 2000 é dificultada pela mudança no conceito de ocupação utilizada pelos censos demográficos, verificada a partir do Censo de 1991. No entanto, vários estudos já apontaram para o seu crescimento entre 1980 e 2000.[15] Dado isto, são apresentadas no gráfico 6 as taxas de desemprego da população brasileira de 15 a 60 anos, utilizando-se os dados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (Pnads) de 1982 e 2002.

Os jovens representavam nos dois anos analisados o grupo mais afetado pelo desemprego. Em 2002, eram responsáveis por 47,7% do total de desempregados no Brasil.[16] Além disso, como se pode ver no capítulo 9 deste livro, uma parte não-desprezível dos jovens estava na condição de inatividade. Destes, um outro grupo, também não-desprezível, permanecia na escola. Não se sabe se os demais jovens estavam experimentando o "desemprego pelo desalento".[17] A intermitência na busca de trabalho explica as altas taxas de desemprego dos jovens e a diferença para a das coortes seguintes, porém ainda altas.[18] As taxas de desemprego de todos os grupos etários apresentaram crescimento no período analisado para ambos os sexos, sendo mais elevadas entre as mulheres e os jovens. Elas mais que triplicaram em todas as idades, mas a variação foi maior entre as populações de 15 a 17 anos e de 37 a 57 anos. Decresciam com a idade para ambos os sexos e anos, como se pode perceber no gráfico 6.

---

14. Ver, por exemplo, o capítulo 5 deste livro e Madeira (2004).

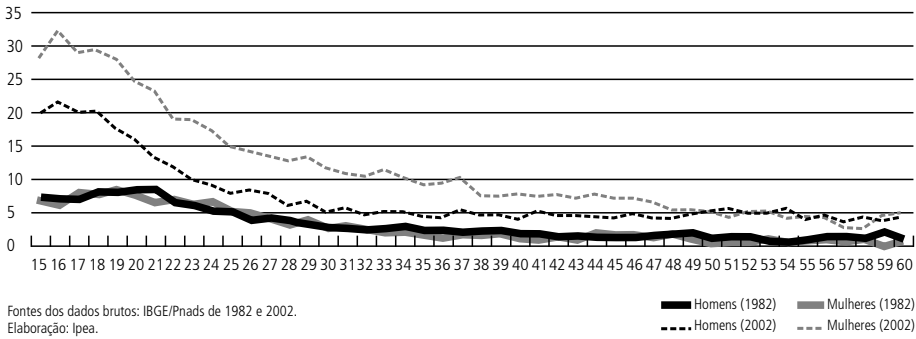
15. Ver, por exemplo, Camarano et al. (2001, 2003, 2004).

16. Dados não mostrados.

17. Isso significa pessoas que deixam de procurar trabalho por falta de motivação. Ou seja, procuraram, não conseguiram e desistiram.

18. Ver capítulo 5 deste livro, em que a autora chama a atenção para o grupo de escolaridade abaixo do ensino fundamental, que realmente encontra dificuldade de obter um trabalho estável mesmo na sua fase adulta.

GRÁFICO 6
Brasil: taxa de desemprego por idade individual e sexo – 1982 e 2002



Fontes dos dados brutos: IBGE/Pnads de 1982 e 2002.
Elaboração: Ipea.

4 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIA E DO DOMICÍLIO

4.1 Visão geral

No modelo tradicional de transição para a vida adulta, a saída da casa dos pais e a constituição de uma nova família são eventos que marcam a independência do jovem e a assunção de um *status* de adulto. Esse modelo também assume que a saída se dá pelo casamento e a transição se completa com o nascimento do primeiro filho. Para alguns autores, o prolongamento da juventude pode ser detectado pelo adiamento da idade ao casamento.[19]

Como mostrado em vários capítulos deste livro, há outras indicações de que essa seqüência está se despadronizando e/ou *os timings* estão se alterando. O casamento e a parentalidade podem ocorrer sem a saída da casa dos pais e esta pode ocorrer independentemente do casamento. Por outro lado, foi visto, também, no capítulo 3 deste livro que isso está acontecendo de forma diferenciada entre os vários grupos raciais e nas regiões Nordeste e Sudeste. Também será visto, no capítulo 8 que, para alguns jovens, a transição está sendo condensada.

Como ponto de partida, assume-se como independência a saída da casa dos pais, o que ocorre quando os jovens estão na condição de chefes ou de cônjuges. No caso das mulheres, considerou-se, também, a maternidade. A tabela 6 apresenta as proporções da população jovem que já estava no seu domicílio, ou seja, já tinha saído da casa dos pais, por situação conjugal em 1980 e 2000. Não foram considerados, na tabela mencionada, os estados conjugais de separados e viúvos. Por outro lado, dentro do grupo de filhos estão incluídos os outros parentes.

19. Ver o capítulo 5 deste livro.

TABELA 6
Brasil: proporção da população por idade e sexo, segundo o *status* familiar – 1980 e 2000
(Em %)

	Filhos solteiros		Filhos casados		Chefes casados		Chefes solteiros		Cônjuges casados		Total	
	1980	2000	1980	2000	1980	2000	1980	2000	1980	2000	1980	2000
						Homens						
15-19	92,5	94,1	0,6	1,5	1,5	1,8	0,8	0,7	0,0	0,2	95,4	98,2
20-24	60,3	62,6	4,3	6,3	24,3	20,4	3,7	2,9	0,1	1,3	92,7	93,5
25-29	25,1	30,5	5,1	6,2	59,7	48,5	4,0	3,5	0,2	2,9	94,0	91,6
15-29	63,4	65,3	3,1	4,5	25,0	21,4	2,6	2,2	0,1	1,3	94,1	94,8
35-39		9,1		2,7		72,6		2,4		4,3		91,2
40-44		5,7		1,8		76,4		2,1		4,5		90,6
45-49		3,8		1,2		78,8		1,9		4,6		90,2
35-49		6,5		2,0		75,6		2,1		4,5		90,7
						Mulheres						
15-19	77,2	75,9	2,4	2,6	0,0	0,3	0,3	0,5	11,6	10,9	91,6	90,2
20-24	40,0	41,7	4,7	4,5	0,1	1,4	1,4	1,8	44,8	37,1	90,9	86,4
25-29	18,3	19,7	3,6	3,4	0,1	2,7	2,2	2,5	67,6	57,8	91,8	86,1
15-29	48,7	47,9	3,5	3,5	0,1	1,4	1,2	1,5	38,0	33,4	91,4	87,7
35-39		7,1		1,8		4,4		2,4		68,1		84,0
40-44		5,1		1,1		4,7		2,6		66,8		80,4
45-49		4,0		0,8		4,6		2,7		65,1		77,2
35-49		5,6		1,3		4,6		2,6		66,9		80,9

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.
Nota: Na categoria filhos, estão incluídos os outros parentes.

O *status* familiar predominante dos jovens do sexo masculino em 1980 e 2000 era o de filho solteiro. Essa proporção foi ligeiramente mais alta em 2000 comparada a 1980. Como esperado, decresceu com a idade em prol de um aumento na proporção de chefes casados. Essa variação foi mais intensa em 1980. Em 2000, a redução acarretada pela idade na proporção de filhos solteiros foi maior que o aumento na proporção de chefes casados. Isso sugere alguma mudança, ainda que pequena, no processo de constituição de família e/ou na nupcialidade

desses jovens. É provável que isso se deva ao aumento das separações conjugais, cujos dados não estão aqui apresentados.[20] A proporção de homens de 25 a 29 anos separados aumentou de 1,1% para 6,5% entre 1980 e 2000. Desses últimos, 62,1% estavam na casa dos pais na condição de filhos.[21] Não se pode saber se saíram de casa com o casamento e voltaram ou não saíram quando casaram. Embora baixa, a proporção de filhos casados aumentou no período, principalmente entre os jovens de 20 a 24 anos.

Observando-se os jovens que tinham de 15 a 29 anos, 20 anos mais tarde, verifica-se que o *status* predominante era o de chefes casados (tabela 6). Aí se encontravam 75,6% dos homens brasileiros de 35 a 49 anos, o que sugere que esse grupo populacional fez a sua transição para a vida adulta nos moldes tradicionais: casamento associado à saída de casa. Essa proporção cresceu com a idade. Aproximadamente 8% dos homens dessa coorte estavam separados, sendo que cerca de 60% encontravam-se chefiando domicílios e o restante na casa de pais ou de outros parentes.[22]

Como se viu em outros capítulos deste livro, a constituição de família parece ser para as mulheres o evento mais importante no que diz respeito à sua transição para a vida adulta. Como ela não está necessariamente ligada ao mercado de trabalho, tende a acontecer mais cedo para as mulheres comparativamente aos homens. A isso se alia a tradição brasileira de os homens casarem-se com mulheres mais jovens. Ser solteira e residir com os pais ou outros parentes era a condição da maioria das mulheres em 1980, tal como visto para os homens. No entanto, enquanto essa proporção foi de 63,4% e 65,3% para homens em 1980 e 2000, respectivamente, as comparáveis para mulheres foram de 48,7% e 47,9%. A segunda mais elevada proporção de homens foi a de chefes casados e, entre as mulheres, a de cônjuges casadas, também observadas nos dois anos. Por sua vez, o percentual de mulheres cônjuges casadas, embora tenha decrescido, foi mais elevado que o de homens chefes. Essa proporção também cresceu com a idade. As variações entre os dois anos não foram muito expressivas, com exceção da redução da proporção de cônjuges casadas (ver tabela 6). Por outro lado, verificou-se um aumento na participação das mulheres separadas, cuja proporção dobrou no período: passou de 3,5% para 7,0%. Em 1980, as jovens separadas moravam, em sua grande maioria, na casa dos pais. A proporção das que chefiavam famílias também cresceu entre essas jovens.[23]

---

20. Como nesta seção o foco é no processo de constituição de famílias, não se trabalhou com separações conjugais. Estas serão enfocadas no capítulo 7 deste livro.

21, 22, 23. Dados não mostrados.

Vinte anos mais tarde, 2/3 das mulheres que tinham de 15 a 29 anos em 1980 estavam na posição de cônjuges, o que sugere que, como no caso dos homens, o casamento e a saída de casa foram eventos importantes que marcaram a sua transição para a vida adulta. No entanto, essa proporção mesmo se somada à de chefes casadas era menor que a de homens casados, seja na posição de chefe ou cônjuge. Isso se explica pela maior proporção de mulheres separadas. Aproximadamente 11% das mulheres dessa coorte estavam separadas, comparadas aos 8,5% dos homens. Enquanto 3/4 das mulheres separadas eram chefes do domicílio, a proporção comparável para homens foi de 46,3%. Os demais moravam com pais ou outros parentes.[24]

Como se mencionou anteriormente, para as mulheres foi considerada, também, a maternidade, ou seja, se já haviam tido filhos. Em 1980, aproximadamente 39,0% das mulheres de 15 a 29 anos eram mães, proporção menor que a verificada para 2000, de 41,7%. Considerando a coorte 1, após 20 anos, ou seja, quando tinham de 35 a 49 anos, observa-se que o percentual referido atingiu 88,9%. Essa proporção cresceu com a idade, como esperado. A situação familiar e conjugal em que se encontravam essas mulheres é descrita na tabela 7. Nessa categoria, predominaram, nos dois anos estudados, as cônjuges casadas, mas em proporções decrescentes.

TABELA 7
Brasil: proporção de mulheres que tiveram filhos por idade e sexo, segundo o *status* familiar – 1980 e 2000
(Em %)

	Filhas solteiras		Filhas casadas		Chefes casadas		Chefes solteiras		Cônjuges casadas		Total	
	1980	2000	1980	2000	1980	2000	1980	2000	1980	2000	1980	2000
15-19	1,0	2,9	1,2	2,4	0,0	0,2	0,1	0,1	6,9	6,9	9,2	12,6
20-24	2,4	5,0	3,3	4,7	0,0	1,0	0,6	0,5	36,0	29,2	42,3	40,3
25-29	1,8	3,3	2,9	3,6	0,1	2,2	1,0	0,8	60,5	50,0	66,3	59,9
15-29	1,7	3,7	2,4	3,5	0,0	1,1	0,5	0,4	31,3	27,0	35,9	35,7
35-39		1,4		1,6		4,1		0,9		64,8		72,8
40-44		0,9		0,9		4,4		1,0		64,1		71,4
45-49		0,6		0,6		4,3		0,9		62,4		68,8
35-49		1,0		1,1		4,3		1,0		63,9		71,2

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.
Nota: Na categoria filhos estão incluídos os outros parentes.

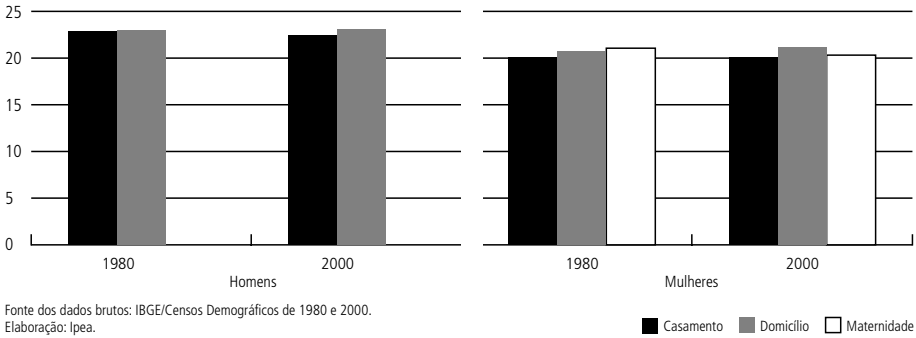
24. Dados não mostrados.

Esse predomínio foi observado nos três grupos de idade e o decréscimo observado foi, principalmente, entre as mulheres mais jovens. A diminuição mencionada se deu em prol de um aumento na proporção de filhas solteiras, seguidas das filhas casadas, mas a soma das duas proporções não atingiu 8%.[25] Sumarizando, pode-se dizer que a maternidade continua sendo um evento universal na vida das mulheres, pelo menos em 1980. Além disso, ocorre dentro de uma família constituída pelo casamento.Parece que algumas pequenas mudanças ocorreram no período no sentido de uma dissociação entre maternidade e casamento e no aumento das separações conjugais.

4.2 Os tempos

Assim como para a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho, também foram construídos alguns indicadores do *timing* (idade), por sexo, para os jovens que experimentaram os eventos de sair de casa, casar e ter filhos, em 1980 e 2000. As idades medianas em que esses eventos ocorreram são mostradas no gráfico 7. Comparando-se a população jovem masculina no que se refere à idade ao casar, em 1980 e 2000, observa-se que entre os 50% mais jovens isso ocorreu ligeiramente mais cedo em 2000, 0,4 ano. Já com relação à saída da casa dos pais ou constituição do domicílio, não se pode falar em mudanças no *timing* em que esse processo ocorreu. Um outro ponto investigado foi a sincronia entre o casamento e a saída da casa dos pais. Para 1980, pode-se falar de uma certa sincronia entre casamento e saída de casa. As idades medianas foram muito semelhantes. Por outro lado, parece que a primeira metade dos jovens de 2000 estava experimentando um certo "descolamento" entre o casamento e a saída da casa dos pais. Esses homens

GRÁFICO 7
Brasil: idades medianas em que os jovens casaram, saíram de casa e tiveram filhos – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

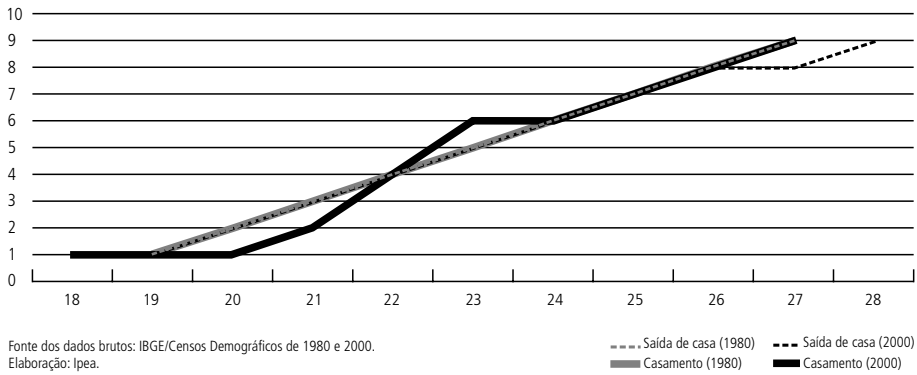
25. Entre as filhas, estão incluídas as outras parentas: netas, sobrinhas etc.

se casavam 0,7 ano mais cedo do que saíam de casa. Isso aponta para um crescimento na proporção de homens que casaram e continuaram morando com os pais.

Na tabela 3, encontram-se outros indicadores do *timing* (idade) em que as pessoas que experimentaram aquele evento o fizeram para o casamento e a saída de casa. O gráfico 8 detalha as idades decis em que os homens jovens se casaram e saíram de casa. Pode-se observar que, nos dois anos considerados, para 10% dos homens a transição familiar se iniciou a partir dos 19 anos. Isso só não se verificou no que se refere ao casamento em 2000. Para estes, o casamento se iniciou aos 18 anos, mas sem resultar em saída da casa dos pais. Foram esses jovens e os de 23 anos os responsáveis pela redução na idade mediana ao casamento. Por outro lado, os jovens de 20 a 21 anos experimentaram um pequeno adiamento na idade ao casar. A partir dos 24 anos, não se observaram mudanças nesse *timing* e, aos 27 anos, 90% dos jovens das duas coortes já estavam casados. A duração da transição foi 1 ano mais longa para os jovens de 2000 comparativamente aos de 1980 – levou 9 anos. Isso aconteceu porque eles começaram a se casar mais cedo.

A saída de casa se iniciou aos 19 anos nos dois anos analisados e terminou aos 27 anos em 1980 e aos 28 anos em 2000.[26] Nenhuma mudança foi observada nas idades decis de saída de casa, com exceção da referente ao nono. Em 2000, a população desse decil postergou esse processo, o que levou a que a sua transição demorasse 1 ano a mais para ocorrer comparativamente aos primeiros, 9 anos (ver tabela 3). Entre os jovens de 1980, a saída de casa e o casamento ocorreram simultaneamente. Para os de 2000, o que se observou foi que aqueles que anteciparam o casamento o fizeram sem sair imediatamente de casa e os que adiaram, saíram primeiro de casa.

GRÁFICO 8
Brasil: idades decis às quais os homens casaram e saíram de casa – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

26. Idade em que 90% dos jovens que saíram de casa completaram esse processo.

Parece que a grande mudança havida entre as duas coortes foi quanto à proporção de jovens que chegaram aos 30 anos sem ter se casado e/ou saído de casa, como pode ser visto na tabela 3. A primeira proporção passou de 19,6% para 23,3%.[27] Observou-se, também, um aumento na proporção de jovens que não haviam saído de casa até essa idade, que foi bem mais elevado. A referida proporção passou de 22,4% para 30,8% entre 1980 e 2000. A magnitude desse aumento pode estar sinalizando para um adiamento na saída da casa dos pais.

Considerando-se a primeira coorte 20 anos mais tarde, quando tinha de 35 a 49 anos, observa-se que 9,1% não tinham se casado – a metade da proporção verificada em 1980 quando eram considerados jovens. Ou seja, a metade do grupo que não havia se casado até os 30 anos, saiu nos 20 anos seguintes. Uma proporção similar de jovens que não havia saído da casa até os 30 anos, também, saiu nos 20 anos seguintes. A proporção mencionada reduziu-se de 22,4% para 13,5%.[28]

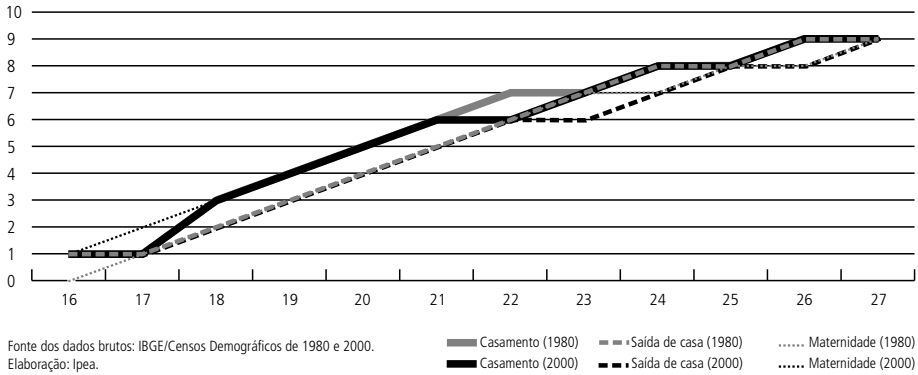
O comportamento das mulheres no que se refere à idade mediana ao casamento e ao sair de casa foi ligeiramente diferente do observado entre os homens, conforme se pode ver no gráfico 7. A idade mediana ao casar ficou aproximadamente constante e a de saída de casa aumentou ligeiramente, 0,4 ano. Já a maternidade foi antecipada em 0,8 ano para a primeira metade das mulheres da coorte 2. Em 1980, para as mulheres 50% mais jovens, isso ocorria aproximadamente 1 ano após o casamento e 0,4 ano após a saída da casa dos pais. Em 2000, o último evento a ocorrer foi a saída de casa, sendo a diferença nas idades medianas ao casamento e à maternidade muito reduzida.

Analisando-se os processos mencionados segundo os decis de idade, que são mostrados no gráfico 9, observa-se que os eventos de formação de família começaram mais cedo para as mulheres do que para os homens. Com exceção da maternidade para as mulheres jovens de 1980, aos 16 anos em torno de 10% delas já tinham se casado, saído de casa e tido filhos. A mudança verificada no período foi na antecipação da maternidade, observada para 60% das mulheres mais jovens, ou seja, as com idade inferior a 22 anos. As mulheres de 24 e 26 anos também experimentaram uma antecipação nessa idade. Conseqüentemente, em 2000, aos 26 anos, 90% das mulheres que tiveram filhos, já os tinham tido, o que ocorreu aos 27 anos em 1980. No entanto, a duração da transição para as duas coortes de jovens foi aproximadamente igual – 10 anos – pois a coorte 2 começou mais cedo e acabou mais cedo (ver tabela 3).

27. Mudanças na nupcialidade dos jovens brasileiros são analisadas no capítulo 7 deste livro.

28. Dados não mostrados.

GRÁFICO 9
Brasil: idades decis às quais as mulheres jovens casaram e saíram de casa – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

Quanto ao casamento e à saída de casa, não se pode falar em mudanças significativas. Observou-se um pequeno adiamento na idade ao casar apenas para as mulheres de 22 anos e na saída de casa para as com idade superior a 23 anos, ou seja, os três últimos decis considerados. A duração da transição não se alterou para os eventos de casamento e maternidade – foi de 10 anos. Aos 26 anos, nos dois anos considerados, 90% das mulheres já tinham se casado. Em 1980, 90% já tinham saído de casa e em 2000 já tinham tido filhos. As mudanças observadas foram a saída da casa dos pais, que se completou um ano mais tarde e a maternidade que se antecipou em 1 ano. Apesar de as mulheres iniciarem o processo de formação de família mais cedo que os homens, elas levam mais tempo para concluí-lo (ver gráfico 9 e tabela 3).

A proporção de mulheres que chegou aos 30 anos sem ter casado e sem ter tido filhos foi ligeiramente mais baixa em 1980 em comparação com 2000 (ver tabela 3). Isso sugere uma ligeira antecipação na nupcialidade e na maternidade e/ou um aumento no *quantum* desse evento. Aproximadamente a metade das mulheres que chegaram aos 30 anos sem se casar em 1980 o fez nos 20 anos seguintes. Incremento semelhante foi observado na proporção de mulheres que tiveram filhos. Sintetizando, pode-se dizer que aproximadamente 90% das mulheres da coorte 1 chegaram ao final do período reprodutivo aos 50 anos, tendo se casado e tido filhos. Isso indica a importância desses eventos para as mulheres.[29]

Por outro lado, no que diz respeito à saída de casa, verificou-se, entre 1980 e 2000, um aumento no percentual de mulheres que não haviam saído de casa até os 30 anos, que passou de 20,6% para 23,4%. No entanto, 20 anos mais tarde,

29. Dados não mostrados.

em 2000, a proporção referida para as mulheres da coorte 1, que tinham de 35 a 49 anos, foi reduzida para 10,9%. Isso mostra que, também aos 50 anos, em torno de 90% das mulheres estavam nos seus domicílios e completaram a transição, como no caso dos outros dois eventos considerados. Mas, e as 10% restantes? Essa tendência continuará para as mulheres da coorte 2? Se sim, pode-se falar num processo de alongamento ou adiamento da transição. Se não, será o caso de uma transição na casa dos pais? Ou negada?

Também para as mulheres jovens dos dois anos analisados, parece que se pode falar de uma "dessincronização" entre casamento e saída da casa dos pais, que aumentou no período mais recente. Considerando a idade mediana, em 1980, as mulheres jovens saíam de casa 0,6 ano depois de se casarem. Em 2000, essa diferença se ampliou para 1,1 ano. Considerando os decis da distribuição, verifica-se que isso ocorreu em 1980 entre as mulheres de 18 a 22 anos (terceiro ao sétimo decil). Já para as mulheres da coorte 2, esse intervalo se estendeu até os 26 anos (nono decil). Quando se inclui a maternidade na avaliação da seqüência da transição, pode-se inferir que, em 1980 esse processo ocorreu depois do casamento e da saída da casa dos pais para qualquer das medidas consideradas. O mesmo não parece ter acontecido em 2000. Levando em conta a idade mediana, o que se pode observar é que as mulheres tiveram filhos 0,3 ano depois do casamento e 0,8 ano antes de saírem de casa. Quando se consideram os subgrupos etários, classificados pelas idades decis, observa-se que essa "dessincronização" parece acontecer em quase todos os subgrupos, à exceção do primeiro, do sexto, do oitavo e do último. Sumarizando, parece que atingiu mais as jovens de 17 a 21 anos. Apenas entre as mulheres de 17 anos (segundo decil), a maternidade aconteceu primeiro que o casamento. Nas demais, a saída de casa aconteceu depois da maternidade e do casamento (ver gráfico 9 e tabela 3).

Em síntese, parece que o que está provocando essa "dessincronização" no processo de transição foi a antecipação da maternidade, que atingiu a população mais jovem. Em 2000, aos 21 anos, 60% dessas mulheres já tinham tido filhos. Esses resultados reforçam os apresentados no capítulo 8 deste livro, que discute uma transição condensada para a vida adulta provocada pela gravidez na adolescência. Por outro lado, não confirmam a hipótese sobre o prolongamento da transição para a vida adulta no Brasil, pelo menos para as mulheres. Se isso ocorre, acontece para quem?

5 E A TRANSIÇÃO: COMO SE DEU, PARA QUEM SE DEU E QUANTO DUROU?

O que foi visto anteriormente permite dizer que a grande maioria dos jovens das duas coortes realizou a transição para os eventos mencionados. Foram verificadas

algumas variações nos *timings* desses eventos e nas seqüências, o que será um pouco mais detalhado nesta seção. A pergunta central é: como esses processos estudados separadamente se interagiram para determinar a transição para a vida adulta?

Já foi visto em vários capítulos deste livro que a transição tem um forte componente de gênero. Para os homens, a participação no mercado de trabalho é um determinante importante e, para as mulheres, o casamento e a maternidade ainda são os eventos mais importantes. Assumiu-se que ter completado a transição para os homens é deixar a escola, participar das atividades econômicas e sair da casa dos pais ou de origem, o que significa constituir o seu próprio domicílio. Para as mulheres, além dessa alternativa, considerou-se, também, a de sair da escola, da casa dos pais e de ter filhos, independentemente de estar participando das atividades econômicas ou não. Na verdade, está se falando de duas modalidades de transição: uma via mercado de trabalho e, outra, via constituição de família e maternidade.[30] Esta seção busca medir o *quantum* e o *timin*g desses processos.

5.1 Quantos fizeram a transição?

A tabela 8 classifica os jovens do sexo masculino em 1980 e 2000 quanto a algumas combinações de estados de transição para a vida adulta que assumiam no momento dos censos por grupos qüinqüenais de idade. Todas elas pressupunham participação no mercado de trabalho. Nas combinações listadas, encontravam-se aproximadamente 60% dos jovens de 15 a 19 anos, 85% dos de 20 a 24 anos e 92% dos de 25 a 29 anos nos dois anos estudados. Considerou-se que para os homens a completude do processo de transição ocorreria quando já tivessem saído da escola, estivessem participando do mercado de trabalho e saído da casa dos pais. Como esperado, os estados considerados são fortemente afetados pela idade.

O estado predominante dos homens de 15 a 19 anos em 1980 foi o de não estar estudando, estar participando nas atividades econômicas e ainda morar com os pais. A ele se somam outros 15,2%, constituídos por jovens que estudavam, trabalhavam e moravam com os pais, representando 60% dos jovens desse grupo etário. Para eles, a maior mudança observada entre os dois anos considerados foi referente a essa segunda condição, o que parece ter sido resultado do prolongamento do tempo passado na escola. Conseqüentemente, a proporção mais elevada entre as jovens em 2000 foi a das que trabalhavam, estudavam e moravam com os pais, quase o dobro da comparável para 1980. Por outro lado, reduziu-se quase à metade a de homens de 15 a 19 anos que haviam deixado a escola, estavam no mercado de trabalho e moravam com os pais. A redução generalizada da participação

30. Definiu-se a maternidade como o processo que iniciaria a formação de família.

TABELA 8
Brasil: proporção de jovens do sexo masculino por grupos de idade e condição de transição – 1980 e 2000
(Em %)

Condição de transição	15-19	20-24	25-29	35-39	40-44	45-49
			1980			
PEA, não estudavam e saíram de casa	2,1	26,5	60,9			
PEA, não estudavam e não saíram de casa	45,1	48,5	26,2			
PEA, estudavam e saíram de casa	0,2	1,5	2,8			
PEA, estudavam e não saíram de casa	15,2	8,6	2,6			
Total	62,5	85,0	92,5			
			2000			
PEA, não estudavam e saíram de casa	2,0	21,6	50,3	75,6	79,9	80,2
PEA, não estudavam e não saíram de casa	23,4	44,8	31,4	12,6	8,4	5,6
PEA, estudavam e saíram de casa	0,5	2,5	4,2	3,7	2,7	1,8
PEA, estudavam e não saíram de casa	31,9	16,4	5,1	0,6	0,3	0,1
Total	57,7	85,3	91,0	92,4	91,2	87,7

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

masculina nas atividades econômicas deve explicar a queda de 62,5% para 57,7% no percentual dos jovens considerados como tendo feito a transição na modalidade de mercado de trabalho. Apenas 2% dos jovens desse grupo etário haviam deixado a casa dos pais nos dois anos considerados.

Conforme se pode ver pela tabela 8, o segundo grupo etário, de 20 a 24 anos, foi o que experimentou menores variações no período analisado. Essas quatro condições absorveram 85% dos homens desse grupo etário, tanto em 1980 quanto em 2000. A predominante foi, também, a de já ter deixado a escola, estar no mercado de trabalho e ainda morar com os pais. Em 1980, essa proporção não diferiu muito da referente à população de 15 a 19 anos. Já em 2000 ela foi quase o dobro; a proporção dos jovens de 15 a 19 anos nessa condição foi de 23,4% e a dos de 20 a 24 anos, de 44,8%. Comparando 1980 e 2000, uma outra variação relativamente importante foi, como observado para o primeiro grupo etário, na proporção de jovens que estudavam, participavam das atividades econômicas e moravam com os pais. Esse percentual dobrou no período analisado, expressando o maior tempo passado na escola. Por outro lado, em 1980, 28,0% dos jovens nessa idade já tinham saído de casa, proporção que se reduziu para 24,2% em 2000.

A proporção de homens de 25 a 29 anos que haviam saído de casa também diminuiu entre 1980 e 2000. Em 1980, 60,9% desses jovens não estavam na escola, trabalhavam e já haviam constituído o seu domicílio. Essa proporção reduziu-se para 50,3% em 2000. Todas as demais proporções aumentaram, mas a de maior magnitude foi referente à de não estar na escola, estar na PEA e ainda morar na casa dos pais, que passou de 26,2% para 31,4%. Como esperado, foi nesse grupo etário que se observou a maioria de homens que "completaram" o processo de transição.

Vinte anos mais tarde, em torno de 90% da população da coorte 1, com 35 a 49 anos, estavam inseridos no mercado de trabalho. Aproximadamente 80% preenchiam as categorias aqui estabelecidas para ter completado a transição, o que é um comportamento esperado. No entanto, chama-se a atenção para o fato de que, entre os homens de 35 a 39 anos, 12,6% satisfaziam as duas primeiras condições, mas não estavam nos seus domicílios, ou seja, moravam com filhos ou outros parentes. A proporção comparável para os de 40 a 44 anos foi de 8,4% e para os de 45 a 49 anos, de 5,6% (tabela 9). Como uma proporção maior de jovens de 25 a 29 anos em 2000, comparada a 1980, não havia deixado a casa dos pais, pergunta-se se a transição via saída de casa para esses homens está se adiando para um período além da juventude ou não está acontecendo.

Uma outra questão, talvez relacionada com a primeira, está na busca de entendimento para o fato de que cerca de 10% dos homens de 35 a 49 anos não participavam do mercado de trabalho em 2000 (ver tabela 9). Essa idade é considerada o ápice da vida produtiva. Se a redução da participação masculina, em geral, na atividade econômica vier a confirmar uma tendência de mais longo prazo, isso colocará novas questões a serem incorporadas pelas análises de trajetórias para a vida adulta.

Sumarizando, os resultados sugerem que o processo de transição para a vida adulta da população masculina está sendo afetado pelo aumento da escolaridade, pelo adiamento da saída da casa dos pais e, em menor escala, pela diminuição das taxas de atividade masculina. Em que medida os três processos estão inter-relacionados é uma pergunta em aberto.

O processo de transição para a vida adulta das mulheres é mais complexo que o dos homens. Para elas, a constituição de família não está necessariamente vinculada ao mercado de trabalho, muito embora já se verifique uma tendência à mudança. Em 1980, nas categorias consideradas relacionadas à transição via mercado de trabalho, encontrava-se apenas 1/3 das mulheres jovens, sendo que a variação entre os três grupos etários não foi muito grande. Comparando 1980 com 2000,

TABELA 9
Brasil: proporção de jovens do sexo feminino por grupos de idade e condição de transição – 1980 e 2000
(Em %)

Condição de transição	15-19	20-24	25-29	35-39	40-44	45-49
			Alternativa de mercado de trabalho			
			1980			
PEA, não estudavam e saíram de casa	1,4	8,6	17,1			
PEA, não estudavam e não saíram de casa	16,9	18,9	12,3			
PEA, estudavam e saíram de casa	0,1	0,8	1,1			
PEA, estudavam e não saíram de casa	8,0	6,0	2,1			
Total	26,5	34,2	32,6			
			2000			
PEA, não estudavam e saíram de casa	3,2	17,6	33,7	49,8	51,3	47,5
PEA, não estudavam e não saíram de casa	12,5	25,3	18,7	8,2	5,8	4,2
PEA, estudavam e saíram de casa	0,9	3,0	4,3	4,2	3,2	2,2
PEA, estudavam e não saíram de casa	22,5	12,8	4,2	0,8	0,3	0,2
Total	39,1	58,7	60,9	62,9	60,6	54,1
			Alternativa de constituição de família			
			1980			
Não estudavam, saíram de casa e tiveram filhos	4,9	27,7	47,3			
Estudavam, saíram de casa e tiveram filhos	0,2	1,0	1,5			
Não estudavam, não saíram de casa e tiveram filhos	1,9	5,6	5,2			
Estudavam, não saíram de casa e tiveram filhos	0,2	0,5	0,3			
Total	7,2	34,8	54,3			
			2000			
Não estudavam, saíram de casa e tiveram filhos	6,5	29,3	52,1	75,5	80,6	82,9
Estudavam, saíram de casa e tiveram filhos	0,9	3,0	4,9	5,2	4,0	3,0
Não estudavam, não saíram de casa e tiveram filhos	5,2	11,8	10,2	5,7	4,0	2,7
Estudavam, não saíram de casa e tiveram filhos	2,0	2,6	1,5	0,4	0,2	0,1
Total	14,6	46,7	68,6	86,9	88,8	88,8

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

na tabela 9, notam-se mudanças expressivas em todos os três grupos etários, que foram crescentes com a idade. Por exemplo, entre as mulheres de 25 a 29 anos em 1980, apenas 32,6% fizeram a transição por essa modalidade. Em 2000, essa proporção quase dobrou, foi de 60,9%. Dado isto, outras alternativas de transição para as mulheres que incluíam a saída da escola e a constituição de família e de

domicílio foram consideradas. Nesse caso, assumiu-se que a completude do processo de transição poderia ocorrer, também, quando as mulheres deixassem a escola e a casa dos pais e tivessem filhos. O percentual de mulheres de 25 a 29 anos nessa alternativa também cresceu: passou de 54,3% para 68,6%.[31] Ou seja, no primeiro caso, a alternativa seria via mercado de trabalho e, no segundo, via constituição de família ou maternidade.

Como já se mencionou, a alternativa de mercado de trabalho contemplou apenas 1/3 das mulheres em 1980. Entre as que tinham de 15 a 24 anos nesse grupo, predominavam as que haviam ingressado no mercado de trabalho, deixado a escola, mas moravam ainda na casa dos pais. A proporção mencionada para o grupo de 15 a 19 anos diminuiu entre 1980 e 2000 e aumentou para o de 20 a 24 anos. No primeiro caso, isso ocorreu em prol de um aumento na proporção de mulheres que trabalhavam, estudavam e não haviam constituído os seus domicílios. Ou seja, esses resultados reforçam outros já encontrados a respeito do aumento da escolaridade. Já com relação ao segundo grupo etário, a variação mencionada é explicada pelo ingresso maciço de mulheres na categoria de transição via mercado de trabalho. A proporção de mulheres de 20 a 24 anos nesse grupo passou de 34,2% para 58,7% entre os dois anos estudados.

De maneira diferente do que foi observado para os homens, cresceu a proporção de mulheres que saíram de casa em todos os três grupos de idade e nas duas modalidades de transição listadas na tabela 9. A mais importante foi, como esperado, a formada por mulheres que entraram no mercado de trabalho, deixaram a escola e saíram da casa dos pais. Em 1980, estavam nessa condição 17,1% das que tinham de 25 a 29 anos. Em 2000, esse percentual praticamente dobrou, passou para 33,7%. Esses resultados sugerem um aumento na importância da transição via mercado de trabalho para as mulheres.

Também cresceu, entre 1980 e 2000, a proporção de mulheres que fizeram a transição pela maternidade.[32] Em todos os grupos de idade e nos dois anos analisados, a modalidade mais expressiva foi a tradicional, constituída por aquelas que saíram da escola e da casa dos pais e tiveram filhos. No entanto, embora essa proporção tenha crescido, o seu crescimento foi menor que o observado para o total das modalidades. Entre as mulheres de 25 a 29 anos, ela passou de 47,3% para 52,1%. Isso pode estar apontando para formas diferenciadas de transição. Por exemplo, entre essas jovens, em 2000, a proporção daquelas que não estavam na escola, tinham tido filhos e moravam com os pais foi quase o dobro da observada para 1980.

31. Os percentuais mencionados não são excludentes. Uma mesma mulher pode estar incluída nas duas alternativas.

32. As duas alternativas não são excludentes.

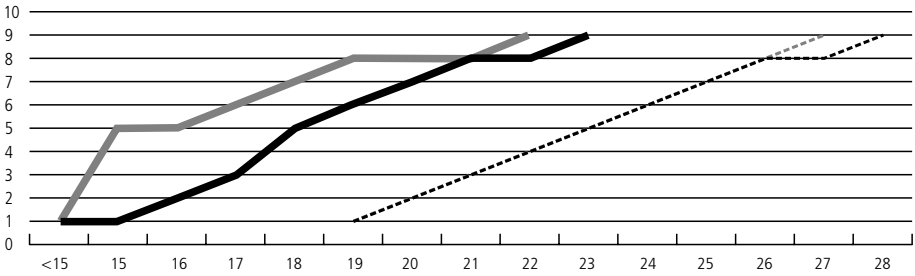
Entre as de 15 a 24 anos, o maior crescimento relativo foi observado na proporção de mulheres que tiveram filhos na casa dos pais, independentemente de estarem estudando ou não.

Observando-se a coorte 1 em 2000, ou seja, quando essas mulheres tinham de 35 a 49 anos, verifica-se que aproximadamente 88% delas completaram a transição pela alternativa de constituição de família.[33] Elas não estudavam, saíram da casa dos pais e tiveram filhos. A proporção das que tiveram filhos e das que se encontravam nas demais categorias é baixa. Por outro lado, cerca de 60% das mulheres fizeram a transição via mercado de trabalho. Aproximadamente a metade delas completou o processo, tal como assumido neste trabalho.

5.2 Quanto tempo levaram para fazer a transição aqueles que a fizeram?

Considerando-se que o processo de transição para os homens inicia-se com a saída da escola e termina com a constituição do domicílio próprio, a comparação das idades medianas na tabela 3 aponta para uma redução do tempo em que as pessoas levaram entre a saída da escola e a de casa; de 7,6 anos para 5,0 anos. O gráfico 10 apresenta as idades decis dos jovens do sexo masculino aos eventos estudados em 1980 e 2000. Analisando as diferenças intertemporais nas idades nas quais 90% das pessoas realizaram o evento , verifica-se que elas ficaram em torno de 5 anos. Isso significa que o "encurtamento" do período da transição ocorreu para os mais jovens, menores de 20 anos, e foi provocado pelo adiamento da saída da escola. O gráfico 10 mostra a sobreposição das retas da saída de casa, em

GRÁFICO 10
Brasil: idades decis às quais os homens jovens saíram da escola e da casa dos pais – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

Saída da escola (1980) — Saída da escola (2000)
Saída de casa (1980) — Saída de casa (2000)

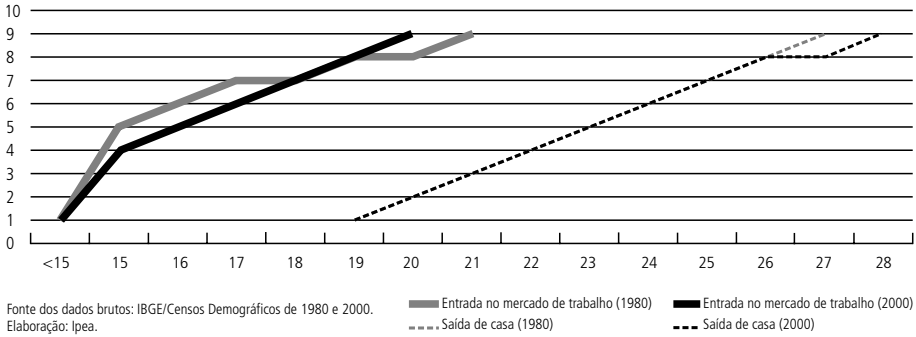
33. Isso não significa dizer que essas mulheres não participavam do mercado de trabalho.

1980 e 2000, do primeiro ao oitavo decil. Isso significa que a mudança na idade à saída de casa só ocorreu no nono decil de idade, quando as retas se descolaram.

Como também foi visto que a permanência na escola para muitos jovens acontecia simultaneamente à participação no mercado de trabalho, foram comparadas as idades à entrada neste e à saída de casa. Ou seja, assumiu-se, nesse caso, que o primeiro passo em direção à vida adulta foi dado pela entrada no mercado de trabalho. A diferença entre a idade mediana de entrada no mercado de trabalho e a de saída de casa diminuiu de 7,9 para 7,3 anos. O gráfico 11 permite observar que a distância entre o tempo que 90% dos jovens de 2000 levaram para entrar no mercado de trabalho e sair de casa aumentou 2 anos, em comparação a 1980 – passou de 6 para 8 anos. Isso ocorreu a despeito do encurtamento no tempo que 90% da população da coorte 2 levaram para entrar na atividade econômica. Ou seja, foi o alongamento do tempo despendido na saída da casa dos pais, conjugado à diminuição do tempo na entrada do mercado de trabalho, que aumentou a duração da transição. Não parece que esse aumento tenha sido devido ao adiamento do casamento. Na verdade, conforme visto na tabela 3, a idade mediana ao casar foi reduzida em 0,4 ano entre os jovens de 1980 e 2000.

GRÁFICO 11

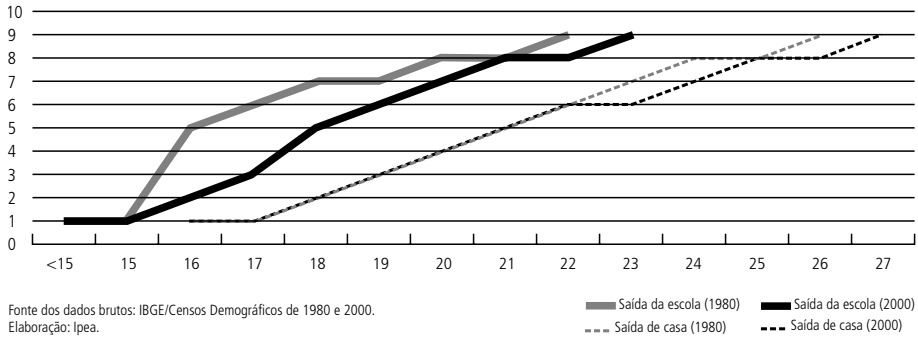
Brasil: idades decis às quais os homens jovens entraram no mercado de trabalho e saíram da casa dos pais – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

Para as mulheres, levou-se em conta, em primeiro lugar, a saída da escola e da casa dos pais. Como visto na tabela 3, a idade mediana à saída da escola aumentou em 2,4 anos e a da casa dos pais em 0,4 ano. A diferença entre essas duas idades aponta que, em 1980, as mulheres saíam da casa dos pais 5,2 anos depois de terem deixado a escola. Em 2000, essa diferença reduziu-se em dois anos, explicada pelo adiamento da idade ao sair da escola. Já se for considerada a diferença no tempo que 90% dos dois grupos levaram para realizá-lo, não se observaram mudanças. Ambos levaram aproximadamente 4 anos. Isso se deve ao fato de o impacto do

GRÁFICO 12
Brasil: idades decis às quais as mulheres jovens saíram da escola e da casa dos pais – 1980 e 2000

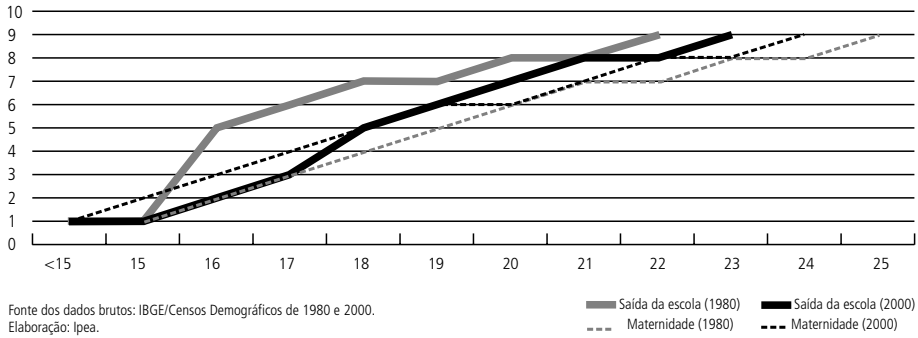


Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

adiamento da saída da escola ter tido maior efeito sobre as 50% mais jovens e a saída de casa sobre as 40% mais velhas.

A comparação dos tempos entre a saída da escola e a maternidade pode ser visualizada na tabela 3 e no gráfico 13. Os dados sugerem uma redução no tempo que as jovens brasileiras levaram para fazer a transição, considerando-se esses dois eventos. A variação nas idades medianas acarretou uma diminuição na diferença entre a idade ao sair da escola e a de ter o primeiro filho; passou de 5,5 anos para 2,4 anos. Já considerando a diferença nas idades ao nono decil, essa redução foi de 3 para 2 anos. Isso se deveu ao adiamento da idade ao sair da escola e à antecipação da idade ao ter o primeiro filho. Ambos os eventos tiveram um impacto maior nas mulheres até o sexto decil, 60% mais jovens.

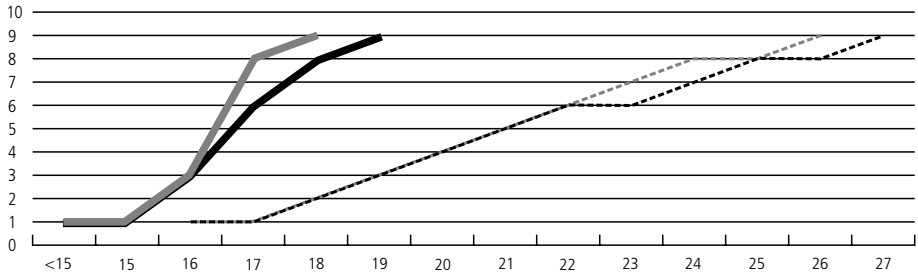
GRÁFICO 13
Brasil: idades decis às quais as mulheres jovens saíram da escola e tiveram o primeiro filho – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

Muito embora se tenha reconhecido neste capítulo e em outros deste livro que a entrada no mercado de trabalho desempenha um papel menos importante na transição para a vida adulta das mulheres, foram consideradas, também, as durações do processo de entrada no mercado de trabalho e de saída de casa das mulheres jovens. A diferença nas idades medianas, idade ao nono decil, não mostra variações nesse tempo. Ambas as coortes levaram aproximadamente 8 anos entre entrar no mercado de trabalho e sair da casa dos pais (ver tabela 3 e gráfico 14).

GRÁFICO 14
Brasil: idades decis às quais as mulheres jovens entraram no mercado de trabalho e saíram da casa dos pais – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

Entrada no mercado de trabalho (1980)
Entrada no mercado de trabalho (2000)
Saída de casa (1980)
Saída de casa (2000)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates nacional e internacional sobre a transição para a vida adulta têm colocado muita atenção na questão do seu adiantamento/prolongamento (ou não) e na seqüência dos eventos. Este capítulo pretendeu contribuir para esse debate, considerando os eventos que caracterizam o processo de transição e as suas inter-relações. Assumiu-se que a população que vivenciava esse processo era a de jovens de 15 a 29 anos. Foram consideradas, também, as diferenciações de gênero.

Quando se analisa o processo de transição, considera-se apenas o dos sobreviventes, residentes no território nacional. Uma parcela não-desprezível da população masculina jovem não o realizou, pois a mortalidade precoce impediu. Outra parcela, a dos emigrantes internacionais, a concretizou fora do país. Os dois eventos afetaram mais a população masculina.

Ao se aceitar que a saída da escola é o evento que marca o início do processo de transição para a vida adulta, observa-se que ele começava antes dos 15 anos. Uma das maiores mudanças observadas foi com relação a ele. Enquanto em 1980, aos 15 anos, 50% do grupo de jovens já tinham deixado a escola, essa proporção reduziu-se para 10% em 2000. Isso significa uma permanência mais longa em 2000

que beneficiou todos os jovens, mas, principalmente, aqueles com idade abaixo de 16 anos. Pode-se dizer que, para 90% dos jovens de 2000, a transição para a vida adulta começava, realmente, a partir dos 15 anos. Por outro lado, aumentou a proporção de pessoas, principalmente de mulheres, que não havia deixado a escola aos 29 anos.

A primeira questão que se levanta é se a saída mais tarde da escola afetou os demais eventos e, conseqüentemente, o processo de transição. Para os jovens de 1980, principalmente para os homens, pode-se falar de uma sintonia entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho. O adiamento da idade à saída da escola poderia levar a se pensar numa inserção mais tardia nas atividades econômicas. Esse efeito foi pequeno e atingiu com maior intensidade as mulheres mais velhas e os homens de 16 e 17 anos. Conseqüentemente, em 2000, a participação no mercado de trabalho passou a ocorrer antes da saída da escola para quase todos os jovens. Isso foi reflexo ou causa de outra mudança importante, que foi o crescimento da participação simultânea na escola e no trabalho que afetou, inclusive, a população mais velha. Isso leva a se perguntar qual dos dois eventos define o início do processo de transição para a vida adulta.

Transformações no mundo do trabalho e na inserção social das mulheres também marcaram o processo de transição. A participação masculina nas atividades econômicas se reduziu e a feminina aumentou muito. Isso coloca novos parâmetros para o processo de transição de ambos os sexos. No caso das mulheres, esta, tradicionalmente, ocorria via casamento e maternidade. A sua maior inserção nas atividades econômicas abre novas alternativas de transição.

Para os homens, assumiu-se que a saída da casa dos pais seria o evento que completaria o processo de transição. Esse evento parece ter sido bastante afetado tanto pela idade à saída da escola e à entrada no mercado de trabalho, nos dois anos considerados. A diferença nas idades entre os dois eventos diminuiu entre 1980 e 2000. Isso significa que, mesmo que a transição tenha começado mais tarde, ela, aparentemente, não se alongou. O prolongamento só ocorreu para os de 27 e 28 anos. Isso é verdade para os que completaram o processo até os 29 anos. Uma outra mudança constatada foi o aumento expressivo da proporção de homens que não saíram de casa até esta data. Como se viu para a coorte 1, aproximadamente metade dos jovens que não tinham saído de casa até os 29 anos o fez nos 20 anos seguintes. Nesse caso, pode se falar de um prolongamento da saída de casa e, conseqüentemente, do processo de transição.

No entanto, não se sabe sobre os demais. Saíram depois dos 50 anos? Não saíram? Completaram a transição? De que forma? Se os jovens da coorte 2 mantiverem a mesma proporção dos demais de saída "tardia" de casa, a proporção dos que

não saíram aumentará. Essa possibilidade deverá ser considerada conjuntamente à redução generalizada da participação masculina nas atividades econômicas.

Para os jovens de 1980, a saída de casa aconteceu simultaneamente com o casamento. Em 2000, se for considerada a idade mediana, conclui-se que o casamento ocorria antes da saída da casa dos pais. No entanto, quando se analisaram as idades decis, verificou-se que esse movimento ocorreu entre os muito jovens e os mais velhos. Entre os jovens de 19 a 22 anos, foi a saída de casa que aconteceu primeiro. Também cresceu entre os homens o percentual que chegou aos 20 anos sem ter se casado, bem como aumentou a proporção de separados. Em síntese, a relação casamento/saída de casa parece estar, também, permeada pelas mudanças generalizadas na nupcialidade que afetaram a população como um todo.

A transição para a vida adulta das mulheres experimentou muito mais transformações que a masculina, o que foi resultado, principamente, de mudanças na sua inserção social como um todo do que por condições específicas da juventude. Em 1980, 54,3% das jovens de 25 a 29 anos tinham completado a transição via constituição de domicílio e 32,6% via mercado de trabalho. Ocorreram duas transformações que devem estar refletindo mudanças de período e de coorte. O aumento da escolaridade feminina que levou ao crescimento da sua participação no mercado de trabalho resultou em que o percentual de mulheres que fizeram a transição via mercado de trabalho quase dobrasse, passando de 32,6% para 60,9%. Cresceu também o percentual das mulheres jovens que fizeram a transição via constituição de família. Nesse caso, isso se deveu ao fato de a maternidade e o casamento terem começado mais cedo a despeito do aumento da escolaridade e da maior participação feminina nas atividades econômicas. Por outro lado, a redução da idade ao casar e ao ter o primeiro filho não foi acompanhada por uma diminuição na idade de sair da casa dos pais. A proporção de jovens que tiveram filhos e continuaram morando na casa dos pais cresceu.

Sumarizando, os jovens continuam transitando para a vida adulta nos moldes tradicionais. No entanto, mudanças aconteceram e foram numerosas. Muito embora, a participação feminina nas atividades econômicas tenha crescido bastante, o modelo tradicional de saída de casa via casamento e maternidade parece ainda prevalecer. A ordem dos eventos foi alterada dado, entre outros fatores, o incremento do tempo passado na escola. A entrada no trabalho se antecipou à saída da escola. A maternidade e o casamento se anteciparam à saída de casa e não foram afetados pelo adiamento da saída da escola.

O alongamento em alguns processos, como a saída da escola e da casa dos pais, extrapolou o limite etário definido para a juventude. Parte das mudanças foi

decorrente de eventos típicos da juventude, como educação e sexualidade. Outras estão ligadas às transformações mais gerais do mundo do trabalho, da nupcialidade etc. As primeiras afetaram mais as mulheres, oferecendo novas modalidades de transição, mas podem, no futuro, vir a afetar os homens, de forma diferenciada. Concluindo, o processo de transição ficou mais complexo e heterogêneo; mais longo em alguns aspectos e mais curto em outros. O mesmo aconteceu com o mundo adulto.

REFERÊNCIAS

AMADEO, E.; BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R.; CAMARGO, J. M.; GONZAGA, G. A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980. In: IPEA. *Instituições trabalhistas e a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea, 1994.

BERCOVICH, A.; MADEIRA, F. R. Descontinuidades no Brasil e no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu. *Anais...*Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 2, 1990. p. 595-632.

BILLARI, F. The analysis of early life courses: complex descriptions of the transition to adulthood. *Journal of Population Research*, v. 18, Issue 2, p. 119-142, 2001.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 15, n. 2, jul./dez. 1998.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. E.; PASINATO, M. T; KANSO, S. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. *Última Década*, *Cidpa Valparaíso*, v. 21, p. 11-50, dez. 2004.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T.; ARRUDA, M. R.; LOVISOLO, N. E. Os jovens brasileiros no Mercado de trabalho. *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*. Rio de Janeiro: Ipea, n. 17, p. 31-38, nov. 2001.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M.T.; KANSO, S.; VIANNA, C. Transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise,* Rio de Janeiro: Ipea, n. 21, p. 54-66, fev. 2003.

CORIJN, M. Transitions to adulthood in Europe for the 1950s and 1960s cohorts. In: EUROPEAN POPULATION CONFERENCE, Bruxelas. *CBGS-Werdocument...* Bruxelas, Sep. 1999.

DEDECA, C. S.; BALTAR, P. Precariedade ocupacional e relações de trabalho no Brasil nos anos 90. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 21., São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Latino-Americana de Sociologia, 1997.

MADEIRA, F. R. A improvisação na concepção de programas sociais. *São Paulo em Perspectiva,* São Paulo: Fundação Seade, v. 18, n. 2, p. 78-94, abr../jun. 2004.

MODELL, J.; FURSTENBERG, F. F.; HERSHBERG, T. Social change and transition to adulthood in historical perspective. *Journal of Marriage and the Family,* n. 38, , p. 7-32, 1976.

MONTALI, L. Trabalho e família sob a reestruturação produtiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., Caxambu. *Anais...* Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1998.

OSÓRIO, R.; SOARES, S. A geração 80: um documentário estatístico sobre a produção das diferenças educacionais entre negros e brancos. In: SOARES, S.; BELTRÃO, K. I.; BARBOSA, M. L. O.; FERRÃO, M. E. (Orgs.). *Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras.* Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

TAFNER, P. (Ed.) *Brasil: o estado de uma nação* – mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

WAJNMAN, S.; QUEIROZ B.; LIBERATO, V. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.* Belo Horizonte: ABEP, 1998. p. 2.429-2.454.

Parte 2 OS PROCESSOS QUE LEVAM À TRANSIÇÃO

CAPÍTULO 5

EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE NO TEMPO DE JUVENTUDE

Felícia Reicher Madeira
Da Fundação Seade

1 INTRODUÇÃO

Diariamente – o que mostra o interesse despertado pelo tema –, é possível encontrar em algum espaço da mídia, no Brasil e no mundo, comentários sobre as mudanças revolucionárias verificadas, nas últimas décadas, no ciclo de vida das pessoas.

A interpretação corrente é que, até meados dos anos 1970, os acontecimentos que marcam os diferentes estágios da vida obedeciam a determinada seqüência, garantindo à maioria das pessoas uma dose de previsibilidade. Após uma infância dedicada a desenvolver a sociabilidade, com ampla dependência em relação aos pais, atingia-se, em torno dos 15 anos, a adolescência – marcada por uma espécie de autonomia relativa, pela busca de mecanismos de rompimento com os laços de família e pela busca da própria identidade. Entre os 18 e os 25 anos – numa categoria que genericamente passou a chamar-se juventude –, a expectativa era de que aquele jovem completasse sua busca e seu período exploratório, amadurecendo para entrar na vida adulta. A partir desse período, numa certa ordem, uma série de acontecimentos balizaria sua existência: o primeiro emprego, o casamento, o primeiro filho, o ninho vazio, a aposentadoria e a viuvez, até a chegada da morte.

Entretanto, a partir do início dos anos 1980, os balizadores das normas de infância, juventude e vida adulta começaram a perder nitidez, na sua mescla com as diferentes categorias etárias, ao mesmo tempo em que os comportamentos "fora das normas convencionais" passaram a ser cada vez mais aceitos pela sociedade. A infância se encurta, a adolescência se estica, e torna-se comum que o amadurecimento e a passagem para a vida adulta aconteçam somente quando o jovem sente segurança na sua inserção no mercado de trabalho. Essa situação tende a ocorrer depois dos 30 anos. Muitos casais decidem ter filhos em torno de 40 anos, empurrando a chamada meia-idade para meados dos 60. As mudanças mais citadas são as que ocorrem após

os 60 anos, já que grande parte das pessoas nessa faixa etária se sente em total falta de sintonia com sua idade real. As pessoas de 20, 30 e 40 anos estão cada vez mais parecidas, assim como as de 50, 60 e 70 anos.

A ampliação do espaço de tempo atribuído aos jovens no desenvolvimento do ciclo vital é um aspecto que desperta grande interesse, tanto na mídia como nos estudos acadêmicos. Essa expansão constitui um fenômeno genericamente denominado "prolongamento da juventude" (Sheehy, 1996).

Diante desse cenário, é no mínimo surpreendente constatar que no espaço de 20 anos, entre 1980 e 2000 – conforme os resultados apresentados no capítulo 2 –, as idades médias de casamento e do primeiro filho tenham permanecido praticamente estáveis no Brasil, em um patamar que está longe do que poderíamos chamar de prolongamento da juventude.

Causa ainda mais surpresa a comparação das taxas específicas de fecundidade por idade da mãe, construídas a partir dos resultados dos Censos Demográficos de 1980 e 2000. Verifica-se, com tais dados, que o Brasil nesse período seguiu na contramão do que vem acontecendo nos países emergentes, inclusive na América Latina. Na verdade, coexistem dois fenômenos. Por um lado, há uma antecipação na idade do primeiro filho e uma concentração de marcos demográficos que definem os diferentes momentos do ciclo vital, os quais costumam acontecer de forma articulada em um período de tempo muito curto – nascimento do primeiro filho, união, entrada no mercado de trabalho de forma instável e constituição de um novo domicílio. Por outro, há também uma parcela da população que segue o modelo do prolongamento com diluição dos marcos demográficos no tempo – mercado de trabalho, união, constituição de um novo domicílio e nascimento do primeiro filho. Portanto, a idade média ao casar esconde esse duplo movimento, que sinaliza igualmente para o fato de que ao longo desse período aumentou, no Brasil, a desigualdade do tempo de juventude.

Do ponto de vista das pessoas, a antecipação da entrada na vida adulta significa a eliminação de um importante momento de exploração e experimentação, tanto no campo da afetividade como na preparação e qualificação para tarefas mais produtivas e mais bem remuneradas. Do ponto de vista da sociedade, acarreta menos desenvolvimento, manutenção das desigualdades sociais e persistência da pobreza. Tem-se, aqui, mais um dos diferentes efeitos indiretos e perversos do déficit educacional.

A proposta deste capítulo não é eminentemente técnica, mas pretende-se contribuir para a reflexão sobre as questões colocadas no início da obra. Se a vida se alongou, suas várias fases também se alongaram? Como a educação se insere

nesse processo? A maior contribuição será detectar, organizar e articular os argumentos dispersos em diversos trabalhos, inclusive de áreas temáticas diversificadas. Sempre que possível, números e comparações internacionais contribuem, como ilustração, para definir processos e metas e sua real dimensão.

Além desta introdução, o texto compreende cinco seções. Na seção 2 o texto associa o prolongamento do tempo de juventude ao processo de avanço tecnológico e às decorrentes exigências contínuas de qualificação. Em seguida, a seção 3 discute os motivos pelos quais, entre 1980 e 2000, o país caminhou na contramão dos desenvolvidos e emergentes, persistindo durante esses 20 anos no modelo de casamento e maternidade precoces – fato este, afinal, creditado sobretudo às limitações e distorções do sistema educacional. A seção 4 reúne resultados de pesquisas em outros países que mostram o forte impacto da massificação do ensino médio nos processos de desenvolvimento, propiciando saltos de qualidade tanto na economia como em fenômenos sociais; a subseção 4.1 organiza informações de modo a tornar mais transparentes os impasses enfrentados pelos jovens dos setores populares para chegar ao ensino médio e concluí-lo. A seção 5 trata do papel que as heranças educacionais desempenham no processo de evolução da escolaridade no Brasil, bem como das políticas educacionais que contribuem para acelerar e melhorar o ensino médio. Esse tópico enfatiza a tensão entre investir na demanda ou na oferta de educação. Na seção 6, encontram-se as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO: JUVENTUDE PROLONGADA

Para uma grande parcela de jovens dos países desenvolvidos, os anos que se estendem dos 18 aos 30 são de extrema importância, marcados por grandes mudanças. É nesse período que eles avançam na formação educacional e obtêm treinamento, construindo os alicerces para a definição das suas ocupações futuras e, portanto, de seu nível de rendimento. Em torno dos 30 anos, a maioria dos jovens já fez suas escolhas. Trata-se efetivamente de uma fase marcante para as pessoas, tanto que, quando já adultas, ao refletirem sobre eventos que marcaram suas vidas, é comum que elas se lembrem, principalmente, de sua juventude.

As mudanças demográficas profundas que tiveram lugar naqueles países desde o início do século XX – aliadas à expansão da escolaridade demandada por uma sociedade que se industrializava e tornava-se mais complexa –, foi crescentemente configurando esse período, não como uma simples transição para a vida adulta, mas como uma fase distinta no ciclo da vida. Sua especificidade maior seria uma espécie de "legitimidade" para explorar possibilidades nos relacionamentos afetivos, no trabalho e nas visões de mundo em geral (Arnett, 2000). O prolongamento

do espaço "juvenil" de uma sociedade pode ser detectado pelo adiamento da idade de casamento.

Em 1970, a idade média do casamento nos Estados Unidos era de cerca de 21 anos para as mulheres e 23 para os homens; em 1996, já havia passado para 25 para as mulheres e 27 para os homens. A idade do primeiro filho seguiu o mesmo comportamento. Adicionalmente, desde meados do século passado, a proporção daqueles que tinham um nível educacional acima do médio subiu de 14%, em 1940, para mais de 60%, em meados dos anos 1990. Esse conjunto das mudanças, que naturalmente estão interligadas, alterou a natureza do grupo entre os 18 e os 30 anos nas sociedades industrializadas. Nesse período da vida, são aceitas e esperadas constantes mudanças decorrentes de diferentes experiências legítimas para a idade. Constitui, assim, uma fase do ciclo de vida diferenciada da adolescência e da vida adulta.

Uma das características dessa fase reside na grande heterogeneidade nos momentos de realização dos diferentes eventos demográficos, o que reflete as amplas possibilidades de escolha pessoal. Assim, nada é demograficamente normativo. Durante a adolescência (antes dos 18 anos), inúmeras chaves demográficas mostram pouca variabilidade. A maioria dos jovens vive com seus pais, quase todos são solteiros, poucos têm filhos e perto de 98% estão na escola. Já na nova fase, à medida que as pessoas se aproximam dos 30 anos, aumenta a proporção de casados, daqueles que têm filhos e dos que moram em domicílio próprio. Em contrapartida, diminui, progressivamente, a proporção dos que freqüentam escola. Entretanto, nas diferentes idades que constituem esse período, é difícil fazer previsões, já que qualquer um desses estados é possível. Na verdade, a própria diversidade demográfica reflete o traço experimental e altamente exploratório dessa fase.

Uma das situações demográficas que reflete, em especial, a natureza exploratória dessa coorte etária é o *status* residencial. Nos Estados Unidos, muitos jovens saem de casa entre 18 e 19 anos, mas é comum fazerem saídas e voltas intermitentes, para períodos de coabitação seja com parceiros sexuais, seja com companheiros, ou ainda para morarem sozinhos ou com amigos.

Nesse período de amadurecimento para a vida adulta, é possível detectar diferenças com relação à adolescência em três importantes áreas de constituição da identidade: amor, trabalho e visão de mundo. Os adolescentes começam a procurar grupos fora da família e marcar encontro com colegas e parceiros em torno dos 12 anos. Os encontros visam, sobretudo, à aprendizagem cultural dos códigos de relacionamento de amizade, de valores e comportamentos relativos à sexualidade. À medida que a idade avança, a exploração do amor torna-se mais

íntima. Entretanto, no período de prolongamento da juventude e/ou da emergência para a vida adulta, os relacionamentos afetivos tendem a privilegiar menos a recreação, enfatizando a exploração de potencial para encontrar parceiros com maior identidade para intimidades emocionais e físicas. É possível também detectar diferenças entre a adolescência e o período de emergência da vida adulta nas formas de encarar o sentido do trabalho. Os adolescentes tendem a ver o trabalho não como uma preparação para a sua atividade ocupacional na vida adulta, mas como um meio de obter dinheiro para ganhar liberdade de escolhas para seu lazer e consumo de seus símbolos – comprar CDs, roupas, freqüentar *shows* etc. Após os 18 anos, cada vez mais, o trabalho torna-se uma experiência focada no aperfeiçoamento e na preparação dos papéis ocupacionais futuros.

Essa característica de intermitência na busca de trabalho, própria da adolescência, e o caráter exploratório dos jovens, com vários trabalhos, explicam as altas taxas de desemprego dos adolescentes e a redução dessa taxa para a coorte imediatamente seguinte, embora ela continue alta se comparada às taxas dos adultos. Enfim, a alta rotatividade explica mais as taxas elevadas de desemprego comum nessas idades e não a dificuldade de encontrar emprego. Entretanto, os defensores dessa tese alertam para o grupo de escolaridade abaixo do ensino fundamental, que realmente encontra dificuldade de obter um trabalho estável, mesmo na sua fase adulta (Madeira, 2004).

3 BRASIL: JUVENTUDE ROUBADA

Torna-se fundamental destacar que a emergência desse período rico na exploração de possibilidades e escolhas e na vivência de variadas experiências só tem sido possível em países que democratizaram de forma massiva o acesso ao ensino médio, *pari passu* ao prolongamento da esperança de vida. Assim, na medida em que as sociedades são mais afluentes, e exigem mais qualificação para obtenção de melhores rendas, tornam-se mais propensas a dar aos jovens a oportunidade de estender o período de moratória da juventude, até porque nesses países, com o avanço da tecnologia, as famílias vão perdendo a necessidade de envolver crianças e adolescentes no processo produtivo. Essa tendência deve acentuar-se com o maior envolvimento dos países no processo de globalização da economia mundial.

Em alguns dos países emergentes – China e Coréia, na Ásia; Chile e México, na América Latina –, a proporção de jovens que concluíram o ensino médio e já podem aspirar ao nível universitário vem crescendo rapidamente. Simultaneamente, vêm se deslocando as idades médias de casamento e do primeiro filho. Isso ocorre porque, à medida que os países emergentes integram-se mais à economia

global, há um incremento no número de ocupações que demandam a assimilação das novas tecnologias. São tarefas que requerem nível de instrução mais elevado e conhecimentos em informática, por exemplo. Atendidas tais exigências pelos jovens, eles podem, assim, almejar progressões nos seus níveis educacionais e salariais.

Comparando-se as taxas específicas de fecundidade por idade de 1980 e 2000, no Brasil e em outras partes do mundo, Berquó e Cavenaghi (2004) constataram que nos países desenvolvidos e emergentes, mais bem-sucedidos no ritmo de desenvolvimento econômico, houve um contínuo prolongamento do espaço da juventude no ciclo vital. Já o Brasil, nas últimas décadas, fez o caminho oposto: encurtou o espaço da juventude e/ou antecipou a vida adulta, já que houve rejuvenescimento da fecundidade. De fato, as taxas específicas de fecundidade de todos os grupos etários diminuíram, exceto a do grupo de 15-19 anos, que representava 9,2% da taxa de fecundidade total, em 1980, passou para 13%, em 1991, e para 19,9% da fecundidade total, em 2000. Nada menos do que 20% da fecundidade total de 2000 corresponde a mães adolescentes. Na faixa de 20-24 anos, embora a taxa tenha se mantido razoavelmente estável, a participação no conjunto dos nascimentos aumentou, ou seja, os nascimentos concentraram-se nas idades jovens.

Trata-se efetivamente de um resultado surpreendente, já que nesse período aconteceu uma razoável transferência da população rural para áreas urbanas, além do aumento do tempo de permanência na escola. Como explicar tal rejuvenescimento?

Uma das hipóteses seria a de que o processo da antecipação da vida adulta tenha ocorrido pela novidade explorada por Heilborn e Cabral no capítulo 8 deste livro – a transferência da iniciação da sexualidade dos rapazes para o namoro, ao contrário da tradição de iniciação fora do namoro. Nesse sentido, é importante pensar, como também sugerem as autoras, numa política de informação que torne pais e professores mais conscientes das mudanças de normas e valores da iniciação sexual, e do complementar provimento de serviços de planejamento familiar destinados a adolescentes, para que possam postergar tanto a maternidade como o início da união. Entretanto, será essa política suficiente para instalar um processo de transição capaz de mudar o sentido da antecipação e avançar na direção da postergação de entrada na vida adulta? Baseando-se em um conjunto de estudos, Rios-Neto (2005) conclui que o movimento de postergação do primeiro filho e do casamento só ocorrerá quando houver um substancial aumento na prevalência de mulheres com maior educação na população, sobretudo quando o acesso ao ensino médio estiver mais disseminado. Esta é também a hipótese defendida neste artigo.

De fato, nos estudos citados pelo autor, verifica-se uma pequena diferença nas idades médias à época da parturição das mulheres com baixa e média escolaridades; a

diferença só se acentua no grupo de mulheres com escolaridade acima do ensino médio – com nove ou mais anos de escolaridade.

Dados do Registro Civil do Estado de São Paulo (gráfico 1) confirmam que uma transição para o modelo dos países desenvolvidos e dos emergentes bem-sucedidos só ocorrerá no Brasil quando a escolaridade passar por um processo acentuado de democratização do ensino médio.

As curvas do ciclo vital mostram que as condições de vida no Brasil melhoraram, já que a esperança de vida avançou substancialmente no período de 1980 a 2000, mas a educação ficou para trás, não acompanhou esse processo como aconteceu em outros países. É sobretudo por esse motivo que o Brasil, em vez de propiciar uma prorrogação da entrada na vida adulta, um processo de amadurecimento através da exploração de possibilidades, caracteriza-se por uma passagem antecipada e concentrada, conforme termo cunhado por Heilborn e Cabral no capítulo 8 desta coletânea.

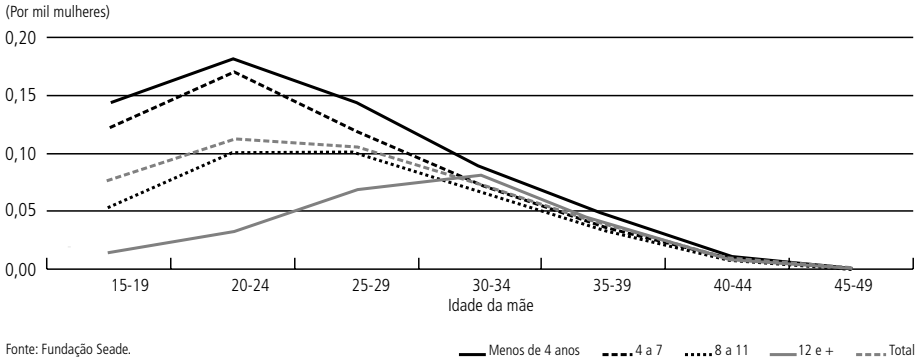
No entanto, não são todos os brasileiros que seguem o modelo de transição antecipada para a vida adulta. Uma pequena parcela, que detém os maiores rendimentos e níveis de escolaridade, já apresenta um comportamento bem próximo ao daqueles países desenvolvidos. Na verdade, o Brasil é também extremamente desigual no espaço concedido à moratória juvenil, e essa desigualdade certamente aumentou no decorrer das últimas décadas.

A comparação entre as taxas de fecundidade do Registro Civil do Estado de São Paulo, por nível de escolaridade das mães (gráfico 1), evidencia um deslocamento dos marcos demográficos de quase dez anos, entre os picos com menos e com mais escolaridade. Ou seja, adquirir 12 anos ou mais de estudo significa dez anos a mais de juventude.

A progressão na educação é fator decisivo na constituição da própria identidade juvenil. No Brasil, entre os mais bem colocados na estrutura de rendimentos, o termo educação continuada já é recorrente e faz parte do projeto de vida das pessoas. Os jovens que estão adiando a entrada na vida adulta encontraram uma boa justificativa para esse comportamento: continuar estudando. Homens e mulheres com mais de 60 anos dão significados às suas vidas freqüentando cursos que resultam em profissões liberais.

Comenta-se muito que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo no que diz respeito à estrutura de salários e que essa característica persiste no tempo. A literatura já é bastante robusta no sentido de apontar que a desigualdade educacional mostra-se fundamental para o entendimento desse traço perverso e persistente,

GRÁFICO 1
Estado de São Paulo: taxas de fecundidade por idade, segundo anos de estudo da mãe – 2000



Fonte: Fundação Seade.

explicando entre 30% e 50% do desequilíbrio da renda salarial. Seria importante também conhecer quanto da desigualdade do espaço de moratória juvenil no Brasil explica-se também pelo injusto sistema educacional do país. Ademais, qual seria o seu papel na persistência da pobreza?

A despeito da baixa taxa de fecundidade brasileira detectada pelo Censo de 2000, os segmentos de extrema pobreza ainda mostram níveis bem mais elevados de fecundidade. Berquó e Cavenaghi (2004) constatam que as mulheres sem instrução e aquelas com 1 a 3 anos de estudo apresentam fecundidade total de 4,2 filhos e 3,6 filhos, respectivamente, enquanto as mulheres com mais de 9 anos de estudo não atingem a taxa de reposição, 1,4 filho. Os dois fatores associados, maternidade precoce e alta fecundidade, têm sido apontados, de maneira recorrente, como uma das principais causas da pobreza do passado, da atual e futura.

É fundamental desfazer uma crença ainda bastante difundida.

O senso comum aponta a maternidade precoce e o número elevado de crianças na família como responsáveis pela menor renda *per capita* familiar e, portanto, pela pobreza. Mas, na realidade, a injustiça educacional por trás desses processos é que marca a pobreza. Para entender melhor esse argumento, basta supor que um jovem casal, com baixa escolaridade e residente em uma periferia distante, em vez de apenas um filho, tenha gêmeos. O que os manteria ou os tornaria mais pobres? O fato de ter um filho a mais ou todas as dificuldades que enfrentam para ter acesso a um emprego estável e com bom rendimento? É claro que são as dificuldades impostas por sua formação educacional precária. Assim, mães jovens e com baixos níveis educacionais, com 3 ou 4 filhos, como apontam os dados médios para o Brasil, teriam mais chances de contribuir para o aumento ou persistência da pobreza

futura, mas não seriam pobres ou muito mais pobres por esse motivo. Talvez por isso a pobreza persista, apesar da diminuição constante dos níveis de fecundidade no Brasil.

Infelizmente, estudos sérios e bem fundamentados sobre esse tema ainda não existem no país, até porque informações sobre a trajetória de jovens com baixa escolaridade, com e sem filhos, são difíceis de construir. Entretanto, alguns estudos sobre maternidade precoce apontam que, da perspectiva dessas jovens, o fato de ter um filho simplesmente não muda a sua vida. Como apontam Heilborn e Cabral no capítulo 8 deste livro, parte significativa de mães adolescentes e seus parceiros já estava fora da escola quando ocorreu a gravidez. Várias delas já cuidavam dos irmãos, portanto, sabiam que não podiam aspirar a um futuro muito diferente daquele que vivenciavam. Como já foi comentado na introdução ao capítulo 2, diferentemente do que ocorre nos outros países, as mulheres no Brasil entram no mercado já com filhos – o que não poderia ser diferente, visto que a união e o nascimento do primeiro filho ocorrem tão cedo. Será que a natureza do trabalho delas seria diferente caso não tivessem filhos? Também nesse caso não existem dados e/ou estudos que forneçam uma resposta convincente.

Mas por que só com o nível médio, no Brasil e no mundo, acontece esse salto de comportamento que acaba por prolongar a juventude? É o assunto analisado a seguir.

4 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO MÉDIO

A educação tem sido citada de forma recorrente como indispensável tanto para avançar no desenvolvimento do país como para enfrentar a persistente desigualdade social. Essa discussão tem se concentrado nos efeitos econômicos diretos sobre a educação. Porém, como colocado no item anterior, há a questão dos efeitos indiretos da educação. Ou seja, independentemente dos seus efeitos econômicos mais diretos, a educação traz diversas outras implicações relevantes que atuam de forma indireta e colaboram para a compreensão dos mecanismos que entravam o desenvolvimento e atuam na persistência da pobreza e da desigualdade.

Quanto aos reflexos sobre a economia, as pesquisas têm enfatizado que o efeito da educação se dá principalmente pelo aumento na qualificação dos trabalhadores, o que, por sua vez, eleva a produtividade tanto do trabalhador como daqueles que atuam no seu entorno. Destacam ainda que o ensino médio exerce impacto importante no crescimento, enquanto o ensino fundamental em geral não é significativo, embora sua qualidade seja indispensável para um bom aproveitamento dos níveis posteriores. Os estudos têm mostrado ainda a importância

do ensino médio para a efetivação de saltos de qualidade no desenvolvimento, uma vez que facilita muito a absorção de novas tecnologias. Já a elevada desigualdade de renda salarial na força de trabalho, em grande medida, é fruto da desigualdade educacional. Um conjunto significativo de estudos, entre eles os de Ferreira e Veloso (2006), conclui que a desigualdade educacional explica quase a metade da iniqüidade de renda. Como a parcela da população que conclui o ensino médio e universitário é pequena, a taxa de retorno da educação no Brasil ainda é alta, ou seja, o aumento de salário que resulta de um ano a mais de escolaridade é extremamente alto quando comparado a outros países, mesmo na América Latina.

Como comentado anteriormente, o nível educacional de um jovem afeta a dimensão de seu espaço na trajetória do ciclo vital. À medida que a sociedade demanda mais qualificação, o espaço da juventude se prolonga. Como os dados do Censo de 2000 mostraram, no caso do Brasil, as limitações e distorções do sistema educacional, ao contrário, acabaram por antecipar e concentrar a entrada na vida adulta. Também nesse caso – como ocorre no impacto da produtividade do trabalhador –, enquanto o crescimento do ensino fundamental interfere pouco no processo de adiamento da união, induzida ou não pelo nascimento do primeiro filho, a freqüência ao ensino secundário e, sobretudo, a conclusão desse ciclo deslocam de forma significativa a curva de tendência ao prolongamento do espaço da juventude.

Por que a mudança clara de patamar ocorre na passagem para o nível médio? Não há na literatura qualquer tentativa de explicação para isso, apenas sua recorrente constatação. A hipótese é que essa etapa do processo de progressão escolar costuma ser entendida como ponte necessária para chegar aos mais altos níveis educacionais, e, por isso, atua como um estímulo importante na ampliação do período de exploração das possibilidades, na área dos relacionamentos afetivos e de aperfeiçoamento pessoal. Somente após atravessar essa ponte, é viável desenhar planos e dar mais tempo na busca de um futuro melhor. Nesse contexto, vale lembrar um dado conhecido por aqueles que tratam da questão educacional: parte substancial dos jovens que optam pela escola técnica de nível médio, concebida como uma preparação rápida e eficiente para o mercado de trabalho, tem como objetivo o ensino superior. Nas famílias dos setores mais populares, a escola técnica é vista como uma oportunidade de o jovem prosseguir nos estudos, trabalhando para se manter na escola. Até o momento não existe um estudo robusto que permita concluir que a escola técnica, que é minoritária, seja mais eficiente como porta de entrada para o mercado de trabalho do que o ensino médio, agora reestruturado pela nova lei que aumenta a flexibilidade no cumprimento dos créditos e oferece possibilidades de complementação de cursos de natureza mais profissionalizante.

Além do seu impacto no adiamento da entrada na vida adulta, uma série de estudos também já mostrou que a educação tem vários outros efeitos indiretos. Algumas pesquisas mostram forte correlação entre participação política e nível de escolaridade. Um maior nível educacional também contribui para a redução da criminalidade. Lochener e Moretti (*apud* FERREIRA; VELOSO, 2006) mostram que, nos Estados Unidos, a conclusão do ensino médio reduz significativamente a probabilidade de crimes contra as pessoas e o patrimônio. Recentemente, Néri (2006), utilizando dados do Censo de 2000, constatou que jovens com escolaridade de até seis anos de estudo têm 2,2 vezes mais chances de estarem presos do que aqueles com maior escolaridade. Enfim, a educação, em geral, e o nível médio, em particular, têm reflexos importantes em diversas dimensões que, direta ou indiretamente, influenciam a persistência da desigualdade social e o desenvolvimento do país.

Embora a educação tenha efeito importante sobre vários aspectos que implicam o desenvolvimento, sabe-se que, embora necessária, não é suficiente. Há exemplos de países em que o avanço educacional colaborou fortemente para seu crescimento; outros não cresceram, embora a educação tivesse avançado. Diferentes variáveis, como a cultura local, entraves institucionais e até atitudes preconceituosas de raça e de gênero interferem no ritmo desse processo. São temas importantes, mas que fogem ao objetivo do presente texto.

4.1 O perfil do crescimento do ensino médio no Brasil

É bastante conhecido o fato de que, no Brasil, nas últimas décadas, aumentou significativamente o número de crianças matriculadas no ensino fundamental, praticamente universalizando o acesso a esse nível. O ensino médio teve aceleração surpreendente a partir de 1995, o número de matrículas praticamente dobrou, alcançando, em 2005, mais de 9 milhões de estudantes. Expansão similar experimentou o ensino superior: de 1 milhão de alunos, em 1980, passou para mais de 4 milhões, em 2005.

Não se pode subestimar o tamanho desse esforço, especialmente no que diz respeito ao ensino básico. É preciso lembrar que, em 1950, mais da metade da população do país era analfabeta (50,6%) e, na faixa de 7 a 14 anos, apenas pouco mais de 1/3 freqüentava a escola (38,2%). A expansão se deu, basicamente, no ensino público e gratuito.

Embora existam taxas elevadas de crescimento, a situação educacional da população na faixa de 15 a 30 anos de idade (conforme os gráficos 2, 3 e 4) mostra o quanto ainda é preciso percorrer e quanto já ficou perdido, mesmo entre os jovens.

O sistema educacional brasileiro preconiza a conclusão do ensino fundamental aos 14 anos e do ensino médio, aos 17 anos.

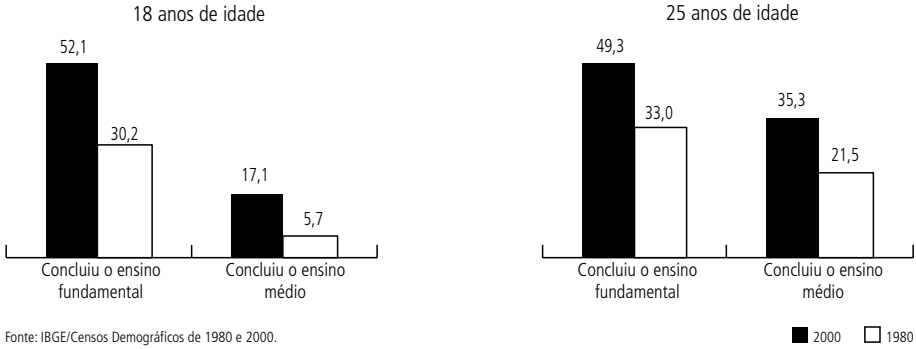
O gráfico 2 destaca o avanço educacional da população de 18 e 25 anos, entre 1980 e 2000. Os dados revelam melhorias na proporção de concluintes do ensino fundamental, mas os avanços no ensino médio ainda são muito recentes, de tal forma que o impacto é diferente para cada uma das idades consideradas.

A percentagem da população de 18 anos com ensino fundamental completo é um pouco maior do que a verificada entre aqueles com 25 anos de idade, respectivamente, 52% e 49%, indicando que a coorte mais jovem foi beneficiada por um sistema educacional com eficiência maior do que a existente no caso da coorte mais velha. Já o fato de o percentual da população que completa o ensino médio ser bem superior no grupo de 25 anos (35%) do que no de 18 anos (17%) significa que a maioria dos estudantes que concluem a educação média tem mais de 18 anos, confirmando a extensão e a persistência da distorção idade-série.

A expansão da cobertura do ensino médio e o aumento de concluintes nesse nível de ensino dependem, em grande parte, da correção dos índices de repetência e evasão, que permanecem elevados. Os efeitos combinados desses dois fenômenos podem ser sintetizados na taxa de distorção idade-série. Segundo os dados coletados pelo Censo Escolar da Educação Básica de 2005, 30% dos alunos matriculados no ensino fundamental têm idade superior à considerada adequada. As maiores taxas de distorção são constatadas nas classes de 5ª a 8ª séries. A taxa mais elevada corresponde à 5ª série, em que alcança 38,6%. No ensino médio, as taxas de distorção idade-série alcançam 46,3% dos estudantes.

Tais são as resultantes dos problemas de eficiência interna que afetam atualmente a educação básica no Brasil: apenas 62% das crianças que ingressam na 1ª

GRÁFICO 2
Brasil: proporção da população com 18 e 25 anos de idade por nível de ensino concluído – 1980 e 2000
(Em %)



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.

série podem esperar concluir o ensino fundamental, gastando em média dez anos nesse processo; ao passo que apenas 41,6% dos alunos da 1ª série do fundamental chegarão ao fim do ensino médio, despendendo, em média, 13,7 anos nesse percurso (ver tabela 1).

Assim, o aumento da cobertura do ensino médio passa, necessariamente, pela redução da repetência e evasão. A repetência permanece como fenômeno arraigado no sistema educacional, em especial nas séries de transição. Estudos mostram que o aproveitamento do estudante afeta a probabilidade de evasão por meio da probabilidade de repetência. Aqueles que repetem um ano apresentam risco maior de futuras repetições e a evasão aparece, assim, como resultado de um frustrante risco de repetições.

Os gráficos 3 e 4 trazem a distribuição da população de 15 a 30 anos, segundo nível escolaridade e freqüência à escola, por idade, e permitem visualizar a dinâmica e o ritmo desse processo que acontece por um deslocamento constante da universalização do acesso ao ensino fundamental e ao ensino médio. Cada uma das idades foi distribuída segundo sete categorias:

a) não concluiu e não freqüenta o ensino fundamental;

b) freqüenta o ensino fundamental;

c) concluiu o ensino fundamental e não freqüenta escola;

d) freqüenta o ensino médio;

e) conclui o ensino médio e não freqüenta o ensino superior;

f) freqüenta o ensino superior; e

g) concluiu o superior.

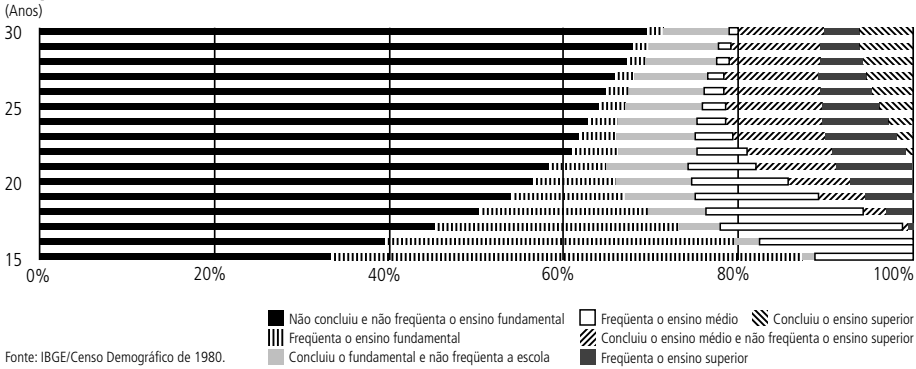
TABELA 1
Brasil: indicadores de produtividade escolar, segundo nível de ensino – 1995 e 2001

Nível de ensino	Tempo médio esperado de permanência (em anos)		Tempo médio esperado para conclusão (em anos)		Número médio esperado de séries concluídas		Taxa esperada de conclusão (%)	
	1995	2001	1995	2001	1995	2001	1995	2001
Educação básica	10,7	10,3	15,4	13,7	7,2	8,0	32,5	41,6
Ensino fundamental	9,1	8,5	11,3	10,0	6,2	6,6	51,9	62,3
Ensino médio	3,5	3,3	4,0	3,7	2,3	2,5	71,4	74,9

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)/Sistema de Estatística Educacional (EdudataBrasil).

GRÁFICO 3

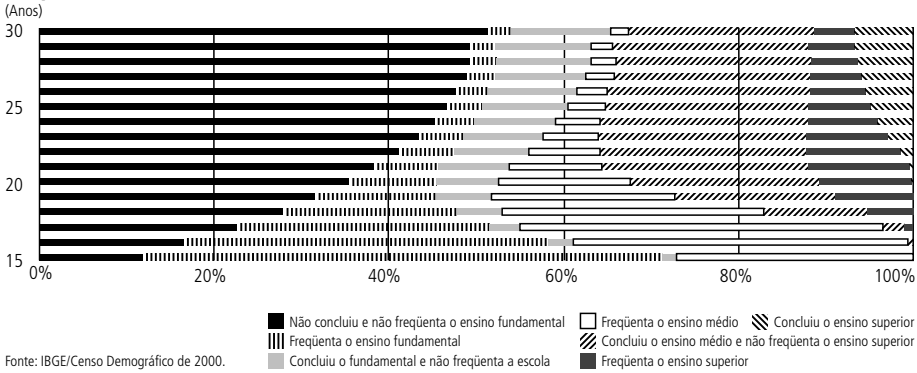
Brasil: distribuição da população de 15 a 30 anos de idade, segundo condição de freqüência à escola e nível de escolaridade – 1980



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 1980.

GRÁFICO 4

Brasil: distribuição da população de 15 a 30 anos de idade, segundo condição de freqüência à escola e nível de escolaridade – 2000



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2000.

Na comparação do perfil educacional da população de 15 a 30 anos de idade, entre 1980 e 2000, pode-se destacar:

• A sensível redução, em todos os segmentos etários considerados, da parcela que estava fora da escola sem ter concluído o ensino fundamental. Tal desempenho, no entanto, traduz-se ainda em resultado muito desfavorável para os indivíduos na faixa etária considerada. No início do século XXI, quase metade dos jovens não havia concluído os oito anos de escolaridade obrigatória.

• Assim, é possível começar a entender por que, ainda em 2000, apesar do avanço da escolaridade, as idades médias de união permanecem praticamente estáveis. O surpreendente resultado mostrado pelo Censo de 2000, com o aumento da concentração de nascimentos nas idades jovens, parece resultar de uma perversa combinação de erros do passado na implementação de um sistema educacional

eficiente com a modernidade, que aceita a iniciação da sexualidade antes do casamento sem oferecer uma reflexão para a proteção do jovem.

• Os aumentos expressivos dos jovens de 15 a 19 anos que freqüentavam o ensino médio.

• A ampliação, entre os indivíduos com idade entre 20 e 30 anos, daqueles que concluem o ensino médio, mas não têm continuidade em sua trajetória escolar.

Observa-se, portanto, que a despeito dos avanços registrados no período, um estoque de população jovem com baixos níveis de instrução vai-se acomodando como produto dos efeitos combinados de repetência e evasão. Em contrapartida, fica patente a progressão, em especial entre as gerações mais novas, aumentando a parcela com ensino médio completo, para a qual devem ser abertas novas possibilidades de avanço na trajetória escolar.

As diferenças de desenvolvimento do sistema educacional entre as unidades da federação refletem dificuldades específicas para a expansão do ensino médio. Embora os indicadores de desempenho educacional nos estados do Sul e Sudeste sejam comparáveis ou superiores às médias regionais para a América Latina e Caribe, os dos estados mais pobres do Nordeste são freqüentemente comparados com os índices de países de renda muito baixa.

O principal obstáculo para a expansão do ensino médio na região Nordeste é a necessidade de melhorar a qualidade e a eficiência do ensino fundamental. Em contraste, no Sudeste observa-se uma expansão das bases do ensino médio, sugerindo a necessidade de medidas para sua universalização e o estabelecimento de uma política de crédito estudantil.

Também existem diferenças intra e interestaduais em matéria da magnitude e perfil da demanda pelo ensino médio, que merecem ser observadas quando da adoção de políticas específicas que busquem acelerar o processo de redução das desigualdades educacionais.

Na comparação com outros países, a falta de eficiência do sistema brasileiro fica ainda mais patente, como constatado por Ferreira e Veloso (2006): a composição dos níveis educacionais e a escolaridade média da população de 15 anos e mais (portanto, em idade de trabalhar), por diferentes países, mostram grande diversidade existente, ao mesmo tempo em que evidenciam o atraso, até quando o Brasil é comparado com países de renda *per capita* mais baixa.

Detendo-se no ensino médio e comparando os resultados de 2000 do Brasil com outros países emergentes, verifica-se que na China a escolaridade média é maior, com grande proporção da força de trabalho com ensino médio (14% em

TABELA 2
Brasil, regiões Nordeste e Sudeste: distribuição da população de 15 a 30 anos, segundo condição de freqüência à escola e nível de escolaridade – 2000
(Em %)

Condição de freqüência à escola e nível de escolaridade	Brasil	Nordeste	Sudeste
15 a 17 anos			
Não concluiu e não freqüenta o ensino fundamental	17,0	18,7	14,1
Freqüenta o ensino fundamental	43,4	59,7	33,4
Concluiu o ensino fundamental e não freqüenta escola	2,6	1,1	3,3
Freqüenta o ensino médio	35,7	19,9	47,6
Concluiu o ensino médio e não freqüenta escola	0,9	0,5	1,2
Freqüenta o ensino superior	0,4	0,2	0,4
18 a 24 anos			
Não concluiu e não freqüenta o ensino fundamental	37,1	43,7	31,8
Freqüenta o ensino fundamental	9,9	17,8	5,9
Concluiu o ensino fundamental e não freqüenta escola	7,6	4,4	8,9
Freqüenta o ensino médio	14,3	15,2	14,1
Concluiu o ensino médio e não freqüenta escola	20,7	13,8	26,0
Freqüenta o ensino superior	9,2	4,7	11,6
Concluiu o ensino superior	1,2	0,5	1,6
25 a 30 anos			
Não concluiu e não freqüenta o ensino fundamental	48,8	56,5	43,9
Freqüenta o ensino fundamental	3,3	5,2	2,5
Concluiu o ensino fundamental e não freqüenta escola	10,6	7,2	12,1
Freqüenta o ensino médio	3,0	3,5	2,8
Concluiu o ensino médio e não freqüenta escola	22,5	20,8	24,1
Freqüenta o ensino superior	5,8	3,6	6,8
Concluiu o ensino superior	6,0	3,2	7,8

Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2000.

relação a 45,0%), portanto apta a receber as novas tecnologias. Embora na Índia, comparada com o Brasil, uma proporção muito maior da população não tenha educação formal (43%), a parcela da população que tem ensino médio é de 23,8%,

em relação a somente 14,4% no Brasil. A comparação com a Costa Rica também é interessante. Embora a taxa de ensino médio na população em idade ativa (PIA) seja próxima entre os dois países, a proporção daqueles que têm nível universitário na Costa Rica é bem maior.

Comparando-se o fluxo educacional do Brasil com o de outros países, verifica-se, como destacam Ferreira e Veloso (2006), que o investimento no ensino médio ainda é muito pequeno, sugerindo, mais uma vez, a ineficácia do sistema educacional nacional em possibilitar o acesso e a permanência dos jovens no ensino médio. Ademais, ao comparar a evolução da escolaridade média entre 1960 e 2000 com a de outros países, fica evidente que o ritmo de crescimento do Brasil é o mais lento, o que significa que a distância em relação a outras nações vem aumentando. Concluem os autores: "Mesmo que o Brasil mantenha o forte ritmo de expansão educacional da década de 1990, levaremos quase sete décadas para atingir a escolaridade atual da Coréia" (Ferreira; Veloso, 2006, p. 252-255).

5 COMO CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR?

O primeiro passo é dividir os problemas educacionais em duas categorias: os que dizem respeito à progressão intergeracional de capital cultural familiar – que estão fora do alcance do sistema educacional – e os que dependem deste.

5.1 A progressão intergeracional da educação no Brasil

O papel da família – especialmente o nível de escolaridade dos pais – no desempenho escolar das crianças é conhecido no mundo todo. No Brasil, essa associação tornou-se bastante complexa nos últimos anos, pelo fato de o sistema ter incluído, na última década, parcelas crescentes de filhos de pais analfabetos ou com menos de quatro anos de escolarização, ao passo que, nos países desenvolvidos, a universalização do ensino básico já havia ocorrido no século XIX. Os sistemas de avaliação têm mostrado que crianças pobres, com pais pouco escolarizados, encontram grande dificuldade de adaptação ao ambiente escolar dominado pela escrita. Muitas delas provêm de lares onde não há papel, lápis para escrever ou desenhar, livros, revistas, nem jornal. Falta o que se convencionou chamar de capital cultural. Os pais não têm como orientar os filhos para superar as dificuldades escolares, mas o problema maior é que a escola ainda não se equipou, nem do ponto de vista pedagógico, nem material, para enfrentar as dificuldades de familiarização com a linguagem escrita.

A escola, portanto, não está preparada para receber esse aluno e compensar a desvantagem com que chega ao sistema de ensino. Raramente há bibliotecas, de tal forma que o único contato da criança com um livro é com o didático, distribuído gratuitamente pelo governo – mas é muito pouco, especialmente quando a carga

horária escolar é reduzida, não chegando a 3 horas diárias. Nos países desenvolvidos, o aluno permanece no estabelecimento de ensino de 5 a 6 horas diárias e conta com o apoio escolar para desenvolver as tarefas complementares. Além disso, a expansão se deu sem que houvesse um esforço na formação adequada de um número suficiente de professores que, por sua vez, estão descontentes com os salários e os planos de carreira.

O resultado desse conjunto de deficiências aparece nas notas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que testa as competências e o desempenho dos alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio. O exame mostra o efeito em cadeia das deficiências, que colocam o Brasil sempre entre os piores desempenhos, mesmo entre os países emergentes.

Esse conjunto de fatores é responsável pela baixa mobilidade educacional no Brasil, onde filhos de pais com baixa escolaridade têm muito menor chance de chegarem ao ensino médio ou superior. Ferreira e Veloso (2006, p. 260) constatam que "a mobilidade no Brasil é bem menor que nos Estados Unidos e Alemanha, mas também é mais baixa que a de México, Peru e Malásia, entre outras economias emergentes".

A pergunta é: as perspectivas das crianças que nasceram em 2000 são melhores quando comparadas com as que nasceram em 1980? Segundo exercício de Rios-Neto (2005), que recentemente tratou do tema, combinando a dinâmica demográfica com a dinâmica da escolaridade das mães e a renda familiar – o que o autor chamou de efeitos de composição –, a coorte de crianças nascidas em 2000 terá muito mais chances de atingir o ensino médio e a proporção de concluintes será superior à anterior. Isso decorre de um efeito de composição, marcado tanto pelo notável declínio no número de mães com baixa escolaridade (de 0 a 3 anos de estudo), quanto pelo aumento de mães com escolaridade mais alta (9 anos ou mais de estudo). Trata-se, segundo o autor, de uma segunda transição demográfica, marcada pelo prolongamento do espaço da juventude. Ou seja, a dinâmica demográfica no período desenvolveu-se de forma a favorecer o aumento do ritmo da mobilidade.

Entretanto, comenta o autor, seria interessante que as ações públicas contribuíssem para a aceleração do processo, para isso sugerindo duas ações políticas:

a) Políticas focadas nas crianças filhas de mães com baixa escolaridade. Somente em 2003, esse segmento representava 1/5 dos nascimentos, e será a população de 15 a 19 anos em 2018.

b) Políticas de respostas pelo aumento potencial de filhos cujas mães já possuem escolaridade média, mas são pobres. Ou seja, a escolaridade das mães não tem

sido acompanhada pelo aumento da renda nesse período. Nesse caso, o problema da continuidade da educação dos filhos estaria centralizado na restrição de crédito. Rios-Neto acredita que apenas políticas que facilitem créditos às famílias pobres permitirão que essa virtuosidade demográfica potencial se materialize em maior escolaridade das futuras gerações do país.

Um conjunto de dados organizados a partir de informações do Registro Civil do Estado de São Paulo indica que a segunda transição demográfica apontada por Rios-Neto já deu a partida em São Paulo, na virada do novo século.

Por meio do gráfico 5, é possível conhecer a trajetória e o ritmo da queda da fecundidade da população jovem do Estado de São Paulo, entre 1993 e 2005. Entretanto, cada uma das coortes apresenta diferenças ao longo do percurso.

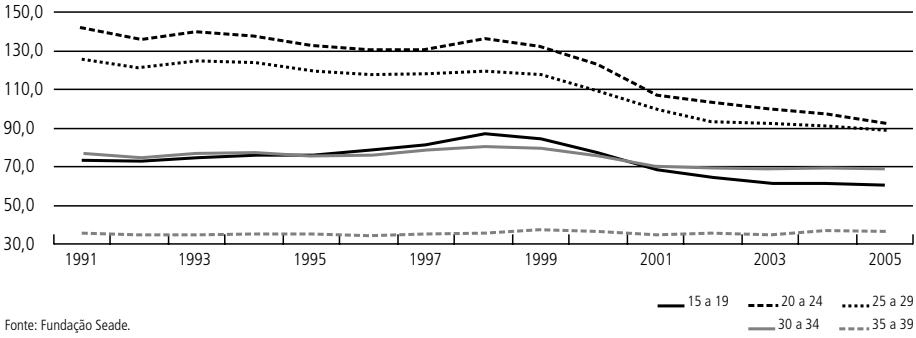
A taxa mais elevada encontra-se no grupo de 20-24 anos. Entre 1993 e 1997, a fecundidade apresentou queda constante, voltou a crescer até 1998 e retomou o movimento de queda até 2005. O comportamento da coorte mais jovem (15-17 anos) teve movimento crescente até 1998, quando atingiu o pico e iniciou trajetória de queda. O comportamento mais regular de declínio constante pertence às coortes de 25-29 anos e de 30-34 anos, caracterizadas por maior estabilidade das taxas, apenas com uma pequena elevação em torno de 1998, quando então passou a seguir a tendência geral de queda.

A explicação mais recorrente para a pequena tendência de crescimento da fecundidade bem localizada em 1998 é que ela seria uma espécie de compensação da fecundidade reprimida por incertezas na economia e liberada após o sucesso do Plano Real.

GRÁFICO 5

Estado de São Paulo: taxas de fecundidade, segundo grupos de idade da mãe – 1991-2005

(Por mil mulheres)



Fonte: Fundação Seade.

O gráfico 6 complementa o anterior, mostrando a distribuição dos nascidos de primeira ordem (primeiro filho), segundo a escolaridade e a idade da mãe. Os resultados foram organizados para momentos diferentes: 1993, antes do movimento ascendente da maternidade precoce (15 - 19 anos) e das jovens entre 20 e 24 anos; 1998, que representa o período de pico desse processo; e 2005, já no momento de quedas contínuas da fecundidade para todas as faixas etárias.

Esse gráfico permite captar importantes movimentos que ocorreram no Estado de São Paulo, entre 1993 e 2005, afetando especialmente a população jovem.

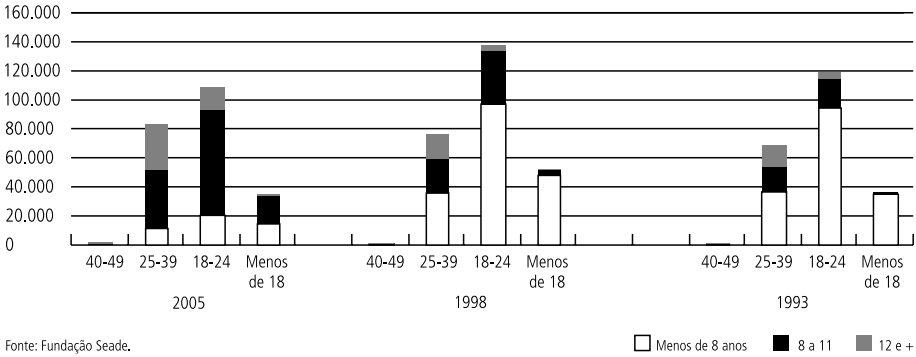
a) Tendência ao adiamento da idade para ter o primeiro filho, especialmente a partir de 1998.

b) Notável avanço da escolaridade das mães: a proporção de mães de primeiro filho com 12 anos e mais de escolaridade passou de 8,7% para 21,1% entre 1993 e 2005, e a daquelas com 8 a 11 anos de escolaridade, que no início do período era residual, inverteu a tendência em 2005. Grande parte desse crescimento do ensino médio deveu-se à política educacional do Estado de São Paulo, que realizou um conjunto de medidas no sentido de melhorar o fluxo escolar. A aceleração do fluxo escolar está incorporando rapidamente parcelas da população jovem de famílias com baixo poder aquisitivo.

(De fato, houve significativo progresso de ensino médio no Estado de São Paulo, entre 1993 e 2004, sengundo dados da Pnad. O ritmo de crescimento foi maior entre os jovens dos setores mais populares. Nesse período, o número de jovens provenientes de famílias pobres, com renda de até três salários mínimos, que freqüentavam ou já haviam concluído o ensino médio, passou de 212 mil

GRÁFICO 6

Estado de São Paulo: nascidos vivos de primeira ordem, por grupos de idade da mãe, segundo anos de estudo da mãe – 1993, 1998 e 2005



Fonte: Fundação Seade.

para 586 mil, significando um aumento de 176%, maior que o já expressivo 130% observado no conjunto de jovens, de todos os segmentos de renda).

c) Nítida diferença de tendências do número de nascidos vivos de primeira ordem (primeiro filho) nos grupos de mães jovens (maternidade precoce), no período 1993-1998, e no posterior, compreendido entre 1998 e 2005. O primeiro período apresenta a tendência de crescimento constante de nascimentos, até o seu pico, em 1998, quando ocorre uma inversão de tendência e começa o movimento de declínio, também constante até 2005. Trata-se, na verdade, de um dos efeitos da "onda jovem", uma descontinuidade demográfica típica desse período, concentrada nas coortes jovens na segunda metade dos anos 1990 e com diluição na primeira metade dos anos 2000, conforme mostra o gráfico 1 do Anexo. Ou seja, o elevado número de nascimentos entre mães jovens decorre do fato de termos uma coorte jovem alargada. Ou, ainda, o que mudou não foi o padrão de maternidade precoce, mas sim o número de jovens disponíveis para conceber filhos.

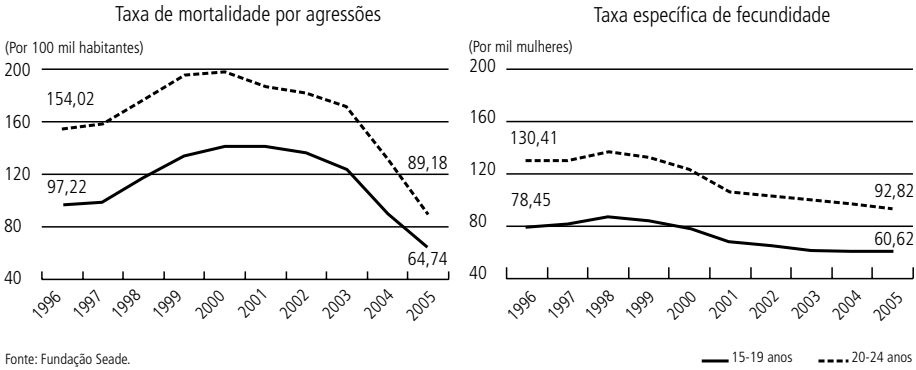
d) Considerando-se de forma combinada os três fenômenos – "onda jovem", expansão da escolaridade e, finalmente, o adiamento e aceleração do ritmo de queda da fecundidade –, pode-se sugerir com segurança que a janela de oportunidades que se abriu com a diluição da "onda jovem" contribuiu para um maior acesso dos jovens ao ensino médio, que, por sua vez, já vinha em movimento de expansão. A massificação do ensino médio, de outro lado, iniciou e/ou acelerou a mudança de padrão de maternidade precoce, impulsionando a tendência ao prolongamento do tempo médio da idade do primeiro filho (prolongamento da juventude) e a queda dos níveis de fecundidade, uma segunda transição demográfica, conforme antecipado por Rios-Neto.

Ao enfatizarmos o papel do ensino nesse processo, é claro, não estamos considerando o acesso a esse nível de ensino como uma vacina contra a maternidade precoce, mas apenas chamando a atenção para o fato de que, no Estado de São Paulo, repete-se algo constatado em vários outros países – a probabilidade de redução da maternidade precoce como prática recorrente, à medida que se massifica o ensino médio.

A maternidade precoce entre as jovens é freqüentemente considerada como a correspondente dos homicídios entre os jovens do sexo masculino. Ambos seriam resultantes da vulnerabilidade dos jovens às situações de risco porque não conseguem construir um projeto de futuro na precariedade de condições em que vivem.

O gráfico 7 coloca lado a lado a trajetória da ascensão e queda das taxas de fecundidade e de homicídios para as coortes de 15-19 anos e 20-24 anos. Não deixa de ser surpreendente a constatação de que os dois fenômenos perversos para

GRÁFICO 7
Estado de São Paulo: taxas de mortalidade masculina por agressões e taxas específicas de fecundidade, segundo grupos de idade – 1996-2005



Fonte: Fundação Seade.

a juventude ocorrem de forma simultânea, mostrando que a associação recorrente entre os dois faz sentido.

Embora essa constatação, para ganhar robustez, devesse passar por um tratamento estatístico mais apurado, a contribuição da dinâmica demográfica, mais especificamente o adensamento e o refluxo da "onda jovem" merecem algumas considerações adicionais. Em trabalhos anteriores, em parceria com Alicia Bercovich (Bercovich; Madeira; Torres, 1998), já sinalizamos a importância dessa descontinuidade demográfica, sobretudo porque a "onda jovem" estava amplamente concentrada nas populações de baixa renda, confinadas em espaços deteriorados e segregados nas favelas e periferias. Nesses artigos nos referíamos também à literatura estrangeira que apontava que espaços com altas densidades de jovens em condições precárias seriam amplamente propícios para conflitos juvenis. Desde logo é preciso considerar que não estamos defendendo o determinismo demográfico, tanto é que a "onda jovem" dos anos 1970, da qual a dos anos 1990 é resultante, foi bem mais intensa e não se caracterizou por manifestações violentas. O capítulo 10 deste livro, de Araújo e Ferreira, faz uma excelente resenha da literatura que trata da violência juvenil, destacando um conjunto de fatores que contribuem para entender como reverter a criminalidade juvenil. O que estamos dizendo é que a densidade de jovens em espaços degradados potencializa muito a criminalidade.

Não se trata também de acreditar que a educação seja uma panacéia. Mas já há evidências de que a escola contribui para melhorar a sociabilidade e a capacidade de expressão e enfrentar tensões, procurando construir consensos através da palavra em vez do apelo à agressividade corporal, mesmo quando ainda é, em média, de má qualidade. Essa argumentação é válida tanto no caso da criminalidade juvenil

como na gravidez precoce, já que vários estudos destacam que a gravidez resulta também das dificuldades de entendimento, conversa e negociação entre casais jovens. É provável também que, para a queda da criminalidade, tenha pesado a melhoria da eficiência do sistema de segurança pública, como o aumento do isolamento de jovens mais perigosos, assim como, no caso da queda da maternidade, tenham contribuído as companhas publicitárias e trabalhos nas escolas e ONGs. Mas assim como já se constatou na economia que o ensino médio tem facilitado a absorção de novas tecnologias, é provável também que facilite a assimilação de conteúdos que vêm sendo colocados pelas diferentes fontes de disseminação e instituições no enfrentamento desse graves problemas juvenis.

É claro que consideramos indispensável a melhoria da qualidade de educação desde os primeiros anos de ensino fundamental, os quais, bem sabemos, são decisivos para o aproveitamento das séries posteriores. Entretanto, essa é uma tarefa de médio e longo prazos. No curto prazo, é preciso seguir em frente e tentar garantir aos jovens nas situações mais vulneráveis a permanência na escola até a conclusão desse nível de ensino. Para isso, será necessário criar mecanismos que possibilitem o atendimento desses alunos por professores e gestores efetivamente envolvidos na tarefa de contribuir para a melhoria do sistema educacional. Como procuramos mostrar, a escola – mesmo quando sua qualidade ainda deixe muito a desejar – concorre também para evitar que os jovens interrompam sua juventude, seja pela morte, seja assumindo precocemente uma família.

Nesse contexto, é realmente importante pensar em ações que possam manter no sistema escolar jovens dos setores populares que estão chegando ao ensino médio, mas que, em proporção crescente, estão também abandonando a escola.

Nesse caso é igualmente fundamental tomar como referência as experiências de outros países, como destacamos no item a seguir.

5.2 Políticas educacionais que contribuem para acelerar e melhorar o ensino médio

Acabamos de concluir que, do ponto de vista estrutural, existe uma janela de oportunidades aberta pelo movimento favorável da demografia combinado pelo acesso recente dos jovens ao ensino médio. Abre-se, portanto, um círculo virtuoso, que, no curto prazo, atua no sentido de adiar as uniões e o nascimento do primeiro filho e, no médio e longo prazos, propiciará a melhoria do desempenho escolar das futuras gerações. É fundamental que políticas educacionais corrijam distorções e acelerem o processo com mais qualidade de conteúdo.

A melhora do acesso e da qualidade do ensino médio depende de ações de longo prazo, como a melhoria do ensino básico. As análises das avaliações do sistema escolar (Saeb) mostram o efeito cumulativo das deficiências da formação inicial nas séries subseqüentes dos três níveis de ensino, sendo que a maioria dos alunos está abaixo dos padrões considerados satisfatórios para o nível em avaliação. A proporção de alunos com bom desempenho diminui conforme se avança no sistema escolar. A situação fica mais problemática à medida que, cada vez mais, cresce o acesso dos jovens dos setores mais populares e, portanto, menos preparados pelas famílias e escolas. Certamente esse fato é um dos grandes responsáveis pelo nível crescente de evasão e repetência. O eco dessa má formação chega ao ensino superior, a começar pela dificuldade que têm os alunos das escolas públicas para ingressar nas melhores universidades, em geral públicas, tendo por isso de freqüentar faculdades particulares desqualificadas.

Mais uma vez é muito interessante a contribuição de Ferreira e Veloso (2006, p. 282) pela possibilidade de comparação com outros países. Os autores citam a Coréia e os Estados Unidos, que seguiram modelos semelhantes de democratização do ensino, e, como sabemos, são exemplos de políticas educacionais bem-sucedidas. "A meta inicial do sistema educacional americano foi oferecer acesso universal a todos os jovens, de modo a igualar as oportunidades. Uma das principais características do sistema educacional nesse período (entre 1910 e 1940), em particular no ensino médio, foi o seu caráter aberto, extremamente tolerante com estudantes com pior desempenho".

Na Coréia, embora a expansão tivesse sido bem mais rápida, o modelo foi semelhante.

> O período entre 1950 e 1970 foi caracterizado por uma ênfase na educação de nível fundamental na Coréia. Houve uma grande expansão quantitativa, freqüentemente à custa de uma queda na qualidade e insatisfação com o sistema educacional. A partir de meados da década de 60, começou a verificar-se uma preocupação maior com a qualidade do ensino fundamental e iniciou-se a expansão do ensino médio, embora o grande salto nesse nível de ensino tenha se verificado a partir de 1975. Por volta de 1990, o ensino médio tinha sido praticamente universalizado, e iniciou-se então um redirecionamento da política educacional no sentido de expandir o ensino superior em grande escala (Ferreira; Veloso, 2006, p. 263).

O destaque dessas considerações é importante diante da nossa constatação de que, ainda que de baixa qualidade, a expansão do ensino médio no Estado de São Paulo já é capaz de trazer importantes avanços. Seria, pois, da maior relevância atuar no sentido de diminuir a evasão de jovens nesse nível de ensino.

Persiste ainda uma calorosa discussão sobre como qualificar melhor os professores para alfabetizar de forma mais eficiente. Essa questão passa também pelo debate de mudanças metodológicas, instalação de bibliotecas e computadores nas escolas, e pela reforma do sistema salarial, de modo a recompensar os professores mais dedicados e que se disponham a atender crianças e jovens das famílias muito pobres etc. Tal discussão é ampla e, portanto, não é tema deste trabalho.

É claro que, para realizar essas tarefas mínimas, é necessário muito recurso. Para esse objetivo, existem discussões focadas na melhora da eficiência administrativa, nas mudanças do sistema de financiamento entre os níveis governamentais etc.

Entretanto, na reflexão sobre reorganização de recursos, é ainda muito embrionária a discussão que contrapõe o investimento público na demanda ao investimento na oferta, ou, dito de outra forma, dentro do processo pedagógico ou fora dele. Trata-se de um tema importante na linha do encaminhamento deste texto.

Durante muitos anos foi recorrente o discurso de que o nosso déficit educacional era efeito da pobreza, que priva as famílias de capital social e concorre para seu pouco interesse pela escola. O argumento de necessidade de trabalho das crianças era freqüente. Após anos de discussão, chegou-se a um consenso mínimo de que era necessário gerar ações para levar a criança até a escola e, uma vez na escola, era dever do sistema escolar cuidar da sua aprendizagem. O esforço do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) consistiu em levar as crianças mais carentes à escola, ação na qual foi muito bem-sucedido. De certa forma, seria de se esperar que uma expansão tão acelerada provocasse uma queda na qualidade de ensino, fenômeno que, como vimos, costuma acontecer no primeiro momento da massificação do acesso. Mas, argumentam alguns, nossa queda de qualidade tem sido excessiva quando comparada à de outros países, mesmo naqueles onde a renda *per capita* é menor.

Ocorre que a dificuldade de aprendizagem de nossas crianças e jovens começa a ficar mais explícita para a sociedade e os dirigentes públicos simultaneamente ao período em que o enfrentamento da questão da pobreza e da vulnerabilidade ganha destaque, sobretudo com o aumento da criminalidade juvenil e da maternidade precoce. Nesse contexto, começa a haver um deslocamento das ações de aprendizagem dentro da escola para ações mais comunitárias, com foco na pobreza, fora do âmbito do sistema educacional. São programas de qualificação para o trabalho, ações de lazer para afastar o jovem da criminalidade, escolas abertas de fim de semana, seguindo vários e diferentes modelos com o mesmo propósito. Com muita freqüência, esses programas lançam mão de verbas da educação.

Na sua concepção inicial, tais programas deveriam estar focados em jovens que, por algum motivo, haviam abandonado a escola e essas ações seriam no sentido de atraí-los de volta. Seriam programas pontuais, que atuariam na margem sobre alguns jovens em situações mais vulneráveis e fora da escola. Entretanto, a idéia de focalização e a meta de volta à escola se perdeu e os programas passaram a se autodeclarar como decisivos na prevenção da violência, nos processos de pacificação dos jovens.

O mais grave é a ausência total de qualquer preocupação com a avaliação desses programas quanto a metas, eficiência e custo/benefício. A eficiência é medida pelos dividendos políticos trazidos para a gestão que o implementou, em geral com um bom tratamento de *marketing*.

Mesmo os programas de transferência de renda (que não utilizam verbas diretas da educação, mas acabam gastando mais que os recursos destinados à educação) que condicionam o repasse à freqüência escolar não foram suficientemente avaliados. Cada vez mais os programas de transferência de renda tornam-se transferências em si, que ajudam a mitigar a pobreza imediata, quando efetivamente chegam ao público-alvo.

Os dados que organizamos, embora mereçam ainda um tratamento técnico mais elaborado, coloca a questão: não seriam mais promissoras as políticas voltadas à melhoria da oferta educacional, de modo a estimular os jovens a não abandonar a escola?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo introdutório desta publicação, é exposto o motivo que inspirou a concepção temática: se a vida se alongou, as várias fases da vida também se alongaram? Nossa resposta é sim, mas sua natureza e extensão dependem da importância que os governos de cada país deram à educação e das prioridades que estabeleceram nos seus projetos educacionais.

Em países como Estados Unidos, Japão e Coréia do Sul, a educação fez parte da concepção do projeto de desenvolvimento. No final do século XIX, os norte-americanos já haviam universalizado a leitura e a escrita. Na primeira metade do século XIX, surgiram escolas públicas e gratuitas para todas as crianças. O Japão elegeu a educação como prioridade durante a revolução Meiji (1868). A rápida transformação da Coréia do Sul derivou de um modelo que deu total prioridade ao ensino básico, de tal forma que, no início dos anos 1960, já havia universalizado a educação básica (Ferreira; Veloso, 2006). No Brasil, nos anos 1950, mais da metade da população era analfabeta e, na faixa de sete anos, pouco mais de 1/3

freqüentava a escola. A prioridade foi o ensino superior gratuito, que, como já se demonstrou, é altamente concentrador de renda.

Desse modelo resultou que o nível médio de educação do brasileiro com mais de 15 anos é, segundo o Censo de 2000, de 4,9, abaixo da média da América Latina (6,1). O impacto de tal modelo educacional no espaço de juventude é uma antecipação da vida adulta, como capta o Censo de 2000. Pesquisas internacionais mostram que o prolongamento da juventude está estreitamente relacionado ao grau de exigência de qualificação para absorção das novas tecnologias, que o crescimento da produtividade demanda para se avançar no processo de desenvolvimento.

Durante muito tempo, a culpa do baixo acesso ao sistema escolar era atribuída às famílias pobres que não valorizavam a educação. O Fundef, de certa forma, mostrou que, com disposição política e orientação técnica, é possível trazer as crianças pobres para o sistema, e o país só universalizou o acesso à escola quase na virada para o século XXI. O desafio atual é fazer com que a escola e a família se envolvam na tarefa de melhorar a qualidade do ensino. O Estado de São Paulo, com uma política educacional que acelerou o fluxo escolar e beneficiou-se do refluxo da "onda jovem", avançou muito entre os jovens dos setores populares, sobretudo oferecendo acesso ao ensino médio. Esses fatores foram importantes para prolongar o espaço do tempo de juventude e acelerar a queda da fecundidade, uma segunda transição demográfica, além da contribuição para a notável queda da criminalidade juvenil. É fundamental insistir para que os jovens concluam o ensino médio.

REFERÊNCIAS

ARNETT, J. J. Emerging adulthood. *American Psychologist*, v. 55, p. 469-480, May 2000.

BERCOVICH, A. M.; MADEIRA, F. R.; TORRES, H. G. Descontinuidades demográficas. *Seade: 20 anos no ano 2000:* estudos sociodemográficos sobre a juventude paulista. São Paulo: Fundação Seade, 1998. 246 p.

_____. A improvisação na concepção de programas sociais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 18, n. 2, p. 78-94, abr./jun. 2004.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Mapeamento sócio-demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais*... 2004.

FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A reforma da educação. In: PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F. *Rompendo o marasmo*: a retomada do desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MADEIRA, F. R. A improvisação na concepção de programas sociais. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, V. 18, n. 2, p. 78-94, abr./jun. 2004.

————. (Comp.). *Vinte anos no ano 2000*: estudos sociodemográficos sobre a juventude paulista. São Paulo: Fundação Seade, 1998, 246 p.

NÉRI, M. *Valor Econômico*, São Paulo, 23 de maio de 2006.

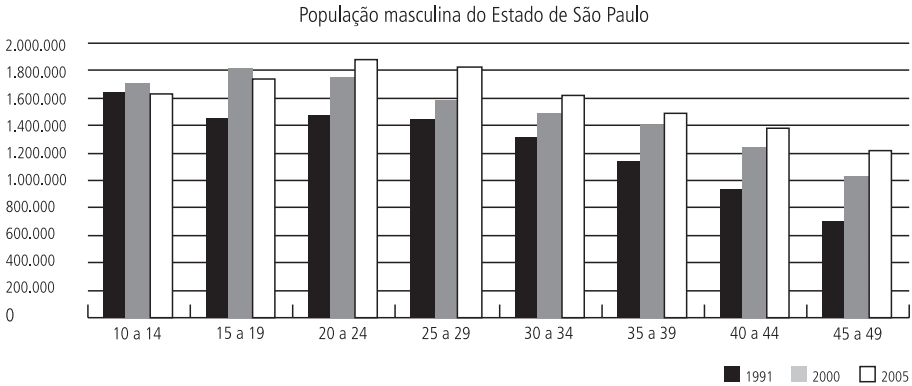
RIOS-NETO, E. L. G. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 371-408, jul./dez. 2005.

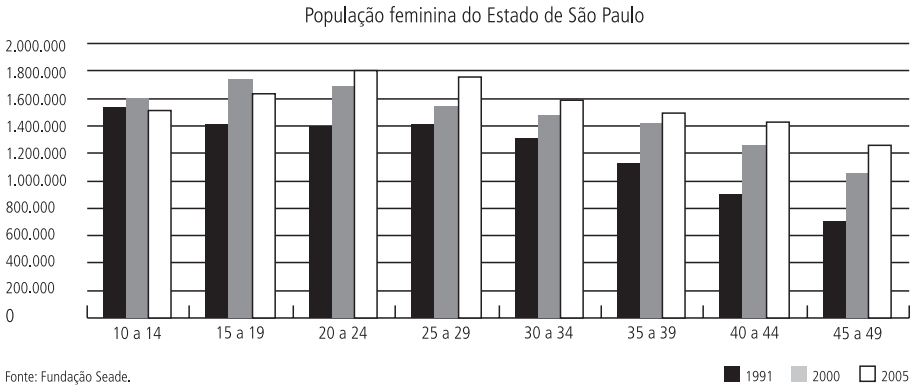
SHEEHY, G. *New passages*. New York: Ballantine Books, 1996.

ANEXO

GRÁFICO A.1

Estado de São Paulo: população por faixa etária e sexo – 1991, 2000 e 2005





Fonte: Fundação Seade.

TABELA A.1

Estado de São Paulo: nascidos vivos de primeira ordem, por anos de estudo da mãe, segundo faixa etária da mãe – 1993, 1998 e 2005

Faixa etária da mãe	Números absolutos				Distribuição (%)			
	Menos de 8 anos	8 a 11	12 e mais	Total	Menos de 8 anos	8 a 11	12 e mais	Total
1993	166.738	38.989	19.569	225.295	74,0	17,3	8,7	100,0
Menos de 18 anos	35.093	1.476	46	36.615	95,8	4,0	0,1	100,0
18 a 24 anos	94.513	20.051	3.976	118.540	79,7	16,9	3,4	100,0
25 a 39 anos	36.403	17.262	15.251	68.916	52,8	25,0	22,1	100,0
40 a 49 anos	728	200	296	1.224	59,5	16,3	24,2	100,0
1998	181.517	64.469	20.977	266.964	68,0	24,1	7,9	100,0
Menos de 18 anos	48.019	4.053	84	52.155	92,1	7,8	0,2	100,0
18 a 24 anos	97.170	36.500	3.586	137.256	70,8	26,6	2,6	100,0
25 a 39 anos	35.656	23.616	16.940	76.212	46,8	31,0	22,2	100,0
40 a 49 anos	673	301	367	1.341	50,2	22,5	27,4	100,0
2005	46.792	133.398	48.083	228.273	20,5	58,4	21,1	100,0
Menos de 18 anos	14.572	19.207	896	34.675	42,0	55,4	2,6	100,0
18 a 24 anos	20.420	72.651	15.361	108.432	18,8	67,0	14,2	100,0
25 a 39 anos	11.446	40.865	30.906	83.217	13,8	49,1	37,1	100,0
40 a 49 anos	354	675	920	1.949	18,2	34,6	47,2	100,0

Fonte: Fundação Seade.

TABELA A.2

Estado de São Paulo: taxas de mortalidade masculina por agressões e taxas específicas de fecundidade da população jovem, por faixa etária – 1996-2005

Ano	Taxas de mortalidade por agressões[a]		Taxas de fecundidade[b]	
	15 a 19 anos	20 a 24	15 a 19	20 a 24
1996	97,22	154,02	78,45	130,41
1997	99,06	158,60	81,60	130,09
1998	116,74	175,79	86,46	136,57
1999	134,05	194,95	84,18	132,20
2000	140,19	197,86	77,59	123,17
2001	140,86	186,99	68,28	106,86
2002	136,30	181,88	64,68	103,57
2003	123,54	171,37	61,39	100,01
2004	90,53	131,93	60,92	97,28
2005	64,74	89,18	60,62	92,82

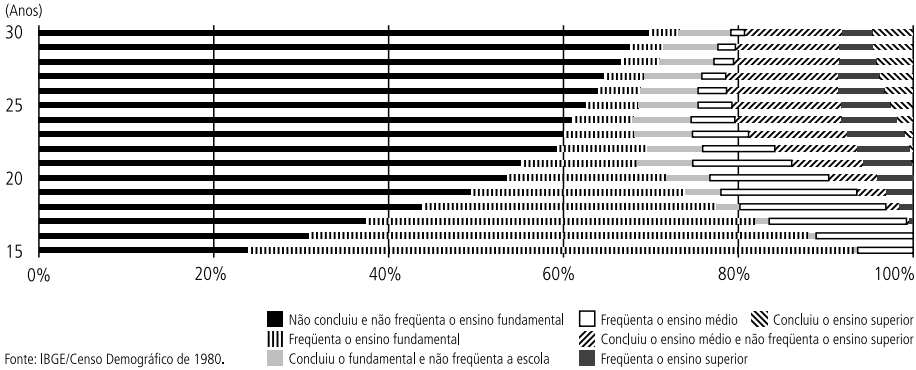
Fonte: Fundação Seade.

[a] Por 100 mil habitantes.

[b] Por mil mulheres.

GRÁFICO A.2

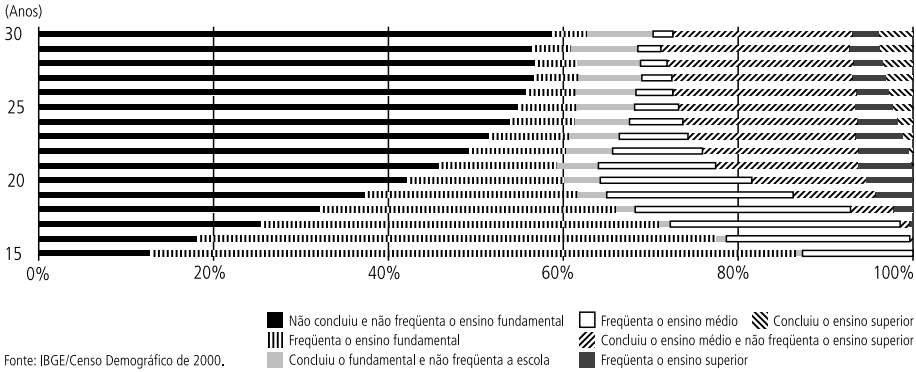
Região Nordeste: distribuição da população de 15 a 30 anos de idade, segundo condição de freqüência à escola e nível de escolaridade – 1980



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 1980.

GRÁFICO A.3

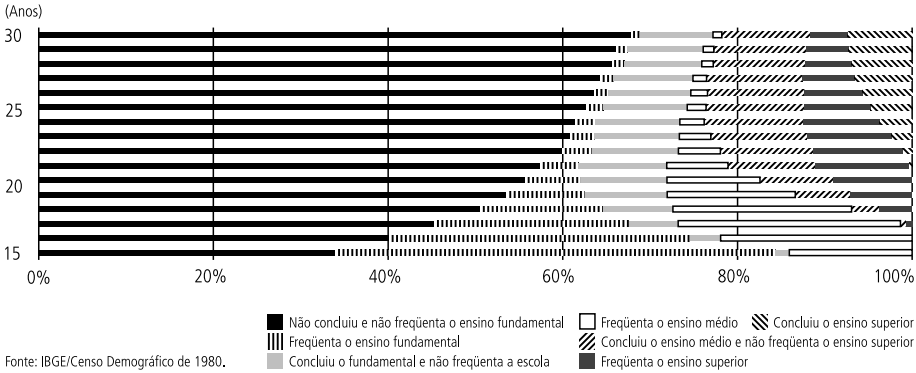
Região Nordeste: distribuição da população de 15 a 30 anos de idade, segundo condição de freqüência à escola e nível de escolaridade – 2000



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2000.

GRÁFICO A.4

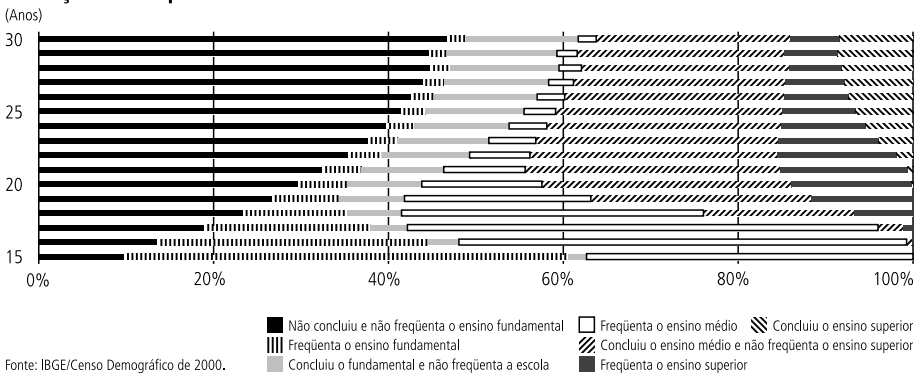
Região Sudeste: distribuição da população de 15 a 30 anos de idade, segundo condição de freqüência à escola e nível de escolaridade – 1980



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 1980.

GRÁFICO A.5

Região Sudeste: distribuição da população de 15 a 30 anos de idade, segundo condição de freqüência à escola e nível de escolaridade – 2000



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2000.

CAPÍTULO 6

TRAJETÓRIAS INSEGURAS, AUTONOMIZAÇÃO INCERTA: OS JOVENS E O TRABALHO EM MERCADOS SOB INTENSAS TRANSIÇÕES OCUPACIONAIS*

Nadya Araujo Guimarães
Do Departamento de Sociologia da USP

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a transição para a vida adulta tem uma das suas âncoras mais importantes nos processos que transcorrem no âmbito do trabalho. Não somente porque a inserção no mercado de trabalho se constitui num dos momentos privilegiados dessa transição, como porque ela é condição de possibilidade para que outras dimensões da passagem da adolescência à vida adulta se efetivem. Com efeito, os ganhos do trabalho são o esteio da almejada autonomia ante o grupo familiar de origem, facultando a montagem do domicílio próprio e propiciando a independência material requerida para a constituição de família e descendência, outros sinais socialmente relevantes, em nossas culturas, da passagem ao mundo dos adultos.

Evidentemente, as condições em que se dão a transição entre escola e trabalho e, por conseqüência, o início da vida profissional, expressam os contextos históricos e as dinâmicas sociais em que se vive. Entretanto, o senso comum dos analistas por muito tempo asseverou que o ingresso juvenil no trabalho seguia um curso que se iniciava com os vínculos ocupacionais mais frágeis e transitórios, por uma espécie de "multiatividade nômade", para usar a imagem cunhada por Beck (2000), que antecederia o estabelecimento de um primeiro vínculo mais duradouro. Uma

* Este texto deve muito ao clima alegre de intenso e rigoroso diálogo interdisciplinar propiciado por Ana Amélia Camarano, que pacientemente coordenou os esforços desta publicação. Os meus acertos interpretativos certamente refletem os bons fluidos intelectuais que circulavam em nossas reuniões no Ipea; eles expressam também o diálogo constante com os diferentes membros da minha equipe de pesquisa no Centro de Estudos da Metrópole (CEM), programa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e que envolve a Universidade Federal de São Paulo (USP), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), onde está sediado. Devo registrar agradecimento muito especial ao apoio de Paulo Henrique da Silva, Marcus Farbelow e Jonas Bicev, decisivo para a preparação dos dados. Por certo, todos os argumentos de alto risco e os equívocos porventura remanescentes são de minha solitária responsabilidade.

espécie de ensaio e erro que refletiria a aprendizagem da procura e a ainda escassa solidez das redes profissionais, configurando um momento no amadurecimento do trabalhador.

Todavia, as mudanças recentes na estrutura dos mercados de trabalho, em especial nos grandes mercados metropolitanos, pareceram estender a parcelas ponderáveis da população ativa um traço que considerávamos como "juvenil". Fragilização dos vínculos e intensificação das transições ocupacionais tornaram-se moedas correntes num contexto marcado pelo aumento dos patamares de desemprego, pela ampliação do tempo de procura de trabalho e pela recorrência na desocupação. Sendo assim, o que dizer das condições atuais de inserção dos jovens nesses mercados sujeitos ao intenso e recorrente desemprego?

As abordagens que examinam a passagem à vida adulta do ponto de vista da inserção profissional com freqüência associam as expectativas em torno do ingresso no trabalho a um outro tipo de evento da trajetória individual: o fim da formação escolar, com a aquisição das credenciais e de uma formação que funcionem como um passaporte para a obtenção da ocupação. Nesse sentido, ingressar no mercado de trabalho seria a continuidade de uma trajetória de saída do sistema escolar, faces de uma mesma moeda, a do processo de individualização, pensando do ponto de vista da autonomização do jovem em relação à família; ou, pensando num sentido mais amplo, do seu processo de autonomização de *status*, se tomarmos o ponto de vista dos elos entre indivíduo e estrutura social (Silva, 2003).

Ora, sabemos que, no Brasil, duas características muito importantes particularizam essas dimensões do processo de transição: a escolar e a profissional. Em primeiro lugar, os indivíduos ingressam muito cedo no trabalho, o que torna as trajetórias ocupacional e escolar largamente conviventes para a maioria dos adolescentes e jovens – e por que não dizer, em muitos casos, também para as crianças. Em segundo lugar, só muito recentemente crescem os níveis de escolarização. Apenas no curso dos anos 1990, consolida-se a universalização do ensino básico e, no final dessa mesma década, ocorre uma expansão significativa do acesso ao ensino de nível médio. Dessa forma, o ingresso no mercado de trabalho – momento decisivo no processo de transição para a vida adulta – não apenas parece antecipado pelo engajamento laboral de crianças e adolescentes, como apresenta uma importante defasagem com respeito ao alvo de aquisição de credenciais escolares adequadas.

O efeito dessas particularidades que nos especificam torna-se crítico na conjuntura atual, quando os nossos grandes mercados urbanos de trabalho parecem estruturados de forma a ameaçar os trabalhadores jovens com a reprodução duradoura da instabilidade dos empregos precários e da recorrência do desemprego.

Longe de se afigurarem como tormentos da inserção "juvenil" a serem ultrapassados com a maturidade profissional, esses riscos estão presentes na ordem do dia do mercado de trabalho também para grande parte dos adultos. Diante disso, vale indagar, o que se revela como sendo "próprio dos jovens", no que concerne ao seu modo de inserção no mercado de trabalho no Brasil dos dias de hoje?

Para enfrentar o tema, procurarei, ao longo deste capítulo, dialogar com tipos e níveis de informação diversos. Por um lado, serão mobilizados dados de natureza mais geral. Alguns deles, de tipo sociodemográfico, permitirão inferir sobre mudanças estruturais em curso nas últimas décadas e que parecem conduzir a novos padrões de transição em direção ao ingresso no trabalho no que concerne aos jovens brasileiros. Outras informações, de natureza atitudinal, deixarão entrever o que pensam os jovens brasileiros que hoje vivem esse novo padrão de inserção, as atitudes que expressam com respeito ao trabalho e as expectativas que nutrem sobre as suas chances de inserção profissional.

Por outro lado, recorrerei a informações de natureza mais particular, sobre a realidade do maior mercado metropolitano de trabalho no Brasil, o de São Paulo, de modo a focalizar trajetórias e mecanismos que dão concretude a essas experiências. Por meio de um *survey* retrospectivo, realizado em 2001,[1] serão apontados alguns resultados intrigantes com respeito às trajetórias de jovens, *vis-à-vis* às dos adultos, naquela metrópole.

O leitor poderá estranhar a escolha da região metropolitana de São Paulo (RMSP) como foco de interesse para o desenvolvimento do argumento. Por certo, trata-se de um contexto social bastante particular, e nem de longe pretende-se argüir a possibilidade de usar tais dados para inferir sobre a realidade do país. Todavia, é justamente a sua particularidade que a faz atraente para este tema. Isso porque, como será visto no curso do capítulo, os anos 1990 atingem a RMSP de modo especialmente intenso por colocarem em xeque um modelo de crescimento que, no Brasil, a teve como arauto. Nesse movimento de mudança na dinâmica econômica, foram notáveis os impactos sobre as oportunidades ocupacionais e as chances de inserção, inclusive de jovens, no trabalho.

O capítulo procurará enfrentar o desafio do tema estruturando-se em três seções, incluindo esta introdução. Na segunda, serão sistematizadas algumas informações relevantes para especificar o modo como a transição ao trabalho se dá no momento atual, aproveitando para localizar a especificidade dos processos que

1. Trata-se do *survey* retrospectivo Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – Mobilidade Ocupacional levado a campo pelo CEM, envolvendo USP, Cebrap e Fundação Seade, e com apoio da Fapesp/Programa Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid), que será descrito em maior detalhe adiante.

têm lugar no nosso mercado de trabalho e que afetam de modo particular a geração que a ele aflui, mais recentemente, em busca de emprego. Expectativas oriundas do debate teórico serão confrontadas seja com dados mais gerais sobre as mudanças nos padrões de transição no Brasil, seja com achados de recente pesquisa com respeito ao que pensam os jovens brasileiros sobre o acesso ao trabalho.

Na terceira seção, serão comparadas trajetórias de jovens e adultos identificadas no *survey* conduzido em São Paulo. Buscou-se analisar os resultados dessas transições tal como os mesmos se expressam em padrões de percursos no mercado, controlando variáveis que parecem ser importantes para entendê-los, como a faixa de idade e a renda familiar desses trabalhadores.

2 A TRANSIÇÃO À VIDA ADULTA: EXPECTATIVAS GERAIS E PARTICULARIDADES DE UM MERCADO DE TRABALHO SOB INTENSA REESTRUTURAÇÃO

Muita tinta acadêmica foi produzida ao redor do entendimento analítico acerca do elo entre "juventude" e "trabalho".[2] A primeira grande convergência intelectual a respeito aponta para o reconhecimento de que se trata de um elo socialmente construído. Claude Dubar, refletindo sobre o caso francês, chamou argutamente a atenção para que, por exemplo:

> O "dever de inserir-se" na tentativa de encontrar um trabalho, uma vez finda a escola ou a universidade, não é de modo algum um "dado" natural que tenha sempre existido. Ao contrário, é uma exigência relativamente recente, na França como alhures. Mesmo a palavra "inserção" (tanto quanto transição, empregada em outras realidades) é utilizada nesse sentido há pouco tempo, o mesmo acontecendo com a questão da "inserção dos jovens" que só se tornou um "problema social" e um objeto de políticas públicas, na França, há não mais que um quarto de século aproximadamente.

De fato, e ainda pensando com o caso francês, foi somente no final do século XIX que ganhou sentido social a idéia de uma passagem entre dois estados – de "aluno" para "trabalhador". Isso porque só então foi institucionalizada, naquele país, a legislação da escolarização obrigatória para todos. Antes disso, os filhos de camponeses, operários e artesãos estavam regularmente ocupados, em diferentes ambientes produtivos, desde a mais tenra idade; não por acaso, Dubar sublinha, foi somente no século XX que, uma vez universalizada a escolarização obrigatória, teve lugar a interdição dessa atividade ocupacional regular. Somente após tal feito é que se tornava cabível um uso socialmente significativo para a idéia de transição

2. Em outra oportunidade (Guimarães, 2005) tratei mais sistematicamente do tema, aqui apenas introdutoriamente colocado.

da escola ao trabalho, porque aplicada, desde então, a uma grande massa de jovens de uma mesma geração, independentemente da sua origem social.

Deslocando a atenção meio século adiante, no período do intenso crescimento capitalista do pós-Guerra e de constituição dos estados de bem-estar, a passagem da escola ao emprego se efetuava, para a grande maioria dos jovens, de modo quase imediato; uma sorte de "passagem pré-programada", no dizer de Dubar. Tal automatismo retirava qualquer pertinência histórica à própria categoria "inserção". E não apenas porque os empregos se expandiam, mas porque prevalecia uma estreita correspondência entre os níveis e gradações do sistema de ensino e os níveis e gradações do sistema de classificação das qualificações em vigor no sistema de emprego. A França configuraria um dos mais claros exemplos do que Maurice, Sellier e Silvestre (1982) haviam denominado como um tipo virtuoso de "efeito societal", que articulava o modo de prover a formação da mão-de-obra (no sistema educativo), o de organizar o uso do trabalho (no sistema produtivo) e o de regular e negociar as relações de trabalho (no sistema de relações industriais).

Entretanto, as gerações que terminaram a formação escolar no curso dos anos 1970 deixam de vivenciar a segurança da "passagem pré-programada" e enfrentam uma situação de "inserção aleatória" (para seguir usando os termos de Dubar), no momento em que se alteram três condições importantes do sistema de emprego (já assinaladas por Giddens, 1998): rompe-se a equiparação entre trabalho e emprego remunerado (vigente no contexto patriarcal do "pleno emprego masculino" do pós-Guerra); cai por terra o modelo do trabalhador permanente e contratado a tempo completo (multiplicando-se as formas alternativas de relação de trabalho, como tempo parcial, auto-emprego, trabalho no domicílio, entre outros); e saem de cena os contratos de longa duração, em que o vínculo empregatício "casa" o trabalhador a um mesmo empregador por toda (ou quase toda) a sua vida produtiva – de sorte que o emprego deixa de ser uma salvaguarda para o desemprego. Assim, as mudanças no conteúdo do trabalho e a veloz obsolescência de competências no contexto das sociedades de informação (Castells, 1996) afetam igualmente as chances das carreiras sólidas que se constituíam duradouramente por toda vida ocupacional.

Tornado, assim, "objetivamente disforme" (nos termos de Offe, 1989) ou "despadronizado" (no dizer de Beck, 1992, que cunha a expressão *destandardization of labor*), o trabalho – ou a inserção no trabalho, para seguir nos termos precedentes – passa a carecer de rumo predeterminável, adquirindo um sentido algo caótico, com intensas transições entre situações ocupacionais, já que as trajetórias profissionais não são mais previsíveis a partir de mecanismos de regulação socialmente

institucionalizados. A individualização decorrente põe nos ombros do trabalhador, jovem ou adulto, a responsabilidade de enfrentar todas as incertezas e novos riscos, enquanto gerenciador solitário do seu próprio percurso (Beck; Beck-Gernsheim, 2002).

É certo que, na contramão do entendimento dominante, uma parte da literatura argüía que, mesmo ao longo dos assim chamados "Trinta Anos Gloriosos" (entre o pós-Guerra e o final da década de 1970), nem tudo eram flores para os jovens. De fato, a incerteza que hoje contamina as trajetórias profissionais dos trabalhadores "maduros" era destacada, desde então, como uma característica dos percursos ditos "juvenis", tanto nos momentos de auge como nos de retração cíclica da oferta de empregos.

Na condição de "recém-chegados" ao mercado de trabalho, normalmente eximidos da responsabilidade da chefia do grupo familiar (e da função de provedor que a ela se associa), os jovens expressavam uma grande rotatividade (não apenas entre as situações de emprego e desemprego, mas entre as de atividade e inatividade), na busca do "emprego certo". Todavia, conforme esse diagnóstico formulado já ao final dos anos 1970, tal dinâmica de intensa transição ocupacional (associada ao chamado desemprego juvenil), tendia a se tornar menos freqüente na medida em que se atingia a idade adulta (Ocde, 1980).

No novo contexto de precarização de vínculos e de crescimento do desemprego de longa duração, autores destacados (como Gorz, 1997; ou Castel, 2001) sugeriram que os jovens passaram a desenvolver uma relação específica com o trabalho. Ante a intensidade da incerteza e transitoriedade dos contratos, que fez do desemprego juvenil o principal componente do recente fenômeno do chamado "desemprego de massa", os jovens teriam reagido antecipando uma mutação cultural que estaria (para o conjunto da sociedade) apenas prenunciada enquanto horizonte. Antecipando o fim da centralidade do trabalho, assumiram a condição de "exilados do trabalho", como os qualifica Gorz, antes mesmo que essa mutação se impusesse de modo socialmente mais amplo.[3]

Em resumo, estava criado o paradoxo entre um destino (ainda) socialmente esperado – que codificava a passagem à vida adulta como um movimento que, começando na família, estendia-se à escola e culminava com a inserção no mercado de trabalho e com a participação política – e as suas (escassas) chances de realização para parcela não-desprezível das novas gerações. Essa parece ser uma segunda convergência intelectual importante nesse campo.

3. Argumentos como esse mostram como os nexos entre experiências e representações, e entre estas e os modos de agir, passaram a ser importantes para as ilações teóricas sobre juventude, trabalho e exercício da cidadania.

Essa literatura, fortemente devedora dos debates da sociologia do trabalho, compartilha sua perplexidade com as abordagens que tomam como inspiração a perspectiva do ciclo de vida. Nelas, "a transição da escola ao trabalho é parte fundamental do processo de autonomização que leva desde a dependência completa dos pais, na primeira infância, à assunção plena dos papéis sociais de adulto" (Hasenbalg, 2003). Entretanto, a forma como o mercado de trabalho vem se reestruturando põe em risco tal movimento de autonomização de *status*, central no ciclo de vida. Somente se desligando progressivamente da família, o jovem adquiriria um *status* social próprio, possibilitado justamente pelo acesso ao trabalho regular e ao rendimento dele decorrente, que lhe dariam as condições para se tornar um provedor autônomo da própria sobrevivência e do grupo familiar que viria a constituir (Silva, 2003).

É certo que parte da reflexão acadêmica já destacara a importância explicativa do modo pelo qual se institucionaliza o sistema escolar e como este se relaciona com o mercado de trabalho. A facilidade da transição escola-trabalho dependeria, então, não apenas de características do indivíduo, ou da estrutura e funcionamento do mercado de trabalho, mas também, e em grande medida, do modo como estão organizados os sistemas educativos nas diferentes sociedades. Modelos que promovem a formação específica, técnica, com terminalidade, são um caminho possível e permitem um tipo de engajamento profissional que provavelmente diferirá em muito de modelos de sistemas escolares que almejam dotar os jovens de uma formação generalista, a ser completada fora da escola, por novos diplomas específicos ou com o treinamento no posto de trabalho. Esse é um fator de primeira hora para se entender a diversidade das formas de transição em sociedades distintas e talvez possa se constituir numa terceira convergência analítica importante nesse campo (Rosenbaum; Kariya, 1989; Kerckhoff, 1990).

Shavit e Müller (1998) sistematizaram a reflexão sobre essas duas grandes vias de institucionalização. A primeira delas estaria voltada para assegurar educação dirigida a habilidades específicas, do tipo técnico-profissionalizante, cunhando nos seus egressos pretensão e identidades profissionais, até porque se sustentaria numa estreita relação entre escola e empresa. A arquitetura institucional alemã parece se aproximar desse primeiro modelo típico, no qual as coortes ingressantes no mercado de trabalho apresentam sempre uma elevada presença de indivíduos egressos do sistema vocacional, que se direcionam para os empregos qualificados de tipo manual, enquanto o circuito universitário acolhe apenas a elite de melhor desempenho. Diferentemente dessa, uma segunda modalidade típica enfatizaria as habilidades acadêmicas gerais. Nela os vínculos entre escola e trabalho seriam mais fracos e o treinamento profissional – muitas vezes *on the job*, mas certamente

pós-escolarização formal – faria a ponte propiciadora da inclusão. Os Estados Unidos são referidos por esses autores como exemplo típico desse segundo modelo, do qual parecemos nos aproximar. Assim sendo, variando o modo de institucionalização do sistema escolar, a forma de inserção em (e de pressão sobre) postos de trabalho pode também variar significativamente.

No modelo generalista, ao qual parecemos estar engajados no Brasil, os empregadores vêem nas credenciais escolares pistas quanto aos seus prováveis custos adicionais de incorporação do trabalhador (dados os treinamentos suplementares requeridos, a socialização complementar porventura necessária etc.), e não exclusivamente os indicadores das suas qualificações específicas. Portanto, tais credenciais servem antes para ordenar as filas de demandantes de trabalho, os quais são, por isso mesmo, instigados a adquirir (sempre e mais) formação complementar; pois só assim podem alterar sua posição na disputa por postos de trabalho. Os efeitos perversos de sobreoferta de titulados e de desvalorização de credenciais, bem como de deterioração das chances para os menos educados são sentidos nesse tipo de modelo (Shavit; Müller, 1998), e os sentimos entre nós (Hasenbalg, 2003).

Uma quarta (e última) convergência diz respeito à suposta idéia de que o ingresso no mercado de trabalho segue-se à finalização de certa formação escolar, considerada socialmente mínima e, por isso mesmo, adquirida de modo compulsório. Ora, nem de longe é esse o caso no Brasil (Barros; Mendonça; Velazco, 1994; Corseuil; Santos; Foguel, 2001). Hasenbalg (2003), em estudo mais recente, chama a atenção – e sistematiza informações instigantes – quanto a duas especificidades brasileiras: o acesso muito precoce ao trabalho e, conseqüentemente, a persistente superposição entre escola e trabalho. Essas características afetam o modo de colocar-se o tema da transição, já que o ingresso precoce na atividade ocupacional põe por terra o elo esperado entre inserção profissional e transição à vida adulta, evidenciando a sobreposição entre fenômenos que se costumava entender como contíguos.

De fato, refletindo sobre as escolhas entre estudo e trabalho feitas por crianças e adolescentes brasileiros de 10 a 19 anos, Hasenbalg observa três momentos (1981, 1990 e 1999), à luz da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), concluindo que não apenas se verifica uma tendência à universalização do acesso à escola nas faixas etárias mais jovens,[4] mas que os aumentos mais céleres ocorreram justamente na faixa de idade dos 15 aos 19 anos, testemunhando a melhoria na

4. O autor documenta que, na faixa dos que têm até 13 ou 14 anos, as proporções dos que estão na escola ultrapassam sistematicamente os 90% se observadas em 1999, marco final do período analisado.

capacidade de retenção do sistema escolar. Entretanto, é também aí que se localiza o grupo dos jovens que mais trabalham.

Ainda segundo o autor, se a vigorosa expansão educacional dos anos 1990 reduziu a proporção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho – e o fez para todas as idades –, não devemos perder de vista que o crescimento das taxas de desemprego e a queda na qualidade dos postos de trabalho, processos concomitantes, também são fatores que podem explicar tal redução. Ainda com os dados da Pnad, vemos que, se a crise dos anos 1980 duplicou a taxa de desemprego dos que estavam na faixa dos 15 aos 19 anos, entre 1990 e 1999 essa taxa triplica, alcançando a casa dos dois dígitos. Mais séria ainda (Hasenbalg, 2003, p. 153) é a constatação de que a maioria dos jovens de 15 a 19 anos atraídos para o mercado de trabalho sequer logrou completar os oito anos de escolaridade mínima obrigatória.

Comparando a dedicação ao estudo e ao trabalho, Hasenbalg afirma que a proporção de crianças e adolescentes exclusivamente concentrados na formação escolar decresce sistematicamente com a idade; entretanto, essa queda é ainda mais acelerada a partir dos 15 anos, apesar dos ganhos de retenção do sistema escolar a que havíamos feito referência. Complementarmente, aumenta, para todas as idades, o contingente daqueles que estudam e trabalham. O preocupante é que esses jovens completam menos anos de estudos e apresentam maior atraso escolar em relação aos que se dedicam exclusivamente a estudar. Em compensação, nos 20 anos observados, minguou o grupo daqueles que, tendo ingressado precocemente no mercado de trabalho, abandonaram a escola. Essa significativa redução, mesmo entre os adolescentes, favorece o argumento de ampliação da capacidade de inclusão do sistema escolar. No entanto, deve-se assinalar que rapazes e moças participavam diferenciadamente desse contingente: em 1981, nada menos que 2/3 do grupo eram formados por garotas, insuladas no trabalho doméstico. Esse quadro muda ao longo dos anos subseqüentes, seja pelo prolongamento mais notável da escolaridade feminina, seja pelo ingresso de meninas no mercado, de sorte que, em 1999, os rapazes já representavam perto de 53% do contingente dos que nem estudavam e nem estavam trabalhando (Hasenbalg, 2003, p. 155). Nos dados coligidos por Hasenbalg, para os 20 anos compreendidos entre 1981 e 1999, é ainda notório o elo existente entre, por um lado, essas distintas formas de combinar trabalho e estudo e, por outro, a posição e os recursos familiares no sistema de estratificação social.

Esse conjunto de evidências reitera a importância de entender-se a transição como um processo aberto, sem um direcionamento ou caminho preestabelecidos, que comporta padrões múltiplos quanto às formas de passagem entre as suas várias

dimensões constitutivas. No que se refere ao engajamento no trabalho, esses padrões, como vimos, variam entre sociedades num mesmo momento de tempo e entre grupos sociais numa mesma sociedade.

Mas eles também variam entre gerações numa mesma sociedade. Os dados de Hasenbalg já citados são em muitos aspectos convergentes com os achados apresentados por Camarano, Mello e Kanso, no capítulo 2 deste livro, notadamente ilustrados nos seus gráficos 1, 2, 9 e 10. Neles as autoras acompanham os eventos ao longo do ciclo da vida, delimitando fases, temporalidades e seqüências a partir da observação de homens e mulheres flagrados em dois momentos, 1980 e 2000; para isso, usam dados dos censos demográficos. Retorno a esses dados para comparar o *timing* do movimento entre os eventos, com foco no momento da transição de ingresso ao trabalho.

De imediato, observa-se que rapazes e moças vivem, no Brasil, padrões de transição ao trabalho que os diferenciam fortemente entre si, confirmando a literatura no tema e reiterando os achados de Hasenbalg. Assim, sabemos que os primeiros se inserem mais precocemente que as últimas. O interessante a ressaltar, a partir dos achados de Camarano, Mello e Kanso, é que, enquanto para as moças o momento de maior inflexão na curva de crescimento da atividade econômica coexiste com outros importantes eventos na transição para a vida adulta (como são a constituição do domicílio e a maternidade), entre os rapazes é mais largo o hiato de tempo que separa o momento em que se atinge mais intensa atividade no mercado de trabalho e o momento em que se decide casar ou estabelecer residência própria.

Todavia – e novamente com apoio nos dados proporcionados pelo capítulo 2 – a geração dos jovens brasileiros flagrados pelo Censo de 2000 mostra importantes diferenças na temporalidade dos seus eventos, se comparada à geração dos que foram flagrados pelo Censo de 1980. Assim, entre as jovens interrogadas pelo Censo de 1980 e aquelas flagradas pelo de 2000, parecem evidenciar-se sinais de uma transição um pouco mais tardia ao mercado de trabalho, que se sustenta num significativo ganho educacional, expresso no crescimento do tempo de permanência na escola. Ademais, nota-se a intensificação do ingresso no trabalho das jovens de 15 a 19 anos. Também se destaca a permanência feminina na atividade econômica, num movimento ainda mais significativo por ocorrer naquelas idades em que elas já constituíram domicílio próprio e/ou iniciaram a carreira reprodutiva.

Entre os rapazes, são igualmente importantes as mudanças que diferenciam as gerações que faziam a transição de ingresso ao trabalho nos anos 1980 ou duas décadas depois, em 2000. Como entre as moças, há um significativo ganho educacional, expresso tanto no tempo de permanência na escola, como no número de

garotos, adolescentes e jovens que nela se mantêm. Por isso mesmo, entre eles, a transição escola/trabalho parece fazer-se, nos anos 2000, com um pouco mais de idade e maior capital escolar. Apesar disso permanece, para os rapazes, o hiato de tempo importante entre esse movimento de entrada no trabalho e aquele outro de constituição de domicílio independente e de formação de família. A novidade indesejada verificada nos anos 2000 concerne à convivência extemporânea entre saída do mercado de trabalho e saída do ciclo da vida que, como veremos no capítulo 10 deste livro, se associa à morte por causas externas, na maioria das vezes violentas.

Essa pluralidade de caminhos de ingresso no trabalho, típica dos processos abertos, é a pista para o entendimento das diferenças na dinâmica dos eventos do ciclo da vida, que particulariza grupos de jovens no interior de uma mesma sociedade, e que certamente está também ligada a características de classe, regionais e étnico-raciais, além das diferenças de sexo já sublinhadas. Perscrutar tais diferenças corresponde, por certo, a um caminho de inegável valor heurístico para dar sustentação à noção de "juventudes", notadamente pelo que essa pode sugerir quanto a modos de viver e de representar o vivido. Senão vejamos.

Analisando dados de pesquisa atitudinal realizada em 2003 com amostra representativa dos jovens brasileiros,[5] pude observar (Guimarães, 2005) que, contrariamente ao que poderia esperar certa literatura sociológica mais recente, o trabalho constituía elemento-chave nas percepções dos jovens então entrevistados. Longe de estar se tornando "subjetivamente periférico", ao tempo em que se mostrava "objetivamente disforme" (para usar as provocativas palavras de Offe), 1989, p. 17), o trabalho – ou, mais precisamente, a ausência dele – parecia ser um elemento importante a organizar o imaginário da juventude brasileira.

Por certo, tal importância não se expressava de forma unívoca. Desse modo, se tomássemos o plano normativo e considerássemos os jovens que entendiam a "dedicação ao trabalho" como o mais importante valor a preservar, eles eram um grupo claramente minoritário (6%).[6] Entretanto, não deixava de ser muito interessante a homogeneidade do seu perfil: assim pensavam os que tinham ou haviam tido trabalho regular (notadamente formal); os rapazes, principalmente na faixa de 18 a 20 anos; e sobretudo os jovens mais escolarizados (com educação superior).

---

5. Trata-se do *survey* intitulado *Perfil da Juventude Brasileira*, patrocinado pela Fundação Perseu Abramo que entrevistou, entre 22 de novembro e 8 de dezembro de 2003, uma amostra de 3.501 jovens, com idades variando entre 15 e 24 anos, distribuídos em 198 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e em tercis de porte (pequenos, médios e grandes), contemplando 25 estados da União. Dados dessa pesquisa estão apresentados em detalhe e sob diversos pontos de vista em Abramo e Branco (2005).

6. O pequeno número (6%) deve ser tomado em seu contexto: as respostas com maior adesão apontavam para a importância de valores religiosos, expressos sob a forma do "temor a Deus" (mais recorrente) ou da "religiosidade" que, juntos, perfaziam 27% das respostas.

Todavia, quando interpelados com respeito a suas preocupações e interesses, aí sim o trabalho passava ao centro da cena. Ele se destacava entre os assuntos atuais de maior importância para a juventude brasileira (17% colocaram-no em primeiro lugar, ombreando com a "educação"). Estava também entre os problemas que mais os preocupavam (26% das respostas, dividindo o primeiro lugar com os problemas ligados à "segurança"). Reaparecia entre as urgências que nossos jovens resolveriam, na própria vida ou no mundo atual, se lhes fosse dada a capacidade de fazê-lo "num passe de mágica" (o trabalho era a terceira mais importante, com 12% das indicações, atrás apenas da "violência" e da "miséria"). E, finalmente, lá estava novamente citado entre os problemas atuais mais importantes que, segundo os entrevistados, afligiam o Brasil: o "desemprego" mostrou-se o desafio número um para a nação, campeão em importância na agenda, com 30% das respostas dos jovens. Não creio que seja descabido interpretar "a nação" como uma espécie de "eu generalizado" no qual se espelhava (e por meio do qual se exprimia) a angústia de cada um. Não sem razão 75% dos jovens alcançados pela pesquisa se disseram "muito preocupados" por haver um grande risco de caírem no desemprego.[7]

Isso me levou a arriscar a hipótese de que, na configuração flagrada pelas respostas obtidas naquela oportunidade,

> [...] a centralidade do trabalho para os jovens não advém dominantemente do seu significado ético (ainda que ele não deva ser de todo descartado), mas resulta da sua urgência enquanto problema; ou seja, o sentido do trabalho seria antes o de uma demanda a satisfazer que o de um valor a cultivar [...]. Diria que é, sobretudo, enquanto um fator de risco, instabilizador das formas de inserção social e do padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, como necessidade no coração da agenda, para uma parcela significativa da juventude brasileira. Ou, de outra forma, é por sua ausência, por sua falta, pelo não-trabalho, pelo desemprego, que o mesmo se destaca (Guimarães, 2005, p. 156).

Todavia, tão interessante quanto o achado que parece apontar para uma hipótese de convergência, de senso comum partilhado por esses jovens brasileiros, é igualmente promissor focar a atenção em fontes explicativas da variada força da vigência desses entendimentos, entre grupos sociais, a qual está também aparente nos resultados da pesquisa. Essa dispersão dá a pista para intuirmos a diversidade das experiências vividas. Assim, os jovens desempregados e aqueles à procura de trabalho foram justamente os que mais se destacaram na ênfase com que indicavam "o emprego" como a necessidade a ser resolvida com urgência tal que só mesmo o

7. Desse modo, é eloqüente que, quando perguntados sobre qual a principal urgência a enfrentar para "pôr o Brasil nos trilhos", o desemprego ultrapassa todas as outras indicações, até mesmo "a violência", com 30% de manifestações dos jovens ouvidos pela pesquisa.

recurso ao sobrenatural ("o passe de mágica") facultaria alcançar o desejado. Para os de maior escolaridade e rendimento, notadamente entre os rapazes, "a miséria" era o alvo a reparar, também "num passe de mágica". Já as mulheres se mobilizaram intensamente, e em quase todas as faixas de idade, por extirpar "a violência".

Entretanto, complementando a representação do trabalho como uma necessidade, percebe-se um terceiro sentido no imaginário dos jovens pesquisados em 2003: o do trabalho enquanto um direito. Quando indagados sobre "o que lhes vem à cabeça" ao se falar em cidadania, um grupo significativo de jovens remeteu à cesta dos direitos ditos "sociais" (com 21% das respostas); dentre esses, destacava-se o "direito ao trabalho, ao emprego, a ter uma profissão" (com 11% das respostas). Revelou-se curioso que os jovens com elos com o trabalho regular, isto é, com a parcela do mercado de trabalho regida por uma norma salarial, e que se beneficiavam, assim, dos direitos a ela associados, foram justamente aqueles que endereçaram o conteúdo da noção de cidadania aos direitos associados ao trabalho e ao exercício profissional. Segunda curiosidade: era igualmente significativa a distância entre a quantidade daqueles que remetiam a noção de cidadania ao direito do trabalho e aqueles que a associavam a outros direitos sociais, também importantes para os jovens, como educação, moradia, saúde, alimentação etc.

Interpelados, enquanto cidadãos, sobre aquele direito que gostariam de ver atendidos em primeiro lugar, novamente os jovens destacaram os direitos sociais (agora em primeiro lugar, com 38% das respostas). E, dentre esses, outra vez em primeiro plano, o direito ao trabalho (com 15% das respostas). Mais uma vez os que estavam trabalhando (15%), notadamente no mercado formal (18%), ou os desempregados que já trabalharam (15%), e especialmente em empregos formais (15%), foram aqueles que se reconheceram como sujeitos desse direito. Vale dizer que entre os que tinham passado pela experiência do trabalho assalariado, regular e protegido, o trabalho mostrava-se central por seu sentido de "um direito".

O conjunto de evidências até aqui alinhadas aponta para a importância, tanto macrossocial quanto individual, tanto estrutural como subjetiva, da experiência vivida pela atual geração de jovens brasileiros no que concerne ao movimento de autonomização de *status* via inserção no trabalho. Custosa, marcada por percalços, tal transição parece estar sendo desafiada por um contexto de reestruturação do mercado e das relações de trabalho, que torna o provisório e transitório ensaio e erro (da assim chamada busca "juvenil" por uma adequada inserção) uma sorte de fado generalizado e de inquietante duração. Retomando os dizeres de Beck (1992) ou de Beck e Beck-Gernsheim (2002), num contexto de crescente "despadronização", o decorrente movimento de "individualização" tem transferido ao trabalhador a

responsabilidade de encarar as crescentes incertezas e riscos, tornando-o um gerenciador do próprio percurso. Ora, quando o curso da vida ocupacional periga replicar, num moto perpétuo, as recorrentes transições da juventude, qual a diferença entre trajetórias de jovens e de não-jovens?

A seguir, serão explorados indícios das trajetórias de jovens em busca de emprego, abordando dados de recente pesquisa que conduzimos na RMSP, maior mercado metropolitano brasileiro e, como todas as metrópoles, território do desemprego e das incertezas no mercado de trabalho. Por isso mesmo, um lócus privilegiado para observar e conjeturar sobre algumas das questões deixadas na reflexão antecedente.

3 TRAJETÓRIAS E TRANSIÇÕES OCUPACIONAIS: QUANDO JOVENS E ADULTOS SE DEFRONTAM COM O DESEMPREGO RECORRENTE

São Paulo bem tipifica momentos decisivos às mudanças sociais vividas no Brasil a partir da segunda metade do século passado. A sua configuração atual de maior metrópole brasileira consolidou-se graças à dinâmica econômica e ocupacional do pós-Guerra, que deslanchou um célere processo de urbanização, escudado no intenso crescimento da atividade industrial, na ampliação das oportunidades ocupacionais em base ao trabalho assalariado, que recolhia e incluía significativa massa de recém-chegados ao mercado, fossem eles nativos ou provindos de outras regiões (do país ou de fora dele), não importando a condição de sexo, étnico-racial ou de idade. Foram tempos regidos por um dinamismo econômico pautado na inclusão social pela via do mercado de trabalho.

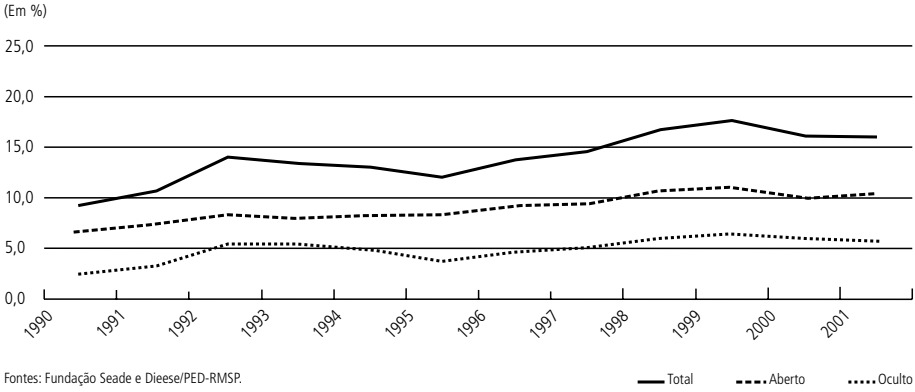
Silva (2003), Scalon (1999), Pastore e Silva (2000), Hasenbalg e Silva (2003), Costa-Ribeiro (2002) e todos os demais sociólogos que se debruçaram sobre as mudanças na estrutura social brasileira ocorridas ao longo do século passado, são unânimes em apontar para o fato de que a fluidez então apresentada pelo sistema de estratificação adveio do efeito desse intenso processo de urbanização. Ele propiciou um tipo de mobilidade social fundado na integração de importantes contingentes populacionais às formas de atividade produtiva que se exerciam no espaço público e urbano. Por certo, e como muito bem o demonstraram os estudos de Amadeo et al. (1993), Dedecca e Brandão (1993), Dedecca e Montagner (1993) e Urani (1995), tal integração se fazia sob a égide de um padrão de uso extensivo e flexível do trabalho, que se tornava especialmente visível nas conjunturas de crise e refluxo da atividade econômica, quando a possibilidade de regulação via oferta de força de trabalho (volume de emprego e massa de rendimentos) mostrava toda virtualidade.

Os anos 1990 foram um momento de inflexão. Disso deram testemunho tanto os estudos socioeconômicos sobre reorganização da atividade produtiva e

das formas de uso do trabalho (Cardoso, 2002; Guimarães, 2004), quanto as análises sociodemográficas sobre estrutura e mobilidade sociais (Pastore; Silva, 2000; Hasenbalg; Silva, 2003). Essa inflexão tem como seus indicadores mais sensíveis as condições de operação do mercado de trabalho e notadamente o movimento do desemprego (Comin, 2003; Montali, 2004); tais indicadores mostram-se mais desconcertantes quando fixamos a atenção naquelas metrópoles que mais haviam se beneficiado do padrão anterior (Dedecca; Montagner; Brandão, 1993). Por certo, São Paulo se constitui na mais destacável dentre elas, exatamente pela expansão umbilicalmente aderida ao modelo de crescimento que foi posto em xeque com as mudanças macroeconômicas e microorganizacionais que se condensaram a partir dos anos 1990. Com efeito, essa região metropolitana concentrou o comando sobre o coração da indústria, que se reestruturava *pari passu* com os novos padrões de inovação e de competitividade associados à integração a cadeias produtivas globalizadas, conseqüente à "abertura econômica" do início daquela década .

Ao longo desse período, os novos investimentos mudaram a geografia industrial brasileira, desconcentrando ativos, ao tempo em que consolidaram e modernizaram antigas plantas no *brownfield* paulistano, exorcizando o fantasma da desindustrialização (Matteo; Tapia, 2003). Mas o efeito devastador sobre o emprego fez-se nítido justamente ali onde ele fora mais importante. Dois indicadores dão disso um sinal eloqüente: a evolução, ao longo dos anos 1990, das taxas de desemprego (gráfico 1) e do tempo de procura de trabalho (gráfico 2), que ilustro aqui na forma como medidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), inquérito amostral realizado mensalmente na RMSP.

GRÁFICO 1
São Paulo: evolução da taxa de desemprego – anos 1990



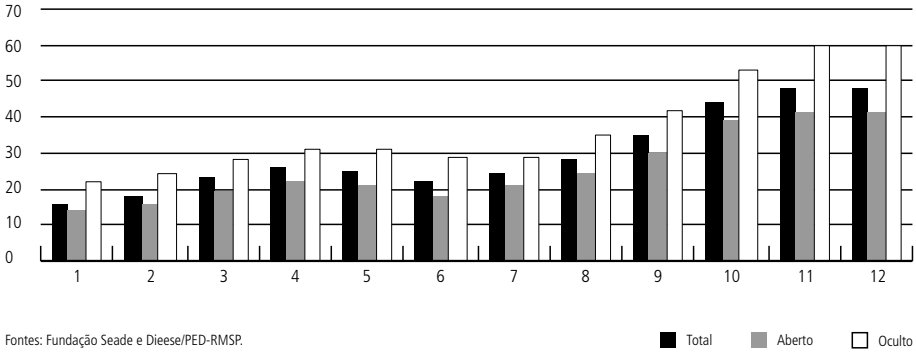
Fontes: Fundação Seade e Dieese/PED-RMSP.

A taxa de desemprego em São Paulo, como nas demais metrópoles, galga e consolida-se num novo patamar no curso desta década. Variando a metodologia varia o valor da taxa; não obstante, a mudança de padrão (e isso é o que importa aqui) fica transparente qualquer que seja a forma de captura da informação: o desemprego passa a apresentar uma tendência ao sistemático crescimento, mesmo se o nível de emprego ainda responde fracamente ao movimento cíclico da atividade econômica. Sistemático, mas seletivo: por sexo (atingindo fortemente as mulheres), idade (os jovens e os mais maduros) e posição na família (especialmente os cônjuges femininos).

E se observarmos a evolução não apenas das taxas (como no gráfico 1), mas do ritmo de crescimento destas, a forma de desemprego que mais cresce é justamente a que se oculta no trabalho precário, vale dizer, aquela que se localiza na tênue fronteira entre ocupação e desemprego. Significativamente, ela é também a que se mostra mais sensível ao movimento cíclico da atividade econômica.

Nesse contexto, a procura de trabalho também se torna mais árdua, alongando-se o tempo a ela dedicado (gráfico 2), que novamente se mostra mais intenso entre os indivíduos classificados como em desemprego oculto por alguma forma de trabalho precário.

GRÁFICO 2
São Paulo: evolução do tempo de procura de trabalho – anos 1990
(Em semanas)



Fontes: Fundação Seade e Dieese/PED-RMSP.

As nossas indagações de pesquisa formuladas no alvorecer dos anos 2000 procuraram explorar os processos correlatos a esses dois achados, a saber: quando o tempo de desemprego se alonga e a procura se torna mais árdua, num contexto em que as transições entre ocupação e desocupação ou entre trabalho regular e

trabalho precário pareciam se intensificar, que dizer das trajetórias que perfaziam os indivíduos nesse mercado em mudança? Que se passava com os padrões de transição entre situações no mercado de trabalho? Poder-se-ia inferir padrões de trajetória típicos de grupos sociais específicos? Qual o peso dos indivíduos que permanecem duradouramente desempregados? Quem são eles?

Para enfrentar tais indagações fez-se mister explorar novas metodologias de tipo longitudinal. Por isso, um questionário suplementar foi concebido e integrado à PED, de modo a investigar eventos no mercado de trabalho de uma mesma amostra representativa dos indivíduos em idade ativa na RMSP. O levantamento foi a campo entre abril e dezembro de 2001 e pesquisou cerca de 27 mil domicílios, gerando uma base de informações sobre 53.170 indivíduos com 16 anos e mais, limite de idade justificável pela retroação que recobria eventos ocupacionais a partir do ano de 1994 (tomando-se o Plano Real como referência para melhor organizar a memória dos respondentes).[8] A cada um dos entrevistados, indagou-se sobre uma seqüência de eventos ocupacionais que poderia caracterizar o seu percurso recente no mercado paulistano de trabalho: esses eventos foram descritos e localizados no tempo, de sorte que para cada entrevistado foi possível recompor um calendário mensal para dar conta da sua situação *vis-à-vis* o mercado de trabalho durante o período 1994-2001.[9]

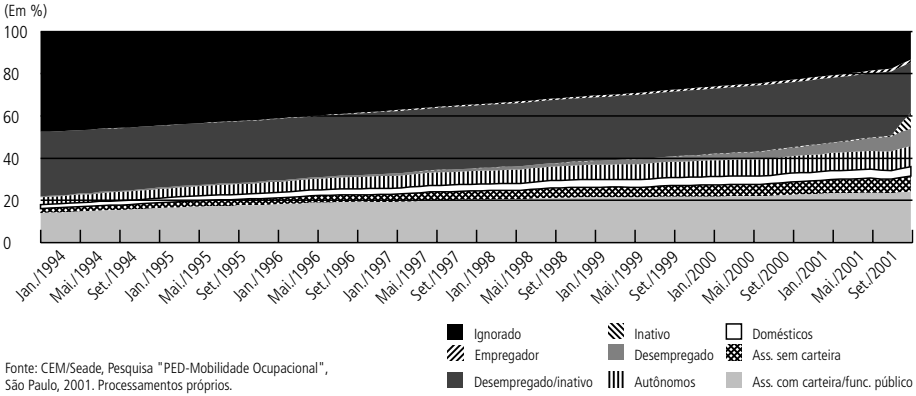
Esse rico material empírico foi inicialmente explorado de modo a inferir padrões de trajetórias mais típicas dos paulistanos no mercado de trabalho (Guimarães, 2003, 2004). Retomo aqui, e de modo muito breve, os principais achados, de modo a documentar a primeira parte do argumento que sustenta a reflexão nesta seção, a saber: tal como estruturado, o mercado de trabalho paulistano parecia generalizar, para a maioria significativa dos indivíduos ativos que nele se localizavam, o que se esperaria como característica dos jovens, ou seja, um trânsito intenso entre situações ocupacionais. Esse fazer e refazer de vínculos seria, por certo, mais próprio a quem perscruta as condições de inserção no trabalho que aos que carecem mantê-la compulsoriamente. O gráfico 3 sintetiza os primeiros resultados encontrados para o conjunto dos ativos na RMSP.

---

8. Os entrevistados tinham a seguinte situação ocupacional no momento da coleta: 28.189 deles estavam ocupados, 6.627 desempregados e 18.354 inativos.

9. Assim, os ocupados descreveram, localizando no tempo, a ocupação atual, a anterior e a precedente a esta considerada por eles como a mais importante para descrever os oito anos contados a partir de 1994; os que se encontravam desempregados ou na inatividade no momento da coleta descreveram a ocupação anterior à presente situação de desemprego (ou inatividade) e a que lhe fora precedente e que fosse por ele considerada a mais importante para melhor descrever o período. Mecanismos de procura habitualmente utilizados, formas de acesso à ocupação que se mostraram efetivas e dificuldades encontradas para obter trabalho foram também investigados, além, naturalmente, de todas as questões de *background*, individual e familiar, que compõem o questionário básico da PED. Para maiores detalhes, ver Guimarães (2006).

GRÁFICO 3
São Paulo: situação ocupacional do entrevistado entre janeiro de 1994 e abril de 2001



Fonte: CEM/Seade, Pesquisa "PED-Mobilidade Ocupacional", São Paulo, 2001. Processamentos próprios.

Neste gráfico, dois aspectos chamam a atenção:

a) A conjunção entre o assalariamento regular, com carteira assinada e direitos a ele associados (que alcança no máximo 25% dos casos), e o desemprego aberto (ao redor de 8% dos entrevistados a cada momento) deixam de fora, em média, 3/4 dos casos.[10] Já as situações "de fronteira", como aquela em que o indivíduo transita, numa "zona cinzenta", entre o desemprego e a inatividade (que sozinha alcança em média 30% dos casos) são bem mais significativas em termos numéricos.

b) O estrato denominado "ignorado" apresenta um peso destacável e, com o passar do tempo, sua importância se eleva. Que significa tal estrato? Dado que se indagara sobre apenas três eventos prévios (e não exaustivamente sobre toda a trajetória), quanto mais intensas fossem as transições ocupacionais, [11] menor seria o tempo vivido em cada situação e, por extensão, maior o risco de termos lapsos de tempo não-recobertos pela informação coletada. Ou seja, havia uma parcela importante de indivíduos para os quais era tão escassa a duração dos eventos ocupacionais que, com a informação sobre três deles, pouco se lograva recobrir da sua história ocupacional no lapso dos oito anos pesquisados, de sorte que sua situação rapidamente se tornava "ignorada". [12] Assim, a falta de informação é, ela mesma, uma pista substantivamente relevante sobre a intensidade das transições

10. Esperar-se-ia que tal conjunção (dos assalariados regulares com os desempregados abertos), por representar o cerne das condições típicas dos vendedores de trabalho num mercado capitalista, contivesse a maioria dos que se apresentavam no mercado (estando, assim, ou regularmente ocupados ou regularmente desempregados).

11. E essas eram especialmente intensas. Conforme dados da PED-RMSP, sabemos que, nesse momento, nada menos que 3/4 dos indivíduos economicamente ativos mudavam de situação no mercado paulistano de trabalho a cada 12 meses.

12. Vale ressaltar, contudo, que a base é sempre capaz de responder pela situação ocupacional da maioria dos entrevistados e, mesmo no momento mais longínquo (janeiro-março de 1994), quando a *performance* seria pior, podemos ainda localizar 53% dos respondentes.

ocupacionais a que estavam sujeitos tais indivíduos. E eles eram, como se vê no gráfico 3, parcela significativa da amostra.

Diante disso, parece ser possível afirmar que ao apresentar-se ao trabalho na metrópole paulista nos anos 1990, a maioria dos indivíduos arriscava-se a intensas transições entre situações ocupacionais, dada a recorrência com que o desemprego os atingia, fragilizando os seus vínculos empregatícios. Nesse sentido, o padrão de transição ocupacional, prevalecente poderia ser descrito por duas características principais.

Em primeiro lugar, ele se fundava, então, num tipo de mobilidade no mercado de trabalho marcada pelo "desemprego recorrente", para diferenciá-lo do fenômeno do "desemprego de longa-duração", que se manifesta com clareza (ainda que em graus distintos) em outras regiões metropolitanas mundiais, onde a institucionalização do desemprego sob sólidos regimes públicos de *welfare*, duradouros e inclusivos, facultava ao trabalhador permanecer em desemprego aberto enquanto procurava trabalho, usando, para tal, o suporte do sistema de proteção institucionalizado.[13]

Em segundo lugar, esse modelo de transição entre situações no mercado de trabalho parece contemplar – e de modo ordinário – tanto a mobilidade entre situações de ocupação e desemprego (ou seja, a que ocorre nos limites internos ao mercado, como analiticamente costumamos entendê-lo), como a mobilidade entre situações de atividade e inatividade (ou seja, a que ocorre para além dos seus limites, pelo trânsito entre ocupação ou desemprego e inatividade). Ora, um trânsito ocupacional que ultrapassa as bordas do mercado de trabalho é usualmente esperado em momentos determinados do ciclo de vida: seja no início deste (quando se ingressa na ocupação, deixando a inatividade, movimento que ocorreria na passagem da juventude para a idade adulta, ao final do ciclo escolar) ou ao seu final (quando se deixa o mercado de trabalho, depois de uma longa vida ativa). Diferentemente dessa expectativa teórica, construída a partir do estudo de mercados de trabalho em que uma norma salarial foi institucionalizada, no caso de São Paulo, mover-se cruzando as fronteiras de saída do mercado, mostra-se um tipo de transição tão banal quanto se mover entre ocupação e desemprego. Ademais, longe de ser este um padrão restrito a um grupo social, circunscrito e marcado pela progressiva desafiliação (Castel, 1998), no caso paulistano, isso pode ser flagrado como norma para parcela quantitativamente muito significativa da população em idade ativa.[14]

---

13. Para uma análise comparativa com outras metrópoles sujeitas a distintos regimes de *welfare* e formas de institucionalização do desemprego, ver Guimarães (2004, 2006).

14. Conquanto desigualmente distribuído entre homens e mulheres, negros e brancos, como documentamos em outra oportunidade (Guimarães; Silva; Farbelow, 2004).

Nesse contexto, o que ocorre com os jovens no que concerne às suas transições entre situações ocupacionais? Para abordar de modo mais preciso o assunto, dois cuidados metodológicos adicionais foram tomados. Por um lado, foi reduzido o tempo de retroação na análise, de modo a atenuar o elevado número de situações "ignoradas".[15] Em vez de oito anos (entre 1994 e 2001), foi observado um lapso de tempo menor, compreendido entre 1997 e 2001, período relativamente homogêneo em que o mercado mostrou-se mais desfavorável aos demandantes, depois da curta reanimação que se seguiu ao Plano Real. Por outro, com base na análise fatorial e de *clusters*, procurou-se investigar que padrões de trajetória eram passíveis de ser identificados.[16] Essas iniciativas tornaram a análise mais robusta que a simples observação de tipo *repeated cross-section* apresentada no gráfico 3 e reiteram, de forma mais sólida, as conclusões dele depreendidas.

A tabela 1 confirma o achado do gráfico 3, e deixa entrever que a trajetória de desemprego duradouro se constituía no padrão menos relevante na RMSP

TABELA 1
São Paulo: classes de trajetórias dos trabalhadores ativos – 1997-2001

Tipos de trajetória	%	Absolutos
Desempregados/inativos	29,0	15.397
Ignorado	27,8	14.772
Assalariado com carteira/funcionário público	23,2	12.312
Autônomos	7,6	4.016
Assalariado sem carteira	5,3	2.805
Domésticos	3,9	2.082
Desempregados	3,4	1.786
Total	100,0	53.170

Fonte: CEM/Seade, Pesquisa "PED-Mobilidade Ocupacional", São Paulo, 2001. Processamentos próprios.

15. Assim fazendo, pretendeu-se reduzir o inevitável efeito de lapsos de memória e também contornar outra dificuldade, a da inadequação entre a extensão do tempo que se pretendia recobrir, por um lado, e o número de eventos possíveis de serem captados num questionário que tinha o limite de ser um suplemento a um instrumento de tipo transversal (como foi o caso do que levamos a campo como um módulo da PED). Isso porque, quando as transições entre situações tendem a ser elevadas, dadas a estrutura do mercado e a forma de institucionalização do desemprego, três eventos podem formar uma seqüência reduzida, razão pela qual acreditou-se ser de bom alvitre reduzir o escopo de tempo que seria recoberto.

16. Para identificar os padrões de trajetória, os indivíduos tiveram sua situação *vis-à-vis* o mercado de trabalho identificada, mês a mês, numa classificação com nove categorias em que se combinavam critérios de condição de atividade e de posição social: empregador, assalariado com carteira, assalariado sem carteira, empregado doméstico, trabalhador autônomo, desempregado, inativo, desempregado ou inativo (caso em que não foi possível precisar qual condição prevalecia) e sem informação. A análise fatorial foi, então, processada a partir da matriz tridimensional que continha esses nove tipos de situação, por 60 meses, por 51.140 casos (no caso do conjunto da amostra).

(apenas 3,4% dos indivíduos a perfaziam), mesmo numa conjuntura de ampliação significativa das taxas de desemprego e, com isso, do risco persistente de perda de trabalho regular. As situações excepcionais e atípicas (ante os percursos duráveis no assalariamento regular com carteira, 23%, ou sem carteira, 5,3%, ou, ainda, no desemprego duradouro, 3,4%) reuniam a maioria dos casos. Com efeito, a maior parte dos cerca de 50 mil entrevistados apresentava padrões de trajetória indicativos de que tais trabalhadores circulavam pelo desemprego e inatividade (29% dos casos) ou estavam sujeitos a tão intensa mobilidade, que se tornava impossível tipificar um padrão dominante em seus percursos (os novamente "ignorados", com 28% dos 53.140 entrevistados na amostra estudada). Esses revelavam um padrão de instabilidade ocupacional teoricamente esperado apenas dos mais jovens, que tentavam o ingresso no mercado.

Mas, nesse caso, que se passava com esses jovens? As tabelas 2 e 3 nos permitem aproximações interessantes. Na tabela 2, organizou-se a informação de modo a antepor um grupo geralmente considerado como "jovens" (16 a 25 anos) e um grupo de "não-jovens" (ou "adultos", se quisermos assim denominar aqueles com 26 anos e mais).

A diferença nos padrões de trajetória de "jovens" e "adultos" logo se destaca. Entre os primeiros predomina, e em ampla proporção (46% dos casos), um tipo de trajetória errática que se poderia considerar "tentativa", em que o ingresso duradouro no mercado ainda não se consolidou, fazendo com que os indivíduos adentrem e saiam, circulando com freqüência entre o desemprego e a inatividade.

TABELA 2
São Paulo: classes de trajetórias de "jovens" e "adultos" – 1997-2001
(Em %)

Tipos de trajetória	16-25 anos	26 e +
Desempregado/inativo	45,8	21,3
Ignorado	19,0	31,9
Assalariado com carteira/funcionário público	18,4	25,6
Assalariado sem carteira	6,8	4,3
Autônomo	3,8	9,1
Desempregado	3,4	3,3
Empregado doméstico	2,8	4,5
Total	100,0	100,0

Fonte: CEM/Seade, Pesquisa "PED-Mobilidade Ocupacional", São Paulo, 2001. Processamentos próprios.

Entretanto, ainda entre esses "jovens", destaca-se um outro grupo, quase tão importante quanto o primeiro (com 37% dos casos), duradouramente integrado ao mercado: alguns (18% deles) passam o período 1997-2001 em posição estável, como assalariados com carteira ou funcionários públicos; outros (19%, parcela quase igual à anterior), vivem-no sob o signo de tão intensa circulação entre situações que não há como identificar um tipo dominante de trajeto no qual o dominante é o trânsito recorrente entre posições no mercado de trabalho, ou seja, a insegurança é a norma.

E quanto aos "adultos"? Se eles se distribuem majoritariamente entre os mesmos três tipos de percurso em que se concentravam os jovens, tal distribuição tem distinções não-desprezíveis. Em primeiro lugar, dominam as duas classes de trajetória em que a inserção duradoura no trabalho parece ter se consolidado, embora de maneiras distintas; assim, a circulação entre desemprego e inatividade reduz-se significativamente, com a metade do peso que tinha entre os "jovens". A par disso, chama a atenção a importância do grupo que duradouramente se integra pela via do emprego assalariado protegido e de melhor qualidade (25%); rivalizando com esses estão os de inserção tão frágil e de tão intenso trânsito entre situações que sequer um padrão de trajetória pode ser identificado – o seu padrão é a "despadronização" (31%). Por certo, e tanto quanto entre os jovens que perfazem um ou outro desses dois últimos tipos de percurso, estamos diante de indivíduos oriundos de grupos socialmente distintos segundo a capacidade de comando sobre as condições de competição no mercado de trabalho.

Finalmente, um último aspecto a salientar. Seja entre "jovens" ou entre "adultos", o trabalho sem registro não parece durável a ponto de configurar padrões de percurso estável; apenas 6,8% dos jovens e 4,3% dos adultos apresentam, no período, trajetórias que os mantêm duradouramente no circuito de empregos informais. Isso se torna elucidativo se tivermos em conta que esse é um contexto de notável contração do emprego formal e de significativa expansão do assalariamento sem carteira. Talvez não fosse descabido inferir que, fora da proteção normativa do vínculo registrado, a capacidade individual de fazer valer direitos informalmente pactuados é tão reduzida e a fragilidade dos vínculos é tão significativa, que percursos duráveis no mundo dos empregos informais não chegam a constituir um modelo numericamente relevante de trajetória ocupacional agregada.

Neste ponto da análise talvez seja possível arriscar uma primeira resposta à principal questão que nos interessa: quando o mercado de trabalho mostra uma tendência à crescente transitoriedade de vínculos e reflete padrões inusuais de entrada e saída da atividade, seria possível crer que se diluem as antigas diferenças

entre adultos e jovens e que a transição para o trabalho, tal como tradicionalmente pensada, replica-se agora num incessante processo de buscar o quase inatingível (o vínculo duradouro e protegido), o que, para uma grande maioria dos trabalhadores, se alonga pela vida ativa? Diria que não. Apesar das inquietantes aproximações entre trajetórias típicas manifestas entre "jovens" e "adultos" e, em especial, a despeito da importância dos percursos de trânsito entre desemprego e inatividade entre "adultos" e da avassaladora presença, entre uns e outros, das trajetórias despadronizadas, ditas "ignoradas", o grupo de 16 a 25 anos certamente pode seguir sendo caracterizado pela sua mobilização em busca de inserção no trabalho e conseqüente autonomização de *status*.

Entretanto, que dizer da forma como se dá esse movimento de autonomização de *status*, dados os novos ritmos em que os eventos da transição passam a se dar no Brasil entre os anos 1980 e 2000, e dada a nova realidade dos nossos mercados (especialmente metropolitanos) de trabalho, a partir dos anos 1990? Para tal, há que retornar aos dados, observando-os de modo algo diferente.

Tomando-se como ponto de vista as recentes transformações nas temporalidades do ciclo de vida e seguindo as pistas da interpretação proposta por Camarano, Mello e Kanso no capítulo 2, procurou-se focalizar com maior precisão os dois grupos etários anteriormente analisados, flagrando padrões típicos de trajetórias de inclusão *ao longo do seu processo de crescente integração ao mercado*. Para tanto, na tabela 3, aqueles antes analisados foram recategorizados, de modo a permitir a melhor observação dos três subgrupos. Um primeiro, formado pelo contingente dos mais "jovens" (16 a 25 anos), em cuja faixa etária certamente encontrar-se-ão os beneficiados pela extensão recente dos ganhos de escolaridade, de nível médio inclusive, e que, por isso mesmo, devem ter alongado a permanência no sistema escolar, no mais das vezes dividindo-se entre escola e trabalho, e em muitos casos almejam chegar agora aos estudos universitários. Um segundo subgrupo é formado pelos que chamarei de "jovens-adultos" (26 a 29 anos); entre eles, domicílio próprio e por vezes família já terão sido constituídos e, por isso mesmo, a pressão pela urgência da inserção, dados os papéis sociais que lhes são associados, já deve se fazer sentir com intensidade. Um terceiro subgrupo se constitui por "adultos"; no entanto, a definição etária desse grupo foi alterada para focalizar apenas aqueles entre 30 e 45 anos, de modo a observar de maneira privilegiada o contingente de pessoas cuja idade, vistos os dados de Camarano, Mello e Kanso, as localiza no momento de maior integração à atividade econômica.

O interesse, na tabela 3, volta-se então para identificar, diferenciando, os possíveis elos entre grupos etários e três tipos de caminhos no mercado de trabalho:

as trajetórias-tentativas, as trajetórias de inserção e as trajetórias dos inclusos. Para melhor explorar a natureza da trajetória, acrescentou-se a informação sobre o rendimento familiar médio dos indivíduos classificados em cada um dos tipos. Os resultados revelam padrões distintos de inserção num mercado incerto.

TABELA 3
São Paulo: classes de trajetórias de "jovens", "jovens-adultos" e "adultos" – 1997-2001
(% da renda familiar)

Tipos de trajetórias	16-25 anos		26-30 anos		30-45 anos	
	%	Renda familiar	%	Renda familiar	%	Renda familiar
Assalariado com carteira/funcionário público	18,4	1.682	39,3	1.627	32,4	1.537
Assalariado sem carteira	6,8	1.501	6,7	1.688	7,1	1.962
Autônomo	3,8	1.424	6,9	1.463	10,7	1.611
Empregado doméstico	2,8	1.174	4,8	1.105	5,9	1.019
Desempregado/inativo	45,8	1.619	20,9	1.298	18,1	1.137
Desempregado	3,4	784	3,5	830	3,5	767
Ignorado	19,0	1.171	17,9	915	22,3	1.071
Total/renda média	100,0	1.481	100,0	1.363	100,0	1.337

Fonte: CEM/Seade, Pesquisa "PED-Mobilidade Ocupacional", São Paulo, 2001. Processamentos próprios.

O primeiro achado a confirmar as observações anteriores diz respeito à diferença entre os "jovens" e suas trajetórias-tentativas, por um lado, e os "jovens-adultos" e "adultos", cujos percursos são marcados pela inserção duradoura no mercado de trabalho, por outro. Nota-se que a entrada e saída do mercado (expressa no tipo de trajetória desemprego/inatividade) reduz-se significativamente a partir dos 26 anos, o que denota a especificidade dos percursos dos "mais jovens". Vale ressaltar, ainda, que essas trajetórias-tentativas, de compromisso menos duradouro com a permanência no mercado, são feitas pelos que se localizam em famílias com mais alto rendimento médio, o que lhes permite, ao modo como esperado nos "bons tempos", perscrutar o mercado, entrando ocasionalmente ou mantendo-se à procura de trabalho em momentos de maior oferta de empregos temporários, e saindo quando mais conveniente, provavelmente num tipo de trajetória ainda fortemente marcada pela importância dos estudos. Mas nem sempre esse é o caso; no outro pólo estão os jovens que se mantêm duradouramente no mercado, em trajetórias incertas e despadronizadas, provindo de famílias com mais baixo rendimento médio mensal, em que é provável a maior compulsão à inserção no trabalho.

Um segundo achado aparentemente desafiador vem da comparação entre os aqui denominados "jovens-adultos" e "adultos". À primeira vista, os primeiros pareceriam capazes de lograr uma inserção bem mais favorável no mercado que os segundos, o que desafiaria a idéia inicial de que entre os 30 e 45 anos os indivíduos viveriam o momento áureo de inserção no mercado. Isso porque os "jovens-adultos" parecem ter maior capacidade de se manter em empregos formais e protegidos que os "adultos". Todavia, se considerarmos o conjunto das classes de trajetórias e os rendimentos médios nas mesmas, a interpretação possível pode tomar outro rumo. A consolidação da posição no mercado de trabalho dá aos adultos a chance de estabelecerem-se como autônomos, gerindo um negócio próprio (quase 11% deles) ou de manterem-se fora do circuito do trabalho formalmente registrado (7% deles), auferindo, em ambos os casos, um rendimento substancialmente mais elevado que a média e que o auferido por "jovens" adultos em trajetórias similares. Isso denota a clara diferença em termos de comando das condições da própria inserção no trabalho, mais provável entre os que se encontram na plenitude da sua inserção que entre os que negociam a persistência no mercado, mesmo se em condições mais favoráveis, num emprego registrado.

Resumindo: padrões de trajetória parecem variar de modo não-desprezível quando tomamos em conta esses três grupos de idade que representam três situações diferentes *vis-à-vis* o ciclo de vida e a transição para o trabalho. Mesmo num contexto de crescente fragilização de vínculos, que afeta a todos, a maneira como tal fragilização atinge cada um desses grupos parece ser específica dada a etapa do ciclo de vida em que se encontram.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

AMADEO, E.; BARROS, R. P.; CAMARGO, J. M.; PERO, V.; URANI, A. *Human resources in the adjustment process*. Brasília: Ipea, 1993 (Textos para discussão, n. 317).

BARROS, R.; MENDONÇA, R.; VELAZCO, T. *Is poverty the main cause for child work in Brazil?* Rio de Janeiro: Ipea, 1994 (Texto para discussão, n. 351).

BECK, Ü. *Risk society*. Londres: Sage Publications, 1992.

————. *The brave new world of work.* Cambridge: Polity Press, 2000.

————.; BECK-GERNSHEIM, E. *Individualization. institutionalized individualism and its social and political consequences.* Londres: Sage Publications, 2002.

CARDOSO, A. M. *Trabalhar, verbo transitivo:* destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social:* uma crônica do salário. São Paulo: Vozes, 1998.

——————. Les jeunes ont-ils un rapport spécifique au travail en France? In: CHARLOT, B.; GLASMAN, D. (Eds.). *Les Jeunes, l'Insertion, L'Emploi.* Paris: Presses Universitaires de France, 2001, p. 287-298.

CASTELLS, M. *The rise of the network society*. Malden, MA, e Oxford: Blackwell, 1996.

CEM/SEADE. *PED – mobilidade ocupacional*. São Paulo, 2001.

COMIN, A. *Mudanças na estrutura socioocupacional do mercado de trabalho em São Paulo.* Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. *Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001 (Texto para discussão, n. 797).

COSTA-RIBEIRO, C. A. *The Brazilian class structure*. Ph.D. Dissertation, Columbia University, New York, 2002.

DEDECCA, C.; BRANDÃO, S. Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho. In: APPY, B. et al. *Crise brasileira:* anos 80 e Governo Collor. São Paulo: CGIL/CUT/Desep, 1993, p. 307-350.

——————. MONTAGNER, P. *Flexibilidade produtiva e das relações de trabalho*. Considerações sobre o caso brasileiro. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, out. 1993 (Texto para discussão, n. 29).

——————.; ——————.; BRANDÃO, S. *Recessão e reestruturação econômica:* as novas condições de funcionamento do mercado de trabalho na década de 90. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1993.

DUBAR, C. La construction sociale de l'insertion professionnelle en France. In: ROULLEAU-BERGER, L.; GAUTHIER, M. (Eds.). *Les Jeunes et L'Emploi dans le Villes de l'Europe et de l'Amérique du Nord*. Paris: Editions de l'Aube, 2001. p. 111-123.

GIDDENS, A. *Más allá de la Izquierda y la Derecha*. El futuro de las políticas radicales. Madrid: Ed. Cátedra, 1998.

GORZ, A. *Misères du présent, richesse du possible*. Paris: Ed. Galilée, 1997.

GUIMARÃES, N. A. *Caminhos cruzados.* Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Editora 34 e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 2004.

——————. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira.* Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.

——————. Unemployment and occupational transition: trajectories and perceptions. In: KASE, K.; SUGITA, K. (Eds.) *The unemployed and unemployment in an international perspective.* Comparative studies of Japan, France and Brazil. Tokyo: Institute of Social Science, University of Tokyo, 2006, cap. 3, p. 42-67.

——————. HIRATA, H. S.; MONTAGNER, P.; SUGITA, K. Desemprego: mercados, instituições e percepções. Brasil e Japão numa perspectiva comparada. *Tempo Social,* v. 16, n. 2, nov. 2004, p. 257-288.

————————. (Coord.) *Desemprego. Abordagens institucional e biográfica. Uma comparação Brasil, França, Japão.* Relatório Final do Auxílio CNPq 469792-00, 2003. São Paulo. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya/final_desemprego.pdf>. Acesso em: 7 agosto 2006.

————————.; SILVA, P. H.; FARBELOW, M. V. Transições ocupacionais, recorrência do desemprego e desigualdades de sexo e cor. São Paulo numa perspectiva comparada. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 8. Painel 50, Coimbra, 15-18 de setembro de 2004. *Comunicação...* Coimbra, 2004. 28 p.

HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Orgs.). *Origens e destinos:* desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Iuperj e TopBooks Editora, 2003. p. 147-172.

————————.; SILVA, N. V. (Orgs.). *Origens e destinos:* desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Iuperj e TopBooks Editora, 2003.

KERCKHOFF, A. C. *Getting started:* transition to adulthood in Great Britain. Boulder, CO e Oxford: Westview, 1990. 216 p.

MATTEO, M.; TAPIA, J. A reestruturação da indústria paulista e o ABC. In: GUIMARÃES, N. A.; LEITE, M. P. (Orgs.). *Gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça.* São Paulo: Cebrap, 2003. cap. 1, p. 3-30.

MAURICE, M.; SELLIER, P.; SILVESTRE, J.-J. *Politiques d'education et organisation industrielle.* Une comparaison France-Allemagne. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

MONTALI, L. T. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. *Revista Brasileira de Estudos de População*, jul.-dez. 2004.

OCDE. *Youth unemployment:* causes and consequences. Paris: OCDE, 1980.

OFFE, C. Trabalho: uma categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, p. 5-20, jun. 1989. Traduzido da versão inglesa.

PASTORE, J.; SILVA, N. V. *Mobilidade social no Brasil.* São Paulo: Makron Books, 2000.

ROSENBAUM, J. E.; KARIYA, T. From high school to work: market and institutional mechanisms in Japan. *American Journal of Sociology*, v. 94, n. 6, p. 1.334-1.365, 1989.

SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências.* Rio de Janeiro: Revan/Iuperj – UCAM, 1999.

SHAVIT, Y.; MÜLLER, W. *From school to work:* a comparative study of educational qualifications and occupational destinations. Oxford: Clarendon Press, 1998. 550 p.

SILVA, N. V. O esquema analítico e a classificação ocupacional. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Orgs.). *Origens e destinos:* desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: TopBooks, 2003. cap.1, p. 37-54.

URANI, A. Crescimento e geração de emprego e renda no Brasil. *Lua Nova*, n. 35, p. 5-38, 1995.

CAPÍTULO 7

O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIA ENTRE OS JOVENS: NOVOS E VELHOS ARRANJOS

Ana Amélia Camarano
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea
Juliana Leitão e Mello
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea
Solange Kanso
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea
Adriana Andrade
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea

1 INTRODUÇÃO

A compreensão do processo de constituição de família dos jovens brasileiros começa pelo entendimento do que vem a ser família e do que determina a sua formação. O termo família abarca uma série de definições e varia de acordo com o arcabouço disciplinar que se privilegie. Os estudos antropológicos referem-se à família como "grupo de pessoas ligadas por relações afetivas construídas sobre uma base de consangüinidade e aliança". Esta definição não se restringe à convivência em uma mesma moradia (Bruschini, 1989).

O conceito de família como um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco e residentes em uma unidade doméstica (arranjo familiar) é muito utilizado na demografia, na sociologia e na economia, devido, principalmente, à sua operacionalidade, visto que a maioria dos estudos nesses campos é baseada em dados oriundos de pesquisas domiciliares. No entanto, tal abordagem não incorpora o papel desempenhado pelas redes ampliadas de parentesco para as estratégias familiares de sobrevivência (Bruschini, 1989). Acredita-se que a cooperação e a solidariedade existentes entre os membros das famílias devem extrapolar os limites do domicílio. Isso pode acontecer, particularmente, entre os arranjos familiares de jovens. Desconsiderar esse fenômeno pode resultar em uma desvalorização das experiências cotidianas de arranjos que, embora não impliquem convivência,

funcionam como famílias ampliadas. Esse pode ser o caso de jovens que saíram de casa sem terem alcançado independência econômica total em relação aos pais ou parentes. Apesar de viverem longe do domicílio dos provedores, casados ou não, ainda necessitam de seu suporte.

A principal fonte de dados para os estudos de família são os censos demográficos e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads). Essas pesquisas alocam os moradores de um domicílio investigado em dois grupos: famílias e domicílios.[1] As famílias são subconjuntos dos domicílios. Para a maioria da população, esses agrupamentos coincidem, pois o arranjo familiar predominante no Brasil é o nuclear. No entanto, é possível que entre a população jovem se encontre uma proporção mais elevada de famílias conviventes[2] relativamente à população dos demais grupos etários. Ou seja, nas pesquisas do IBGE, as famílias não são nem o grupo doméstico, nem o conjunto de parentes sem delimitação espacial. Seu conceito aproxima-se muito do de família nuclear. São constituídas por uma pessoa adulta, que é a pessoa de referência ou chefe, seu cônjuge, se for o caso, ou pessoas que podem estar vinculadas a ele como parentes ou não-parentes, desde que não cumpram os requisitos necessários para a formação de uma nova família. Comporta apenas duas gerações sucessivas de parentes de primeiro grau descendentes.[3] De acordo com esse conceito, "grupos sem parentesco entre seus membros (como uma república de estudantes, por exemplo) constituem uma família, assim como alguns grupos de parentes entre si (um casal com filha e netos) são entendidos como duas famílias residentes na mesma habitação" (Medeiros; Osório; Varella, 2002).

Além de laços de parentesco, normas de convivência que determinam direitos e deveres de várias ordens aos membros das famílias são também elementos que as caracterizam. Como a convivência entre os membros pode ser alterada tanto na forma quanto na intensidade, bem como as normas sociais, a composição e a organização das famílias podem variar no tempo e no espaço (Medeiros; Osório; Varella, 2002).

Segundo o IBGE, os domicílios são constituídos por "um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica que morem num

1. A definição do IBGE considera domicílios como moradias estruturalmente independentes, constituídas por um ou mais cômodos com acesso privativo. Os domicílios particulares, objeto de estudo, são caracterizados por servirem de moradia a, no máximo, três famílias, ainda que a moradia esteja localizada num estabelecimento industrial ou comercial.

2. Famílias que convivem num mesmo domicílio. Para uma maior discussão sobre o sistema de informações brasileiras sobre famílias e domicílios, consulte: Medeiros, Osório e Varella (2002) e Ramos (2004).

3. No caso de parentes ascendentes ou pessoa de referência sem cônjuge, o conceito inclui a convivência de três ou mais gerações. Ver Medeiros, Osório e Varella (2002).

mesmo domicílio; pessoa que more sozinha num domicílio particular; e o conjunto de, no máximo, cinco pessoas que morem num domicílio particular embora não estejam ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica", para os quais se ressaltam, na definição do Censo Demográfico de 2000, "as regras de convivência" (IBGE, 2002). A definição de domicílio não é a de família. Aproxima-se da de unidade de produção e consumo, em que os bens duráveis e não-duráveis são compartilhados, pautando a relação de convivência entre seus membros.

A compreensão das diferenciações nas definições de família e de domicílio é importante porque a definição utilizada afetará as análises do processo de transição para a vida adulta. Uma das questões iniciais, da qual se parte neste estudo, é a da centralidade que a constituição de família desempenha nesse processo, em especial entre as mulheres. A literatura aponta a formação de uma nova família como elemento definidor do estágio final de emancipação dos jovens. Dadas as diferenças[4] que as informações utilizadas apresentam, um primeiro problema que surge é qual informação utilizar. Isso implica saber quais são os eventos definidores do processo de formação de família: casamento, saída de casa ou parentalidade. Embora esses eventos tenham apresentado uma tendência à dissociação, eles são fortemente relacionados.

O casamento e a saída de casa compõem o modelo preponderante de transição para a vida adulta no Brasil (Camarano et al., 2004a). No entanto, novas formas de transição no que diz respeito ao processo de formação de família parecem estar em curso, também, no interior da casa dos pais ou de origem. Embora ainda baixo, tem crescido o número de mães jovens ou casais jovens que vivem nos domicílios onde residem seus pais ou parentes. Os censos demográficos consideram tais núcleos como novas famílias no interior dos domicílios de origem. Na maior parte dos casos, são famílias: mãe e filho, casal, casal com filhos etc., que compartilham um orçamento comum e os bens duráveis, sem constituírem núcleos independentes, do ponto de vista econômico.[5] No entanto, podem ser entendidos como famílias caso se aceite que o casamento e a maternidade são eventos que desencadeiam o processo de sua formação.

O objetivo deste capítulo é analisar o processo de formação de família entre os jovens. Foi adotado em vários capítulos deste livro que a constituição de família ocorre pela saída da casa dos pais ou de origem e representa a etapa final do processo de transição para a vida adulta. Nesse caso, o elemento definidor é a posição que os jovens ocupam no domicílio, seja de chefe ou cônjuge ou de filho.

---

4. As pesquisas domiciliares do IBGE são as únicas na América Latina a fazerem esta distinção entre família e domicílio.

5. Uma discussão sobre esse tipo de arranjo familiar como estratégia de sobrevivência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro pode ser encontrada em Ramos (2004).

Parte-se do pressuposto de que a posição de um indivíduo no domicílio pode indicar o seu *status* e, no caso específico dos jovens, sugerir o estágio em que se encontram no processo de passagem à vida adulta. Operacionalmente, definiram-se duas categorias de domicílios onde residiam jovens.[6] *Domicílios de jovens*, onde o jovem estava na condição de chefe ou cônjuge, e *domicílios com jovens* aqueles nos quais ele ocupava qualquer outra condição. Foram analisadas as formas e a composição dos arranjos encontrados nesses dois tipos de domicílios, buscando captar as suas modificações (ou não) no período, bem como a formação de novas famílias no interior de um mesmo domicílio. No caso dos *domicílios com jovens*, essas são chamadas de *famílias de jovens*.

O capítulo está estruturado em seis seções, sendo a primeira esta introdução. A seção 2 analisa a inserção domiciliar dos jovens brasileiros. Foram considerados os *domicílios de* e *com jovens* no que se refere à composição e ao tipo de arranjo. A seção 3 caracteriza os jovens que saíram de casa no que diz respeito a idade, sexo, estado conjugal, escolaridade e participação no mercado de trabalho. No caso das mulheres, analisa-se também a maternidade. Na seção 4, são caracterizados os jovens que não saíram da casa dos pais e, na seção 5, busca-se captar se estes constituíram uma nova família e de que forma. Na seção 6, apresenta-se a síntese dos resultados. Os dados utilizados são provenientes dos Censos Demográficos de 1980 e 2000, considerando os domicílios como a unidade de análise. Apenas na seção 5, a família foi utilizada como unidade de análise. Adotaram-se como recorte etário para os jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, como definido neste livro.

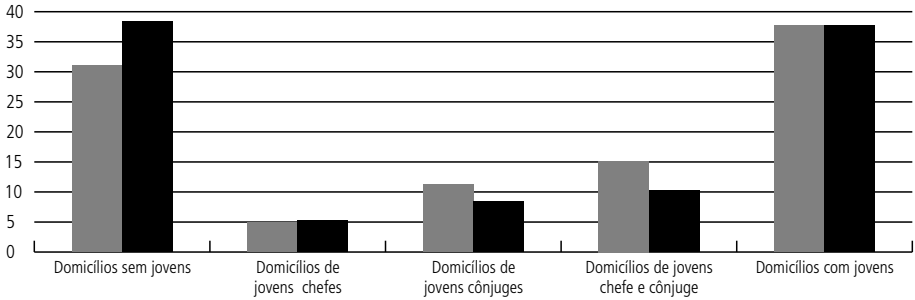
2 NOVOS E VELHOS MODOS DE INSERÇÃO DOMICILIAR

O gráfico 1 mostra a proporção de domicílios segundo a presença de jovens em 1980 e em 2000. Em 1980, predominaram os *domicílios com jovens*, responsáveis por 37,7% dos domicílios brasileiros e, em 2000, os *domicílios sem jovens*, com 38,4% do total de domicílios. Essa mudança ocorreu pela diminuição na proporção de *domicílios de jovens,* que passou de 31,3% para 23,9%. A proporção de *domicílios com jovens* permaneceu inalterada no período. O envelhecimento populacional e as alterações nos arranjos familiares, especialmente o adiamento da saída de casa dos pais, são fatores que podem explicar essas mudanças.

Como se definiu anteriormente, *domicílios de jovens* são formados por jovens na condição de chefes ou cônjuges. Foi visto em vários capítulos deste livro que a constituição de um domicílio ocorre mais cedo para as mulheres do que para os

6. Essa classificação já foi utilizada em outros trabalhos, tanto quando se consideravam jovens quanto idosos como unidade de análise. Ver Camarano et al. (2004a, 2004b).

GRÁFICO 1
Brasil: distribuição proporcional dos domicílios segundo a presença de jovens – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

1980 2000

homens, em geral, por meio do casamento. Por outro lado, para os homens a saída da casa dos pais está atrelada à sua participação no mercado de trabalho. Tentando captar essas diferenças, os domicílios foram desagregados em três grupos, levando em conta se o jovem é apenas chefe, ou apenas cônjuge ou no caso de os domicílios contarem com chefes e cônjuges jovens. Entre as três categorias, predominou a última nos dois anos estudados, conforme se pode ver no gráfico 1. Esta foi responsável por 10,2% dos domicílios brasileiros em 2000, proporção menor que os 15,1% observados em 1980, também refletindo o adiamento na idade à saída da casa dos pais. Foi esse grupo de domicílios que experimentou a maior redução percentual. Um segundo grupo em importância, mas, também, em proporções decrescentes, foi o formado por domicílios onde o jovem era apenas cônjuge. O percentual desses domicílios diminuiu de 11,2% para 8,4%. Já o conjunto de domicílios onde os jovens eram apenas chefes manteve a sua participação relativa constante no período – em torno de 5%.

Conforme esperado, a tabela 1 mostra que os *domicílios com jovens* eram maiores que os *domicílios de jovens*. Observou-se, no entanto, no período, uma diminuição expressiva no tamanho médio daqueles domicílios. Em 1980, eles eram constituídos, em média, por 6,1 pessoas e em 2000, por 4,9 pessoas. Nos *domicílios de jovens* também se verificou uma redução no seu tamanho médio, mas em menor intensidade, que passou de 3,9 pessoas, em 1980, para 3,5, em 2000. Nesse caso, a maior diminuição ocorreu nos domicílios onde o jovem era apenas cônjuge, mas esse número manteve-se mais elevado nos dois anos considerados. Só foi menor que o encontrado nos domicílios sem jovens. O de menor tamanho, como esperado, foi o de chefe jovem apenas: o seu tamanho médio passou de 3,2 para 2,9 membros nos dois anos analisados. Ao contrário do esperado, em média, os *domicílios de jovens* não eram constituídos nem por pessoas morando sozinhas nem por

TABELA 1
Brasil: tamanho e número médio de filhos nos domicílios segundo a presença de jovens – 1980 e 2000

	Tamanho médio		Número médio de filhos	
	1980	2000	1980	2000
Domicílios *sem* jovens	3,6	2,9	1,7	1,0
Domicílios *de* jovens chefes	3,2	2,9	1,0	1,0
Domicílios *de* jovens cônjuges	4,7	3,9	2,4	1,8
Domicílios *de* jovens chefe e cônjuge	3,6	3,4	1,4	1,2
Domicílios *com* jovens	6,1	4,9	3,6	2,5
Total	4,6	3,8	2,4	1,7

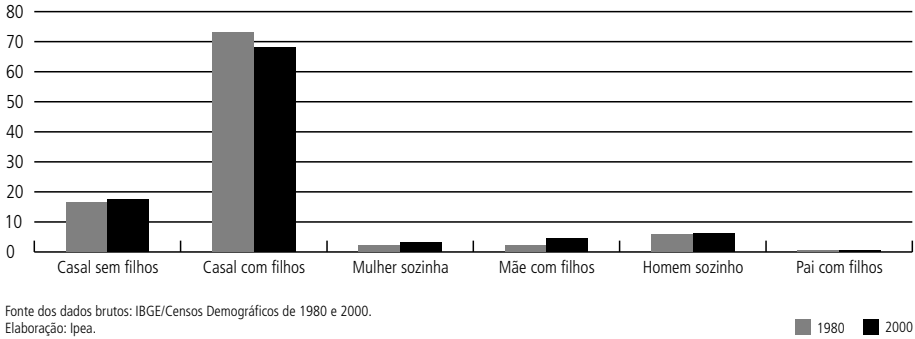
Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

casais sem filhos. Já apresentavam características de domicílios em estágio de formação mais avançado, mesmo nos casos onde apenas o jovem era o chefe.

Essa redução do tamanho médio dos domicílios foi generalizada em todos os tipos de domicílios brasileiros. Deveu-se, principalmente, à queda da fecundidade, o que é comprovado pelo decréscimo no número de filhos residentes nesses domicílios. Nos *domicílios com jovens,* esse número passou de 3,6 para 2,5 no período, ou seja, houve uma diminuição de aproximadamente 32%. Entre os *domicílios de jovens*, essa redução foi de aproximadamente 18%, tendo o número médio de filhos declinado de 1,7 filho em 1980 para 1,4 em 2000. Nessa última categoria, o maior decréscimo ocorreu no grupo de domicílios constituído por jovens que eram apenas cônjuges. Foi nessa forma de arranjo que se verificou, também, o maior número de filhos nos dois anos analisados. Isso se deve, provavelmente, ao fato de esses cônjuges serem mulheres casadas com homens mais velhos e num estágio do ciclo vital mais avançado. Nos demais domicílios onde os jovens eram chefes e cônjuges ou apenas cônjuges já se encontrava pelo menos um filho.

Como sugerido anteriormente, a maior proporção dos *domicílios de jovens* não era constituída só por casal ou pessoa sozinha. O gráfico 2 mostra que, em 1980, 73,0% desses domicílios eram formados por casal com filhos. Apesar de essa proporção ter decrescido no período, esses domicílios ainda continuaram responsáveis por 68,1% do seu total. Ou seja, já são domicílios em fase de expansão. Esse decréscimo se deu em prol do aumento nas proporções dos arranjos formados por casal sem filho e mãe com filho. Em 2000, esses domicílios formados por mães com filhos constituíam aproximadamente 21% dos *domicílios de jovens* (ver tabela 2).

GRÁFICO 2
Brasil: distribuição proporcional dos domicílios *de* jovens de acordo com a composição – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

TABELA 2
Brasil: distribuição proporcional dos domicílios *de* jovens segundo a presença de jovens na condição de chefe ou cônjuge de acordo com a composição – 1980 e 2000

Composição dos domicílios	Chefe jovem		Cônjuge jovem		Chefe e cônjuge jovens	
	1980	2000	1980	2000	1980	2000
Casal sem filhos	6,3	7,2	10,4	15,0	24,4	24,9
Casal com filhos	26,9	27,9	89,6	85,0	75,6	75,1
Mulher sozinha	12,8	14,8		-		-
Mãe com filhos	14,7	20,8		-		-
Homem sozinho	38,1	28,4		-		-
Pai com filhos	1,3	0,9		-		-

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

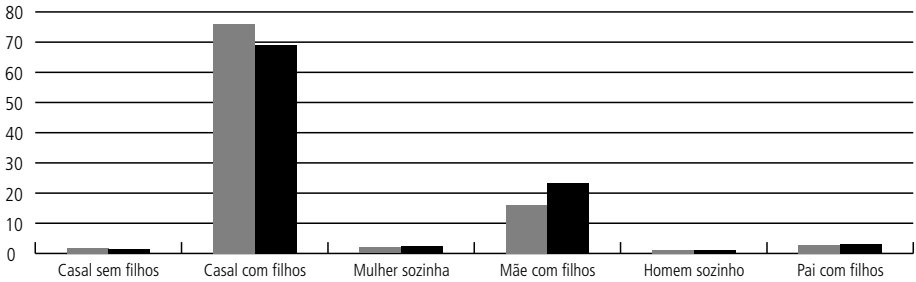
Quando se considera a subtipologia dos *domicílios de jovens*, na tabela 2, verifica-se que nos casos de domicílios com cônjuges jovens ou ambos cônjuges e chefes jovens, o arranjo predominante era o de casal com filhos nos dois anos estudados. Essa proporção decresceu ligeiramente entre 1980 e 2000 nos arranjos em que o jovem era o cônjuge. No entanto, ainda alcançou valores altos em 2000 (85,0%) quando o cônjuge era jovem e 75,6% quando chefes e cônjuges eram jovens. No primeiro caso, o decréscimo ocorreu em prol de um aumento no percentual de domicílios onde habitava apenas o casal.

Um perfil diferenciado foi mostrado na tabela 2 para os arranjos em que os jovens eram apenas chefes. Em 1980, o percentual mais elevado era o de domicílios onde moravam homens sozinhos, mas decresceu nos 20 anos considerados – passou

de 38,1% para 28,4%. Essa proporção ficou aproximadamente igual à de casal com filhos. Um percentual pequeno em relação ao total de famílias brasileiras – menos de 2% – refere-se às famílias de chefes jovens com cônjuges não-jovens. Observando que, desses chefes jovens, 72,1% e 58,6%, eram homens em 1980 e 2000, pode-se inferir que se tratava de homens jovens casados com mulheres mais velhas e/ou mulheres jovens chefiando o domicílio e casadas com homens mais velhos. Por outro lado, cresceu o percentual de domicílios constituídos por mãe e filho,[7] uma tendência verificada nos demais domicílios brasileiros. Sumarizando, embora os dados refiram-se ao momento da pesquisa e não ao momento da constituição do domicílio, parece que a constituição de domicílio para os jovens está muito associada à presença de filhos, e que essa é uma tendência crescente no tempo.

O gráfico 3 mostra que a grande maioria dos *domicílios com jovens* era constituída por casal com filhos – 76,0% em 1980 e 69,0% em 2000. Também mostra domicílios onde se encontrava uma relativamente elevada e crescente proporção de mães com filhos[8] – cerca de 16,2% em 1980 e 23,2% em 2000. Esse incremento é, provavelmente, explicado pelo aumento das separações conjugais, quando as mulheres, tradicionalmente, assumem a guarda dos filhos. Por definição, os jovens que residem nesses domicílios são filhos ou outros parentes. Mas, como se verá na seção 5, isso não significa que ainda não tenham constituído família, mesmo morando na casa dos pais. Por exemplo, em 2000, 7,1% dos jovens que moravam em *domicílios com jovens* eram casados, 5,7% separados e, entre as mulheres, 10,9% já tinham tido filhos.[9]

GRÁFICO 3
Brasil: distribuição proporcional dos domicílios *com* jovens de acordo com a composição – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

1980 2000

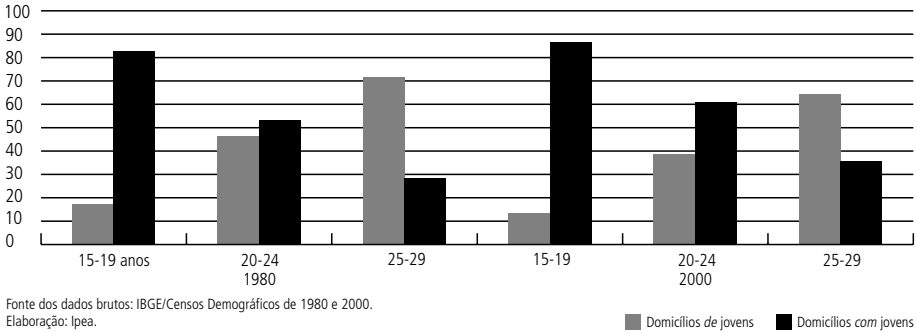
7. Isto é, sem cônjuge.

8. Também sem cônjuge.

9. Dados não mostrados.

Idade é uma variável importante na determinação da posição no domicílio e, conseqüentemente, dos arranjos familiares. Isso fica bastante claro no gráfico 4, que apresenta a distribuição proporcional dos domicílios com a presença de jovens de acordo com a sua tipologia e idade. Como esperado, à medida que avança a idade, aumenta a proporção de *domicílios de jovens* e diminui a de *com jovens*. Comparando apenas esses dois tipos de domicílios, observa-se uma redução na proporção de *domicílios de jovens* em prol de um aumento na de *domicílios com jovens.*[10] Esse aumento ocorreu com mais intensidade nos domicílios onde residiam jovens mais velhos, sinalizando um adiamento na saída de casa.

GRÁFICO 4
Brasil: distribuição proporcional dos domicílios com a presença de jovens segundo tipologia e idade do jovem – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

3 JOVENS QUE SAÍRAM DE CASA: DOMICÍLIOS DE JOVENS

Convencionou-se definir a saída de casa como a assunção à posição de chefe ou cônjuge no domicílio. A saída pode ocorrer via casamento ou não. Os dados disponíveis não permitem avaliar em que condições o jovem realizou esse evento, como chefe ou cônjuge, como casado ou solteiro. Eles dizem respeito à situação do indivíduo no momento da pesquisa e não no momento da saída de casa. A tabela 3 mostra que, em 1980, 27,8% dos homens eram chefes de domicílio e 0,1% cônjuge. Ou seja, em torno de 28% já tinham saído de casa, provavelmente pelo casamento, dado que a grande maioria, 90%, estava casada. Em 2000, a proporção dos jovens que havia saído de casa diminuiu para 25,6%, medida pela redução de chefes e aumento de cônjuges. Foi mostrado no capítulo 4 deste livro que houve uma redução na proporção de jovens que saíram de casa até os 29 anos. Esses achados reforçam outros já encontrados a respeito do adiamento dessa saída

10. A comparação no gráfico 1 incluiu os domicílios sem jovens.

TABELA 3
Distribuição da população jovem residente em domicílios *de* jovens por sexo segundo estado conjugal – 1980 e 2000

Estado conjugal	Homens				Mulheres			
	Chefes		Cônjuges		Chefes		Cônjuges	
	1980	2000	1980	2000	1980	2000	1980	2000
Proporção	27,8	24,3	0,1	1,3	1,9	4,9	38,1	33,4
Estado conjugal								
Casado	90,0	87,9	100,0	100,0	3,4	28,2	100,0	100,0
Solteiro	9,5	9,2	-	-	63,6	30,5		
Viúvo	0,1	0,1	-	-	8,4	1,8		
Separado/desquitado/divorciado	0,4	2,8	-	-	24,6	39,5		
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

para além da idade que se convencionou analisar. Diminuiu, ligeiramente, a proporção de jovens chefes casados e aumentou a de separados. É provável que esses jovens tenham saído de casa por meio do casamento e já se separado.

A proporção de mulheres que saíram de casa foi mais alta que a de homens nos dois anos analisados. Foi de 40,0% em 1980 e de 38,4% em 2000. Em 1980, 95,3% delas eram cônjuges. Apesar da redução observada nos 20 anos considerados, a proporção ainda foi de 87,2% em 2000, sinalizando que a saída de casa das mulheres tem ocorrido via casamento. Embora bastante baixa, em torno de 5%, cresceu a proporção de mulheres chefes de domicílio. Isso se deveu, em parte, ao aumento do percentual de mulheres, que, a despeito de serem casadas, chefiavam seus domicílios, o que mostra coerência com o aumento da proporção de homens cônjuges. Também aumentou o percentual de mulheres separadas chefiando domicílios. Ressalta-se que se está trabalhando com apenas dois pontos no tempo e com percentuais muito baixos, o que não permite inferir sobre um delineamento de tendência.

A tabela 4 compara alguns indicadores de trabalho e de rendimento dos *domicílios de jovens* e *com jovens* em 1980 e 2000. Os indicadores de rendimento utilizados foram: rendimento médio do chefe, rendimento médio domiciliar *per capita* e proporção de domicílios cujo rendimento estava abaixo de 1/2 salário mínimo (SM).[11] Para 1980, não se observaram diferenças expressivas nos dois últimos indicadores

11. Estipulou-se 1/2 SM como o rendimento médio domiciliar *per capita* abaixo do qual os domicílios poderiam ser considerados pobres.

TABELA 4
Brasil: características dos chefes e dos domicílios que contavam com a presença de jovens – 1980 e 2000

Características	1980		2000	
	De	Com	De	Com
Tamanho médio	3,90	6,12	3,46	4,85
Rendimento médio do chefe (R$)	829,98	1.041,39	603,78	907,02
Rendimento médio domiciliar *per capita* (R$)	255,19	277,97	233,02	311,84
Percentual de domicílios com renda domiciliar *per capita* inferior a 1/2 SM	42,77	41,64	33,78	26,98
Contribuição da renda do trabalho	94,10	85,00	92,70	77,71
Percentual da renda do domicílio que dependia da renda do chefe	82,91	61,53	74,46	59,67
Número médio de pessoas que trabalhavam por domicílio	1,35	2,47	1,32	1,99
Número médio de homens que trabalhavam por domicílio	1,06	1,72	0,90	1,20
Número médio de mulheres que trabalhavam por domicílio	0,28	0,23	0,40	0,40

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

Nota: Para comparar o rendimento entre 1980 e 2000 foram utilizados os deflatores calculados por Corseuil e Foguel (2002) com base em janeiro de 2002.

entre os dois tipos de domicílio. Por outro lado, o rendimento médio do chefe era bem maior nos *domicílios com jovens*. Um maior número de residentes nesses domicílios equipara o seu rendimento médio ao dos *domicílios de jovens.* Nestes, encontravam-se menos pessoas trabalhando e uma dependência maior da renda do chefe e da renda do trabalho comparada aos *com jovens*. A comparação intertemporal aponta para uma piora relativa e absoluta em alguns indicadores de rendimento dos *domicílios de jovens*. O rendimento médio domiciliar *per capita* diminuiu enquanto o dos *domicílios com jovens* aumentou. A proporção de domicílios cujo rendimento médio domiciliar estava abaixo de 1/2 SM diminuiu nos dois tipos de domicílios, mas em maior magnitude nos *com jovens*. Nos dois tipos de domicílios aumentou o número médio de mulheres que trabalhavam e reduziu-se o de homens.[12] Isso pode explicar a queda maior na proporção da renda domiciliar que dependia da renda do chefe nos *domicílios de jovens.* A contribuição da renda do cônjuge nesses domicílios aumentou de 8,8% para 18,4%.[13]

12. Foi visto no capítulo 2 deste livro que a participação feminina nas atividades econômicas aumentou no período e diminuiu a de homens.

13. Dados não mostrados.

Como se mencionou anteriormente, a composição dos *domicílios de jovens* é muito diferenciada de acordo com a posição do jovem no domicílio. O arranjo predominante era aquele formado por chefe e cônjuge jovens com a presença de filhos. A tabela 5 apresenta algumas características dos chefes e cônjuges desses domicílios. Os indicadores reforçam outros já mostrados. Os chefes eram preponderantemente homens, embora essa proporção tenha experimentado um ligeiro decréscimo no período. Já entre as mulheres predominavam as cônjuges, cujo percentual também decresceu ligeiramente, o que é coerente com a redução de chefes homens. As mulheres eram sistematicamente mais jovens que os homens[14] independentemente de serem chefes ou cônjuges, o que é explicado pela sua saída mais cedo de casa. As mulheres chefes de domicílio, cuja proporção cresceu no período, apresentavam uma escolaridade média, calculada pelo número médio de anos de estudo, mais elevada que a de homens chefes. O inverso ocorreu na comparação entre cônjuges em 1980. O aumento da escolaridade, maior para as mulheres, levou a que, em 2000, essas médias praticamente se igualassem.

Esses dados sugerem que novas formas de transição para a vida adulta parecem estar ocorrendo entre as mulheres jovens, com possíveis influências no adiamento da idade de saída da casa dos pais. Em 1980, a saída de casa das mulheres dava-se principalmente pelo casamento, ou seja, por estar assumindo o papel de cônjuge.

TABELA 5
Brasil: características dos chefes e dos cônjuges de domicílio *de* jovens – 1980 e 2000

Características	1980		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	Chefes do domicílio			
Proporção	95,5	4,5	87,8	12,2
Idade média (anos)	29,0	24,8	29,1	25,9
Número médio de anos de estudo	5,8	6,7	6,3	7,7
	Cônjuges			
Proporção	0,2	99,8	5,0	95,0
Idade média (anos)	28,5	24,5	28,2	24,9
Número médio de anos de estudo	6,1	5,6	6,7	6,6

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

14. Indicada pela idade média.

Novos papéis foram criados nos 20 anos analisados. Um dos resultados foi o crescimento da proporção de mulheres jovens que saíram de casa na condição de chefes e de homens na condição de cônjuges.[15]

Uma permanência mais longa na casa dos pais, em especial entre os jovens das camadas médias da população, está relacionada, em grande medida, ao aumento da escolarização e à diminuição da taxa de participação no mercado de trabalho. Mas, além disso, mudanças de caráter comportamental no interior das famílias, tais como o exercício da sexualidade entre os jovens e a conseqüente reação de suas famílias, parecem afetar, também, esse processo. Por parte dos jovens, se, por um lado, a dependência financeira impõe limitações à sua autonomia em relação à formação de um novo núcleo familiar, por outro, o arbítrio sobre o próprio corpo coloca-se como um espaço de legitimação de sua autonomia (Brandão, 2004). Tal fenômeno decorre da crescente desvinculação, cada vez mais tolerada socialmente, entre atividade sexual e união conjugal e união conjugal e parentalidade. Uma das implicações desse fenômeno entre os jovens é o exercício cada vez mais cedo da sexualidade. Como ressaltado por Heilborn e Cabral, no capítulo 8 deste livro, essa "precocidade" da sexualidade e sua desvinculação do casamento é um fenômeno que tem atingido mais as mulheres. Por sua vez, da parte das famílias, tem-se observado uma crescente flexibilização das normas no que diz respeito ao exercício da sexualidade dos filhos, dentro e fora de casa, resultando em um ambiente familiar de maior tolerância entre seus membros, que propicia ou ao menos facilita a permanência do jovem na casa dos pais.

As condições de rendimento e trabalho também são diferenciadas segundo a posição dos jovens nos domicílios e os tipos de arranjos que elas determinam. Por exemplo, os *domicílios de jovens* podem ser formados por apenas o chefe jovem, apenas o cônjuge jovem ou ambos chefes e cônjuges jovens. A tabela 6 desagrega os mesmos indicadores apresentados na tabela 4 pela subtipologia explicitada. Em 1980, apesar de o rendimento médio do chefe do domicílio onde apenas o chefe era jovem ser o mais baixo entre os três subtipos, o rendimento médio domiciliar *per capita* era o mais alto, a proporção de domicílios pobres a mais baixa e a proporção da renda domiciliar que dependia da renda do chefe e do trabalho eram as mais baixas. Isso pode estar associado à elevada proporção de homens sozinhos nesses domicílios (ver tabela 2). Por outro lado, o maior número de pessoas que trabalhavam era encontrado nesses domicílios, o que é explicado pela maior proporção de mulheres no mercado de trabalho. Já os domicílios onde apenas o cônjuge era jovem, apesar de a renda do chefe ser a mais alta, eram os

15. Camarano et al. (2004a) encontraram resultados semelhantes trabalhando com as Pnads de 1982 e 2002.

TABELA 6
Brasil: características dos chefes e dos domicílios segundo a "subtipologia" – 1980 e 2000

Características	1980			2000		
	Apenas chefe jovem	Apenas cônjuge jovem	Chefe e cônjuge jovens	Apenas chefe jovem	Apenas cônjuge jovem	Chefe e cônjuge jovens
Tamanho médio	3,18	4,65	3,58	2,86	3,93	3,38
Rendimento médio do chefe (R$)	674,11	999,66	754,47	521,56	776,90	504,78
Rendimento médio domiciliar *per capita* (R$)	312,33	246,74	246,93	270,47	251,04	199,51
Percentual de domicílios com renda domiciliar *per capita* inferior a 1/2 SM	32,32	47,95	42,31	29,99	34,55	35,13
Contribuição da renda do trabalho	89,45	92,76	94,88	87,45	93,53	94,90
Percentual da renda do domicílio que dependia da renda do chefe	67,62	86,74	84,76	65,91	78,66	74,65
Número médio de pessoas que trabalhavam por domicílio	1,51	1,34	1,30	1,24	1,36	1,32
Número médio de homens que trabalhavam por domicílio	1,01	1,08	1,06	0,71	0,95	0,94
Número médio de mulheres que trabalhavam por domicílio	0,50	0,26	0,24	0,53	0,41	0,38

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

Nota: Para comparar o rendimento entre 1980 e 2000 foram utilizados os deflatores calculados por Corseuil e Foguel (2002) com base em janeiro de 2002.

mais pobres e os mais dependentes da renda do chefe. Isso pode ser explicado por uma proporção relativamente menor de membros que trabalhavam. Como se viu na tabela 1, foi nesses domicílios que se observou o maior número de filhos pequenos, dada a idade da mãe.

A literatura aponta uma estreita relação entre as etapas do ciclo familiar (ver Goldani, 1999; Arriagada, 1997) e o nível de pobreza. As famílias mais vulneráveis são as classificadas como estando "em fase de consolidação ou expansão". Essas famílias são formadas por casais com filhos em que o cônjuge tem menos de 36 anos e com filhos menores de 13 anos. Ou seja, em sua maioria são formadas por cônjuges jovens. Nessas famílias, encontram-se um número maior de pessoas que não trabalham e uma maior dependência da renda do chefe. Por outro lado, o momento no ciclo de vida desses chefes, ou seja, a sua menor idade, com conseqüente

menor tempo de vida profissional, deve levá-los a uma renda mais baixa (GOLDANI, 1999). O atual regime demográfico, ao reduzir o número de filhos no domicílio, deve ter contribuído para a queda na proporção de domicílios pobres. Isso se verificou em todas as três subtipologias, mas de forma mais intensa onde o jovem era apenas cônjuge.

Essa queda ocorreu a despeito do decréscimo observado no rendimento médio do chefe em todos os grupos e no rendimento médio domiciliar *per capita*. Esse último decréscimo só não ocorreu nos domicílios onde apenas o cônjuge era jovem. Nestes, também se verificou o maior crescimento no número médio de mulheres que trabalhavam, o que levou a uma diminuição na dependência da renda do chefe. Foram os domicílios onde os chefes e os cônjuges eram jovens os que experimentaram a maior queda no rendimento médio do chefe e no domiciliar *per capita*. A menor redução na proporção de domicílios pobres foi verificada naqueles onde apenas o chefe era jovem. Foi aí, também, onde se observou o menor crescimento no número médio de mulheres que trabalhavam, embora esses domicílios continuassem apresentando o maior número de mulheres nessa condição, o mais alto rendimento médio domiciliar *per capita,* o menor percentual de domicílios pobres, a mais baixa proporção da renda domiciliar que dependia da renda do chefe e do trabalho e o menor número de filhos em 2000.

4 JOVENS QUE NÃO SAÍRAM DE CASA: DOMICÍLIOS COM JOVENS

Por definição, os jovens que não saíram da casa dos pais são os que residem nos *domicílios com jovens* na condição de filhos, genros/noras ou outros parentes. Como foi visto no gráfico 4, quanto mais jovem, maior é a proporção dos que residem nesses domicílios nos dois anos estudados. O número de jovens nesses domicílios se reduziu no período, de 2,1 para 1,9, embora permaneça representando cerca de 37% do total de seus membros, conforme mostra a tabela 7. Como mencionado, isso reflete, entre outros fatores, a diminuição da fecundidade no período. O número médio de mulheres jovens residentes nesses domicílios era ligeiramente menor que o de homens. Tal diferença se deve ao fato de as mulheres deixarem o domicílio de origem mais cedo, na maior parte das vezes pelo casamento, o que ocorre com homens mais velhos. No entanto, as diferenças por sexo na idade média dos jovens que residem nos *domicílios com jovens* eram pequenas e praticamente não se alteraram. Observou-se no período uma pequena elevação nessa idade, de 0,5 ano, sugerindo um adiamento da idade à saída de casa.

O adiamento da saída da casa dos pais no Brasil e em alguns países do mundo tem sido apontado por alguns autores e é, também, mostrado neste livro nos

TABELA 7
Brasil: características dos jovens que residiam nos domicílios *com* jovens – 1980 e 2000

Características	1980			2000		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Número médio de jovens no domicílio	1,1	0,9	2,1	1,0	0,8	1,9
Idade média (anos)	19,6	19,4	19,5	20,1	19,9	20,0
Distribuição por sexo	54,8	45,2	100,0	54,9	45,1	100,0
Número médio de anos de estudo	5,9	6,4	6,2	7,0	8,0	7,4
Percentual de jovens que eram da PEA e estudavam	14,2	10,5	12,5	25,2	23,2	23,9
Percentual de jovens que eram da PEA e não estudavam	59,8	29,6	46,2	42,5	31,0	36,6
Percentual de jovens que não eram da PEA e estudavam	16,9	27,2	21,6	19,5	29,1	23,7
Percentual de jovens que não eram da PEA e não estudavam	9,1	32,5	19,7	8,1	14,9	11,0
Rendimento médio do jovem	267,55	131,69	206,13	195,45	132,20	166,89
Contribuição do jovem no rendimento domiciliar	17,9	7,3	25,2	12,5	7,0	19,5
Proporção dos jovens que trabalhavam	72,8	39,2	57,6	52,3	35,6	44,8

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

Nota: Para comparar o rendimento entre 1980 e 2000 foram utilizados os deflatores calculados por Corseuil e Foguel (2002) com base em janeiro de 2002.

capítulos 2 e 4. Carneiro, Knudsen e Osório (2002) encontraram para o Brasil e para a Dinamarca um prolongamento do tempo que as mulheres passavam na casa dos pais entre 1981 e 1993 a despeito do contexto diferenciado em que as transições para a vida adulta ocorrem nesses dois países. Observou-se, também, que esse prolongamento foi mais acentuado na Dinamarca. Outros estudos mostram, no entanto, que o aumento na idade média à saída de casa ocorre, em particular, entre jovens inseridos em contextos mais favoráveis de renda. Isso foi o que, por exemplo, mostrou Mello (2005) para a região metropolitana do Rio de Janeiro.

A partir dessa constatação, a pergunta que se coloca é sobre o que faziam os jovens que não saíram de casa. Dois movimentos parecem estar em curso: o aumento da proporção de filhos que estudavam e uma diminuição da proporção dos que trabalhavam (ver tabela 7). Como resultado, observou-se um incremento na escolaridade média, que beneficiou mais as mulheres. Nos dois anos considerados, as

mulheres jovens eram mais escolarizadas que os homens, tendo a diferença se ampliado em 2000. Em 1980, elas tinham 6,4 anos de estudo e passaram em 2000 a ter 8,0 anos. Já os jovens do sexo masculino experimentaram ganhos menores; o indicador mencionado variou de 5,9 anos em 1980 para 7,0 em 2000. Vários estudos já mostraram que foram as mulheres as que mais se beneficiaram com as políticas universalistas de educação, invertendo assim o hiato de gênero existente na educação nas décadas passadas (Beltrão; Alves, 2004; Guedes, 2004). Ou seja, as mulheres, de modo geral, não só aumentaram a sua escolaridade como ultrapassaram a dos homens. Com exceção das mulheres em 1980, a escolaridade média das que não saíram de casa era mais elevada que a das que saíram, e essa diferença se ampliou nos 20 anos considerados.

Observou-se uma expressiva diminuição na proporção dos jovens que participavam da atividade econômica nesse tipo de domicílio (ver tabela 7). Em 1980, 65,7% dos homens exerciam alguma atividade econômica. Esse percentual reduziu-se para 52,3% em 2000. Entre as mulheres, essa proporção aumentou ligeiramente: passou de 35,6% para 39,2%. Nos dois anos considerados, a proporção de mulheres jovens que trabalhavam era bem menor que a de homens. A proporção de homens na condição de filhos e outros parentes[16] que não estudavam nem participavam do mercado de trabalhou diminuiu ligeiramente no período: passou de 9,1% para 8,1%. Já as mulheres experimentaram uma forte redução de 32,5% para 14,9%, o que é explicado pelo maior tempo passado na escola e pela entrada no mercado de trabalho. A menor participação dos jovens no mercado de trabalho no período parece ter tido algum impacto na sua contribuição no orçamento domiciliar. Observou-se uma importante diminuição nessa contribuição entre os homens, que passou de 17,9% para 12,5% no período 1980-2000. Entre as mulheres, ela ficou constante, em torno de 7%.

A tabela 7 mostra, também, que aumentou no período considerado o percentual de jovens na condição de filhos e outros parentes que combinavam as atividades de estudo e trabalho. Isso ocorreu para ambos os sexos. A combinação de freqüência à escola e exercício de alguma atividade econômica é uma tendência em curso na população em geral, já detectada em vários capítulos deste livro. Entre os homens, a proporção mencionada aumentou de 14,2% em 1980 para 25,2% em 2000 e, entre as mulheres, de 10,5% para 23,2%.

Analisar os jovens que vivem na casa dos pais implica conhecer, também, as condições dos domicílios em que eles vivem. Uma maneira de se medir essas condições pode ser através da análise de algumas características desses domicílios,

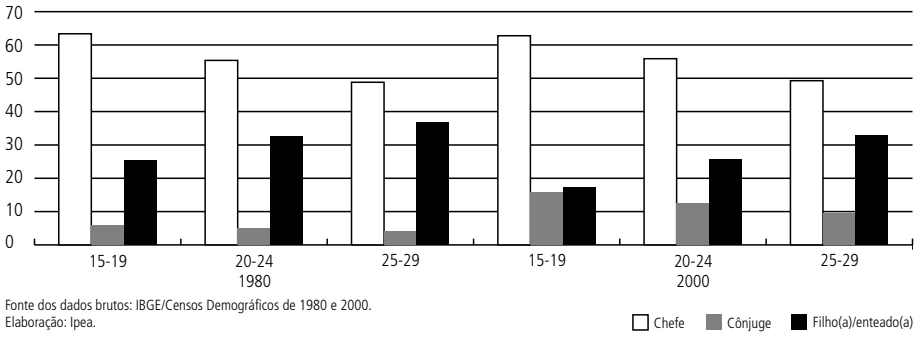
16. São considerados: genros, noras, enteados, netos e sobrinhos.

bem como de seus chefes. Já foi visto na tabela 4 que, em termos de rendimentos, os *domicílios com jovens* estavam em melhores condições que os *de jovens*. A comparação entre 1980 e 2000 aponta para uma expressiva redução na proporção de domicílios pobres se o indicador utilizado for a proporção de domicílios cuja renda mensal *per capita* era inferior a 1/2 SM. Essa redução foi maior do que a verificada para os *domicílios de jovens*. O rendimento médio domiciliar *per capita* não se alterou no período apesar de o rendimento médio do chefe ter diminuído, bem como o número médio de pessoas que trabalhavam.

A contribuição da renda do trabalho nos domicílios estudados diminuiu e o orçamento doméstico passou a contar mais com a renda de aposentadorias e pensões, que aumentou de 7,8% para 16,1%.[17] O orçamento passou, também, a depender menos da renda do chefe e dos filhos e mais da renda do cônjuge, como se pode observar no gráfico 5. Embora baixa, a participação da renda do cônjuge no orçamento familiar mais do que dobrou no período, independentemente de sua idade. Como seria de se esperar, a contribuição da renda do filho é fortemente afetada pela idade; a redução dessa contribuição foi tanto maior quanto mais jovem ele era. Não se observaram variações expressivas na contribuição da renda do chefe no orçamento desses domicílios.

Sumarizando, parece que, em maior ou menor grau, uma parte dos jovens que vivem na condição de filhos e outros parentes nesses domicílios está vivenciando o seu processo de transição para a vida adulta. Apesar de serem mais novos que os que já formaram seu próprio domicílio, há indícios de que uma parte significativa deles já estava assumindo alguns papéis sociais típicos de adultos nos domicílios

GRÁFICO 5
Brasil: proporção da renda dos domicílios *com* jovens que dependiam da renda de seus membros segundo membro e idade do jovem – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

17. Dados não mostrados.

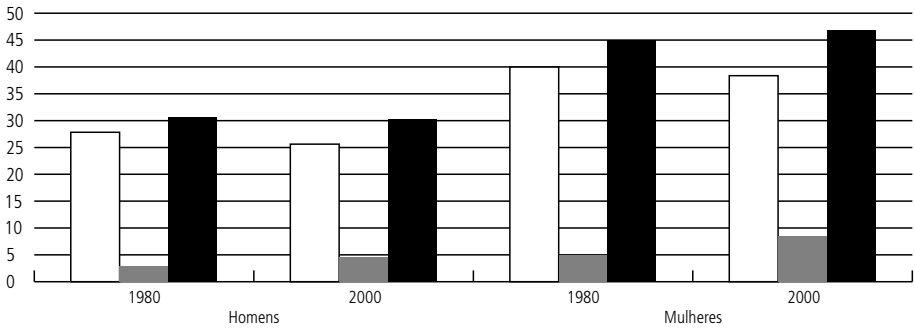
dos pais ou de outros parentes. Uma elevada proporção desses jovens trabalhava, independentemente de freqüentar ou não a escola, e prestava alguma contribuição para o orçamento domiciliar. Além disso, como será visto na seção seguinte, cresceu a proporção de jovens que formaram família, pelo casamento ou pela parentalidade, dentro dos domicílios dos pais.

5 OS JOVENS QUE CONSTITUÍRAM FAMÍLIA MAS NÃO SAÍRAM DE CASA FIZERAM A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA?

Não se tem um consenso sobre qual evento marca o final do processo de transição para a vida adulta. A literatura aponta o casamento, a parentalidade e a saída de casa como eventos importantes nesse processo. Embora esses eventos continuem muito associados, já foi observado em vários capítulos deste livro que uma parcela não desprezível de jovens casa e/ou tem filhos sem sair da casa dos pais. Como mencionado na introdução deste capítulo, essas são chamadas pelas pesquisas domiciliares do IBGE de famílias conviventes.

Em 1980, em 9,3% dos *domicílios com jovens* encontravam-se famílias formadas por jovens, independentemente da saída de casa e/ou da emancipação econômica. Nos 20 anos estudados, a proporção mencionada passou para 12,6%.[18] Esse crescimento explica a aparente contradição entre os resultados mostrados no capítulo 4 relativos à antecipação da maternidade e ao adiamento da saída da casa dos pais. São consistentes com os achados de Heilborn e Cabral, no capítulo 8 deste livro, que falam de uma "transição condensada" para a vida adulta. Conforme mostra o gráfico 6, nessas famílias encontravam-se, em 2000, aproximadamente 5% dos

GRÁFICO 6
Brasil: proporção de jovens que constituíram família – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

18. Dados não mostrados.

homens jovens e 9% das mulheres. Embora baixa, tal proporção foi quase o dobro da verificada para 1980. Esse crescimento compensou a redução na proporção de jovens que haviam saído de casa. Considerando as duas modalidades de constituição de família, pode-se dizer que para os homens não ocorreram mudanças no *quantum*, ou seja, na proporção de pessoas que constituíram famílias, e para as mulheres houve um incremento. Na verdade, o que se observou foram alterações na forma como esse processo aconteceu, o que pode ser explicado pela antecipação da maternidade e pelo aumento das separações conjugais.

A tabela 8 apresenta algumas características dessas famílias e de seus chefes em 1980 e 2000. Em 1980, 2/3 dos chefes eram homens. Essa proporção diminuiu no período e, em 2000, era quase equivalente à de mulheres. Os homens eram predominantemente casados, cuja proporção também decresceu no período em prol do aumento da de separados. Esse último percentual passou de 11,3% para 24,4%, indicando uma reduzida duração do casamento. Nesse caso, não se sabe se esses jovens saíram da casa dos pais e depois voltaram ou se não saíram. A idade é uma variável importante na determinação desse tipo de família, mas o que se observou no período foi um rejuvenescimento dos chefes. A idade média passou de 26,1 para 25,0 anos. Esses eram mais jovens do que os que já tinham deixado a casa dos pais em torno de três anos.

Aproximadamente 80% das mulheres inseridas nessas famílias já tinham tido filhos nos dois anos analisados. Isso significa que, do total de mulheres jovens, 12,3% já haviam sido mães em 2000, proporção mais que o dobro da observada em 1980, que fora de 5,0%. Aí se encontrava 1/3 das mulheres que tinham tido filhos em 2000. O gráfico 7 apresenta a distribuição proporcional dessas mulheres por estado conjugal. Em primeiro lugar, chama-se a atenção para o fato de que o crescimento do percentual de mulheres jovens que tiveram filhos e não saíram de casa ocorreu nas três categorias consideradas, mas de forma mais expressiva na de separadas. Enquanto em 1980 predominavam as casadas entre as mulheres que tiveram filhos (47,9%), em 2000, o grupo que mais se destacou foi o das separadas (40,8%). Esse resultado é consistente com os outros já encontrados a respeito do aumento da chefia de família feminina e de separações conjugais. Esse aumento é resultado das mudanças na nupcialidade da população brasileira, que deixou de ser experimentada apenas pelas pessoas nas idades consideradas adultas, para ser vivenciada, também, pelas mais jovens. Além disso, não se pode inferir se essas mulheres saíram de casa e retornaram ou se não saíram.

De acordo com a tabela 8, a proporção de mulheres jovens que tiveram filhos nas famílias conviventes não se alterou no período e não foi muito diferente

TABELA 8

Brasil: características das famílias e dos chefes das famílias *de* jovens em domicílios *com* jovens – 1980 e 2000

Características	Famílias *de* jovens		Domicílios *de* jovens
	1980	2000	2000
Tamanho médio	2,92	2,89	3,46
Número médio de filhos	1,21	1,16	1,36
Proporção de chefes homens	64,20	52,65	87,84
Proporção de chefes mulheres	35,80	47,35	12,16
Proporção de mulheres que tiveram filhos	78,52	80,58	74,46
Estado conjugal do chefe			
Casado	66,71	53,83	89,99
Solteiro	20,27	20,76	9,54
Viúvo	1,67	1,00	0,08
Separado/desquitado/divorciado	11,35	24,41	0,39
Número médio de anos de estudo do chefe	5,65	6,47	6,49
Rendimento médio do chefe (R$) – excluindo rendimento zero[a]	543,40	390,45	603,78
Percentual de famílias com renda familiar *per capita* inferior a 1/2 SM	56,78	58,91	33,78
Percentual de famílias de jovens com renda zero	17,61	30,26	6,96
Número médio de pessoas que trabalhavam por família	1,00	0,88	1,29
Número médio de homens que trabalhavam por família	0,65	0,49	0,90
Número médio de mulheres que trabalhavam por família	0,35	0,38	0,40
Idade média do chefe	26,15	25,04	28,73
Proporção de chefes que estudavam	6,44	15,39	8,59

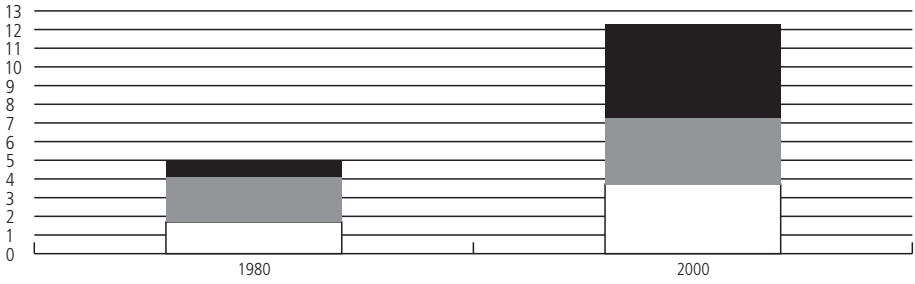
Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

Nota: Para comparar o rendimento entre 1980 e 2000 foram utilizados os deflatores calculados por Corseuil e Foguel (2002) com base em janeiro de 2002.

[a] Apenas para as famílias *de* jovens em 1980 e 2000.

GRÁFICO 7

Brasil: proporção de mulheres jovens que tiveram filhos e residiam na casa dos pais – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.
Elaboração: Ipea.

Solteiras Casadas Separadas

da de residentes nos *domicílios de jovens*. O que diferiu foi o percentual de chefes de família casados, que era muito mais alto nesses últimos, o que sugere que a formação de família estava mais vinculada ao casamento, ou que o vínculo de casamento já se desfez para uma parte das conviventes. O tamanho médio dessas famílias não se alterou no período, bem como o número médio de filhos, a despeito do aumento generalizado da fecundidade no período. Também não foi muito diferente do número de filhos residentes nos *domicílios de jovens*. Esses dados sugerem que a maternidade tem desempenhado um papel importante na constituição dos dois tipos de família, mas com maior impacto nas conviventes.

De uma maneira geral, as famílias conviventes estavam em piores condições econômicas que as residentes nos seus domicílios, condições essas medidas pelo rendimento médio do chefe e pelo rendimento médio domiciliar *per capita*, da proporção de famílias pobres e das sem nenhum rendimento. Além disso, pioraram no período estudado, segundo qualquer indicador considerado. Não obstante, a escolaridade média dos chefes não foi muito diferente entre os dois tipos de família no ano 2000. Por outro lado, menos homens trabalhavam nas famílias conviventes, o que resultou numa proporção menor de membros inseridos no mercado de trabalho. Já a proporção de chefes que trabalhavam mais do que dobrou no período e foi quase o dobro da comparável para os chefes dos *domicílios de jovens*. Isso pode estar sinalizando que há uma busca por melhores oportunidades econômicas da parte desses jovens.

Do total dessas famílias conviventes, 17,6% não tinham nenhum rendimento em 1980. Esse percentual aumentou para 30,3%, sugerindo uma maior dependência econômica sobre os outros membros dos domicílios (ver tabela 8). Essas informações levantam uma questão se esse arranjo familiar representa uma estratégia de sobrevivência, o que seria mais comum entre os jovens e os arranjos chefiados por mulheres. Ramos (2004) mostrou que os arranjos monoparentais femininos, em particular o composto por chefe mulher com filhos na região metropolitana do Rio de Janeiro, têm como estratégia a co-residência em domicílios com renda suficiente para garantir a sua sobrevivência. A autora encontrou, em 2000, 11,5% das famílias nesse tipo de arranjo sem nenhum rendimento familiar. Isso sugere que essas famílias compartilham dos recursos dos outros membros do domicílio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se mencionou na introdução, o objetivo deste capítulo é analisar o processo de formação de família dos jovens brasileiros. Considerou-se que os elementos desencadeadores desse processo poderiam ser pelo menos um dos seguintes eventos:

o casamento, a maternidade e a saída de casa dos pais ou de origem. Do ponto de vista do processo de transição para a vida adulta, considera-se a saída de casa o estágio final desse processo.

Proporções ligeiramente menores de homens e mulheres tinham saído de casa até os 29 anos em 2000 comparativamente a 1980, apontando para um adiamento da idade em que esse fenômeno ocorria. Como já visto em vários trabalhos, as mulheres deixavam a casa dos pais mais cedo que os homens, o que geralmente ocorria através do casamento. Embora os dados utilizados neste capítulo se refiram ao momento da pesquisa e não ao momento em que aconteceu o evento, eles sugerem que a saída continuava a ocorrer na forma tradicional, via casamento, o homem na condição de chefe e a mulher na de cônjuge. A maternidade parece ter tido um impacto importante nesse processo.

Por outro lado, uma proporção maior de jovens constituiu família sem ter saído da casa dos pais. Considerando os dois arranjos no seu conjunto, a soma das proporções não diferiu entre os dois anos considerados, não sendo possível, portanto, falar em adiamento do processo de constituição de família. O que se pode concluir é que houve uma mudança na sua composição, provocada pelo aumento do número de famílias conviventes. No caso dessas famílias, a sua formação parece ter sido desencadeada, principalmente, pela maternidade e por separações conjugais sem uma inserção adequada no mercado de trabalho que lhes permitisse a independência econômica. No caso dos *domicílios de jovens*, parece estar relacionada ao casamento, à maternidade e à saída de casa para as mulheres, e, para os homens, a uma melhor inserção nas atividades econômicas.

Ficou claro no trabalho que as famílias constituídas pelos jovens, seja em novos domicílios ou na casa dos pais, ao contrário do esperado, não eram compostas nem por pessoas sozinhas nem por casal sem filhos. Já apresentavam características de um estágio de formação mais avançado, ou seja, tinham pelo menos um filho. Esse resultado sugere a importância da parentalidade no processo de constituição de famílias.

Embora em pequena escala, cresceu a proporção de mulheres chefes de família, processo em curso em toda a população brasileira e que parece estar, em parte, ligado ao aumento das separações. Por outro lado, cresceu também o número de homens cônjuges, apesar de os percentuais observados serem, também, bastante baixos, o que pode ser decorrência da maior participação feminina nas atividades econômicas. Como se trabalhou com apenas dois pontos no tempo e os percentuais são muito baixos, não se pode afirmar que esses dados configuram uma nova tendência, tendência esta já consolidada para a população adulta.

As famílias formadas nos domicílios dos pais estavam em piores condições econômicas que as residentes nos domicílios próprios, as quais, por sua vez, estavam em pior situação que as demais. A associação entre as etapas do ciclo familiar e o nível de pobreza é bastante comum na literatura. Nas famílias de jovens em geral, encontra-se um número maior de pessoas que não trabalham e uma dependência maior da renda do chefe. Por outro lado, o momento no ciclo de vida desses chefes, ou seja, a sua menor idade, com conseqüente menor experiência profissional deve resultar em uma remuneração relativamente mais baixa. Isso acontece no caso brasileiro, a despeito de o chefe jovem apresentar uma escolaridade mais elevada que o não-jovem.

Os resultados deste capítulo apontam para novas formas de constituição de família entre os jovens brasileiros e sugerem que as fases de sua formação podem ser marcadas por trajetórias não-lineares, podendo, por exemplo, os filhos virem antes do casamento e antes da saída da casa dos pais. O aumento da escolarização, maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, mudanças na nupcialidade e no exercício da sexualidade são variáveis importantes que explicam essas novas formas. Algumas dessas mudanças afetaram toda a população brasileira, como a redução da nupcialidade e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Outras são típicas da juventude, como o início do exercício da sexualidade. Não foi possível concluir, em função da indisponibilidade de dados, se o processo de saída de casa é ou não reversível no tempo, mas assume-se a sua possibilidade. Assim sendo, o jovem de hoje pode encontrar-se mais disponível para situações que suscitem movimentos de idas e vindas entre o seu domicílio e o de seus pais.

REFERÊNCIAS

ARRIAGADA, I. *Políticas sociales, familia y trabajo en la América Latina de fin de siglo*. Santiago do Chile, Naciones Unidas, Cepal, 1997 (Série Políticas Sociales, n. 21).

BELTRÃO, K.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 14., 2004, Caxambu. *Anais*... Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. 24 p.

BRANDÃO, E. R. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 63-86.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica da família. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-23, jan./jun. 1989.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; PASINATO, M. T.; KANSO, S. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. *Última Década*, Cidpa Valparaíso, n. 21, p. 11-50, dez. 2004a.

_____. Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Os novos brasileiros: muito além dos 60* ? Rio de Janeiro: Ipea, 2004b.

CARNEIRO, I.; KNUDSEN, L.; OSÓRIO, R. Late-Stayers: Who are they? The home leaving process in Brazil and Denmark. Danish Center for Demographic Research. *Research Report*, n. 24, 2002.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. *Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE*. Rio de Janeiro: Ipea, 2002 (Texto para discussão, 897).

GOLDANI, A. M. O regime demográfico brasileiro no anos 90: desigualdades, restrições e oportunidades demográficas. In: GALVÃO, L.; DÍAZ, J. (Orgs.). *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil.* São Paulo: Hucitec, Population Council, 1999.

GUEDES, M. de C. *As mulheres de formação universitária*: a reversão da desigualdade de gênero e seus reflexos no mercado de trabalho. Brasil: 1970-2000. 2004. 106 f. Dissertação (Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, IBGE, Rio de Janeiro, 2004.

IBGE. *Censo Demográfico 2000:* documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002.

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R.; VARELLA, S. *O levantamento de informações sobre as famílias nas Pnads de 1992 e 1999.* Rio de Janeiro: Ipea, 2002 (Texto para discussão, n. 860).

MELLO, J. L. *Transições para a vida adulta:* os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2005.

RAMOS, D. A. L. *As famílias da região metropolitana do Rio de Janeiro:* uma análise de suas posições condições econômicas no período no período 1991 – 2000. 2004. 137 f. Dissertação (Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004.

CAPÍTULO 8

PARENTALIDADE JUVENIL: TRANSIÇÃO CONDENSADA PARA A VIDA ADULTA

Maria Luiza Heilborn
Do Instituto de Medicina Social da Uerj
Cristiane S. Cabral
Do Instituto de Medicina Social da Uerj

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda a temática da juventude segundo a perspectiva da sexualidade e da reprodução, discutindo em que medida os eventos biográficos da maternidade e da paternidade podem ser compreendidos como formas de transição para a vida adulta. Nossa argumentação assenta-se em dois aspectos: primeiro, na concepção da juventude como processo e não como etapa claramente definida por marcos etários que conduzem à vida adulta, problematizando a ocorrência do episódio reprodutivo nesse período da vida; segundo, na discussão, a partir da heterogeneidade social presente entre jovens brasileiros, de que modo o chamado modelo de prolongamento da juventude é apanágio de determinados grupos sociais no país.

Lançando mão da base de dados da chamada Pesquisa Gravad (de *gravidez na adolescência*), investigação multicêntrica sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil[1] que reúne informações qualitativas e quantitativas, discutimos de que forma a parentalidade – termo que engloba a idéia de maternidade e de paternidade – constitui-se como transição para a vida adulta. O material sobre o qual a presente análise se debruça reúne trajetórias juvenis distintas, que apresentam ou não a experiência da reprodução dita precoce. Ainda que jovens pais ou mães não

1. A investigação foi elaborada por Maria Luiza Heilborn, do Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Michel Bozon, do Institut National d'Études Démographiques (Ined); Estela M. L. de Aquino, do Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica em Gênero e Saúde (Musa), do Instituto de Saúde Coletiva (ISC), da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e Daniela Knauth, do Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (Nupacs) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O estudo foi realizado por três centros de pesquisa: Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do IMS/UERJ; Programa de Estudos em Gênero e Saúde do ISC/UFBA; e o Nupacs da UFRGS. Os principais resultados do inquérito encontram-se publicados em Heilborn et al. (2006), em que podem ser obtidas informações sobre a composição detalhada da equipe de pesquisadores.

representem as trajetórias prevalentes, uma vez que a maioria é composta por jovens sem filhos, olhar para tais percursos cresce em importância, em função do debate contemporâneo em torno da reprodução precoce.

2 REPRODUÇÃO NA JUVENTUDE: IMPACTOS NA TRANSIÇÃO

O termo juventude é aqui entendido como categoria socialmente construída, passível de abrigar não apenas similaridades, mas também diferenças sociais entre os jovens. O uso indiscriminado do termo juventude pode encobrir aparentes unidades de realidade (Pais, 1993), pois tal rótulo possui especificidades em termos de classe, gênero, raça/cor etc. (Bourdieu, 1983). Os marcos etários que delimitam as fases do ciclo de vida ou as categorias de idade são móveis e variam ao sabor de novas concepções sociais acerca do humano e das relações intergeracionais (Ariès, 1978; Debert, 1999; Peixoto, 2000; Lins de Barros, 1998).

À concepção de juventude enquanto diversidade alia-se a de juventude como *processo,* abordagem que dá preeminência aos modos de passagem ou de transição para a vida adulta. Muitos trabalhos europeus partem do pressuposto de que a juventude deixa de ter demarcadores socioculturais claros e que suas fronteiras de tempo não podem ser delimitadas com nitidez; o foco é sobre as transições subjacentes como demarcadoras dessa fase (Galland, 1995, 1997). A linhagem de trabalhos sociológicos contemporâneos sobre juventude enfatiza o sentido de um processo social de passagem ou entrada na vida adulta, ainda fortemente caracterizado pelos marcos da autonomia residencial/conjugal e profissional/financeira.

Embora os modos de passagem para a vida adulta sejam extremamente diversificados, Galland (1995, 1997) enfatiza que a novidade contemporânea consiste na reversibilidade e no entrelaçamento dos marcos. O termo "prolongamento da juventude", criado por esse autor, refere-se a um fenômeno presente nos países industrializados, com origem em mudanças estruturais no mercado de trabalho. A crescente escolarização para um ingresso bem-sucedido na vida laboral é um dos requisitos para a entrada no mercado de trabalho que, ao mesmo tempo, apresenta uma contração de oportunidades para os jovens. Tais transformações, associadas a mudanças nos modos de relacionamento entre as gerações, dão maior autonomia aos jovens sem que isso implique independência financeira, tendo como conseqüências o retardamento da saída da casa dos pais e o adiamento da vida conjugal e reprodutiva (Pais, 1993; Pais et al., 1998; Galland, 1997; Cicchelli, 2001; Ramos, 2002).

No fenômeno do prolongamento da juventude estão associadas mudanças de natureza macroestrutural que dizem respeito à extensão dos estudos, a restrições

no mercado de trabalho, a alterações simbólicas no que concerne às expectativas da sociedade em relação aos jovens e, finalmente, a mudanças nas relações intergeracionais. Tudo isso tende a tornar essa fase da vida o palco de algumas contradições. Por exemplo, o exercício da sexualidade não mais restrito ao ingresso na vida conjugal é um desses fenômenos, pois de um lado se gestam condições sociais de aceitação para o exercício da sexualidade juvenil, ao mesmo tempo em que permenece um certo interdito nas conversas sobre sexualidade no interior das famílias, bem como a não-priorização de temas como contracepção e educação sexual nas escolas (em diálogos francos, abertos e claros).

O recente elo entre juventude e reprodução tem sido estimulado pelo acalorado debate sobre "gravidez precoce" no Brasil. A expressão "gravidez na adolescência" abriga uma faixa etária que foi durante muito tempo considerada uma idade ideal para a mulher ter filhos. Entretanto, na atualidade, quando se fala em "gravidez na adolescência" (GA) o evento é qualificado como "precoce". Contudo, a fecundidade entre adolescentes é uma realidade antiga na América Latina, sendo mais marcante na América Central (Gupta; Leite, 1999). O Brasil não é exceção. As inquietações em torno da GA na sociedade brasileira podem ser atribuídas, entre outros fatores, a alterações no perfil demográfico do país. Nas últimas décadas, a população passou por transformações rápidas, com acentuada queda da fecundidade e aumento da esperança de vida ao nascer, o que alterou sua estrutura etária. Desde 1970 diminui o ritmo de crescimento da população jovem, enquanto se elevam as taxas de crescimento da população mais velha (Baeninger, 1999).

Embora os dados epidemiológicos revelem queda nas taxas de fecundidade, a análise por faixas etárias específicas indica significativo aumento de fecundidade no intervalo etário compreendido entre 15 e 19 anos. Tradicionalmente, as taxas mais altas são encontradas em mulheres de 20 a 24 anos. A partir dos anos 1980, há um crescimento relativo na taxa de fecundidade entre mulheres de 15 a 19 anos, com índices que ganham peso quando comparados ao concomitante decréscimo nas taxas do grupo eário de 20 a 24 anos (Camarano, 1998). Contudo, estudo recente aponta uma mudança no Brasil a partir de 2000, no sentido da diminuição da fecundidade específica no grupo considerado adolescente (Berquó; Cavenaghi, 2005). O aumento nessa taxa específica, cuja apreensão pelo senso comum provavelmente se deve ao declínio da fecundidade nas demais faixas etárias, provoca um sentimento social de que a GA ocorre em uma proporção desmedida. Esse é o tom predominante do debate público em torno do fenômeno, associado de modo recorrente com as questões da pobreza e da violência urbana no país (Oliveira, 2005; Vieira, 2005; Bomba Relógio, 2005).

Assim, a gravidez precoce sobressai particularmente no quadro geral de redução da fecundidade e ganha visibilidade pela maior proporção de gestações e nascimentos na juventude fora da união (Longo; Rios-Neto, 1998). Apesar de não ser a única faceta da questão, a "novidade" do tema da gravidez na adolescência pode ser atribuída, ao menos em parte, a essa "ilegitimidade" – o que contribui para transformar o fenômeno em um problema social (Champagne, 1989). Além disso, as novas expectativas sociais em relação à juventude, associadas ao aumento das taxas de fecundidade e da duração de escolaridade, contribuem para a produção desse tipo de representação. Nesse contexto, a gravidez ou experiência de parentalidade na juventude passa a ser vista como um acontecimento que perturba o desenvolvimento ideal do jovem nessa etapa da vida.

Os discursos sobre GA ignoram a mudança dos costumes sexuais no Brasil. Em certa medida e dependendo do contexto, a sexualidade feminina pré-conjugal passou a ser mais aceita socialmente. A experimentação sexual, amplamente permitida (e mesmo incentivada) aos rapazes, até algumas décadas atrás, com parceiras específicas, geralmente consideradas desviantes, passou a ser exercida com moças em contexto de namoro.

A adolescência é comumente vista como um período da vida em que se intensifica o processo de construção da autonomia dos jovens diante da família e da busca de suas singularidades. Nessa fase os jovens experimentam relações afetivas que ampliam seu universo de vínculos para além da família e da rede de amigos. Desenvolvem-se complexos processos de aprendizagem cultural em torno da sexualidade, intimamente relacionados aos códigos de gênero vigentes em diferentes contextos sociais nos quais os sujeitos estão inseridos. Representações, valores e comportamentos relativos à sexualidade e aos papéis de gênero são consolidados no decorrer da adolescência: "Duas agências são centrais na transmissão desses valores: a família e o grupo de pares. A autonomia progressiva frente à família expõe fortemente os jovens à cultura do grupo de pares" (Heilborn et al., 2002, p. 23). Colegas e amigos são fortes referências de validação e reconhecimento dos sujeitos e, cada vez mais, desempenham papel expressivo na modelação das condutas dos jovens (Lagrange; Lhomond, 1997).

Discutir sobre contracepção torna-se imperativo ante o cenário apresentado de mudanças ocorridas nas relações sexuais entre jovens e adolescentes. No que concerne à reprodução, as mulheres são culpabilizadas por engravidar, e os homens absolvidos ou esquecidos de sua participação. Fala-se muito sobre "planejamento familiar", sem levar em conta a educação sexual como instrumento que, de fato, poderia acarretar uma prática de contracepção e de proteção nas relações sexuais de forma regular na vida dos jovens.

2.1 Modelação cultural da sexualidade e do gênero

Sexualidade e gênero estão intrínseca e inescapavelmente imbricados. A sexualidade resulta, a nosso ver, de diferentes cenários, cuja mescla comporta dimensões psíquicas e sociais, e também importa articulação com a esfera reprodutiva. A demonstração do caráter de socialização e de modelagem cultural da sexualidade vem se antepor às noções de instinto ou de pulsão, segundo as quais a sexualidade é considerada como inata ou natural. Argumentamos que a sexualidade com parceiro depende de uma contínua decifração de códigos de conduta, gestos, leitura das intenções dos envolvidos e de um processo de negociação em torno dos significados (Berger; Kellner, 1970; Gagnon; Simon, [1973] 2005), para que, em realidade, tenha lugar.[2]

A sexualidade é um dos principais domínios que incitam o jovem a criar uma esfera de autonomia individual em relação à família de origem. A construção desse espaço privado pressupõe o aprendizado sobre o início e o estabelecimento de um relacionamento afetivo e sexual (Azevedo, 1981; Bozon, 1993, 2004; Brandão, 2004). A adolescência é caracterizada por diversas transições, dentre as quais se destaca a passagem à sexualidade com parceiro. Contudo, o aprendizado da sexualidade não se restringe à genitalidade nem à primeira relação sexual. Antes, trata-se de um processo de experimentação pessoal e de impregnação pela cultura sexual do grupo, processo que se intensifica na adolescência e na juventude (Gagnon; Simon, [1973] 2005).

Na sociedade brasileira uma das formas de interação amorosa capaz de desembocar em relações sexuais é o namoro. Como toda relação social, essa forma de engajamento também passa por transformações históricas. Até algumas décadas, o namoro podia permanecer casto por bastante tempo. Os contatos corporais tornavam-se mais íntimos e variados somente com o tempo, a preservação da virgindade feminina era um valor maior. Uma das recentes modificações nos costumes sexuais no Brasil diz respeito à temporalidade da sexualização do namoro e de outras formas de relacionamento juvenis. Para os jovens atuais, o namoro ainda é um compromisso entre duas pessoas apaixonadas. Entretanto, é inegável que o exercício de relações sexuais entre o par tornou-se uma questão para rapazes e moças. Em outras palavras, o namoro deixou de ser uma etapa preparatória para a conjugalidade. Adquiriu uma realidade em si, como etapa de experimentação afetiva e sexual para os jovens, o que se traduz, por exemplo, pela diminuição da idade das mulheres quando de sua primeira relação sexual (essa idade diminuiu cerca de dois anos em duas décadas).

2. Essa afirmativa é válida tanto para as relações entre sexos opostos quanto para as que envolvem pessoas de mesmo sexo.

A forte demarcação de gênero na cultura sexual brasileira reserva atitudes e qualidades para cada um dos sexos de modo contrastivo. Assim, masculinidade e atividade estão intimamente associadas, em contraposição à feminilidade e passividade, elementos que compõem um sistema classificatório que funciona como um quadro de leitura para as condutas.[3] Sobre os gestos e comportamentos dos homens é exercida uma vigilância constante, de modo que não haja dúvidas quanto a sua masculinidade (Parker, 1991). Na adolescência há uma pressão social para que o rapaz busque relações sexuais com pessoa do sexo oposto, o que seria garantia de heterossexualidade. De forma análoga, as mulheres devem administrar os avanços masculinos para conservar uma reputação de *moça de família* ou de *mulher honesta*. Ainda que a perda da virgindade não constitua mais uma condição passível de estigmatização das mulheres, permanece certa exigência de virgindade moral, sob a forma de um jeito passivo e ingênuo em torno do exercício sexual, o que traz implicações para a abordagem de questões de sexualidade ou de contracepção com parceiro (Bozon et al., 2003).

Além disso, a maternidade é ainda um componente muito valorizado da feminilidade, o que é expresso na sociedade brasileira pelo ideal de ter o primeiro filho bastante jovem (em comparação com países desenvolvidos). Nesse cenário de atitudes e de papéis claramente atribuídos a cada um dos gêneros, as relações sexuais entre homens e mulheres são vividas como fruto da espontaneidade: é culturalmente pouco provável que uma primeira relação sexual seja discutida ou preparada (Bozon; Heilborn, 2006). Muitas vezes ela é barganhada pelos rapazes como "prova de amor" de suas parceiras. Esse panorama revela, com extrema propriedade, o modo como prescrições culturais hegemônicas acerca do gênero modelam a feminilidade em torno da maternidade, e a masculinidade, sob o signo da sexualidade.

2.2 Um dispositivo qualitativo-quantitativo sobre juventude e reprodução

Como já antecipamos, a base de dados que dá suporte a este capítulo foi reunida por meio da Pesquisa Gravad *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil*, uma investigação sobre comportamentos sexuais e reprodutivos de jovens brasileiros desenvolvida em duas etapas: uma inicial, qualitativa, em que foram realizadas 123 entrevistas em profundidade entre 1999 e 2000, e outra, quantitativa, abrangendo 4.634 indivíduos, em um inquérito populacional com amostra aleatória e estratificada, levado a termo entre outubro de 2001 e janeiro de 2002. A pesquisa limitou-se a três grandes capitais – Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador – situadas em regiões bem díspares (Sul,

3. Esse sistema classificatório ordena as relações entre pessoas do mesmo sexo ou entre sexos opostos.

Sudeste e Nordeste). Em ambas as etapas foram entrevistados face a face homens e mulheres entre 18 e 24 anos.

Os entrevistados situam-se em uma faixa etária ligeiramente superior àquela definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como "adolescente" (10 a 19 anos). O recorte etário eleito obedece à premissa de que tal descentramento em direção a uma população com mais idade traz vantagens de observação sobre o desenrolar dos processos em exame.

O questionário privilegiou certos eventos do percurso afetivo-sexual: os iniciais e os últimos (em menor número), em função da possibilidade de estruturar uma trajetória e permitir uma boa rememoração por parte dos inquiridos. Foram assim pesquisados: a primeira e última relação sexual, primeiro relacionamento de três meses ou mais (com relação sexual), primeira união, primeira separação, primeira e última gravidez, primeiro e último filho, primeiro aborto (espontâneo e provocado) e o parceiro atual. O mesmo elenco de questões foi apresentado aos jovens de ambos os sexos, sendo a formulação das perguntas redigida (e lida) de acordo com o sexo do entrevistado. Tais procedimentos contribuíram para um alto índice de resposta (85,2%).

3 A EXPERIÊNCIA DA PARENTALIDADE NA JUVENTUDE

A opção pela perspectiva de juventude como processo possibilita acatar sua heterogeneidade, uma vez que reconhece os efeitos diferenciais das condições materiais de existência nas trajetórias. Nessa perspectiva, importam as pequenas e sucessivas experiências de "primeira vez" que modulam a socialização do jovem (Bozon, 1993; Giami; Berthier; Gosselin, 1984; Giami; Schiltz, 2004), como o primeiro namoro, a primeira relação sexual, o primeiro trabalho, o primeiro filho. Assim, trata-se de um conjunto de pequenos rituais de passagem em torno de determinados marcos valorativos bastante fortes e ainda presentes na sociedade brasileira.

O debate público travado no Brasil a respeito da necessidade ou não de regulação da sexualidade e fecundidade adolescentes tem origem nas preocupações em relação ao crescimento da pobreza e desigualdade social no país. O suposto desregramento das práticas sexuais juvenis tem sido usado como argumento para explicar a reprodução nessa fase da vida e seus desdobramentos perversos nas experiências juvenis. Com o apoio dos dados da Pesquisa Gravad, buscamos delinear os trajetos que conduzem à parentalidade na juventude.[4] Consideramos, para efeito de análise, apenas os jovens que já haviam se iniciado sexualmente no momento do

4. Por parentalidade na juventude nos referimos somente aos casos de gravidez levados a termo; os episódios de aborto, espontâneo ou provocado, embora significativos na população estudada, não estão contemplados sob esta designação.

inquérito, o que corresponde a 93% dos homens e 81,6% das mulheres participantes do estudo.[5] As idades medianas da iniciação foram de 16,2 anos para os rapazes e 17,9 anos para as moças, contrariando as representações sociais que apostam numa precocidade sexual maior para a juventude brasileira (Bozon; Heilborn, 2006).

A parentalidade é marcadamente afetada pelo sexo, acompanhando a estruturação do mercado amoroso/matrimonial modelado por normas de gênero que pressupõem uma assimetria no casal. Inúmeras diferenças, tais como idade, capacidade de provimento e mesmo de altura (Bozon; Héran, 2006) designam um casal socialmente adequado.

Entre nossas entrevistadas, seus parceiros eram mais velhos do que elas (em torno de cinco anos); 34,8% delas já tiveram pelo menos um filho, enquanto essa é a situação de 16,5% dos homens (valor-p: 0,0000). As proporções de pessoas com filho(s) são semelhantes no Rio de Janeiro e em Porto Alegre; em Salvador há mais jovens que já são pais e mães. Tal diferença é similar à da experiência de gravidez: mais mulheres do que homens e, comparativamente às cidades, mais soteropolitanos do que os demais declararam uma proporção maior de gravidez alguma vez na vida.[6] Salientamos que a experiência reprodutiva está presente na trajetória de um número significativo de jovens, seja pela gravidez, pelo nascimento de um filho, ou pelo aborto (tabela 1).[7]

TABELA 1
Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo o tipo de episódio reprodutivo na trajetória (gravidez ou filho), por sexo e cidade

Tipo de episódio na trajetória	Porto Alegre		Rio de Janeiro		Salvador		Total		Valor-p
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Mulheres	631		651		718		2.000		
Gravidez		34,9		41,2		53,3		43,8	0,0040
Filho		28,8		31,9		43,4		34,8	0,0079
Homens	695		675		669		2.039		
Gravidez		26,3		31,1		35,5		31,7	0,2401
Filho		16,8		16,7		16,0		16,5	0,9670

Fonte: Pesquisa Gravad (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

5. O conjunto dos 4.634 jovens entrevistados no inquérito domiciliar é composto por 47,2% de homens e 52,8% de mulheres.

6. Diferentemente dos propósitos originais da Pesquisa Gravad, não estamos aqui entrando no mérito se essa gestação ocorreu nos marcos da adolescência tal como definida pela OMS.

7. Na Pesquisa Gravad, 7,7% das mulheres e 12,4% dos homens declararam ter vivido uma gravidez terminada em aborto provocado (p = 0,0000), e 4,9% e 6,7%, respectivamente, declararam abortos espontâneos (p = 0,0685) (Aquino et al., 2006).

O recorte adotado neste capítulo, ao focalizar jovens com experiência de parentalidade, revela que 70,3% das mulheres e 48,4% dos homens tinham sido pais e mães antes dos 20 anos. Vale enfatizar que a gravidez antes do 15 anos, que tanta preocupação suscita no meio midiático, foi observada para 1,6% para as moças e 0,6% para os rapazes. A proporção de gravidez na adolescência encontrada neste estudo foi de 29,5% entre as mulheres e 21,4% entre os homens (Aquino et al., 2003).

3.1 Uma transição curta e condensada: os jovens pobres

No debate sobre transição para a vida adulta, que tem enfatizado o fenômeno do prolongamento da juventude, propomos uma argumentação em termos de transição curta ou condensada, olhando-se o fenômeno pelo prisma da reprodução. Os jovens com filhos apresentam um conjunto de características sociobiográficas específicas que sugere uma passagem rápida à vida adulta, em que o episódio reprodutivo acelera o processo ou, mesmo, representa seu ápice ou conclusão. Eles contrastam assim com os jovens dos segmentos mais favorecidos, entre os quais de fato se observa a extensão da transição, seja pelo prolongamento dos estudos ou/e sua permanência na casa dos pais (Brandão, 2003). Acrescente-se que, nos poucos episódios em que esses jovens se envolvem em gravidez, estas terminam majoritariamente em aborto (Menezes; Aquino; Silva, 2006).

Grande parte da literatura a respeito do tema juventude e reprodução está focada no fenômeno da gravidez na adolescência. Tomamos de empréstimo desse *corpus* bibliográfico certos elementos para abordar a parentalidade na juventude. Essa medida se deve à ausência de referências mais recentes para além da discussão em torno da "adolescência", e pelo fato de 2/3 dos jovens inquiridos apresentarem um episódio de gravidez levada a termo antes de completarem 20 anos.

Na literatura consultada, fala-se em crescimento do número de mães solteiras em decorrência da instabilidade dos vínculos conjugais, o que acirraria as dificuldades sociais incrementando a pobreza. Alega-se também que a reprodução interrompe o processo de escolarização do jovem, contribuindo para diminuir suas chances futuras em adquirir melhores postos de trabalho. A conclusão disseminada é a da reprodução precoce como mola propulsora da pobreza. Contudo, argumenta-se que a baixa escolaridade e a pobreza não são decorrências, mas sim, causas da reprodução precoce. Já na literatura qualitativa sobre gravidez na adolescência, a opção pela parentalidade, analisada em suas dimensões simbólicas, apresenta-se como projeto de vida para adolescentes pobres (Dadoorian, 1994; Costa, 2002a; Cabral, 2002a). Também perfilam como causa da GA a iniciação sexual precoce dos jovens e a ausência de uso de métodos contraceptivos, mas pouco se problematiza a respeito das dificuldades de acesso a informações e a contraceptivos

e/ou preservativos. As políticas de saúde voltadas à contracepção são organizadas na perspectiva do planejamento familiar, prioritariamente dirigidas a mulheres adultas, em união. Esse cenário é complementado pela tibieza de uma política de educação sexual nas escolas.

3.2 Processo escola-trabalho

É marcante o contraste em termos de nível escolar atingido entre os jovens com e sem filhos. Os primeiros têm majoritariamente baixa escolaridade: quase metade possui somente o nível fundamental incompleto. O percentual dos que não viveram ainda a experiência da parentalidade é mais elevado nos níveis médio e superior (tabela 2). Porém, a gravidez e o nascimento da criança ocorrem em grande proporção após a interrupção e/ou conclusão dos estudos.

Essa marcante diferença também é observada em relação ao nível de escolaridade da mãe: variável tomada como *proxy* de classe social, ela revela que 68,2% das moças e 61,1% dos rapazes com pelo menos um filho têm mães com até o

TABELA 2
Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo experiência de parentalidade, por sexo e escolaridade do jovem e da mãe

Escolaridade	Experiência de parentalidade					
	Mulheres			Homens		
	Sim (%)	Não (%)	Valor-p	Sim (%)	Não (%)	Valor-p
Escolaridade do jovem			0,0000			0,0000
Fundamental incompleto	41,7	10,5		47,2	22,3	
Fundamental completo	33,1	23,8		35,0	26,8	
Médio completo	23,1	34,6		15,4	30,7	
Superior incompleto/completo	2,1	31,2		2,3	20,2	
Escolaridade da mãe			0,0000			0,0000
Fundamental incompleto	68,2	35,6		61,1	43,6	
Fundamental completo	16,7	17,9		15,2	16,2	
Médio completo	12,3	25,2		21,7	22,1	
Superior incompleto/completo	2,8	21,4		2,1	18,0	
n	702	1.298		296	1.743	

Fonte: Pesquisa Gravad (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

nível fundamental incompleto de escolaridade. No extremo oposto, estão pouco mais de 2% de jovens com filho(s) cujas mães têm estudos superiores. Jovens em mobilidade escolar ascendente – aqueles que atingiram níveis mais altos de escolaridade do que suas mães – correspondem aos maiores percentuais de jovens sem filho(s) (tabela 3). Mães e jovens com baixa escolaridade reúnem os percentuais mais elevados no conjunto dos que têm filho(s). Assim, não somente a mobilidade escolar ascendente é fator significativo para um possível adiamento da parentalidade como também a escolaridade materna: observa-se uma sensível diminuição nos percentuais de jovens com filho(s) se a mãe tem pelo menos o nível fundamental completo de escolaridade (tabela 3).

A desigualdade da experiência da maternidade/paternidade é corroborada ainda pelo indicador da renda familiar mensal *per capita*:[8] novamente, à posição menos privilegiada da hierarquia social corresponde o grupo dos que experimentam

TABELA 3
Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo experiência de parentalidade, por sexo e mobilidade escolar

Mobilidade escolar	Experiência de parentalidade					
	Mulheres			Homens		
	Sim (%)	Não (%)	Valor-p	Sim (%)	Não (%)	Valor-p
			0,0000			0,0000
Mãe: fundam. inc./Ego: fundam. incompleto	30,3	8,2		33,4	19,0	
Mãe: fundam. inc./Ego: fundam. completo	22,8	14,9		20,8	15,4	
Mãe: fundam. inc./Ego: médio ou superior	13,3	19,6		5,3	14,6	
Mãe: fundam. compl./Ego: fundam. incompleto	5,5	1,0		4,9	3,5	
Mãe: fundam. compl./Ego: fundam. completo	7,5	6,8		7,8	7,9	
Mãe: fundam. compl./Ego: médio ou superior	6,3	15,9		4,4	10,1	
Mãe: médio ou superior/Ego: fundam. incompleto	2,2	1,2		7,3	1,3	
Mãe: médio ou superior/Ego: fundam. completo	5,4	6,4		7,2	7,0	
Mãe: médio ou superior / Ego: médio ou superior	6,7	26,0		8,9	21,2	
n	702	1.298		296	1.743	

Fonte: Pesquisa Gravad (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

8. Realizamos uma classificação em quatro níveis para compor a variável renda familiar mensal *per capita*: renda muito baixa (até R$ 90), baixa (de R$ 91 a R$ 180), média (de R$ 181 a R$ 540) e alta (acima de R$ 540 ao mês) – R$ 180 correspondiam a 1 SM na época do trabalho de campo e equivaliam a US$ 78. Cabe esclarecer que esse indicador foi composto a partir de perguntas abertas a respeito da composição da renda no domicílio.

mais precocemente a parentalidade (tabela 4). Menos de 1/5 dos jovens com filho(s) ainda se encontra no sistema oficial de ensino; um percentual expressivo está no mercado de trabalho exercendo alguma atividade remunerada, sobretudo os homens (75%) (gráfico 1). Desenha-se desse modo um cenário em que uma sinergia de condições desfavoráveis se faz presente no evento da reprodução na juventude, enfatizando-se o fato de que a saída da escola e a condição de o jovem já ser gerador de alguma renda sinalizam para esse encurtamento da transição para a vida adulta.

A esse panorama agregam-se os acontecimentos da esfera da sexualidade, caracterizando-se assim uma convergência de passagens relativamente contíguas no tempo que marcam a trajetória social dos jovens pobres (Heilborn, 1997). Um bom exemplo dessa superposição está na proximidade das idades medianas de iniciação sexual e de ingresso na vida laboral. Tomando-se o conjunto total dos entrevistados, para os rapazes a primeira relação sexual ocorre aos 16,2 anos e o primeiro emprego ou obtenção de alguma atividade remunerada situa-se aos 16,1 anos (IC 95%: 15,9-16,2). No caso das moças, a mediana da iniciação encontrada corresponde a 17,9 anos, e a do ingresso na vida laboral, 16,9 anos (IC 95%: 16,8-17,1). Nas trajetórias que comportam a experiência de parentalidade há diferença de um ano a menos, para ambos os sexos, quanto ao início da vida laboral. Os diferenciais sociais introduzem importantes modulações no perfil da transição juvenil. As distinções entre os homens se acentuam significativamente pela variável

TABELA 4
Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo experiência de parentalidade, por sexo e renda familiar mensal *per capita*

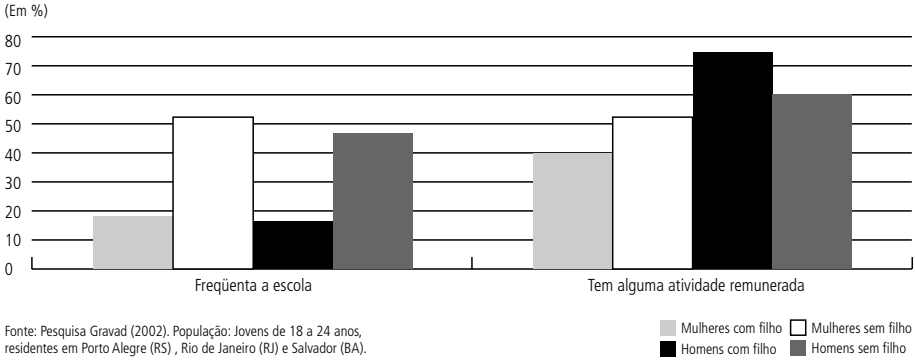
Renda familiar mensal *per capita*[a]	Experiência de parentalidade					
	Mulheres			Homens		
	Sim (%)	Não (%)	Valor-p	Sim (%)	Não (%)	Valor-p
			0,0000			0,0000
Muito baixa (até R$ 90)	32,6	9,5		26,0	11,6	
Baixa (R$ 91 a R$ 180)	33,0	16,7		31,0	16,8	
Média (R$ 181 a R$ 540)	30,1	40,0		31,7	41,8	
Alta (acima de R$ 540)	4,3	33,8		11,3	29,8	
n	702	1.298		296	1.743	

Fonte: Pesquisa Gravad (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

[a] Categorias definidas com base no SM nacional à época (R$ 180).

GRÁFICO 1
Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo experiência de parentalidade, por condição de estudo e de trabalho à época da entrevista, e por sexo



Fonte: Pesquisa Gravad (2002). População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS) , Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

de renda familiar mensal *per capita*, a não ser nos poucos casos em que os rapazes provenientes de famílias mais favorecidas tenham se envolvido com a paternidade (tabela 5). Contudo, o evento da paternidade/maternidade é posterior à aquisição do primeiro emprego/atividade remunerada, sobretudo entre os homens, o que fortalece a nossa hipótese de que a reprodução pode ser, para muitos jovens, a conclusão da transição para a vida adulta.

TABELA 5
Idade mediana de ingresso na vida laboral, segundo experiência de parentalidade, renda e sexo

Parentalidade e renda	Mulheres			Homens		
	n	Idade mediana 1º trabalho (IC 95%)		n	Idade mediana 1º trabalho (IC 95%)	
Experiência de parentalidade						
Com filho	593	16,1	(15,9-16,3)	289	15,2	(14,8-15,6)
Sem filho	1.515	17,1	(16,9-17,2)	1.595	16,2	(16,1-16,4)
Renda familiar mensal *per capita* [a]						
Renda muito baixa ou baixa	695	16,3	(16,1-16,5)	600	15,2	(14,9-15,5)
Renda alta	535	17,9	(17,7-18,1)	555	17,2	(16,9-17,4)
Renda familiar mensal *per capita* [a] e parentalidade (seleção)						
Renda muito baixa ou baixa sem filho	382	15,9	(15,6-16,2)	157	15,2	(14,5-15,8)
Renda alta com filho	28	17,7	(16,6-18,8)	33	15,7	(14,8-16,6)

Fonte: Pesquisa Gravad (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

[a] Renda muita baixa ou baixa: até R$ 180; renda alta: acima de R$ 540; categorias definidas com base no SM nacional à época (R$ 180).

Já foi amplamente abordada pela literatura antropológica a temática do trabalho enquanto importante pilar para a estruturação da identidade social das camadas populares (Salem, 1981; Zaluar, 1985; Duarte, 1986; Sarti, 1996; Lopes, 1987; Heilborn, 1997). No tocante à identidade masculina, por exemplo, esta seria construída em função de expectativas com relação à capacidade física e mental, ambas presentes na relação com o trabalho, sendo valores encompassados pela capacidade moral do homem, que poderia ser traduzida pelo preceito da "obrigação". De forma análoga, discute-se sobre a centralidade da família na trajetória de vida dos sujeitos das classes trabalhadoras, em que a família encarna um "sentido de totalidade" sobre o indivíduo, organizando-se por uma lógica assimétrica entre os gêneros e uma hierarquia entre as idades. Nesse sentido, haveria nesse estrato social uma valorização da condição adulta como meio de acesso à identidade social plena e legítima, o que, para os jovens, poderia implicar uma exposição brusca ao desafio de ser adulto. No caso masculino, esse imperativo poderia ser traduzido como desejo precoce de trabalhar, ou uma "adultização da infância", pela entrada prematura no mercado de trabalho; no caso feminino, veremos que a maternidade desempenha esse papel, fazendo com que haja um encurtamento ou condensação da adolescência nas camadas populares.[9] O depoimento abaixo é elucidativo dessa lógica (Cabral, 2002b):

> Homem sem trabalho não é homem [...] é um vagabundo e não tem valor. É importante o homem ter seu dinheiro para valorizar sua moral perante os familiares, a esposa e os vizinhos (rapaz de camada popular, 19 anos).

A precoce interrupção dos estudos nos meios populares, tanto no que diz respeito aos rapazes quanto em relação às moças, já foi registrada por diversos autores. Zaluar e Leal (1997), por exemplo, a partir de um estudo feito com alunos, pais e docentes de escolas públicas de diferentes bairros da região metropolitana (RM) do Rio de Janeiro, mostram que a evasão escolar afeta em maior escala os homens, e já nas primeiras séries do 1º grau. Entre os principais motivos para essa interrupção, alegam-se a necessidade de trabalhar, as contínuas repetências escolares/desinteresse pelos estudos, e mudança de moradia. Além disso, as autoras apontam a divergência entre os pais e os alunos quanto aos motivos que levam o jovem a trabalhar: para os primeiros, emerge a justificativa de ajuda financeira à família, enquanto os segundos falam em ter dinheiro "para comprar o que gostam". Essas

9. O contraponto desse modelo são os desdobramentos observados em meio aos jovens mais socialmente privilegiados em que a escolarização para uma futura e melhor profissionalização aparece como valor central (Brandão, 2003).

afirmativas levam as autoras a concluir que, na decisão de trabalhar, está envolvida "a primazia da obtenção da renda, seja para o consumo familiar, seja para o consumo do adolescente" (Zaluar; Leal, 1997, p. 179).[10]

Em estudo feito com jovens pobres que foram pais na adolescência (Cabral, 2002a, 2002b), a autora mostrou que a ocorrência do episódio reprodutivo não representou mudança marcante em termos de percurso escolar para a maioria dos entrevistados, tendo em vista que a saída da escola já havia ocorrido, dando lugar à busca pela inserção no mercado de trabalho. Certamente, a relação entre permanência na escola e entrada no trabalho é bem mais incisiva quando se consideram os condicionantes de classe do que ao se levar em conta o episódio reprodutivo isoladamente. Essas ponderações são corroboradas quando se comparam as trajetórias escolar e de trabalho de jovens das camadas populares que não são pais, pois ambos os grupos têm percursos escolares intermitentes, marcados por interrupções que, muitas vezes, são justificadas pela "necessidade" ou "vontade" de trabalhar (Heilborn et al., 2002). O contexto dessas trajetórias é dado por um imperativo moral do trabalho, através do qual cabe ao jovem, como signo de transição para a vida adulta, o dever de trabalhar. Esse imperativo pode ser interpretado como parte integrante do circuito das obrigações familiares, revelando uma lógica de reciprocidade na estruturação e organização das relações familiares no universo das camadas populares (Duarte, 1986; Sarti, 1996; Heilborn, 1997).

Em suma, há uma relativa aproximação temporal nas experiências de aquisição da primeira atividade remunerada e a primeira relação sexual, esferas importantes que constituem o processo de construção de pessoa e de uma certa autonomização do jovem em relação à família de origem, sem comprometer, contudo, a reciprocidade familiar, fundamental no caso de um evento reprodutivo.

3.3 Processo familiar-residencial

A reprodução enseja a constituição, ainda que temporária, de um novo núcleo familiar. Esse dado é coerente com as transformações gerais ocorridas na família no final do século XX e que, no caso brasileiro, se traduz pelo fato de a nupcialidade não mais anteceder necessariamente à constituição de uma prole. Essas mudanças resultam do processo que tornou a conjugalidade um domínio relativamente autônomo em relação ao da família e, por outro lado, do fato de que o exercício da atividade sexual deixou de ser restrito à esfera do matrimônio. Para efeito de comparação, vale dizer que no caso de sociedades com alto nível de escolaridade dos

10. Bourdieu (1983), em contexto da sociedade francesa de duas décadas atrás, salientava que para jovens trabalhadores havia um mal-estar ante a escolaridade prolongada.

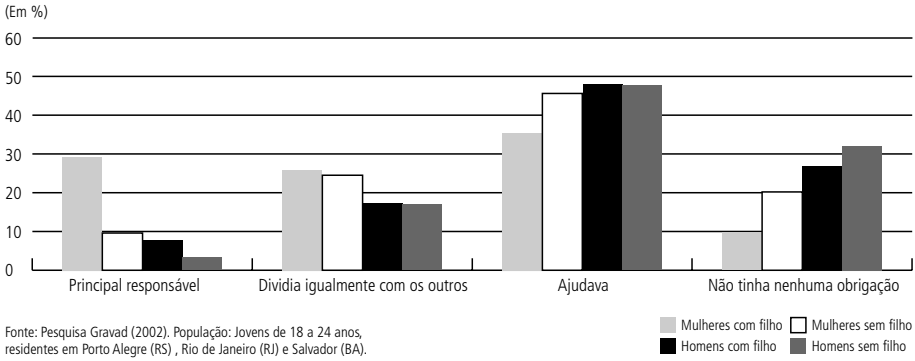
jovens, farto acesso a contraceptivos e à possibilidade do aborto, a não-coincidência do calendário da iniciação sexual com a passagem à conjugalidade não produziu os efeitos da antecipação da reprodução ante a união (Bajos; Ferrand, 2002).

A socialização primária dos jovens contém elementos preciosos para a compreensão de suas trajetórias reprodutivas. Ao serem interrogadas sobre a coabitação com seus próprios pais durante os 15 e os 18 anos, destacam-se as moças com filhos: 15,7% delas responderam que já moravam com parceiro nessa época (o percentual masculino é de 2,5%), salientando de que modo a nupcialidade ocorre precocemente na sociedade brasileira. Além da coabitação, foi também questionado aos jovens sobre seu envolvimento em relação às tarefas domésticas quando se encontravam nesse intervalo etário. O fato de as moças com filhos se declararem a "principal responsável" em proporção três vezes maior do que as moças sem filho(s) vem confirmar que a socialização familiar e de gênero é significativa para o desenlace das trajetórias biográficas (gráfico 2). O intenso envolvimento com o trabalho doméstico configura a modelação de uma visão de mundo em que ser mãe/dona-de-casa é elemento central da identidade feminina. Note-se que as jovens sem filho afirmaram duas vezes mais do que as jovens mães não terem qualquer obrigação com as atividades do lar. As declarações variam significativamente segundo o meio social, pois as moças cujas mães têm menores níveis de escolaridade declaram mais ter significativas atribuições no âmbito doméstico.

Essa ilação que rejeita uma unicausalidade, preferindo antes a idéia de um elo de propiciamento, está bem expressa em uma pesquisa qualitativa realizada com moças que foram mães antes dos 15 anos (Costa, 2002b, p. 47). Em suas trajetórias, é marcante o fato de que desde pequenas já desempenhavam papéis alocados a mulheres adultas, muito antes de serem de fato mães: estava presente o

GRÁFICO 2

Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo experiência de parentalidade, por participação em tarefas domésticas entre 15 e 18 anos, e por sexo



Fonte: Pesquisa Gravad (2002). População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS) , Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

cuidar de crianças menores, sobretudo irmãos mais novos, para que a mãe pudesse trabalhar, ou o "vigiar menino", filhos de vizinhos e parentes.

> Desde pequenininha, eu tava com cinco anos, minha irmã devia estar com quatro, três, eu já tomava conta dela, pra minha mãe trabalhar [...] eu não tive infância, como eu falo também, eu não tenho adolescência, né? [...] muitas vezes eu tive que parar de estudar pra tomar conta dos menino, lavar, passar, cozinhar, arrumar [...] (moça de 16 anos, responsável pelo cuidado de crianças desde seus sete anos de idade).

No que concerne à saída dos jovens da casa parental, observam-se ritmos diferenciados para os dois sexos: ela é mais lenta para os homens do que para as mulheres. Tomando-se toda a população inquirida, 81% dos rapazes ainda viviam com pelo menos um dos pais ou um adulto responsável no momento da entrevista, em contraste a 75% das mulheres. Tomando-se o prisma da experiência ou não da parentalidade juvenil, observa-se que pouco mais da metade dos jovens pais e mães não mora com os próprios pais ou adultos responsáveis. Ao serem inquiridos, 58% dos rapazes e 62% das moças com filhos declararam-se casados ou coabitando com parceiro(a) (tabela 6).[11] Os percentuais aumentam entre aqueles que já tiveram experiência de conjugalidade em algum momento, chegando a 74%

TABELA 6
Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo experiência de parentalidade, por sexo e coabitação com pais e conjugalidade na época da entrevista

Coabitação e conjugalidade	Experiência de parentalidade					
	Mulheres			Homens		
	Sim (%)	Não (%)	Valor-p	Sim (%)	Não (%)	Valor-p
Mora com pais ou responsáveis			0,0000			0,0000
Sim	47,6	81,6		48,0	85,7	
Não	52,4	18,4		52,0	14,4	
Está casado ou vive com alguém			0,0000			0,0000
Sim	61,7	14,8		58,2	8,4	
Não	38,3	85,2		41,7	91,6	
n	702	1.298		296	1.743	

Fonte: Pesquisa Gravad (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

11. A experiência de conjugalidade sem reprodução é bastante inferior; sua magnitude é de 8,5% e 14,7%, respectivamente, para homens e mulheres.

entre os homens e a 83,4% entre as mulheres com filho(s). Entre os que não têm filho(s), as proporções correspondem a 12,9% e 19,3%. Esses contrastes remetem para as dinâmicas familiares e conjugais nesse grupo populacional constituído de jovens que, apesar da idade, já passaram não só pela união, mas eventualmente pela separação conjugal.

O panorama descrito vem ao encontro da literatura socioantropológica sobre juventude e reprodução, que aponta a constituição de um casal como uma das alternativas em um campo de possibilidades restrito para certos sujeitos sociais (Daadorian, 1994; Le Van, 1998; Heilborn et al., 2002; Costa, 2002a). Mais do que a justaposição de características isoladas, como baixa educação e baixa renda, configura-se um horizonte social particular, já descrito em trabalhos etnográficos sobre família em camadas populares (Duarte, 1986; Fonseca, 2000). Esses trabalhos assinalam que concepções acerca dos vínculos entre os membros da unidade familiar, aliadas às condições materiais de existência, fazem com que a família seja concebida como um sujeito coletivo para o qual a participação de todos é esperada. Nesse sentido, gênero e idade – combinados – organizam posições e atribuições no funcionamento da vida familiar. Crianças e adolescentes contribuem de formas variadas no cotidiano da casa, seja no trabalho doméstico, seja com pequena participação para a renda familiar. Pode-se, portanto, afirmar que a família enseja uma socialização que não diferencia expressivamente alguns atributos da condição de adulto dos atributos de criança/adolescente. Conforme visto anteriormente em um dos depoimentos, para uma moça de 16 anos, ter um filho não é uma ruptura com sua rotina diária de cuidar de crianças. No inquérito Gravad, observou-se que uma parcela considerável das moças é, desde cedo, a principal responsável pelo desempenho de tarefas domésticas em suas famílias de origem. Delineia-se um cenário em que alternativas de maior escolarização e eventual inserção no mercado de trabalho não se apresentam, e é possível imaginar que as possibilidades de autonomização em relação aos pais tenham se focalizado na opção da reprodução e conjugalidade, fundamentalmente no caso feminino (Heilborn; Grupo Gravad, 2005).

3.4 Passagem à sexualidade com parceiro: em busca de autonomia individual

No último quartil do século XX, ocorreram profundas modificações na esfera da sexualidade e na forma das relações de gênero. Diversos autores, por exemplo, Hobsbawm (1995), assinalaram que o movimento feminista, e poderíamos agregar o movimento homossexual, transformaram a esfera da vida privada e da pública, introduzindo mudanças no âmbito da família no que diz respeito à divisão sexual

do trabalho e das relações intergeracionais. Certamente, tais alterações, que em geral são debitadas a um processo de individualização, não têm os mesmos efeitos nos diferentes segmentos sociais que constituem uma sociedade tão diversa como a brasileira. Se há, por um lado, um processo de "autonomização" da sexualidade, não se pode perder de vista que há, por outro, constrangimentos sociais específicos, seja de classe ou gênero, que enquadram seu exercício. A atual forma de passagem à sexualidade com parceiro, que freqüentemente é vivida durante a adolescência e juventude, é um exemplo desse complexo e intrincado processo de modernização dos costumes. A perda do valor da virgindade feminina é o corolário de uma situação em que a sexualidade não está mais restrita à esfera do matrimônio. Contudo, a entrada na sexualidade com parceiro é progressivamente preparada em marcos organizadores da vida amorosa (tal como o namoro) nos quais são atribuídos papéis diferenciados aos homens e às mulheres (Bozon; Heilborn, 2006).

A sexualidade juvenil, sobretudo a feminina, é a novidade nesse cenário, ainda que aporte determinadas contradições. A concretização de atos sexuais numa relação de namoro tornou-se uma questão para rapazes e moças. A iniciação sexual masculina não se processa mais com prostitutas, e sim com namoradas. Já as moças devem administrar os avanços masculinos com vistas a manter uma certa reputação. Hoje em dia é aceitável que as mulheres iniciem sua vida sexual antes do casamento, mas diversos estudos apontam que ainda vigora a necessidade de uma certa virgindade moral para elas. Esse cenário abriga a representação de que as práticas sexuais juvenis são mais corriqueiras, porém, menos preparadas do ponto de vista das possíveis conseqüências que uma vida sexual ativa pode ensejar, entre elas a reprodução precoce.

A tabela 7 fornece elementos para a compreensão do enquadramento social e biográfico da entrada na sexualidade com parceiro. Os calendários feminino e masculino, definidos como precoces, medianos e tardios,[12] apresentam diferenças por idade, mas assinalam um quadro bem mais diversificado do que o imaginário social atribui à sexualidade juvenil. A associação entre reprodução e iniciação sexual precoce entre as mulheres é altamente significativa, e põe em evidência a precariedade das normas contraceptivas da cultura brasileira. A fraca socialização para contracepção revela-se na pouca conversa entre parceiros previamente à iniciação sexual e, sobretudo, no modo como permanece a cargo das mulheres a

12. Procedemos a uma tipologia da idade da entrada na vida sexual, precoce, intermediária e tardia, tendo como referência a idade mediana da iniciação. Assim, os recortes etários não são equivalentes para homens e mulheres. Entre os homens, o grupo designado como precoce inicia-se em torno dos 14 anos ou menos, o que representa 1/4 dos indivíduos entrevistados; o grupo intermediário tem entre 15 e 16 anos, o que corresponde a 50% da amostra masculina, e o tardio tem sua primeira relação sexual com 17 anos ou mais. Já entre as mulheres, as precoces iniciam com 15 anos ou menos, representando 28% das entrevistadas; o grupo intermediário possui entre 16 e 17 anos na primeira relação, o que equivale a 36%, e finalmente o grupo tardio, que se inicia com 18 anos ou mais, representa 36% da amostra feminina. Essas proporções referem-se a toda a população inquerida (Bozon; Heilborn, 2006).

TABELA 7
Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo experiência de parentalidade, por sexo e características selecionadas da iniciação sexual

Características selecionadas da iniciação sexual	Experiência de parentalidade					
	Mulheres			Homens		
	Sim (%)	Não (%)	Valor-p	Sim (%)	Não (%)	Valor-p
Idade na iniciação sexual [a]			0,0000			0,0208
Precoce	46,5	18,4		38,7	27,7	
Mediano	31,0	38,0		36,9	41,0	
Tardio	22,5	43,6		24,4	31,3	
Diferença de idade entre parceiros da iniciação sexual			0,0113			0,3589
Parceiro (a) mais novo (a)	0,7	2,5		9,4	9,6	
Mesma idade (± 1 ano)	19,5	26,5		56,8	50,4	
Parceiro (a) mais velho (a) (2-4 anos)	36,4	35,7		22,3	23,9	
Parceiro (a) muito mais velho (a) (5 anos e +)	43,4	35,4		11,5	16,1	
Conversa prévia e uso de contracepção na iniciação sexual			0,0000			0,0003
Conversaram e usaram	38,6	58,8		30,7	35,7	
Conversaram e não usaram	11,2	9,7		7,3	5,8	
Usaram sem conversar	15,1	19,6		21,4	35,7	
Nem conversaram, nem usaram	35,1	11,9		40,5	22,8	
n	702	1.298		296	1.743	

Fonte: Pesquisa Gravad (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

[a] O intervalo etário na categorização para a idade da primeira relação sexual é distinto para mulheres e homens: precoce, até 15 anos para mulheres e até 14 anos para homens; mediano, de 16 a 17 anos para mulheres e 15 a 16 anos para homens; tardio, 18 anos e mais para mulheres e 17 anos e mais para homens.

responsabilidade do uso de contraceptivos. Esse quadro remete à incompletude do processo de autonomização da sexualidade ante a reprodução, elemento tão sinalizado ao se tratar das chamadas transformações na esfera da sexualidade na contemporaneidade. No caso brasileiro, a alta taxa de fecundidade na adolescência aponta de modo cabal para essa não-separação entre as referidas esferas.

Marinho (2006) demonstra, com base no mesmo material, a mudança de comportamento contraceptivo entre as moças que mantêm relacionamento afetivo

duradouro com parceiro da iniciação sexual: as jovens adotam medidas de proteção/contracepção na primeira relação; entretanto, ocorre um relaxamento das regras contraceptivas no decorrer do vínculo mantido, o que resulta, por exemplo, numa proporção de 28,8% de ocorrência de gravidez no âmbito desse mesmo relacionamento.

Deve-se ainda agregar que, para além da socialização quanto à contracepção, padrões de gênero atuam na conformação da parceria, na qual a assimetria etária contribui para acentuar a dissimetria de gênero. Assim, quase metade das jovens mães têm parceiros cinco anos mais velhos do que elas. Ao mesmo tempo, são potenciais cônjuges, situação valorizada por um horizonte social em que a identidade feminina adulta através da maternidade é valorizada. A contraface dessa aspiração é o fato de que essa composição da parceria e a responsabilidade feminina na contracepção potencializa as dificuldades de negociação sexual em um contexto já pautado por poucos recursos materiais e simbólicos. Um estudo comparativo entre políticas para a juventude nos Estados Unidos e na Holanda mostrou que, nesse país europeu, a aceitação da sexualidade na adolescência e juventude como elemento constituinte da autonomia individual, gerou, por parte do Estado holandês, políticas de educação sexual e de facilitação de acesso a contraceptivos. Os resultados foram índices extremamente baixos da ocorrência da parentalidade juvenil. Diferentemente, nos Estados Unidos, a manutenção de uma perspectiva dramatizadora da adolescência enquanto sujeita a alterações hormonais, que explicariam o exercício da sexualidade nessa fase da vida, tão cara à cultura daquele país, desemboca numa política assentada na premissa da abstinência sexual pré-marital e conduz a taxas relativamente altas de gravidez e parentalidade adolescentes (Schalet, 2004, p. 9-10).

3.5 O primeiro filho: circunstâncias e desdobramentos com a maternidade/paternidade

> Na hora eu fiquei com raiva e fiquei feliz, sabe? Fiquei meio tonto. Primeiro eu falei pra caramba! "Eu num mandei tu ir no médico tomar remédio? E agora?" Aí depois eu falei: "tá bom, agora a gente vai resolver, vou falar com a tua mãe quando ela chegar". Aí conversei com ela (rapaz de 21 anos, pai aos 19).

Esse trecho de depoimento de um jovem morador de favela carioca (Cabral, 2002a) ilustra de forma sintética os elementos característicos da iniciação sexual, da exterioridade masculina diante da contracepção e da decisão final de assumir o filho, o que envolve uma comunicação e vínculos com a família da parceira. A situação da parentalidade juvenil não é passível de ser entendida sem o concurso de diversos atores, com as duas famílias envolvidas. Nesta subseção analisam-se o contexto da primeira gravidez levada a termo pelos jovens e os desdobramentos em suas trajetórias durante o primeiro ano após o nascimento da criança.

A primeira gravidez é levada a termo por 85% dos jovens, e acontece majoritariamente até os 19 anos de idade. Metade das mulheres mães tinha como perspectiva do relacionamento unirem-se antes de saber que estavam grávidas, enquanto quase 40% dos rapazes não faziam planos futuros para o vínculo.

A notícia da gravidez dá origem a uma série de negociações que envolvem as famílias dos protagonistas: pode provocar arranjos para futura união. Os jovens também recorrem aos pais para que apóiem a chegada do futuro neto(a) (26,2%), o que é correspondido positivamente pela reação das famílias de origem em face da notícia (aproximadamente 70%). Ressalta-se que a medida, outrora comum, de expulsar a filha de casa é insignificante, o que denota uma importante alteração na moralidade sexual e, por conseguinte, nas relações intergeracionais e familiares. A parentalidade impulsiona definitivamente a união: isso ocorreu em 51,4% das situações, fora os casos em que as moças já moravam com seus parceiros. As famílias representam importante rede de suporte para o novo casal, seja acolhendo-o em suas residências, seja na contribuição das despesas e dos cuidados com a criança (tabela 8).

Já foi apontado em outro estudo o expressivo movimento em direção à coabitação com parceira/o em função do episódio reprodutivo na trajetória de jovens populares, ainda que a duração dessa união seja variável, e haja alguns casos de reversão da coabitação após o nascimento da criança (Cabral, 2002a). As famílias de ambos os parceiros, mais precisamente as mães, desempenham papel fundamental, em termos da negociação em torno do suporte para a constituição do casal, para o cuidado do bebê etc. No universo de camadas populares analisado, observa-se uma acolhida por parte das famílias que vai desde a ajuda financeira para o enxoval do bebê até a cessão de cômodos no interior das casas. Aos poucos, esses cômodos ganham amplitude e se tornam domicílios independentes. A coabitação e a conjugalidade se apresentam como alternativa, sendo a virilocalidade[13] a estratégia de legitimação social da aliança. Entre os jovens das camadas médias, Brandão (2003) apontou que a aliança não é o componente mais valorizado no contexto da reprodução juvenil.

Já foi sinalizado que a assunção da paternidade adolescente depende, em muito, da ajuda das respectivas famílias de origem. Nas camadas populares, esse apoio pode ser justificado em função dos constrangimentos sociais; entre os jovens de camadas médias, o apoio dos familiares decorre, sobretudo, em prol da preservação dos projetos educacionais (Heilborn et al., 2002).

---

13. A respeito da virilocalidade – residência junto aos parentes do homem – como estratégia de constituição e legitimação social da aliança, ver também Leal e Fachel (1999).

TABELA 8

Proporção de jovens de 18 a 24 anos com filho(s), segundo características da primeira gravidez a termo e seus desdobramentos até um ano após o nascimento da criança, por sexo

Características selecionadas	Mulheres		Homens		Total		Valor-p
	n	%	n	%	n	%	
Grupo etário ao primeiro filho	628		241		869		0,0024
Até 19 anos		86,3		73,4		82,3	
20 anos ou +		13,7		25,9		17,5	
Antes da gravidez, tinha intenção de	433		207		640		0,1123
Casar/morar com parceiro(a)		48,7		36,7		44,3	
Acabar o relacionamento		1,9		2,9		2,2	
Não pretendia casar/morar com parceiro(a)		17,5		21,7		19,1	
Não pensava no futuro		32,0		38,8		34,5	
O que fez quando soube da gravidez	546		226		772		0,0002
Quis casar/morar com parceiro(a)		27,9		30,4		28,7	
Aceitou a gravidez, mas não quis casar/morar com parceiro(a)		10,8		21,7		14,4	
Aceitou a gravidez e pediu apoio aos familiares para ter o bebê		24,3		30,0		26,2	
Aceitou a gravidez, mas não pediu apoio aos familiares para ter o bebê		14,0		10,6		12,9	
Queria fazer (que parceira fizesse) um aborto		12,2		7,4		10,6	
Tentou fazer um aborto		10,7		-		7,2	
Principal reação da família quando soube da gravidez	625		240		865		0,0072
Ficou contente		45,1		43,1		44,5	
Disse que ajudaria a cuidar do bebê		21,8		34,8		25,8	
Sugeriu um aborto		9,4		6,2		8,4	
Exigiu união/casamento		8,6		3,4		6,9	
Expulsou de casa		3,9		0,3		2,7	

(continua)

(continuação)

Características selecionadas	Mulheres		Homens		Total		Valor-p
	n	%	n	%	n	%	
A família não ficou sabendo da gravidez		2,5		4,9		3,3	
Outra reação		8,8		7,5		8,4	
Quanto à relação com parceiro, a gravidez	620		240		860		0,0003
Não mudou nada		27,3		19,5		24,9	
Separou vocês		23,9		15,0		21,1	
Uniu vocês		47,6		59,9		51,4	
Ele(a) era parceiro eventual		1,2		5,7		2,6	
Em termos de estudo	617		237		854		0,0016
Não estava estudando e continuou assim		47,1		53,3		49,0	
Continuou estudando		14,8		26,0		18,3	
Parou de estudar por um período		22,7		12,2		19,5	
Parou completamente de estudar		15,4		8,5		13,3	
Em termos de trabalho	620		235		855		0,0000
Não trabalhava e se manteve assim		59,3		12,0		44,7	
Começou a trabalhar		14,0		18,4		15,3	
Parou de trabalhar		8,2		4,2		6,9	
Já trabalhava		18,5		65,4		33,1	
Com quem vive o 1º filho	620		237		857		0,0000
Com ambos os pais		50,5		48,9		50,0	
Com você e/ou seus familiares		38,9		5,1		28,4	
Com o(a) parceiro(a) e/ou familiares dele(a)		1,9		41,2		14,1	
Outros arranjos		8,7		4,7		7,4	
Principal responsável pelo sustento da criança	610		237		847		0,0000
Você e o(a) parceiro(a)		19,8		29,7		22,9	
Você		13,3		47,0		23,9	
O(a) parceiro(a)		38,1		5,0		27,8	
Os avós		20,1		13,1		17,9	
Outras pessoas		8,7		5,1		7,6	

Fonte: Pesquisa Gravad (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

Os filhos desses jovens encontram-se majoritariamente em duas situações: 50% vivem com ambos os pais, e 40% com as mulheres e seus familiares. São extremamente raros os arranjos domésticos de apenas a mãe com a prole nessa faixa etária. Pode-se afirmar que as famílias de origem estão envolvidas não apenas no momento de constituição do casal, mas também, e principalmente, no momento de sua dissolução. Geralmente, as parceiras e os filhos retornam para suas redes familiares (Cabral, 2002a, 2005). Os papéis sociais de mãe-cuidadora e pai-provedor ficam bastante nítidos nos casos em que a criança vive somente com um dos pais. As crianças recebem suporte de ambos os lados, sobretudo das avós que estão presentes tanto no apoio material quanto nos cuidados com as crianças (tabela 9).

Um ponto importante a salientar é a repercussão da parentalidade nas trajetórias de estudo e trabalho dos jovens: metade já estava fora do sistema escolar antes do evento, que implica o abandono definitivo dos estudos para aproximadamente 15% das mulheres. No caso dos homens, vale salientar que 65,4% já trabalhavam antes do nascimento do filho; as mulheres, em percentual bastante próximo, não tinham atividade remunerada e assim permaneceram após o nascimento do filho (tabela 8). "Estar fora do universo escolar e de trabalho constitui sintoma da *internalidade feminina*, tendência aguçada quando se considera que o lazer fica bastante comprometido em virtude do nascimento da criança" (Heilborn et al., 2002). Esse elemento foi observado no material qualitativo da pesquisa em relação às moças que foram mães adolescentes, tanto as pertencentes aos estratos médios quanto aos populares. Algumas similaridades entre os dois grupos de mulheres no que diz respeito à trajetória de estudo e trabalho fizeram com que os autores concluíssem que a maternidade é uma experiência de tal ordem que subordina os constrangimentos e especificidades de classe. Contudo, a maternidade vivida por moças de camadas populares parece acirrar a "internalidade" feminina em relação à casa, pois são constantes, entre as mães populares, as queixas com respeito à "solidão" e "isolamento". Em resumo, se comparadas aos homens de camadas médias, as moças ficam mais presas em casa, com maiores restrições para sair, em razão do filho; por outro lado, se comparadas com as garotas de camadas populares, elas saem mais, têm mais apoio para continuarem uma certa sociabilidade, que diminui, mas não configura uma reclusão tão radical quanto as populares que passam a ter marido, filho, casa, obrigações domésticas etc. (Brandão, 2003).

A parentalidade traz desdobramentos no processo de construção de si, o que está diretamente atrelado à configuração valorativa da família. Mudanças ocorrem, para ambos, moças e rapazes, mas há contornos diferenciais segundo o prisma de classe social. No que tange aos rapazes das camadas populares, a assunção da paternidade é reivindicada como prova de amadurecimento e de responsabilidade,

TABELA 9

Proporção de jovens de 18 a 24 anos com filho(s), segundo outros atores envolvidos no sustento ou cuidado do primeiro filho, por sexo

Outros atores envolvidos	Mulheres		Homens		Total		Valor-p
	n	%	n	%	n	%	
No sustento da criança							
O(a) respondente	215	51,8	70	69,0	285	54,8	0,0261
Parceiro(a)	130	41,6	77	43,7	207	42,4	0,8055
Avós maternos	236	50,3	110	54,7	346	51,8	0,4255
Avós paternos	128	20,1	107	52,1	235	30,0	0,0000
Outros parentes do(a) respondente	114	18,9	25	12,3	139	16,8	0,0932
Outros parentes do(a) parceiro(a)	43	7,4	35	17,7	78	10,6	0,0031
Quem toma conta da criança							
O(a) respondente	533	87,5	88	41,2	621	73,1	0,0000
Parceiro(a)	276	46,1	204	88,9	480	59,5	0,0000
Avós maternos	324	59,5	122	58,8	446	59,3	0,8910
Avós paternos	138	23,6	78	36,6	216	27,6	0,0045
Outros parentes do(a) respondente	159	28,9	36	14,3	195	24,4	0,0005
Outros parentes do(a) parceiro(a)	59	9,2	46	18,5	105	12,0	0,0031
Empregada	33	4,1	10	3,3	43	3,8	0,6203
Creche/escola	148	22,5	43	20,7	191	21,9	0,7749
Vizinhos/amigos	85	15,2	16	5,7	101	12,3	0,0044

Fonte: Pesquisa Gravad (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

passando a se constituir como um emblema social (aspecto que não encontra eco nos meios privilegiados, pois a parentalidade não se constitui como diferencial simbólico das identidades dos sujeitos). Nas trajetórias dos jovens pobres, há uma obrigação moral que impele o homem a assumir e desempenhar a função de provedor, apesar de sua pouca idade. Nesse segmento, a parentalidade representa o acirramento, ou mesmo a consolidação do processo de passagem à vida adulta. O discurso das moças de camadas populares é quase simétrico ao masculino: deixam de ser filhas

e acedem ao *status* de "mulheres", "mães". Ressalta-se o maior impacto em seus percursos no que concerne à esfera da socialização, comparativamente aos rapazes de seu meio social. Constituição de domicílio, união, e trabalho (no caso masculino) configuram-se como os alicerces da emancipação diante da família de origem, ainda que esta possa continuar aportando algum tipo de ajuda.

Nos segmentos médios, segundo uma comparação etnográfica realizada (Heilborn et al., 2002; Brandão; Heilborn, 2006), não ocorre deslocamento da posição do jovem no interior da família. O discurso juvenil acentua antes o "crescimento pessoal" do que uma mudança de estatuto. Certamente, o discurso psicologizado presente nesses segmentos torna mais subjetiva a experiência da parentalidade do que as formas de enunciá-la entre os jovens das camadas populares, em que se afirma a aquisição de um novo *status*, associado à condição de adulto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário que reúne juventude e reprodução não pode ser descrito sem que se mencionem importantes mudanças no calendário sexual dos jovens. Houve, de um lado, a aproximação entre a temporalidade das relações sexuais masculinas e femininas e uma relativa antecipação da iniciação das mulheres. Tal mudança ocorre com a possibilidade de as relações sexuais acontecerem fora do matrimônio. Contudo, as práticas e representações contraceptivas não acompanharam o mesmo "ritmo de mudanças": homens se abstêm do processo de conversa e proposição de uso de contraceptivos; há afrouxamento das práticas de evitação da gravidez conforme o relacionamento amoroso se estabiliza (suspende-se o uso da camisinha em função do "eu conheço ele/ela"); as políticas de planejamento familiar não incorporaram as jovens solteiras, permanecendo basicamente voltadas para as mulheres casadas; ainda impera a cultura da esterilização feminina/precoce no Brasil como meio definitivo e eficiente de contornar a fecundidade.

O capítulo buscou demonstrar de que modo as transições juvenis operam ao sabor das diferenças de classe e de gênero. A passagem condensada para a vida adulta propiciada pela reprodução precoce é fato para os meios sociais desfavorecidos. Nos meios privilegiados, onde o fenômeno é raro, quando ele acontece não implica o encurtamento da juventude. Salientamos, na contramão do senso comum, que as trajetórias escolares dos jovens envolvidos com a parentalidade não foram interrompidas por sua causa. De fato, elas já se mostravam erráticas, antes do envolvimento dos jovens com a reprodução. Um importante diferencial de gênero se apresenta nesse evento para os segmentos populares: as moças que, porventura, ainda se encontravam estudando, tendiam a abandonar os estudos; entre os rapazes a situação já estava definida.

Reiteramos que a equação jovens pais e mães deriva de um cenário complexo de alterações nos costumes que afetam sobremaneira a família, sem que signifique ruptura ou crise. Na contemporaneidade observa-se a convivência de diversas gerações, às vezes no mesmo domicílio, e o fenômeno da reprodução precoce, não sendo estranho às mudanças nas relações intergeracionais, segue permitindo o fortalecimento dos vínculos e da solidariedade familiar.

REFERÊNCIAS

AQUINO, E. M. L.; HEILBORN, M. L.; KNAUTH, D. R.; BOZON, M.; ALMEIDA, M. C. C.; ARAUJO, M. J.; MENEZES, G. M. S. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19 (Supl. 2), p. 377-388, 2003.

AQUINO, E. M. L.; ALMEIDA, M. C.; ARAUJO, M. J.; MENEZES, G. M. S. Gravidez na adolescência: a heterogeneidade revelada. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (Orgs.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.* Rio de Janeiro: Garamond/Ed. Fiocruz, 2006.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

AZEVEDO, T. Namoro à antiga: tradição e mudança. In: VELHO, G.; FIGUEIRA, S. (Orgs.). *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, p. 219-276, 1981.

BAENINGER, R. Demografia da população jovem. In: SCHOR, N. et al. (Org.). *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*, Brasília, MS, n. 1, p. 19-29, 1999.

BAJOS, N.; FERRAND, M. ; L'ÉQUIPE GINE (Orgs.). *De la contraception à l'avortement: sociologie des grossesses non prévues*. Paris: INSERM, 2002 (Col. Questions en Santé Publique).

BERGER, P.; KELLNER, H. Marriage and the construction of reality. In: DREIAZEL, P. H. (Org.). *Recent sociology.* Nova York: The Mac Millow Company, 1970.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Increasing adolescent and youth fertility in Brazil: a new trend or a one-time event?. In: ANNUAL MEETING OF THE POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA, Mar. 30 to Apr. 2, 2005, Philadelphia, Pennsylvania. Session n. 151, Adolescent fertility in developing countries, 2005. Mimeo.

BOMBA RELÓGIO. *O Globo*. Rio de Janeiro, 11 mai. 2005. Opinião, Primeiro Caderno, p. 6.

BOURDIEU, P. A "juventude" é apenas uma palavra. *Questões de Sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOZON, M. L'entrée dans la sexualité adulte. Le premier rapport et ses suites. *Population*, n. 5, p. 1.317-1.352, 1993.

————. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004.

BOZON, M.; HEILBORN, M. L. Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (Orgs.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.* Rio de Janeiro: Garamond/Ed. Fiocruz, 2006.

BOZON, M.; HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; KNAUTH, D. R. Pour une approche socio-anthropologique des comportements sexuels et reproductifs pendant la jeunesse au Brésil.

La construction de l'enquête *Gravad.* In: CONDON, S.; ANDRO, A. (Dir.). *Questions de genre en démographie*. INED, 2003 (Dossiers et Recherches, n. 117).

BOZON, M.; HÉRAN, F. *La formation du couple*. Paris: La Découverte, 2006.

BRANDÃO, E. R. *Individualização e vínculo familiar em camadas médias:* um olhar através da gravidez na adolescência. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social/ Uerj, Rio de Janeiro, 2003.

————. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004.

BRANDÃO, E. R.; HEILBORN, M. L. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1.421-1.430, 2006.

CABRAL, C. S. *Vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens das camadas populares do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social/Uerj, Rio de Janeiro, 2002a.

————. "Gravidez na adolescência" e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19 (Supl. 2), p. 179-195, jul.-dez. 2002b.

————. Gravidez na adolescência: negociações na família. In: HEILBORN, M. L.; DUARTE, L. F. D.; PEIXOTO, C. E.; LINS DE BARROS, M. M. (Orgs.). *Família, sexualidade e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CAMARANO, A. A. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, v. 1, p. 109-133, 1998.

CHAMPAGNE, P. La rupture avec les pré-constructions spontanées et savantes. In: CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R.; MERLLIÉ, D.; PINTO, L. *Initiation à la pratique sociologique*. Paris: Dunod, p. 165-218, 1989.

CICCHELLI, V. Repensar os laços entre pais e jovens adultos fora da aporia conflito/entendimento. *Interseções*, ano 3, n. 2, p. 247-265, jul.-dez. 2001.

COSTA, T. J. N. M. *Gravidez na adolescência: um estudo de caso sobre a maternidade na faixa de 10 a 14 anos em Juiz de Fora (MG)*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social/Uerj, Rio de Janeiro, 2002a.

————. A maternidade em menores de 15 anos em Juiz de Fora (MG): uma abordagem socioantropológica. *Praia Vermelha*. *Estudos de Política e Teoria Social*, n.·7, segundo semestre, p. 154-183, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002b.

DAADORIAN, D. *A gravidez desejada em adolescentes de classes populares*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – PUC-Rio,1994.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice.* São Paulo, Edusp/Fapesp, 1999.

DUARTE, L. F. D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Ed.), 1986.

FONSECA, C. L. *Família, fofoca e honra:* etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2004.

GAGNON, J.; SIMON, W. *Sexual conduct:* the social sources of human sexuality. Chicago: Aldine, 1973-2005.

GALLAND, O. Une entrée de plus en plus tardive dans la vie adulte. *Economie et Statistique,* n. 283/284, p. 33-52, 1995.

————. *Sociologie de la jeunesse.* Paris: Armand Colin, 1997.

GIAMI, A.; BERTHIER, F.; GOSSELIN, F. *Aimer ailleurs, aimer autrement.* Emprise et dégagement de la famille d'origine. Post adolescents ou jeunes adultes. Paris: GERAL/CSIS, 1984.

GIAMI, A.; SCHILTZ, M. A. (Orgs.). *L'expérience de la sexualité chez de jeunes adultes.* Entre errance et conjugalité. Paris: INSERM, 2004.

GUPTA, N.; LEITE, I. C. Adolescent fertility behaviour: trends and determinants in Northeastern Brazil. *International Family Planning Perspectives*, v. 25 (Supl. 3), p. 125-130, 1999.

HEILBORN, M. L. O traçado da vida: gênero e idade em populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, F. R. (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Estudo sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (Orgs.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e tragetórias sociais de jovens brasileiros.* Rio de Janeiro: Garamond/Editora Fiocruz, 2006.

HEILBORN, M. L.; GRUPO GRAVAD. Uniões precoces, juventude e experimentação da sexualidade. In: HEILBORN, M. L.; DUARTE, L. F. D.; PEIXOTO, C.; LINS DE BARROS, M. M. (Orgs.). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

HEILBORN, M. L.; SALEM, T.; KNAUTH, D. R.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; VICTORA, C.; MCCALLUM, C.; BRANDÃO, E. R. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*, ano 8, n. 17, p. 13-45, Porto Alegre, jun. 2002.

HOBSBAWM, E. *A era dos extremos:* o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAGRANGE, H.; LHOMOND, B. *L'entrée dans la sexualité.* Le comportement des jeunes dans le contexte du Sida. Paris: La Découverte, 1997.

LE VAN, C. *Les grossesses à l'adolescence: normes sociales, realités vécues.* Paris: L'Harmattan, 1998.

LEAL, O. F.; FACHEL, J. Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 97-116, 1999.

LINS DE BARROS, M. M. (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

LONGO, L. F. B.; RIO-NETO, E. Virgindade matrimonial e iniciação sexual: uma análise temporal. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu, Abep. *Anais...* Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a131.pdf>. Acesso em: out. 2003.

LOPES, J. S. L. (Coord.). *Cultura e identidade operária.* Aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987.

MARINHO, L. F. B. *Entrada na sexualidade e práticas contraceptivas:* a experiência de jovens em três capitais brasileiras. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva/UFBA, Salvador, 2006.

MENEZES, G.; AQUINO, E. M. L.; SILVA, D. O. Aborto provocado na juventude: desigualdades sociais no desfecho da primeira gravidez. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1.431-1.446, 2006.

OLIVEIRA, J. C. *Perfil socioeconômico da maternidade nos extremos do período reprodutivo*. IBGE, Diretoria de Pesquisas (DPE), Coordenação de População e Indicadores Sociais (Copis), 2005. Mimeo.

PAIS, J. M. *Culturas juvenis.* Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PAIS, J. M. (Coord.); ANTUNES, M.; BORGES, G. C.; FERREIRA, P. A.; FERREIRA, V. S.; PIRES, M. L.; VASCONCELOS, P. *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa/Secretaria de Estado da Juventude, 1998.

PARKER, R. G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

PEIXOTO, C. E. Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais. In: PEIXOTO, C. E.; DE SINGLY, F.; CICCHELLI, V. (Orgs.). *Família e Individualização.* Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RAMOS, E. *Rester enfant, devenir adulte.* La cohabitation des étudiants chez leurs parents. Paris: L'Harmattan, 2002.

SALEM, T. Mulheres faveladas: com a venda nos olhos. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. (Orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 1981.

SARTI, C. A. *A família como espelho:* um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHALET, A. Must we fear adolescent sexuality? *Medscape General Medicine*, v. 6, n. 4, p. 44, 2004.

VIEIRA, A. G. A assustadora multiplicação dos carentes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 abr. 2005, Opinião, Primeiro Caderno, p. 7.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta.* As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C Gênero e educação pública: uma comparação entre o Ciep e a escola comum. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 78, n. 188/189/190, jan./dez. 1997.

Parte 3 TRANSIÇÕES NEGADAS OU NÃO-TRANSIÇÕES

CAPÍTULO 9

ESTÃO FAZENDO A TRANSIÇÃO OS JOVENS QUE NÃO ESTUDAM, NÃO TRABALHAM E NÃO PROCURAM TRABALHO?

Ana Amélia Camarano
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea
Solange Kanso
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea
Juliana Leitão e Mello
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea
Adriana Andrade
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea

1 INTRODUÇÃO

Como já discutido na introdução deste livro, diversos estudos têm apontado para mudanças nos processos de transição para a vida adulta em todo o mundo e, em especial, no Brasil. Os modelos tradicionais de transição se caracterizam pela seqüência linear e unidirecional das etapas de saída da escola, entrada no mercado de trabalho e saída de casa coincidindo com o casamento e nascimento do primeiro filho. Embora predominantes, esses modelos estão convivendo com novas trajetórias marcadas, muitas vezes, pela imprevisibilidade, não-linearidade e reversibilidade das etapas (Pais, 1995, 2001).

No que concerne à transição escola-trabalho, é cada vez mais freqüente a combinação de atividades e situações características dos mundos jovem e adulto, resultando em diversas categorias intermediárias no processo de transição para a vida adulta. Hasenbalg (2003) afirma que para os países desenvolvidos é realista assumir a entrada no mercado de trabalho após a conclusão da educação formal. Segundo ele, "a norma é que os jovens façam trajetórias escolares prolongadas, cumprindo minimamente a educação compulsória estipulada"(p. 147). No entanto, no Brasil e em outros países da América Latina, essa seqüência nem sempre se verifica devido à entrada precoce no mercado de trabalho e à conciliação ou superposição entre escola e trabalho.

O capítulo 2 deste livro mostra que o percentual da população brasileira que combina essas duas atividades cresceu nas últimas décadas. Isso também já foi verificado por Hasenbalg (2003) e Leme e Wajnman (2000) para o Brasil e por Corseuil, Santos e Foguel (2001) em relação a outros países da América Latina. Essa condição parece combinar atividades típicas do mundo jovem e adulto e pode ser considerada uma nova forma de transição para a vida adulta ou uma etapa adicional nesse processo.

A alocação do tempo dos jovens entre as atividades de estudo e de trabalho é uma das perspectivas para observar as alterações no processo de transição. Os ganhos nos níveis de escolaridade da população jovem brasileira nas últimas décadas já foram bastante documentados, inclusive neste livro, assim como as dificuldades e especificidades de inserção no mercado de trabalho, que geralmente se refletem nas altas taxas de desemprego e precarização das relações de trabalho. No entanto, analisando as inter-relações entre os universos da escola e do trabalho, o número de jovens brasileiros que não estudavam, não trabalhavam e nem procuravam trabalho[1] chama a atenção. Eram cerca de 8 milhões de pessoas em 2000, ou seja, 17% da população jovem não parecem inseridos em nenhum dos universos característicos da juventude ou da vida adulta. O estudo sobre esses jovens é o foco deste capítulo.

Além da magnitude desse segmento, chama-se a atenção para a diferenciação por sexo na proporção de jovens que não estudavam e não participavam do mercado de trabalho. Do total de homens jovens, cerca de 7,4% encontravam-se nessas condições. Entre as mulheres, o percentual corresponde a 26,4%, o que leva a presumir que o fenômeno tem um forte componente de gênero. Assume-se que uma parte delas tenha constituído família e esteja desempenhando o tradicional papel de mãe e dona de casa, pois 71,2% já tinham filhos em 2000.

Tal fenômeno pode apresentar importantes implicações. Do ponto de vista social e econômico, não freqüentar a escola pode acarretar prejuízos ao desenvolvimento do país, uma vez que a educação é apontada como um fator fundamental. Espera-se que um jovem que não trabalhe ou procure trabalho esteja inscrito no sistema educacional como forma de capacitação para uma integração mais favorável ao mundo do trabalho, que se apresenta, entre outras, como dimensão importante para a emancipação individual. Como uma parcela expressiva dos jovens não corresponde a esses requisitos, indaga-se se esta seria uma "transição negada" para

1. Como realizado por outros estudos, optou-se por utilizar o conceito de População Economicamente Ativa (PEA) para classificar os jovens com o objetivo de incluir na análise apenas aqueles que não trabalham e não procuram trabalho. Assume-se que os jovens desempregados já fizeram uma opção pelo trabalho.

a vida adulta ou uma transição adiada ou realizada independentemente de inserção no mercado de trabalho, o que caracterizaria uma outra modalidade de transição. Essa última parece se aplicar às mulheres que "optam" pelo papel tradicional de mãe e dona de casa.

O objetivo deste estudo é contextualizar esse segmento de jovens à luz da transição para a vida adulta. Busca-se traçar um perfil, tendo como pano de fundo as vulnerabilidades e potencialidades advindas do contexto familiar no qual esse segmento está inserido, comparando com as diversas trajetórias de transição. Uma das questões norteadoras é investigar se esses jovens estão em condições de vulnerabilidade: não procuram trabalho por desalento, não estudam por falta de renda e/ou de perspectivas futuras ou estão inseridos em uma família capaz de garantir-lhes a sobrevivência básica até conseguirem uma posição satisfatória no mercado de trabalho.

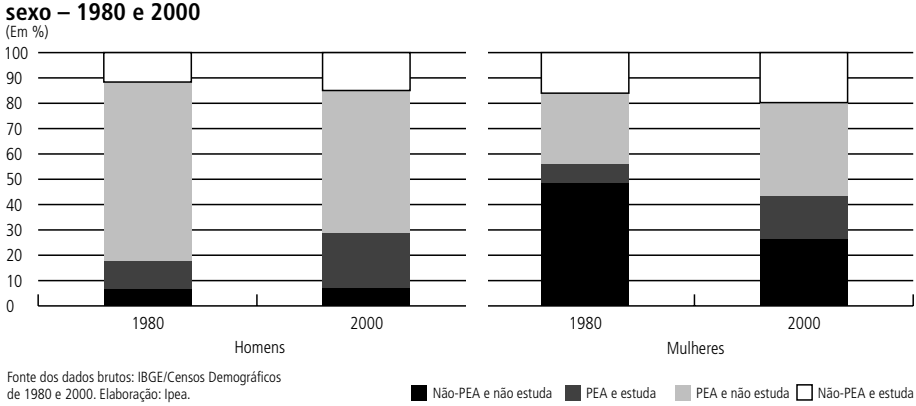
Parte-se do pressuposto de que idade, sexo, cor/etnia, situação de domicílio, estado conjugal, posição no domicílio, posição social, tamanho das famílias e, no caso das mulheres, maternidade podem exercer influência na ampliação ou restrição das possibilidades. Assume-se que a família afeta a constituição identitária e social dos jovens, funcionando como agente promotor de potencialidades ou de acirramento da condição de vulnerabilidade. Os dados utilizados provêm dos Censos Demográficos de 1980 e 2000. Construiu-se um modelo de regressão logística para mensurar o efeito de algumas das variáveis que contribuem para essa condição dos jovens em 2000. Foram consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, como já definido neste livro.

O capítulo está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, analisam-se a evolução e as características dos jovens brasileiros quanto à freqüência escolar e à participação no mercado de trabalho nos últimos 20 anos, a fim de enfatizar o grupo de jovens que não estudavam e não estavam na força de trabalho. A terceira seção descreve as condições desses jovens nas famílias de origem, assim como as características dessas famílias. Em seguida, apresentam-se os resultados do modelo de regressão logística e, por fim, uma síntese deles.

2 ALOCAÇÃO DO TEMPO DOS JOVENS ENTRE A ESCOLA E O TRABALHO

Na maioria dos casos, para a população masculina, a transição para a vida adulta passa pelas etapas de escolarização e entrada no mercado de trabalho. Esta última vem acompanhada ao longo do tempo pela independência econômica, que assume importante papel no processo de emancipação do jovem do núcleo de origem. O gráfico 1 mostra que o perfil da alocação do tempo dos jovens entre as categorias

GRÁFICO 1
Brasil: distribuição proporcional da população jovem por categoria, segundo sexo – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

escola e trabalho alterou-se nos últimos 20 anos, evidenciando principalmente o avanço da escolarização. A maior parcela dos jovens do sexo masculino fazia parte da força de trabalho e não estudava nos dois anos considerados, embora em proporções decrescentes no período. Como já apontado em outros estudos, foi a categoria dos que participavam do mercado de trabalho e estudavam a que mais cresceu no período:[2] o percentual dobrou e o incremento mais expressivo ocorreu entre as mulheres. Em 1980, predominavam as jovens que não estudavam e nem estavam na força de trabalho (48,9%). A proporção de mulheres nessa condição reduziu mais da metade em 2000, caindo cerca de 20 pontos percentuais – 26,4%. Entre os homens, a proporção comparável foi bastante menor e permaneceu estável nas últimas duas décadas, em torno de 7%.

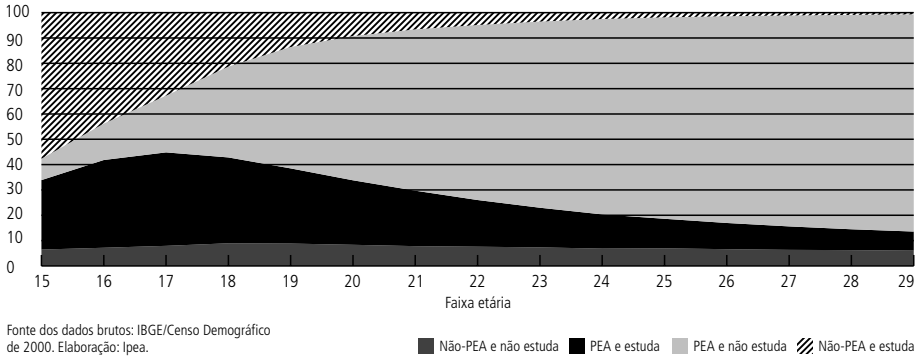
Como esperado, a idade aparece como uma importante variável para a alocação do tempo dos jovens entre as atividades de freqüência à escola e de trabalho. Observou-se, de uma maneira geral, que à medida que a idade avançava diminuía a proporção de jovens que freqüentavam a escola e aumentava a dos que estavam no mercado de trabalho. Isso foi observado para ambos os sexos, como mostram os gráficos 2 e 3. A proporção de jovens que não estudavam e não integravam a força de trabalho diminui com a idade entre os homens e aumenta entre as mulheres.

O gráfico 4 demonstra que entre 1980 e 2000 a proporção de jovens do sexo masculino que não estudavam e não integravam a força de trabalho diminuiu nas idades de 15 a 18 anos e aumentou a partir dos 19 anos, sugerindo a necessidade de se elevar o número de oportunidades educacionais e profissionais para esse grupo etário. Entre as mulheres, como mostrado anteriormente, essas proporções

2. Ver Hasenbalg (2003), Leme e Wajnman (2000), Corseuil, Santos e Foguel (2001) e o capítulo 2 deste livro.

GRÁFICO 2

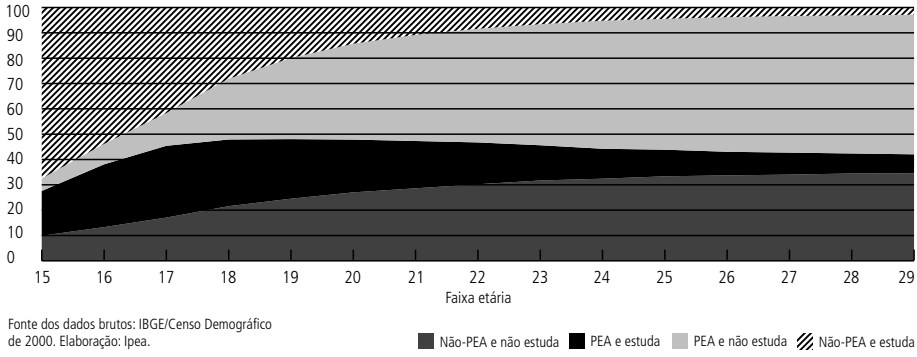
Brasil: distribuição proporcional dos jovens do sexo masculino por idade e categoria – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 3

Brasil: distribuição proporcional dos jovens do sexo feminino por idade e categoria – 2000

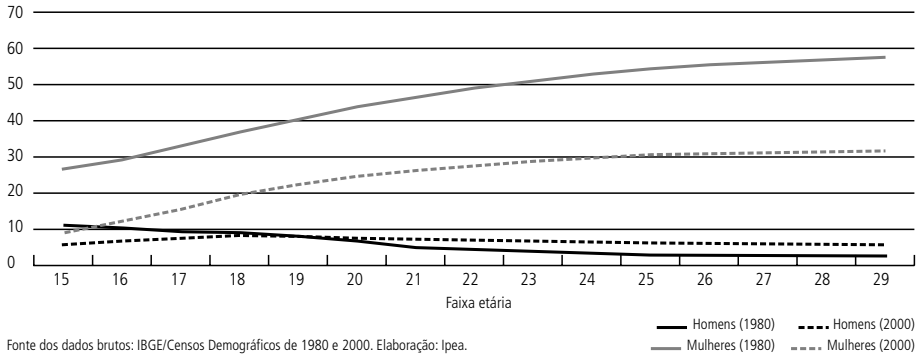


Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 4

Proporção de jovens brasileiros que não estudavam nem participavam das atividades econômicas por sexo e idade individual – 1980 e 2000

(Em %)



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

eram bem mais elevadas. Ao contrário do que ocorreu entre os homens, no entanto, elas diminuíram em todas as idades no período estudado. Essa redução foi maior para as idades mais avançadas, o que pode estar associado ao grande aumento da participação feminina nas atividades econômicas, como visto no capítulo 2 deste livro. A despeito disso, esses resultados sugerem que para as mulheres os mecanismos de transição para a vida adulta não passam, necessariamente, pelo mercado de trabalho. É possível que elas saiam da casa dos pais na condição de cônjuges ou mães sem exercerem alguma atividade econômica.

A tabela 1 apresenta as idades médias dos jovens segundo a condição de atividade e freqüência à escola por sexo, em 1980 e 2000. Esse indicador reforça a importância da idade na determinação do *status* dos jovens, como visto anteriormente. Os que só estudavam eram mais novos e se tornaram mais novos ainda no período considerado, ou seja, essa média decresceu ligeiramente para ambos os sexos. Em 2000, os homens que só estudavam tinham, em média, 17,2 anos e as mulheres 17,8. Os jovens que só participavam do mercado de trabalho eram os mais velhos, tinham aproximadamente cinco anos, em média, a mais que aqueles que só estudavam em 2000. Esse indicador cresceu no período considerado de forma mais acentuada para as mulheres, o que eliminou a diferença entre os dois sexos. Esse "envelhecimento" da PEA jovem pode estar refletindo o ingresso tardio no mercado de trabalho, conforme o capítulo 2. Os jovens do sexo masculino que combinavam as duas atividades tinham 19,6 anos e as mulheres 20,0 anos em 2000. Essa média reduziu-se no período estudado para ambos os sexos.

Conforme os três gráficos anteriores, a proporção de jovens que não estudavam e não participavam de atividade econômica foi afetada pela idade de maneiras distintas. Conseqüentemente, entre as categorias consideradas foram eles os que apresentaram o maior diferencial na idade média por sexo, muito embora tenha se

TABELA 1
Brasil: idade média da população jovem por sexo, segundo sua categoria

Categoria	Homens		Mulheres		Total	
	1980	2000	1980	2000	1980	2000
Não-PEA e não estuda	19,2	21,2	22,3	22,8	21,9	22,4
PEA e estuda	19,7	19,6	20,0	20,0	19,8	19,8
PEA e não estuda	22,4	23,4	22,1	23,5	22,3	23,4
Não-PEA e estuda	17,3	17,2	17,7	17,8	17,5	17,5

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

reduzido à metade no período considerado, passando de 3,1 anos para 1,6 ano. No entanto, em 2000, os homens continuavam mais novos: em média, tinham 21,2 anos, e as mulheres, 22,8. A redução nos diferenciais se deve ao fato de os homens terem experimentado um aumento de cerca de 1,5 ano nessa média. Os jovens que não estudavam e não integravam a PEA de ambos os sexos só não eram mais velhos que os que apenas trabalhavam em 2000.

2.1 Quem são e onde estão os jovens que não estudam e estão fora do mercado de trabalho?

Nesta subseção serão analisadas as características dos jovens por freqüência à escola e condição de atividade segundo as variáveis cor/etnia, escolaridade e situação de domicílio. O objetivo é apontar algumas das especificidades que caracterizam os jovens que não estudavam e estavam fora do mercado de trabalho em relação às demais categorias no ano 2000.

A tabela 2 apresenta a distribuição dos jovens por categoria segundo a cor/etnia em 2000.[3] Observa-se que, de uma maneira geral, predominavam os jovens de cor branca. Essa proporção era mais elevada entre as mulheres (53,9%) que entre os homens (50,7%). Entre os jovens do sexo masculino que não estudavam e não compunham a força de trabalho predominavam os de cor parda (49,4%), o

TABELA 2
Brasil: distribuição proporcional da população jovem por categoria, segundo cor/etnia e sexo – 2000

	Não-PEA e não estuda	PEA e estuda	PEA e não estuda	Não-PEA e estuda	Total da população jovem
Homens					
Branca	42,0	52,6	50,6	52,9	50,7
Preta	8,7	6,6	7,3	5,9	7,0
Parda	49,4	40,8	42,1	41,2	42,2
Mulheres					
Branca	49,2	56,6	56,2	53,5	53,9
Preta	6,1	5,9	6,5	5,3	6,1
Parda	44,7	37,6	37,3	41,2	40,1

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

3. Não foram considerados na análise os jovens indígenas e amarelos, dada a baixa representatividade amostral.

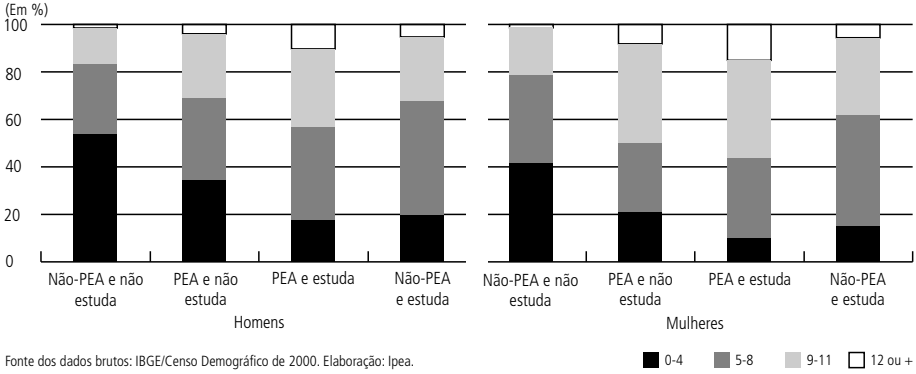
que sinaliza para uma super-representação dos pardos entre a categoria estudada. Os homens de cor preta também estavam super-representados entre os que não estudavam e estavam fora da força de trabalho, com 8,7%. Já os brancos estavam super-representados na categoria dos que estudavam, seja apenas estudando ou combinando estudo e trabalho.

As mulheres de cor branca predominaram entre as que não estudavam e não faziam parte do mercado de trabalho, mas em proporção menor que a observada para o total da população (49,2% e 53,9%). Isso aponta, como no caso dos homens, para uma sub-representação das mulheres brancas nesse grupo. A proporção de pardas que não estudavam e não compunham a PEA era de 44,7%. Em relação ao total de jovens brasileiras, as pardas representavam 40,1% das mulheres, ou seja, também estavam super-representadas na categoria estudada. As mulheres brancas estavam mais super-representadas na categoria das que estavam no mercado de trabalho, seja apenas nele ou combinando escola e trabalho, do que os homens. Isso pode estar sinalizando para uma escolaridade maior dessas mulheres e um conseqüente maior custo de oportunidade de estar fora das atividades econômicas.

Analisando a escolaridade média dos jovens pela condição de atividade e freqüência à escola, observa-se no gráfico 5 que entre os que não estudavam e estavam fora do mercado de trabalho encontravam-se as maiores proporções com o nível mais baixo de escolaridade, tanto entre homens como entre mulheres. Entre os primeiros, 53,8% tinham entre 0 a 4 anos de estudo e, entre as mulheres, 41,4%. Como não freqüentavam a escola, tal comportamento era esperado. A proporção mais elevada de pessoas com mais de 12 anos de estudo foi verificada entre os jovens que combinavam as duas atividades para ambos os sexos.

GRÁFICO 5

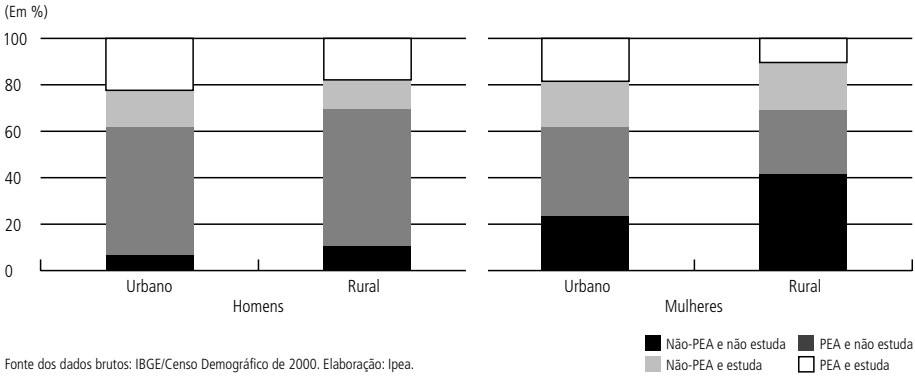
Brasil: distribuição proporcional dos jovens por anos de estudo, segundo categoria e sexo – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

Residir na região rural também consiste numa importante variável que afeta a opção (ou falta de) dos jovens de não freqüentar a escola e estar fora do mercado de trabalho, em especial entre as mulheres. A predominância feminina só não se verificou para aquelas de 15 a 19 anos. Nessa faixa de idade, a maior proporção apenas estudava, o que mostra o avanço no acesso à escola também no meio rural e provavelmente novas formas de transição no futuro. Os resultados para as demais mulheres sugerem que, principalmente nessa área, a transição para a vida adulta deve ocorrer, primordialmente, pela saída da casa dos pais via casamento e/ou maternidade. Entre os homens, verificou-se que a proporção dos que não estudavam e não estavam no mercado de trabalho era mais alta entre os residentes no meio rural, 10,5%, que nas áreas urbanas, 6,7% conforme o gráfico 6. A condição de não estudar e estar trabalhando ou procurando trabalho foi a predominante entre os homens rurais e urbanos e as mulheres residentes no meio urbano.

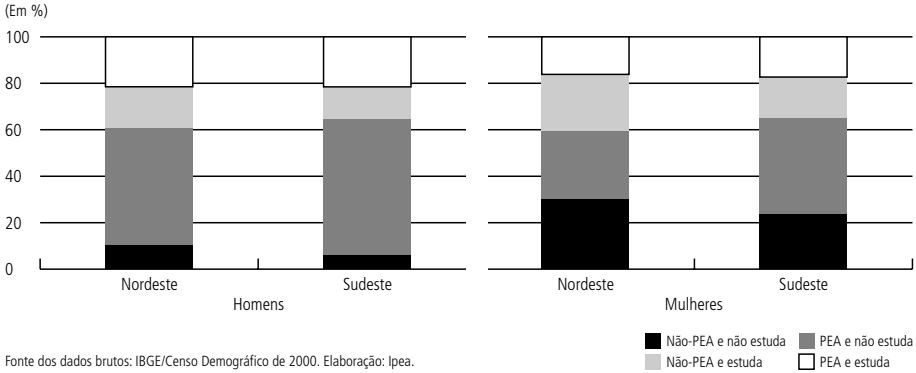
GRÁFICO 6
Brasil: distribuição proporcional da população jovem por categoria, segundo situação de domicílio e sexo – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

A comparação das regiões Nordeste e Sudeste aponta para um percentual mais elevado de jovens que não estudavam e não integravam a força de trabalho na região Nordeste para ambos os sexos (ver gráfico 7). Em termos relativos, o diferencial era maior entre os homens. Com exceção das mulheres nordestinas, cuja maioria não estudava e não participava nas atividades econômicas, a maioria dos jovens encontrava-se nas atividades econômicas e não estudando. Curiosamente, a maior proporção foi observada na região Sudeste. Quanto à condição de ser PEA e estudar, não houve diferenciais regionais significativos, apenas por sexo.

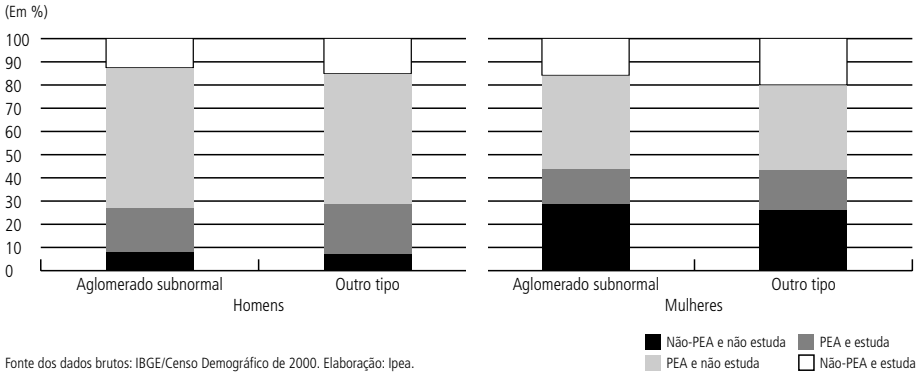
GRÁFICO 7
Brasil: distribuição proporcional da população jovem por categorias, segundo regiões e sexo – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

O gráfico 8 mostra a proporção de jovens por freqüência à escola e condição de atividade segundo o tipo de setor censitário[4] em que está localizado o domicílio. Nessa primeira análise descritiva, os resultados não apontam para diferenciais expressivos quanto à alocação de tempo e tipo de residência em 2000. De uma maneira geral, pode-se falar que os residentes de aglomerados subnormais apresentavam uma probabilidade maior de não estudar e não integrar a força de trabalho, mas de apenas trabalhar do que os demais.

GRÁFICO 8
Brasil: distribuição proporcional da população jovem por categoria, segundo setor censitário e sexo – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

4. Essa variável classifica o tipo de setor (v1007) e está dividida em: não-especial, aglomerado subnormal, quartel, alojamento, embarcação, aldeia indígena, penitenciária e asilo. No modelo utilizado neste trabalho, ela foi agrupada em aglomerado subnormal e outro tipo. Maiores detalhes, ver IBGE (2002, p. 65).

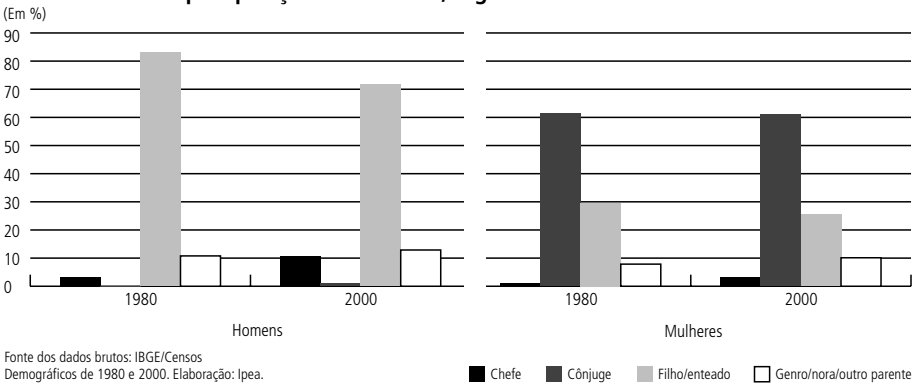
2.2 Em que famílias vivem esses jovens?

2.2.1 Inserção familiar, estado conjugal e maternidade

A inserção familiar dos jovens é um indicador expressivo do estágio do processo de transição e apresenta um forte componente de gênero. A saída da casa dos pais ou de origem é, em geral, considerada o último estágio desse processo. A maioria dos homens que estavam fora da escola e do mercado de trabalho vivia com os pais, avós, sogros ou outros parentes, ou seja, dependia fortemente do apoio familiar (ver gráfico 9). Em 1980, 83,0% desses homens residiam com os pais e 10,8% com sogros ou outros parentes. Em 2000, a proporção de jovens que viviam com os pais decresceu para 71,8% e aumentou a de chefes, que passou de 3,2% para 10,8%, e em menor proporção a de residentes com sogros ou outros parentes. Por outro lado, entre as mulheres predominaram as cônjuges nos dois anos considerados, aproximadamente 2/3. Essas proporções mantiveram-se constantes no período analisado. A segunda mais alta foi a de filhas, que declinou ligeiramente em prol de um aumento na proporção de mulheres chefes e de noras ou outros parentes.

De acordo com o gráfico 9, um resultado não esperado foi o aumento da proporção dos jovens do sexo masculino na condição estudada que eram chefes do domicílio, o que merece uma análise mais detalhada. Em primeiro lugar, observa-se que essa proporção cresceu expressivamente com a idade. Variou de 1,6% entre os de 15 a 19 anos a 25,8% entre os de 25 a 29 anos (ver gráfico 10). Mudanças no estado conjugal devem estar estritamente relacionadas à mudança na posição no domicílio, conforme o gráfico 11, que também mostra como a idade é importante na determinação desse estado. Mais do que isso aponta para o aumento na proporção de casados e separados nos 20 anos estudados.

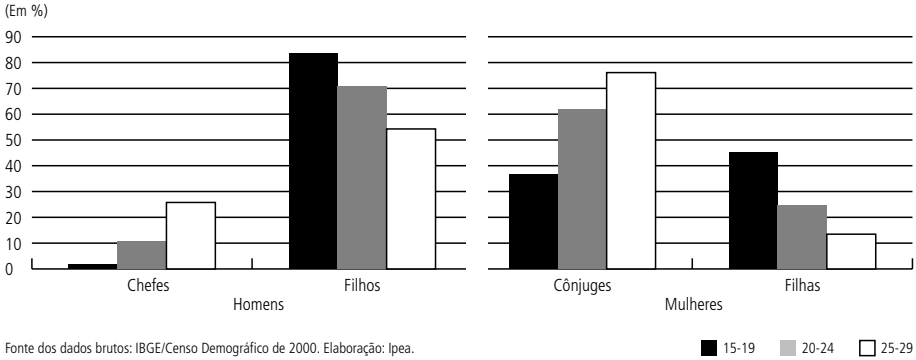
GRÁFICO 9
Brasil: distribuição proporcional dos jovens que não estudavam nem trabalhavam pela posição no domicílio, segundo sexo – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 10

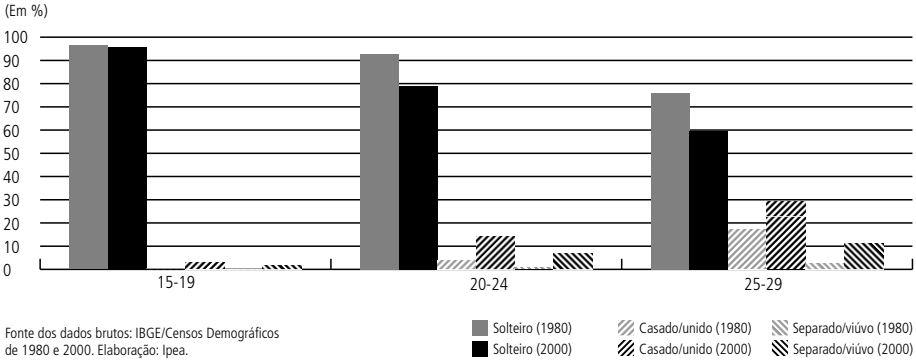
Brasil: proporção de jovens que não estudam nem trabalham pela posição no domicílio, segundo sexo e grupos de idade – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 11

Brasil: proporção de jovens do sexo masculino que não estudam nem trabalham por estado conjugal, segundo grupos de idade – 1980 e 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

Assim, coloca-se a questão: quem sustenta os jovens do sexo masculino chefes que não estudam e não participam do mercado de trabalho? A tabela 3 mostra que o rendimento médio domiciliar *per capita* desses domicílios era aproximadamente 1/3 da média dos domicílios onde residiam jovens na categoria estudada. Aproximadamente 1/3 da renda deles vinha do cônjuge, mas quase 50% se originavam do próprio chefe. Desses, apenas 27,3% tinham rendimento próprio. Os programas sociais contribuíram com aproximadamente mais de 40% desse rendimento, incluindo aí o seguro-desemprego e aposentadorias por invalidez. Pode-se até concluir que estavam desempregados, mas não se declararam à procura de emprego. Mesmo contando com outro tipo de rendimento, como doação, pensão alimentícia, mesada oriunda de pais, sogros e outros parentes, viviam em situação de vulnerabilidade. Esse rendimento foi responsável por aproximadamente 12% do orçamento familiar.

TABELA 3
Brasil: algumas características de rendimento dos domicílios chefiados por homens jovens que não participam da PEA nem estudam – 2000

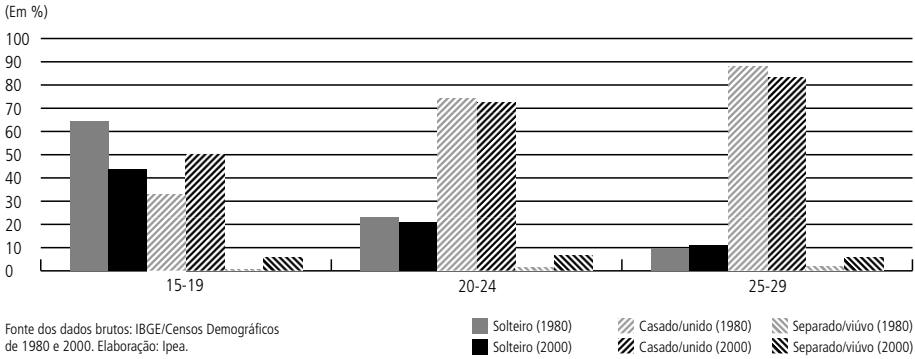
Características	Valores
Rendimentos (R$)	
Rendimento médio domiciliar	177,43
Rendimento médio *per capita* domiciliar	53,48
Rendimento médio *per capita* dos domicílios que têm jovens na categoria estudada	139,03
Fontes de rendimento dos chefes (%)	
Trabalho	-
Aposentadoria/pensão	28,1
Aluguel	7,0
Pensão alimentícia, mesada, doação	11,7
Renda mínima, Bolsa Escola, seguro-desemprego	13,1
Outros rendimentos	40,1
Contribuição da renda dos membros nos domicílios (%)	
Chefe	47,1
Cônjuge	31,0
Pai/mãe/sogro	5,7
Outros	16,3

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

Segundo o gráfico 10, a idade também desempenhou um papel muito importante na posição no domicílio das mulheres. Entre as de 15 a 19 anos, 45% eram filhas e 37% cônjuges. Aos 25-29 anos, essas proporções foram de 13% e 76%, respectivamente. Estado conjugal e maternidade são fatores que parecem associados à condição de não trabalhar e não estudar, o que determinaria uma transição para a vida adulta "diferenciada" por sexo, como já apontado nos capítulos 2 e 8 deste livro. Essas variáveis também apresentam forte associação com a idade. A proporção de mulheres casadas nessa categoria era cinco vezes mais elevada, 71,3%, que a comparável entre os homens, 13,4%. Essa proporção variou de 50,3% entre as mulheres de 15 a 19 anos a 83,4% entre as de 25 a 29 anos. Comparada a 2000, essa variação foi muito maior em 1980. A mudança na distribuição de mulheres por estado conjugal se deu de forma ligeiramente diferente da

observada entre os homens. Percebeu-se uma redução na proporção de solteiras, com exceção das mulheres mais velhas, e um aumento relativamente expressivo na de separadas. O percentual de mulheres casadas aumentou apenas entre as mais jovens, de 15 a 19 anos (ver gráfico 12).

GRÁFICO 12
Brasil: proporção de jovens do sexo feminino que não estudam nem trabalham por estado conjugal, segundo grupos de idade e anos



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração: Ipea.

Os aumentos nas proporções de jovens casados e separados ou a redução na de solteiros parecem associados a uma proporção maior de homens chefes de família e sugerem uma antecipação da transição para a vida adulta dos jovens que não estudavam e nem trabalhavam.

Entre as mulheres que não estudavam e não estavam na PEA encontrou-se também a proporção mais elevada de mães, 71,2% delas em 2000. A segunda maior proporção, 49,6%, foi observada entre as mulheres que se encontravam apenas trabalhando ou procurando trabalho. O percentual de mulheres que já tiveram filhos também aumenta com a idade: 45%, de 15 a 19 anos; 73,8%, de 20 a 24 anos; e 85,5% entre as de 25 a 29. Esses dados sugerem que essas mulheres não participavam do mercado e nem estavam na escola, porque se dedicavam aos afazeres domésticos, incluindo o cuidado com os filhos.

A condição de participação na atividade econômica e na escola parece bastante associada à inserção familiar tanto para homens quanto para mulheres, mas de forma diferenciada, como se verifica na tabela 4. No caso masculino, isso deve estar relacionado com a possibilidade de independência econômica, o que requer, de uma maneira geral, uma inserção no mercado de trabalho. A condição de filho predomina nas quatro categorias, mas com diferenças grandes entre elas. Dentre os que só estudavam, 88,3% eram filhos e entre os que só trabalhavam a proporção comparável foi de 48,4%. Os maiores percentuais de homens chefes são encontrados

TABELA 4
Brasil: distribuição proporcional da população jovem de 15 a 29 anos pela condição no domicílio, segundo a categoria – 2000
(Em %)

	Homens				Mulheres			
	Não-PEA e não estuda	Não-PEA e estuda	PEA e estuda	PEA e não estuda	Não-PEA e não estuda	Não-PEA e estuda	PEA e estuda	PEA e não estuda
Chefe	10,8	1,0	9,8	37,8	3,3	1,0	4,0	8,7
Cônjuge	1,0	0,1	0,5	2,0	61,0	8,0	11,3	37,6
Filho/enteado	71,8	88,3	78,8	48,4	25,4	79,1	70,9	41,3
Genro/neto/outro parente	11,9	9,8	9,7	0,0	9,5	10,8	10,1	9,3
Agregado e pensionista	1,0	0,5	0,8	1,7	0,6	1,1	1,2	1,2
Empregado doméstico	0,0	0,0	0,1	2,5	0,0	0,0	2,3	1,8
Individual em domicílio coletivo	3,5	0,3	0,2	5,8	0,1	0,1	0,1	0,1
Mães					71,2	10,4	16,8	49,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

entre os que apenas trabalhavam: quase três vezes mais elevado que o segundo mais alto, curiosamente o dos jovens que não trabalhavam e não estudavam.

Entre as mulheres, a inserção familiar configura-se como fator mais possível de afetar a condição de estudar e/ou participar das atividades econômicas.[5] Por exemplo, no grupo de mulheres que não trabalhavam e não estudavam foram encontradas as maiores proporções de cônjuges, 61,0%, e de mães, 71,2%, que superaram e muito as segundas mais altas proporções, observadas entre as que participavam do mercado de trabalho e não estudavam (37,6%). Essa hipótese converge com os resultados mostrados por Heilborn e Cabral no capítulo 8 deste livro.

A composição e o tamanho dos domicílios também aparecem como variáveis importantes na determinação da alocação do tempo dos jovens brasileiros. Nota-se que o número de crianças[6] residentes no domicílio pode estar associado ao fato de particularmente as mulheres não estudarem nem estarem inseridas no mercado de trabalho. Em 61,6% dos domicílios onde residiam jovens do sexo masculino, não

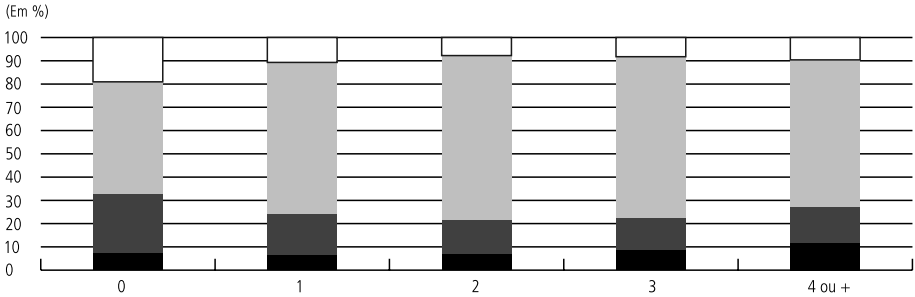
5. A literatura sobre participação feminina na atividade econômica aponta nupcialidade e fecundidade como um dos determinantes de maior importância. Ver, por exemplo, o capítulo 2 deste livro.

6. Consideraram-se aqui os menores de oito anos.

se encontravam crianças. Já nos domicílios com jovens mulheres, essa proporção caiu para 25,2%. A proporção de domicílios com jovens na condição estudada cresceu com o número de crianças residentes, de acordo com os gráficos 13 e 14, mas a diferença é muito mais expressiva entre as mulheres. Especula-se que elas devem desenvolver atividades ligadas aos cuidados dos menores (filhos ou irmãos). Por outro lado, observa-se a maior proporção de jovens que só estudavam nos domicílios onde não residiam crianças.

GRÁFICO 13

Brasil: distribuição proporcional dos domicílios onde vivem jovens do sexo masculino por categoria, segundo o número de crianças residentes – 2000

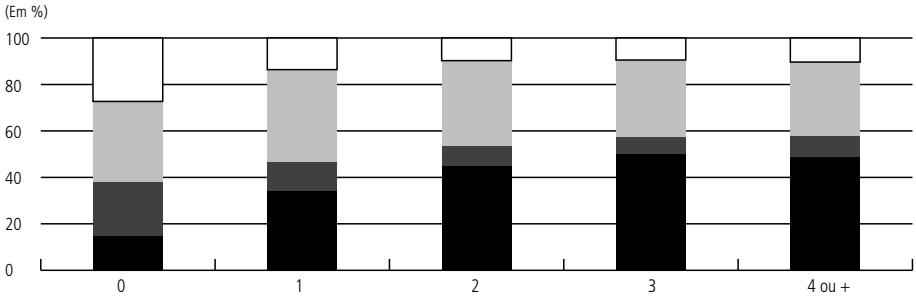


Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

Não-PEA e não estuda | PEA e estuda | PEA e não estuda | Não-PEA e estuda

GRÁFICO 14

Brasil: distribuição proporcional dos domicílios onde vivem jovens do sexo feminino por categoria, segundo o número de crianças residentes – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

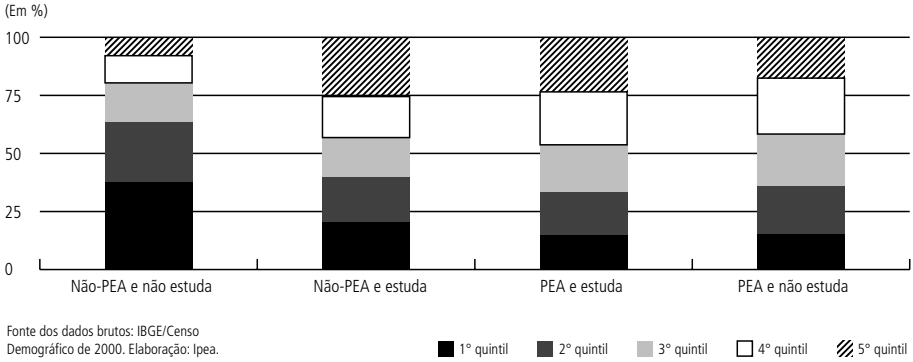
Não-PEA e não estuda | PEA e estuda | PEA e não estuda | Não-PEA e estuda

2.2.2 Condições de vida

Para se obter alguma inferência sobre as condições de vida daqueles que não estudam e não participavam do mercado de trabalho, utilizou-se a distribuição proporcional dos jovens como um todo pelas quatro categorias consideradas, segundo os quintis de renda domiciliar *per capita* e a escolaridade do chefe. Os gráficos 15 e 16 mostram que quanto menor a renda do domicílio, maiores as proporções de jovens nessas condições, especialmente de homens. Observa-se também que quanto maior a renda do domicílio, maiores as chances de se encontrar um jovem, independentemente do sexo, que só estudava ou combinava as duas atividades. Aproximadamente 1/4 dos jovens de ambos os sexos que só estudavam estava no quintil de renda mais elevado.

GRÁFICO 15

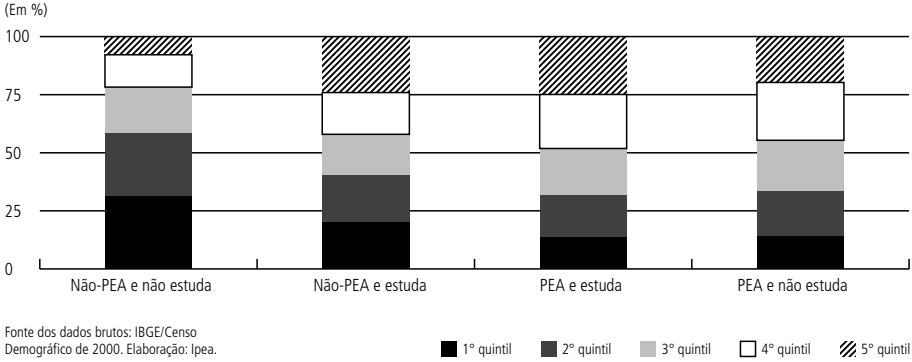
Brasil: distribuição proporcional da população jovem masculina por quintis de renda domiciliar *per capita*, segundo categorias – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 16

Brasil: distribuição proporcional da população jovem feminina por quintis de renda domiciliar *per capita*, segundo categorias – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

A tabela 5 apresenta o rendimento médio domiciliar *per capita*, reforçando o que foi visto. Os jovens que não estudavam e não pertenciam à força de trabalho viviam em domicílios onde a renda média *per capita* representava menos da metade da renda média *per capita* de domicílios com jovens que só estudavam ou que combinavam as duas atividades. Estes apresentam um rendimento médio mais elevado que as demais categorias. A renda aparece como um importante fator na alocação do tempo dos jovens entre o trabalho e o estudo, principalmente, do segundo. Dentro dessa perspectiva, Leme e Wajnman (2000) mostraram que a renda dos domicílios afeta positivamente a probabilidade de estudar, principalmente sem trabalhar, e negativamente a de trabalhar sem estudar e a de não exercer nenhuma das duas atividades. Esse estudo, realizado para as faixas etárias de 12 e 13 anos, 14 e 15 anos, 16 e 17 anos e 18 e 19 anos, aponta que a renda era menos importante na decisão de só estudar para os grupos mais jovens do que para os mais velhos. Barros e Mendonça (1991) também mostraram que as taxas de não-freqüência à escola de crianças e adolescentes crescem à medida que diminuem os recursos econômicos dos domicílios onde vivem.

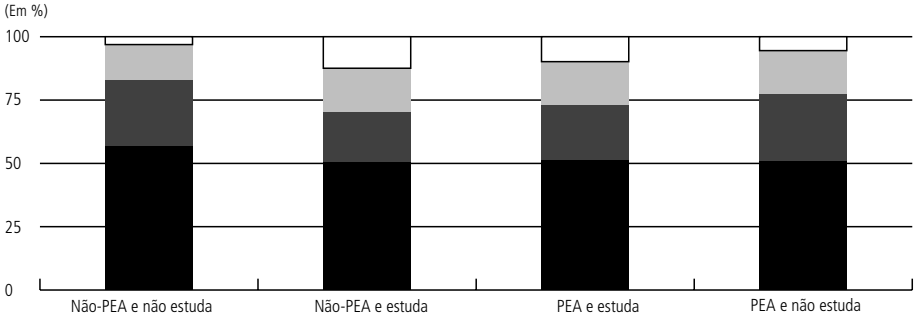
TABELA 5
Brasil: rendimento médio domiciliar *per capita*, segundo as categorias do jovem – 2000

Categorias	Em R$
Não estão na PEA e não estudam	139,03
Não estão na PEA e estudam	293,26
PEA e estudam	292,86
PEA e não estudam	246,65

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

A escolaridade do chefe do domicílio tem sido apontada, também, como um indicador importante das condições socioeconômicas de uma família. De maneira geral, os jovens brasileiros viviam em domicílios onde a escolaridade do chefe era muito baixa, ou seja, em 2000, cerca de 53% estavam em domicílios cujo chefe tinha menos de quatro anos de estudo. No entanto, observa-se nos gráficos 17 e 18 que as mais altas proporções de jovens residentes em domicílios onde o chefe tinha escolaridade mais baixa foram encontradas entre aqueles que estavam fora da escola e do mercado de trabalho, sendo mais elevadas entre as mulheres (56,9% e 65,8%). Por outro lado, os percentuais mais elevados de chefes com escolaridade mais alta são observados nos domicílios onde residiam jovens que apenas estudavam, tanto para homens quanto para mulheres.

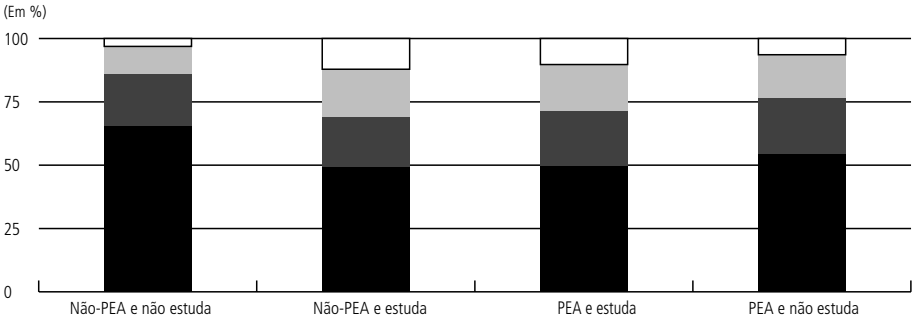
GRÁFICO 17
Brasil: distribuição proporcional dos jovens do sexo masculino por anos de estudo do chefe, segundo categorias – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

0-4 5-8 9-11 12 e +

GRÁFICO 18
Brasil: distribuição proporcional dos jovens do sexo feminino por anos de estudo do chefe, segundo categorias – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Ipea.

0-4 5-8 9-11 12 e +

Em síntese, os jovens que não estudavam e não compunham a força de trabalho eram majoritariamente residentes da zona rural, de cor parda, com baixa escolaridade, inseridos em domicílios com maior número de crianças, com renda baixa e chefe de menor escolaridade. A proporção de mulheres jovens que não estudavam e não trabalhavam era consideravelmente mais elevada que a dos homens: quase 3/4 delas já eram mães e 2/3 moravam com um parceiro. Esses resultados permitem concluir que a alocação do tempo dos jovens e, conseqüentemente, o processo de transição para a vida adulta apresenta um forte viés de gênero. De modo geral, os homens parecem mais vinculados ao mercado de trabalho e as mulheres ao estudo ou às tarefas domésticas.

3 O IMPACTO DE ALGUMAS VARIÁVEIS NA CONDIÇÃO DE O JOVEM NÃO ESTUDAR, NÃO TRABALHAR E NÃO PROCURAR TRABALHO

3.1 Descrição do modelo

Além de descrever as características dos jovens que não estudavam, não trabalhavam e não procuravam trabalho, este capítulo também buscou mensurar o impacto de algumas variáveis na chance de um jovem se encontrar na categoria estudada. Para isso, ajustou-se um modelo de regressão logística para medir a relação entre a variável dependente (*Y*) que, no caso específico, corresponde ao fato de o jovem pertencer ou não à condição de não estudar e estar fora do mercado de trabalho, e as variáveis independentes.

A escolha das variáveis independentes ou explicativas teve como referência a literatura sobre o tema e a análise realizada na seção anterior. Essas variáveis foram divididas em três grupos:

a) características sociodemográficas do jovem: idade (IDADE), condição no domicílio (POSCOND), estado conjugal (ESTCONJ) e média de anos de estudo (GAE);[7]

b) características de saúde do jovem: existência de deficiência física (FISICA); e

c) características do domicílio onde o jovem reside: renda domiciliar *per capita* (RDOMCAP), grupos de anos de estudo do chefe (GAE_CH), número médio de pessoas com renda positiva no domicílio (NMRDPOSITIVA), residir na região Nordeste (NORDESTE), Sudeste (SUDESTE) e em setor classificado como aglomerado subnormal (AGLOMERADO).

Também foram estimados dois modelos: um para homens e outro para mulheres. Além das variáveis explicativas citadas, considerou-se, no segundo, se as mulheres tiveram filhos ou não (MAE), devido à importância desse fator para o fenômeno em estudo. As categorias das variáveis explicativas e a parametrização do modelo adotadas são apresentadas na tabela 6.

7. A variável cor/raça foi inicialmente introduzida, mas não foi estatisticamente significativa.

TABELA 6
Descrição das variáveis do modelo

Variável – código	Nome	Tipo de variável	Base
IDADE	Idade	Contínua	
RDOMCAP	Renda domiciliar *per capita*	Contínua	
POSCOND	Condição no domicílio – cônjuge	1 = chefe; 2 = cônjuge; 3 = filho; 4 = outros	Categoria 1
ESTCONJ	Estado conjugal	1 = casado; 2 = separado; 3 = solteiro	Categoria 1
MAE	Se teve filhos nascidos vivos ou não	0 = não é mãe; 1 = mãe	Categoria 0
NORDESTE	Residente na região Nordeste	0 = não reside; 1 = reside	Categoria 0
SUDESTE	Residente na região Sudeste	0 = não reside; 1 = reside	Categoria 0
GAE	Grupos de anos de estudo	1 = 0 a 4 anos; 2 = 5 a 8 anos; 3 = 9 a 11 anos; 4 = 12 anos ou +	Categoria 1
GAE_CH	Grupos de anos de estudo do chefe	1 = 0 a 4 anos; 2 = 5 a 8 anos; 3 = 9 a 11 anos; 4 = 12 anos ou +	Categoria 1
NMRDPOSITIVA	Número médio de pessoas no domicílio com renda positiva	Contínua	
AGLOMERADO	Residente em aglomerado subnormal	0 = não reside; 1 = reside	Categoria 0
FÍSICA	Possui deficiência física permanente	0 = falta de perna, braço, mão, pé, dedo polegar ou nenhuma deficiência; 1 = paralisia permanente total, paralisia permanente das pernas e paralisia permanente de um dos lados do corpo	Categoria 0

Fonte: Elaboração das autoras.

Para avaliar a significância das variáveis no modelo, foi utilizado o teste estatístico de Wald (Dobson, 1983). Os valores críticos de 1,96 fornecem o nível de significância aproximado de 0,05, acima dos quais indicam a permanência da variável no modelo. A tabela 7 apresenta os resultados da estimação dos coeficientes dos dois modelos para os jovens que estavam fora do mercado de trabalho e não estudavam, bem como os respectivos erros-padrão e níveis de significância. Apesar de permanecer no modelo para os homens, a variável anos de estudo do chefe do domicílio apresentou coeficientes não-significativos para as categorias 3 e 4. Destaca-se, ainda, a diferença do sinal para alguns coeficientes entre os modelos de homens e mulheres, reforçando a hipótese de diferenciais por gênero na condição de não participar de atividades econômicas e não estudar.

TABELA 7

Brasil: coeficientes estimados do modelo para jovens na condição de não estudar e estar fora do mercado de trabalho – 2000

Parâmetro	Homens			Mulheres		
	Coeficiente	Erro-padrão	Pr > ChiSq	Coeficiente	Erro-padrão	Pr > ChiSq
Intercept	-3,9386	0,0068	<,0001	0,6979	0,0053	<,0001
Idade	0,0751	0,0002	<,0001	0,0177	0,0002	<,0001
RDOMCAP	-0,0001	0,0032	<,0001	0,0000	0,0009	<,0001
POSCOND_2	0,7894	0,0086	<,0001	0,6325	0,0032	<,0001
POSCOND_3	0,7039	0,0045	<,0001	0,5544	0,0033	<,0001
POSCOND_4	0,8676	0,0046	<,0001	0,8190	0,0034	<,0001
ESTCONJ_2	0,8581	0,0055	<,0001	-1,0863	0,0028	<,0001
ESTCONJ_3	1,1091	0,0042	<,0001	-1,6665	0,0025	<,0001
MAE	-	-	-	0,1149	0,0017	<,0001
NORDESTE	0,0574	0,0022	<,0001	-0,0581	0,0015	<,0001
SUDESTE	-0,0165	0,0022	<,0001	0,0466	0,0014	<,0001
GAE_2	-0,7447	0,0021	<,0001	-0,4648	0,0014	<,0001
GAE_3	-0,9723	0,0027	<,0001	-0,7452	0,0017	<,0001
GAE_4	-1,5177	0,0072	<,0001	-1,4555	0,0041	<,0001
GAE_CH_2	0,0264	0,0025	<,0001	-0,1212	0,0014	<,0001
GAE_CH_3	0,0054	0,0033	0,1068	-0,1831	0,0018	<,0001
GAE_CH_4	0,0067	0,0056	0,2278	-0,3025	0,0031	<,0001
NMRDPOSITIVA	-2,8408	0,0041	<,0001	-3,4981	0,0030	<,0001
AGLOMERADO	0,0908	0,0040	<,0001	-0,1914	0,0026	<,0001
FISICA	2,6886	0,0080	<,0001	2,5500	0,0104	<,0001

Fonte: Elaboração das autoras.

3.2 Resultados gerais do modelo

As chances estimadas pelo modelo e os respectivos intervalos de confiança para homens e mulheres encontram-se na tabela 8. Entre as variáveis consideradas, tanto para homens quanto para mulheres, a de maior efeito corresponde ao jovem que é portador de deficiência física com paralisia. Resultado esperado, pois a paralisia compromete e limita de maneira significativa as possibilidades de se exercer alguma atividade laboral e/ou estudar. Destaca-se também outra variável relacionada às características do domicílio: o número médio de pessoas residentes com renda positiva, que contribui muito para diminuir a chance de o jovem não estudar e estar fora do mercado de trabalho. Afeta igualmente homens e mulheres. Provavelmente, um número maior de pessoas em um domicílio com renda positiva contribui para que mais residentes estudem.

TABELA 8
Brasil: chances estimadas de um jovem não estudar nem trabalhar e intervalos de confiança (0,95) – 2000

Efeito	Homens	Mulheres
IDADE	1,078 (1,077-1,078)	1,018 (1,018-1,018)
ESTCONJ_2	2,359 (2,334-2,384)	0,337 (0,336-0,339)
ESTCONJ_3	3,032 (3,007-3,057)	0,189 (0,188-0,190)
MAE	-	1,122 (1,118-1,126)
GAE_2	0,475 (0,473-0,477)	0,628 (0,627-0,630)
GAE_3	0,378 (0,376-0,380)	0,475 (0,473-0,476)
GAE_4	0,219 (0,216-0,222)	0,233 (0,231-0,235)
NORDESTE	1,059 (1,055-1,064)	0,944 (0,941-0,946)
SUDESTE	0,984 (0,979-0,988)	1,048 (1,045-1,051)
RDOMCAP	1,000 (1,000-1,000)	1,000 (1,000-1,000)
POSCOND_2	2,202 (2,165-2,240)	1,882 (1,870-1,894)
POSCOND_3	2,022 (2,004-2,039)	1,741 (1,730-1,752)
POSCOND_4	2,381 (2,360-2,403)	2,268 (2,253-2,283)
GAE_CH_2	1,027 (1,022-1,032)	0,886 (0,883-0,888)
GAE_CH_3	1,005 (0,999-1,012)	0,833 (0,830-0,836)
GAE_CH_4	1,007 (0,996-1,018)	0,739 (0,735-0,743)
NMRDPOSITIVA	0,058 (0,058-0,059)	0,030 (0,030-0,030)
AGLOMERADO	1,095 (1,086-1,104)	0,826 (0,822-0,830)
FISICA	14,712 (14,484-14,943)	12,807 (12,548-13,071)

Fonte: Elaboração das autoras.

As demais variáveis que se destacaram pelo efeito na probabilidade de o indivíduo assumir a característica estudada pertencem ao grupo de variáveis sociodemográficas. Entre elas, ressalta-se o estado conjugal, que afeta os dois sexos, mas em sentido contrário. Para os homens, ser solteiro ou separado favorece muito o fato de não estudar e estar fora do mercado de trabalho, em comparação com os casados. Já entre as mulheres, verifica-se o oposto: ser solteira ou separada reduz em 81% e 66% a chance de se encontrar na categoria estudada, comparativamente a ser casada. Isso pode se relacionar ao papel de cônjuge predominantemente assumido pelas mulheres, que ocupam grande parte do tempo em atividades domésticas. Cerca de 61% das jovens entre 15 e 29 anos eram cônjuges em 2000.

A variável escolaridade do indivíduo também apresenta impacto significativo. Quanto mais alto o nível de escolaridade, menor a chance de o jovem não participar do mercado de trabalho e não estudar. As diferenças foram mais acentuadas para os homens, à exceção do grupo com escolaridade mais elevada, em que as razões de chance são aproximadamente iguais para ambos os sexos. Ser cônjuge ou filho, quando comparado a chefe do domicílio, resulta em uma chance maior de não estudar e estar fora do mercado de trabalho para ambos os sexos, principalmente para os homens. Entre as mulheres, esse efeito é ainda maior quando estão na condição de outro parente (irmã, neta, sobrinha etc.). O mesmo ocorre com os homens.

As outras variáveis demográficas, embora significativas, tiveram peso menor. De acordo com os resultados, constata-se que a idade controlada pelas demais variáveis no modelo tende a aumentar as chances de o jovem não estudar e nem participar do mercado de trabalho. O impacto é maior entre os homens, o que reforça o conteúdo da tabela 2: a idade média desses jovens foi de 21,2 anos e 22,8 anos para homens e mulheres, respectivamente. Eram mais novos apenas do que os que participavam de atividades econômicas e não estudavam. Para as mulheres, a maternidade é uma variável explicativa importante, mas com peso menor que ser cônjuge, pois representa um aumento de 12% na chance de não estudar e estar fora do mercado de trabalho relativamente a das mulheres que não são mães. A saída da mulher do mercado de trabalho e a interrupção dos estudos podem estar mais associadas ao casamento do que à maternidade ou à associação dos dois processos (ver tabela 8). A maternidade dissociada do casamento pode implicar a necessidade de a mulher trabalhar.

Os efeitos das demais variáveis que caracterizam o domicílio não se mostraram tão relevantes. Por exemplo, a escolaridade do chefe apresentou impacto bem menor na chance de o jovem não estudar e estar fora do mercado de trabalho, quando comparado à escolaridade do indivíduo. No caso das mulheres, esse efeito foi mais expressivo e no mesmo sentido do apresentado pela escolaridade do indivíduo. Já para os homens, embora o efeito seja inferior, ocorre no sentido inverso.

Os impactos provocados pela localização geográfica não se mostraram muito relevantes para o fenômeno em estudo, como se vê na tabela 8. A chance de o jovem não estudar e estar fora do mercado de trabalho quando ele reside em aglomerados subnormais é maior para os homens e menor para as mulheres. Isso pode se relacionar à questão do desalento na busca de trabalho experimentada, principalmente, pelos jovens do sexo masculino. No caso das mulheres, a proporção que só trabalhava entre as residentes em aglomerados era mais alta que entre as não-residentes e pode sinalizar um maior engajamento das primeiras no trabalho doméstico. Residir em setores classificados como aglomerado subnormal apresenta efeito pouco mais expressivo, se comparado ao de residir nas regiões Nordeste ou Sudeste. Residir no Nordeste aumenta em 6% a chance de um jovem do sexo masculino não estudar e não participar do mercado de trabalho e diminui na mesma proporção a do sexo feminino. Por outro lado, residir no Sudeste diminui a chance dos homens e aumenta a das mulheres (ver tabela 8).

3.3 Alguns detalhamentos dos resultados do modelo

Para mensurar o efeito da combinação de algumas características na chance de não estudar e nem participar do mercado de trabalho e identificar qual o perfil do jovem que se encontra mais propenso a pertencer a essa condição, foram calculadas algumas probabilidades com base no modelo ajustado. O gráfico 19 mostra essas probabilidades para os jovens que apresentavam as seguintes características: solteiro, filho, sem deficiência física, residindo em domicílio localizado em aglomerados no Nordeste, com rendimento domiciliar *per capita* de 1 salário mínimo (SM), número médio de pessoas com renda positiva igual a 0,5 e cujo chefe do domicílio tinha entre 0 e 4 anos de estudo.[8] Para avaliar como as probabilidades desses jovens em uma situação considerada de vulnerabilidade se alteram de acordo com a idade e a escolaridade, foram calculadas probabilidades variando as idades médias dentro dos três grupos qüinqüenais de idade (15-19, 20-24, 25-29), dos grupos de anos de estudo do jovem e do número médio de pessoas com renda positiva. Além disso, considerou-se a situação em que as mulheres não são mães.

As probabilidades estimadas reforçam, de modo geral, os resultados da análise descritiva da seção anterior. O padrão observado nos gráficos desta seção é de que, para homens e mulheres, as maiores probabilidades ocorrem entre os mais velhos[9] e de menor escolaridade. Esse efeito é mais forte entre as mulheres, o que

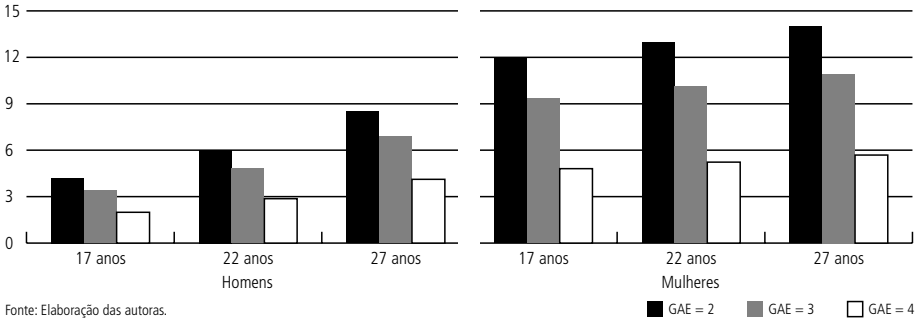
8. A escolha por fixar o número médio de pessoas com renda positiva no domicílio em 0,5 deve-se ao fato de que este foi o valor mais freqüente observado. Dessa forma, comparamos uma característica mais freqüente na população com outra que expressa o valor máximo obtido para essa variável (1,0).

9. Na seção descritiva, como se viu, a proporção de homens que não estudam e não participam do mercado de trabalho diminui com a idade. A variação, no entanto, é pequena.

GRÁFICO 19

Brasil: probabilidades para jovens solteiros, filhos, residindo em aglomerado, no Nordeste, com rendimento domiciliar *per capita* de 1 SM, número médio de pessoas com renda positiva = 0,5 e escolaridade do chefe entre 0 e 4 anos de estudo por sexo

(Em %)



Fonte: Elaboração das autoras.

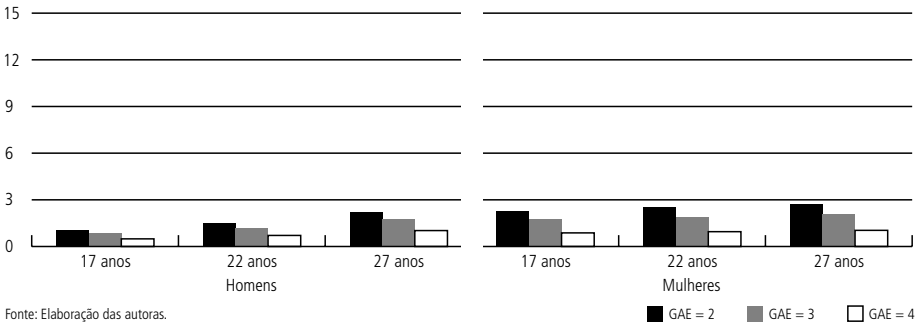
pode sugerir a permanência em casa para o cuidado de irmãos menores ou a realização de atividades domésticas. Contudo, nota-se que o aumento da escolaridade do indivíduo reduz a probabilidade de pertencer à condição de não estudar e estar fora do mercado de trabalho para todas as idades observadas e ambos os sexos. O impacto, no entanto, permanece maior entre as mulheres.

Caso se mantenham fixas as mesmas características dos jovens, variando apenas o número médio de pessoas com renda positiva de 0,5 para 1,0, as probabilidades ficam abaixo de 3% (ver gráfico 20). A comparação entre as mais elevadas, nos dois casos, mostra que o segundo é aproximadamente 1/5 do primeiro. Esse resultado demonstra a importância da renda e da unidade familiar como uma instituição de distribuição de recursos e bem-estar entre os membros. O fato de o jovem ter baixa escolaridade não necessariamente implica que ele não esteja estudando e nem participando das atividades econômicas, desde que a unidade familiar o possa amparar.

GRÁFICO 20

Brasil: probabilidades para jovens solteiros, filhos, residindo em aglomerado, no Nordeste, com rendimento domiciliar *per capita* de 1 SM, número médio de pessoas com renda positiva = 1 e escolaridade do chefe entre 0 e 4 anos de estudo por sexo

(Em %)

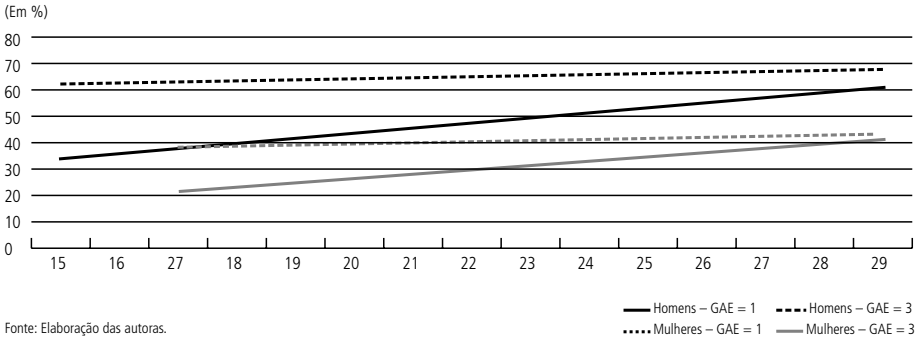


Fonte: Elaboração das autoras.

O gráfico 21 apresenta um novo conjunto de probabilidades com as seguintes características do jovem: solteiro, filho, com deficiência física, residindo em domicílio em aglomerados no Nordeste, com rendimento domiciliar *per capita* de 1 SM, cujo chefe do domicílio tem entre 0 e 4 anos de estudo e número médio de pessoas com renda positiva igual a 0,5. Foram calculadas as probabilidades por idade, sexo e grupos de anos de estudo do jovem. Da mesma forma, considerou-se a situação em que as mulheres não eram mães.[10] Quando se adiciona a característica de deficiência física, as probabilidades de o jovem não estudar e estar fora do mercado de trabalho elevam-se substancialmente. No entanto, diferenciais por idade, sexo e escolaridade ainda persistem, sendo os dois últimos os mais expressivos. A escolaridade afeta os dois sexos, enquanto a idade apenas os homens e, de forma mais intensa, aqueles de escolaridade mais baixa.

GRÁFICO 21

Brasil: probabilidades para jovens residindo em aglomerado, no Nordeste, com rendimento domiciliar *per capita* de 1 SM, número médio de pessoas com renda *per capita* positiva = 0,5 e escolaridade do chefe entre 0 e 4 anos de estudo por sexo – deficiente físico



Fonte: Elaboração das autoras.

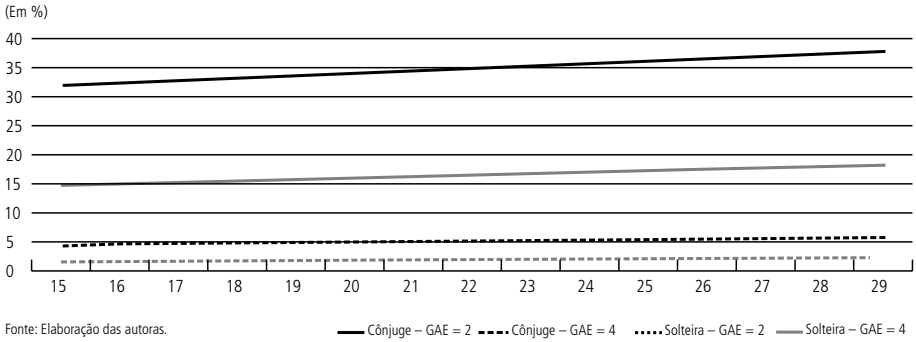
Para ilustrar esses resultados, estimou-se a probabilidade de um homem com 15 anos de idade, escolaridade entre 5 e 8 anos, com deficiência física e com as demais características de se encontrar na condição estudada igual a 36%. Se ele tem 29 anos, a probabilidade aumenta para 61%. Entre as mulheres esses valores são, respectivamente, 63% e 68%. Por outro lado, a probabilidade de uma mulher com 25 anos de idade, escolaridade entre 0 e 4 anos, com deficiência física e com as demais características de se encontrar na condição estudada é de 67%. Se ela tivesse de 9 a 11 anos de estudo, cairia para 43%.

10. Não foram calculadas as probabilidades para as idades de 15 e 16 anos, pois com essa idade ainda não se atinge 12 anos ou mais de estudo.

Como as mulheres apresentam a maior proporção de jovens que não estudavam e que estavam fora do mercado de trabalho (26,4%), buscou-se investigar sob quais condições essa probabilidade poderia ser alterada. Para isso, no gráfico 22 apresentam-se as probabilidades fixando as seguintes características: ser mãe, sem deficiência física, residindo em domicílio em aglomerados, na região Nordeste, com rendimento domiciliar *per capita* de 1 SM, cujo chefe do domicílio tem entre 0 e 4 anos de estudo e número médio de pessoas com renda positiva igual a 0,5. As variações correspondem à idade, ao estado conjugal (casada *versus* solteira), à condição no domicílio (chefe *versus* cônjuge) e à escolaridade da jovem (0 a 4 anos *versus* 5 a 8 anos ou 12 anos ou mais).

GRÁFICO 22

Brasil: probabilidades para jovens mães, residindo em aglomerados, no Nordeste, com rendimento domiciliar *per capita* de 1 SM, número médio de pessoas com renda positiva = 0,5 e escolaridade do chefe entre 0 e 4 anos de estudo



Fonte: Elaboração das autoras.

Quando se observa a situação das mulheres que eram mães, constata-se que a posição no domicílio contribui substancialmente para o aumento da probabilidade de não estudarem e participarem das atividades econômicas. Por outro lado, essa probabilidade se reduz com o aumento da escolaridade. Já a mulher que é solteira e mãe apresenta probabilidade bem menor de se encontrar na categoria estudada, sendo menos afetada pela escolaridade. É possível que essas mulheres exerçam alguma atividade remunerada para o próprio sustento e o dos filhos. As mesmas probabilidades foram calculadas para as mulheres separadas e os resultados são semelhantes aos das solteiras, porém, relativamente menores, abaixo de 10%.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens que não estudavam e não estavam na força de trabalho eram majoritariamente compostos por mulheres. Independente do sexo, predominavam os de cor parda, com baixa escolaridade, inseridos em domicílios na zona rural, com

maior número de crianças, renda baixa e onde o chefe possuía escolaridade menor. Dentre as mulheres, quase 3/4 delas já eram mães e 2/3 moravam com um parceiro. Esses resultados permitem inferir que a alocação do tempo dos jovens e, conseqüentemente, o processo de transição para a vida adulta têm um forte viés de gênero e são afetados, entre outros fatores, pela escolaridade e renda do domicílio. De modo geral, os homens parecem mais vinculados às atividades ligadas ao trabalho e as mulheres ao estudo ou ao trabalho doméstico.

Buscou-se, também, neste capítulo identificar alguns dos fatores que contribuíram para que o jovem não estivesse estudando ou participando das atividades econômicas. Investigaram-se características de saúde e sociodemográficas do indivíduo, assim como as do domicílio em que se encontram, separadamente, para homens e mulheres.

Dentre as variáveis consideradas, a que mostrou maior impacto na probabilidade de pertencer à categoria estudada, para ambos os sexos, foi a de ser portador de algum tipo de paralisia física. Embora o impacto seja muito alto, não parece afetar o grupo de forma homogênea. É maior entre mulheres, pessoas mais velhas e menos educadas. Por outro lado, entre as variáveis que mais contribuíram para os jovens não pertencerem à categoria estudada destaca-se o número médio de pessoas com renda positiva, o que pode funcionar como uma *proxy* da renda domiciliar, e a escolaridade do indivíduo. Efeitos importantes, mas com sinais diferentes entre os sexos, foram observados para estado conjugal. Há maiores chances de não estar estudando e estar fora do mercado de trabalho entre os homens solteiros e entre as mulheres casadas. Isso independe do fato de a mulher ter filho ou não. A maternidade apenas não apresenta grande efeito na probabilidade de a jovem mulher se encontrar na categoria estudada. Se a mãe jovem for solteira ou divorciada e tiver filho, a probabilidade de se encontrar nessa condição diminui, ou seja, é provável que a mãe que não vive com um companheiro trabalhe para sustentar do filho.

Em relação à pergunta inicial deste capítulo, se os jovens que não estudavam e nem participavam das atividades econômicas fizeram ou estavam fazendo a transição para a vida adulta, o estudo sugere respostas diferenciadas por sexo. O caminho "escolhido" pelas mulheres jovens, principalmente as de baixa escolaridade, para o processo de transição foi o casamento associado à maternidade. Isso as levou a sair de casa e a se tornarem cônjuges. O aumento da escolaridade, que leva ao maior custo de oportunidade das mulheres de não participarem do mercado de trabalho, parece afetar essa trajetória. Conforme os capítulos 2, 5 e 6 deste livro, nos 20 anos estudados, a escolaridade e a participação femininas no mercado de

trabalho aumentaram muito, assim como se reduziu bastante a proporção de mulheres na categoria estudada. A dissociação crescente entre fecundidade e nupcialidade também parece alterar esse caminho.

A situação dos homens parece bastante diferente das mulheres, mas com alguns sinais de mudança no período estudado. Por exemplo, em 1980, aproximadamente 95% dos homens jovens que não estudavam e não participavam das atividades econômicas moravam com os pais ou outros parentes, ou seja, estavam retardando, de alguma forma, a transição para a vida adulta, segundo o modelo tradicional. No entanto, essa proporção se reduziu para 84% em 2000 em prol do aumento da proporção de chefes e de homens casados e separados. Embora seja baixa a proporção desses jovens que chefiavam famílias, ela sinaliza para uma antecipação da transição para a vida adulta. Antecipação esta que parece ter acontecido, também, com as mulheres. No caso dos homens, ficou claro que esses chefes viviam em domicílios que dispunham de uma renda domiciliar bem inferior à média. Esta advinha, principalmente, de rendimentos próprios e da contribuição do cônjuge feminino, mas contavam, também, com a contribuição de pais, sogros e outros parentes. Não se conseguiu saber se correspondia a uma situação transitória, embora de aparente vulnerabilidade.

Por outro lado, pergunta-se como ficam os demais jovens do sexo masculino. Não procuravam trabalho por desalento, não estudavam por falta de renda e/ou de perspectivas futuras. Estavam esses jovens esperando por uma possibilidade de retorno à escola ou de ingresso (reingresso) no mercado de trabalho? Em caso afirmativo, sugere mais uma etapa no processo de transição. A maioria não parecia inserida em uma família capaz de garantir-lhes uma preparação adequada para conseguirem uma posição satisfatória no mercado de trabalho. Continuar residindo na casa dos pais, como estava a maioria desses jovens, pode configurar uma nova modalidade de transição ou de não-transição? Em síntese, esse grupo de jovens do sexo masculino parece manter-se "à espera".

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Infância e adolescência no Brasil: as conseqüências da pobreza diferenciada por gênero, faixa etária e região de residência. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: Ipea, v. 21, n. 2, p. 355-376, 1991.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. *Decisões críticas em idades críticas:* a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2001 (Texto para discussão, n. 797).

DOBSON, A. J. *An introduction to statistical modelling*. London: Chapman Hall, 1983.

IBGE. *Censo Demográfico 2000* - documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, nov. 2002.

HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. *Origens e destinos:* desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. A alocação do tempo dos adolescentes brasileiros entre o trabalho e a escola. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 12. Caxambu, 2000. *Anais...* Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2000.

PAIS, J. M. *Ganhos, tachos e biscates:* jovens, trabalho e futuro. Porto: Âmbar, 2001.

————. Growing up on the EU periphery: Portugal. In: CHISHOLM, L.; KRÜGER, P.; DUBOIS – REYMOND, M. (Eds.). *Growing up in Europe* – contemporary horizons in chidhood and youth studies. Gruyter, Berlim, New York, 1995.

CAPÍTULO 10

TRANSIÇÕES NEGADAS: HOMICÍDIOS ENTRE OS JOVENS BRASILEIROS*

Helder Ferreira
Da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea
Herton Ellery Araújo
Da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea

1 INTRODUÇÃO

A situação dos jovens, nos últimos 25 anos, tem mudado fortemente. Ao mesmo tempo em que houve expansão do acesso a serviços de educação e saúde, ocorreu uma piora significativa nas condições do mercado de trabalho, com aumento do desemprego e queda nos rendimentos do trabalho – reflexos da *performance* econômica pouco pujante do período. Somando-se a isto, mudanças socioculturais têm alterado a transição para a fase adulta e contribuído para alterar a *causa mortis* de muitos indivíduos ainda na juventude. Essa questão é o tema do presente capítulo, cujo foco principal são os jovens que morreram por homicídios. Questiona-se quais são os possíveis fatores relacionados às altas taxas de homicídio de jovens no Brasil e seu crescimento nas duas últimas décadas do século XX.

O capítulo está dividido em três partes. Na primeira delas, tomando-se como ponto de partida a mortalidade geral, são comparadas as evoluções das mortes por causas naturais e por causas externas, distinguindo-se as situações por grupos etários e por sexo. Em seguida, são analisadas as situações dos homicídios e dos acidentes de transporte. Na segunda parte, com base em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), desenvolve-se uma análise comparativa da situação dos homicídios no Brasil em relação a outros países do mundo, o que permitirá notar a importância maior do problema em alguns países, entre os quais o Brasil. Na seção final, que toma como ponto de partida um estudo sociológico de interpretação da violência

* Os autores agradecem a Rute Imanishi Rodrigues, Sergei Soares, Camillo de Moraes Bassi e Ana Amélia Camarano a leitura da versão preliminar e a Joelmir Rodrigues da Silva o processamento das informações aqui apresentadas.

urbana na América Latina, são discutidos alguns fatores que, segundo a literatura internacional, estão relacionados à violência urbana e, em particular, às altas taxas de homicídio.

2 A MORTALIDADE NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX

2.1 Metodologia

Para verificar quais as tendências de mortalidade nos anos 1980 e 1990, foram utilizados dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, e dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na análise da tendência no período só foram considerados os anos censitários. No entanto, para minimizar as possíveis oscilações anuais, optou-se por fazer três médias dos óbitos, a partir dos triênios 1979/1981, 1990/1992 e 1999/2001. Com isso, para se chegar à taxa de óbitos por mil habitantes, dividiu-se essa média pela população e multiplicou-se por mil.

Como o foco do trabalho se restringe às mortes que acometem os indivíduos antes que cheguem à fase adulta, os óbitos do SIM foram divididos em seis grupos etários: recém-nascidos (até 1 ano de idade), crianças (1 a 14 anos), jovens (15 a 29 anos) e três fases para os adultos (30 a 44 anos, 45 a 59 anos e 60 ou mais anos). A partir da literatura sobre mortes por violências, efetuou-se também a divisão por sexo, extremamente relevante.

Cabe ressaltar que a utilização dos dados do SIM deve levar em consideração dois problemas básicos: *a*) notificação incompleta das mortes; e *b*) mortes não-classificadas. O primeiro não foi tratado, porque a variação das estimativas de cobertura do SIM[1] não chega a afetar as tendências no período. O segundo foi equacionado somando-se todos os óbitos por causas mal definidas (mortes não-classificadas) aos de causas naturais (doenças em geral) e não alterando os dados de causas externas, devido à melhor qualidade da classificação das causas externas, segundo o Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datasus).

Há ainda um terceiro problema. Há homicídios e suicídios que são classificados como mortes por intenção indeterminada e como acidente. Para enfrentar esse obstáculo, seguimos as recomendações de Cano e Ferreira (2003) e aos homicídios notificados[2] somamos: *a*) óbitos classificados como "intervenção legal" (por armas brancas ou de fogo) e "operações de guerra"; *b*) 10% dos óbitos classificados

1. A título de exemplo, a razão entre óbitos informados e estimados era de 71,4% em 1991 e de 81,8% em 1998 (Ripsa, 2002).

2. Classificação Internacional de Doenças – 9ª Revisão (CID-9), códigos 9600-9689, e CID-10, códigos X85-Y09.

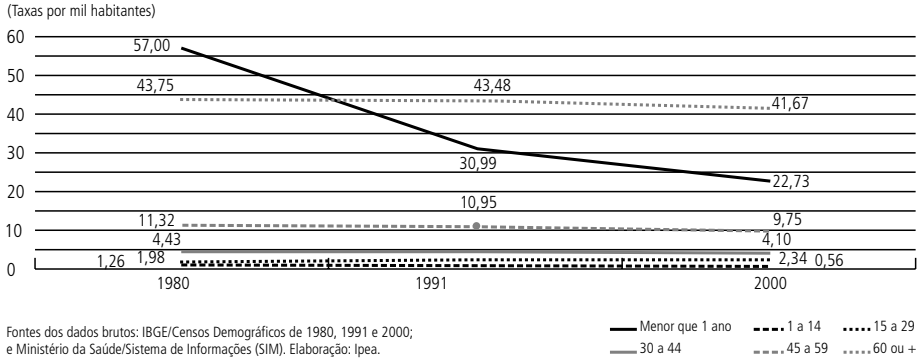
como "mortes por intenção desconhecida" com a utilização de outros meios, exceto armas de fogo e instrumentos cortantes; e *c*) uma proporção dos "acidentes por arma de fogo", "acidentes por arma branca", "mortes de intenção desconhecida por arma de fogo", "mortes de intenção desconhecida por instrumento cortante". Essa proporção de homicídios dentro das mortes intencionais (homicídio mais suicídio) foi calculada para cada subgrupo formado pelo cruzamento das variáveis sexo e grupo etário.

2.2 A mortalidade geral

Os gráficos 1 e 2 mostram as taxas de mortalidade total para homens e mulheres, respectivamente, nos três pontos do tempo. Com relação ao nível de mortalidade, chama a atenção a elevada taxa de mortalidade entre crianças menores de um ano de vida. Sabe-se que todos os seres são mais frágeis quando novos, mas muitos países já reduziram essa mortalidade a níveis próximos dos adultos de 45 a 59 anos. Ainda há, portanto, espaço para intensificar as políticas públicas a fim de poupar vidas nesse grupo etário.

A evolução temporal foi, por outro lado, muito favorável no período. Quase todos os grupos etários, inclusive o grupo de 60 ou mais anos,[3] apresentaram queda nas taxas de mortalidade total.[4] Dois fenômenos merecem destaque. Primeiro, a grande redução da mortalidade infantil, tanto para homens como para mulheres. As taxas dos grupos com menos de 15 anos são cerca de 60% inferiores

GRÁFICO 1
Brasil: taxas de mortalidade da população masculina, segundo grupos etários e por anos selecionados

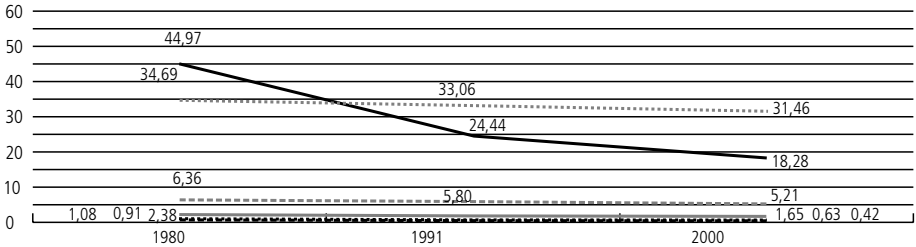


Fontes dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; e Ministério da Saúde/Sistema de Informações (SIM). Elaboração: Ipea.

3. Como se trata de grupo aberto, sem idade-limite superior, é de se esperar que a mortalidade aumente, uma vez que há envelhecimento dentro do grupo.

4. Pode-se considerar que essa queda tenha sido ainda mais acentuada, pois, no período, houve uma melhora na taxa de cobertura de informação sobre mortalidade.

GRÁFICO 2
Brasil: taxas de mortalidade da população feminina, segundo grupos etários e por anos selecionados
(Taxas por mil habitantes)



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Menor que 1 ano — 1 a 14 — 15 a 29 — 30 a 44 — 45 a 59 — 60 ou +

em 2000 se comparadas com o começo da década de 1980. Embora a velocidade da queda tenha sido menor na década de 1990 com relação à década anterior, a tendência ainda é nitidamente de queda. Outro destaque é o aumento da taxa de mortalidade masculina entre 15 e 29 anos, e cujo valor no começo do século XX (2,34 óbitos por 1.000) era cerca de 18% superior ao apresentado no início dos anos 1980 (1,98).

Todos os grupos etários apresentam taxas de mortalidade maiores para homens, inclusive os menores de um ano de idade, o que sugere o masculino como sexo frágil. No grupo jovem de 15 a 29 anos, há o maior diferencial, com a taxa de mortalidade masculina (2,34) cerca de 3,7 vezes superior à feminina (0,63) em 2000. Além disso, a sobremortalidade masculina nesse grupo aumentou nas duas décadas estudadas.

Um exercício simples pode mostrar o significado, em termos de vidas salvas ou perdidas, dessas mudanças nas taxas de mortalidade: vamos calcular quantas pessoas teriam morrido em 2000, se as taxas de mortalidade fossem as mesmas observadas em 1980, e depois fazer a diferença do número de óbitos observados em 2000. Obviamente esses valores são influenciados pela divisão arbitrária dos grupos etários, o que não invalida a argumentação. A tabela 1 mostra os números por grupo etário e sexo.

Segundo essa estimativa, a sociedade brasileira teria conseguido evitar só em 2000 cerca de 215 mil mortes. Os grupos etários relativos à infância foram responsáveis por mais da metade desse valor. A má notícia se refere ao aumento de 8,5 mil mortes entre os homens jovens de 15 a 29 anos.

TABELA 1
Brasil: diferença entre o número de mortes observadas em 2000 e o número que teria ocorrido em 2000 se as taxas fossem as observadas em 1980, por grupo etário e sexo

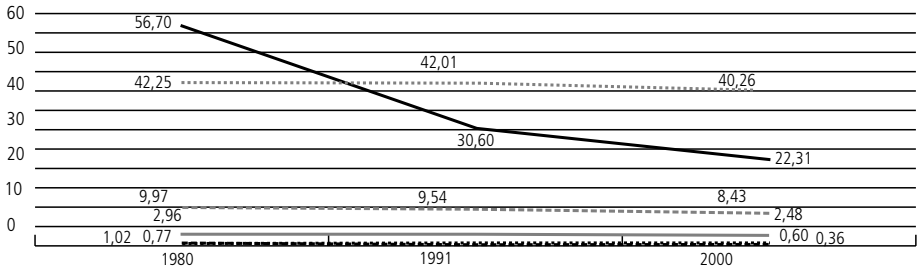
Faixa etária	Diferencial de mortes 2000 (taxa de 1980) e 2000		
	Homens	Mulheres	Total
Menor 1 ano	(56.067)	(42.101)	(98.169)
1 a 14	(16.909)	(15.220)	(32.129)
15 a 29	8.525	(6.603)	1.922
30 a 44	(5.759)	(13.461)	(19.220)
45 a 59	(16.120)	(12.610)	(28.729)
60 ou mais	(13.567)	(25.856)	(39.423)
Total	(99.897)	(115.851)	(215.748)

Fonte dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.
Ministério da Saúde/Sistema de Informações (SIM). Elaboração IPEA.

2.3 A mortalidade por causas naturais e por causas externas no Brasil

Os gráficos 3 e 4 mostram as taxas de mortalidade por causas naturais (doenças em geral) para homens e mulheres respectivamente nos três pontos do tempo. Como se pode constatar, o comportamento é muito semelhante ao da mortalidade total em termos de nível. A análise intertemporal, por outro lado, mostra uma queda generalizada das taxas de mortalidade para todos os grupos etários e ambos os sexos. O Brasil tem melhorado a situação da saúde ou pelo menos diminuído a letalidade das doenças, nas duas décadas estudadas.

GRÁFICO 3
Brasil: taxas de mortalidade por causas naturais da população masculina, segundo grupos etários
(Taxas por mil habitantes)



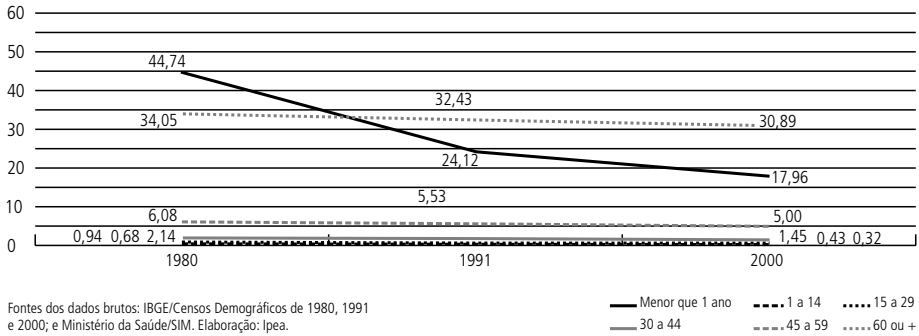
Fontes dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Menor que 1 ano | 1 a 14 | 15 a 29 | 30 a 44 | 45 a 59 | 60 ou +

GRÁFICO 4

Brasil: taxas de mortalidade por causas naturais da população feminina, segundo grupos etários

(Taxas por mil habitantes)



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Com relação aos diferenciais por sexo, vale a mesma análise da mortalidade total, mas a sobremortalidade masculina por causas naturais é bem mais modesta do que na mortalidade geral. O grupo etário com maior sobremortalidade masculina deixa de ser o de jovens (40% em 2000) e passa a ser o de adultos de 30 a 44 anos (71% em 2000). Na década de 1980, houve um aumento generalizado da sobremortalidade masculina por causas naturais, passando de 26% em 1980 para 29% em 1991. Contudo, ocorreu uma diminuição expressiva na década de 1990, atingindo 24% em 2000.

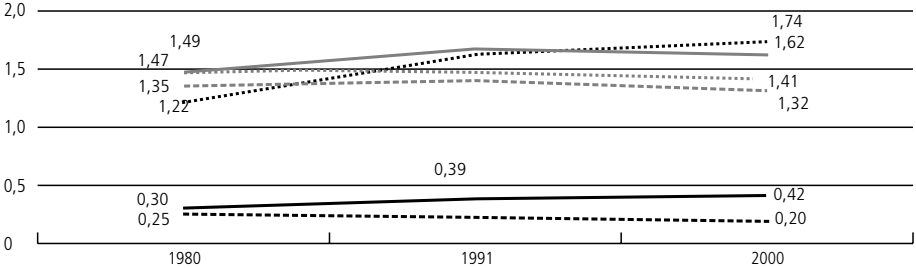
A mortalidade por causas externas, que engloba os homicídios, os suicídios e os acidentes em geral, representa um percentual relativamente baixo dos totais de óbitos no Brasil. Em 2000, cerca de 5% das mortes femininas foram por causas externas, enquanto para os homens, cuja exposição aos fatores de risco é maior, esse percentual ficou em torno de 8%. Sob esse prisma poder-se-ia argumentar ser esse um problema menor que não mereceria grande atenção. No entanto, quando se faz a análise por idade, o problema ganha feições dramáticas.

Os gráficos 5 e 6 mostram as taxas de mortalidade por causas externas para homens e mulheres respectivamente, nos três pontos do tempo. Os valores são expressivamente menores do que os das taxas de causas naturais, razão pela qual os valores máximos de escala dos gráficos caem de 60 para 2 entre os homens e de 60 para 0,8 para as mulheres. Se focarmos o grupo etário jovem de 15 a 29 anos, constatamos que a taxa de mortalidade por causas externas para os homens é maior do que a de causas naturais. Enquanto na população total apenas 8% dos homens morrem de causas externas, entre os jovens, esse percentual sobe para 74%, em 2000, ou seja, de cada 100 mortes de homens jovens, 74 são por causas externas.

GRÁFICO 5

Brasil: taxas de mortalidade por causas externas da população masculina, segundo grupos etários

(Taxas por mil habitantes)



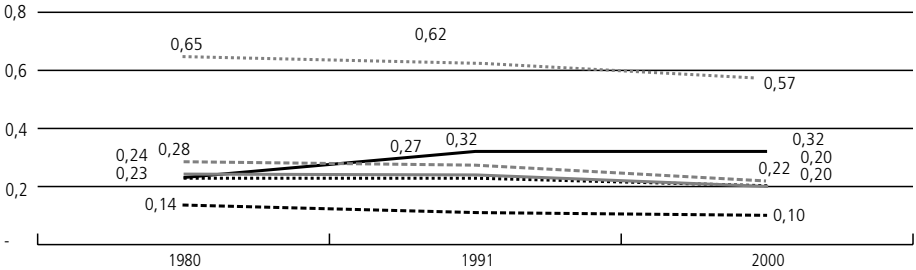
Fontes dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Menor que 1 ano | 1 a 14 | 15 a 29 | 30 a 44 | 45 a 59 | 60 ou +

GRÁFICO 6

Brasil: taxas de mortalidade por causas externas da população feminina, segundo grupos etários

(Taxas por mil habitantes)



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Menor que 1 ano | 1 a 14 | 15 a 29 | 30 a 44 | 45 a 59 | 60 ou +

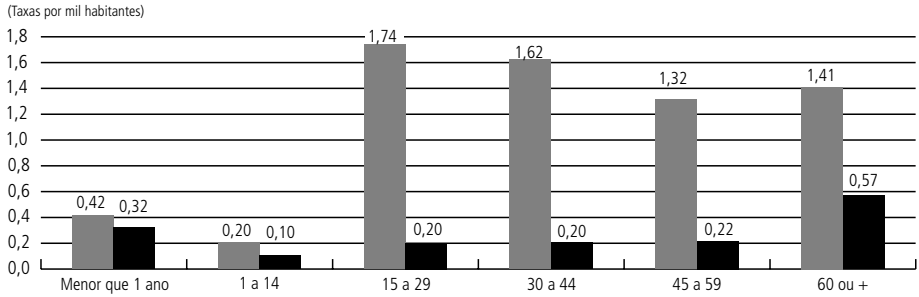
No caso dos homens, a variação no tempo mostra aumento para três grupos etários (menor de 1 ano, 15 a 29 anos e 30 a 44 anos) e diminuição para os outros três, bem diferente do que ocorre no caso das mortes por causas naturais, que diminuem para todas as idades e para ambos os sexos.[5] O Brasil tem regredido no que tange às causas externas. De quarto colocado em risco de morte em 1980 (1,22 óbito por 1.000), o grupo jovem se torna o primeiro colocado em 2000 (1,74 óbito por 1.000), seguido de perto pelos homens de 30 a 44 anos.

5. O corte feito neste artigo foi apenas causas naturais, mas é possível que dentre elas possa estar havendo uma piora também nas taxas por alguns tipos de doenças, como, por exemplo, as não-transmissíveis, o que estaria sendo compensado por melhoras mais significativas nas outras.

No caso feminino a situação é bem mais favorável. Em primeiro lugar, as taxas são bem mais baixas inclusive para os grupos da infância. Além disso, todos os grupos, exceto as meninas menores de um ano, apresentaram quedas das taxas nos dois períodos estudados.[6] Quanto aos diferenciais entre homens e mulheres, muito mais pronunciados para as mortes por causas externas, o gráfico 7 mostra esses diferenciais para o ano de 2000.

Novamente os jovens de 15 a 29 anos apresentam a maior sobremortalidade masculina, com taxa cerca de 8,5 vezes mais alta que a feminina. Entre os jovens, ser homem representa 8,5 vezes mais risco de morrer por causa externa do que ser mulher.

GRÁFICO 7
Brasil: taxas de mortalidade por causas externas por grupos etários e sexo – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

2.4 Análise das causas externas no Brasil

Tudo que foi visto até aqui sugere a necessidade de uma análise mais detalhada das causas externas. O que de fato está privando os jovens de completarem a transição para a vida adulta?

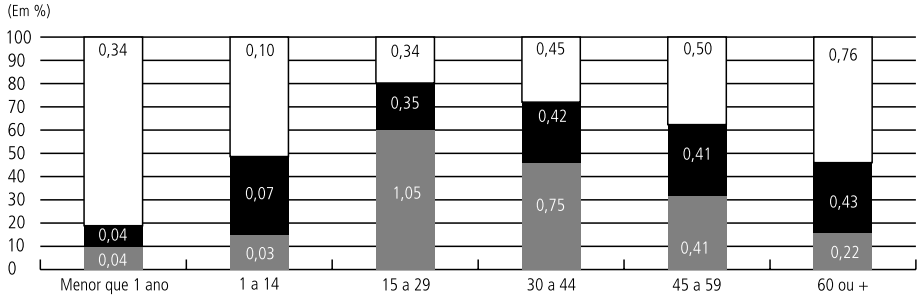
Com relação à intencionalidade, as causas externas podem ser divididas em dois casos: os acidentes, sem intencionalidade, e os homicídios e suicídios, cuja intenção é de ceifar a vida. A análise dos dados para os jovens de 15 a 29 anos demonstra que os acidentes de transporte respondem por mais de 50% dos acidentes nessa faixa etária, por isso, esse tipo de ocorrência merece destaque neste estudo. Nos casos de intenção determinada, as taxas de homicídios chegam a 15 vezes a de suicídios entre os jovens do sexo masculino. Por essas razões, resolvemos

6. O aumento das taxas para esse grupo de crianças deve servir de alerta aos pais, pois sugere um certo descuido em relação às crianças devido à forte relação com outros acidentes que não os de transporte.

juntar os suicídios com os outros acidentes em outras causas externas, para melhor análise das principais causas de mortalidade entre os jovens. Os gráficos 8 e 9 mostram simultaneamente a composição e as taxas de mortalidade por grupo de causas externas e grupos etários, para homens e mulheres, respectivamente, em 2000.

O homicídio é a principal causa de óbitos entre os jovens de 15 a 29 anos, com cerca de 60% das mortes por causas externas nesse grupo. Os acidentes de transporte e as outras causas externas (inclusive suicídio)[7] vêm praticamente empatados em segundo lugar, cada um com cerca de 20% do total dessas causas. A importância das mortes por acidentes e de outras causas entre os homens jovens

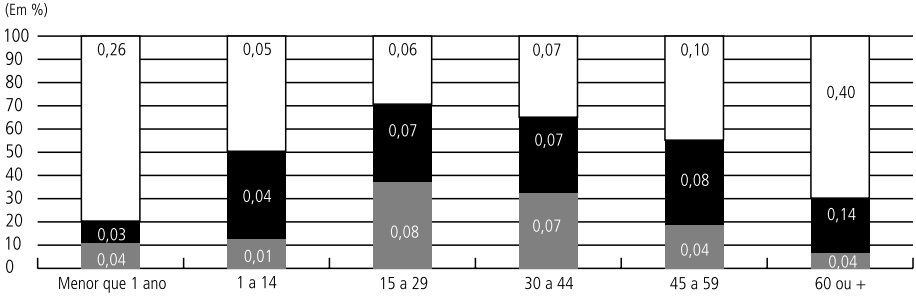
GRÁFICO 8
Brasil: composição e taxas de mortalidade masculina por causas externas – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Homicídios | Ac. transporte | Outras ext.

GRÁFICO 9
Brasil: composição e taxas de mortalidade feminina por causas externas – 2000



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Homicídios | Ac. transporte | Outras ext.

7. As taxas brasileiras por suicídios são bem inferiores às dos países europeus de maneira geral (Waiselfisz, 2004). Representam cerca de 4% dos óbitos por causas externas para homens jovens e 10% para mulheres jovens.

mostra-se inferior à questão dos homicídios, mesmo porque as taxas entre os jovens são inferiores às dos adultos, ou seja, os jovens estão menos sujeitos a serem vítimas de acidentes do que os adultos. Embora a taxa de homicídio seja também muito alta para os adultos entre 30 e 44 anos, não supera os 50% da taxa por causas externas, como no caso dos jovens. Já a partir dos 45 anos, as outras causas externas tornam-se preponderantes e as taxas de homicídio caem.[8]

As mulheres apresentam maior equilíbrio entre as taxas, as quais são, como mencionado para a mortalidade total, sempre inferiores às dos homens. No caso dos homicídios, as jovens de 15 a 29 anos morrem 15 vezes menos do que os homens da mesma idade. Cabe ressaltar que, mesmo entre as mulheres, as maiores taxas de homicídios se encontram nessa faixa etária.

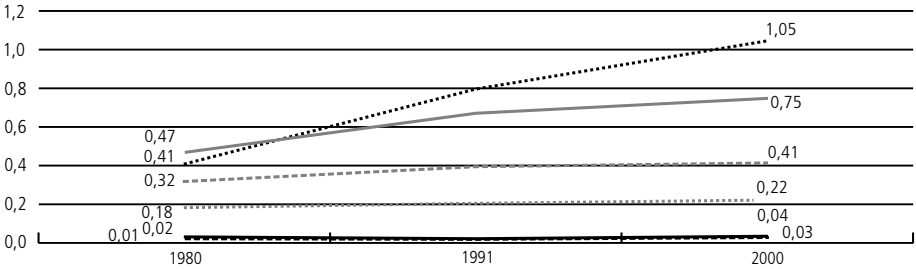
Dada a importância dos homicídios, principalmente entre os jovens, foco deste capítulo, é importante ressaltar a evolução temporal das taxas de mortalidade nos dois períodos considerados. Os gráficos 10 e 11 mostram as taxas por homicídios para homens e mulheres, respectivamente.

Houve um aumento generalizado das taxas, para todos os grupos etários, nos dois períodos analisados e para ambos os sexos. A situação é bem diferente em relação aos acidentes de transporte e às outras causas externas. Quanto aos primeiros, os dados demonstram estabilidade na década de 1980 e diminuição generalizada

GRÁFICO 10

Brasil: taxas de mortalidade por homicídio da população masculina, segundo grupos etários e anos selecionados

(Taxas por mil habitantes)



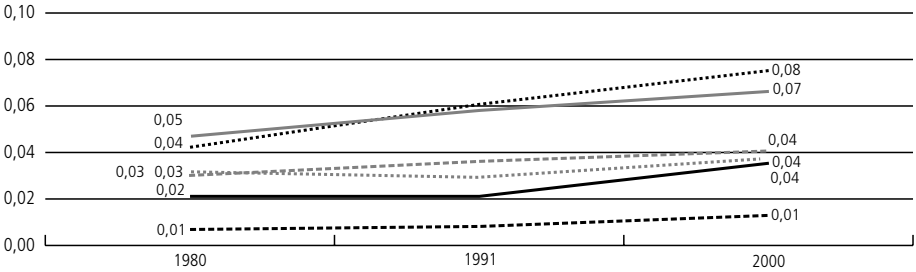
Fontes dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Menor que 1 ano | 1 a 14 | 15 a 29 | 30 a 44 | 45 a 59 | 60 ou +

8. Outra informação que chama a atenção é a taxa de mortalidade por outras causas externas das crianças menores de 1 ano. Ela é a mesma dos jovens de 15 a 29 anos, mas estes estão, teoricamente, muito mais expostos a esses acidentes por levarem uma vida muito mais ativa do que as crianças com menos de 1 ano. Os censos trazem uma subcontagem nessa idade, mas mesmo que se corrigisse em 10% ou 15% a população desse grupo, o argumento ainda valeria. Além disso, não há suicídios nessa faixa. Novamente chama a atenção o descuido dos pais com relação aos filhos pequenos.

GRÁFICO 11
Brasil: taxas de mortalidade por homicídio da população feminina, segundo grupos etários e anos selecionados

(Taxas por mil habitantes)



Fontes dos dados brutos: IBGE/Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; e Ministério da Saúde/SIM. Elaboração: Ipea.

Menor que 1 ano | 1 a 14 | 15 a 29 | 30 a 44 | 45 a 59 | 60 ou +

na década de 1990. Quanto às outras causas externas, há uma redução generalizada, com exceção do grupo das crianças menores de 1 ano de idade, conforme comentado anteriormente.

2.5 Síntese dos resultados

Em resumo, os resultados são:

a) a mortalidade infantil ainda é elevada no Brasil, embora tenha caído muito no período;

b) a mortalidade apresentou queda em todas as faixas etárias, exceto entre os homens de 15 a 29 anos;

c) a mortalidade por causas naturais diminuiu muito para todos os grupos etários e para ambos os sexos, porque o Brasil vem obtendo êxito no combate às doenças;

d) a mortalidade por causas externas aumentou entre as crianças de menos de 1 ano, os homens jovens e os adultos de 30 a 44 anos;

e) a mortalidade por homicídios aumentou muito nestes anos para todos os grupos etários e ambos os sexos;

f) a mortalidade por acidentes de transporte se mantém sob razoável controle, pois as taxas estão em declínio, embora tenha se verificado aumento na década de 1980; e

g) as crianças de menos de 1 ano estão sofrendo mais acidentes em geral.

Em síntese, pode-se dizer que vivemos hoje em um país mais violento do que nos últimos 20 anos do século XX. É inequívoco o retrocesso da sociedade brasileira nesse campo. Mas essa situação se dá só no Brasil ou constitui um fenômeno mundial? É essa questão que se tentará responder na seção a seguir.

3 COMPARAÇÃO INTERNACIONAL DAS TAXAS DE HOMICÍDIO

As comparações internacionais se, por um lado, colocam em um mesmo plano realidades muito distintas, por outro, são importantes para estabelecer parâmetros das situações nos países. Em termos de homicídio, as comparações são prejudicadas pela falta de dados de inúmeros países. No entanto, a OMS possui um banco de dados sobre homicídios de quase 100 países. Além das diferenças próprias a cada um deles, as informações são de anos diferentes. Assim, para reduzir os problemas comparativos, primeiro foram excluídos aqueles para os quais não havia dados de homicídios recentes, ou seja, para, pelo menos, o ano de 1999. Em seguida, foram selecionados apenas os países com populações com mais de 1 milhão de habitantes, num total de 68, mais de 1/3 dos quase 200 existentes no mundo. A maioria das informações se refere a países da Europa e América, mas há dados de algumas nações da África, Ásia e Oceania. Cabe acrescentar que, conforme a apresentação dos dados pela OMS, são considerados homicídios apenas os óbitos por agressão,[9] excluindo os causados por intervenção legal e operações de guerra.[10]

A partir dos dados gerais, nota-se que as mais altas taxas de homicídio registradas concentram-se na América Latina e Caribe e em países que formavam a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – ver tabela 2. De um lado, temos Colômbia (62,4 homicídios por 100 mil habitantes), El Salvador (37,7), Brasil (26,4), Venezuela (26,2), Guatemala (17,8), Porto Rico (17,7), Equador (16,8), Paraguai (12,3) e México (10,1). De outro, a Rússia (31,0), Cazaquistão (13,2), Ucrânia (11,9), Estônia (11,7), Letônia (11,4), Bielo-Rússia (11,2) e Moldávia (10,3). O Brasil encontra-se muito distante dos países da América do Norte, como Estados Unidos (5,9) e Canadá (1,5), da Europa, como França (0,9) e Alemanha (0,7), e da Ásia, como Japão (0,6) e Coréia do Sul (1,7). Mesmo no Cone Sul, a situação brasileira é muito pior que a do Paraguai (12,3), da Argentina (6,9) e do Uruguai (5,5).

Esses números mostram também que, não só no Brasil, os homicídios afetam principalmente os homens. É sintomático que em apenas dois países, Suíça e Áustria, as taxas de homicídio de homens sejam inferiores às das mulheres. Apenas

9. CID – 10ª Revisão: X85 a Y09.

10. Tampouco se trabalhou com estimativas, tal como na seção anterior.

TABELA 2

Taxas de vítimas de homicídios da população de um grupo de países selecionados, por sexo – 1999, 2000, 2001, 2002 ou 2003

(Por 100 mil habitantes)

Países	Total	Homem	Mulher	Países	Total	Homem	Mulher
Colômbia (1999)	62,4	117	9,1	Finlândia (2002)	2,6	3,5	1,7
El Salvador (1999)	37,7	70	6,6	Hungria (2002)	2,4	2,8	1,9
Rússia (2002)	31,0	50,2	14,1	Escócia (2002)	2,3	4	0,8
Brasil (2000)	26,4	49	4,3	Eslováquia (2000)	2,2	3,4	1
Venezuela (2000)	26,2	48,7	3,4	Armênia (2002)	2,2	3,6	0,9
Guatemala (1999)	17,8	32,1	3,2	Israel (1999)	2,1	3,5	0,6
Porto Rico (2000)	17,7	33,2	3,5	Polônia (2002)	1,8	2,6	1
Equador (2000)	16,8	30,8	2,7	Portugal (2002)	1,8	2,5	1,1
Cazaquistão (2002)	13,2	20	6,9	Coréia do Sul (2002)	1,7	1,8	1,6
Paraguai (2000)	12,3	22,2	2,2	Irlanda do Norte (2002)	1,6	2,5	0,7
Ucrânia (2002)	11,9	17,8	6,8	Austrália (2001)	1,6	2,1	1,1
Estônia (2002)	11,7	19,6	4,9	Croácia (2002)	1,5	1,8	1,3
Letônia (2002)	11,4	16,8	6,7	Canadá (2000)	1,5	2,2	0,8
Bielo-Rússia (2001)	11,2	15,7	7,3	Nova Zelândia (2000)	1,4	1,7	1,1
Moldávia (2002)	10,3	14,7	6,2	Eslovênia (2002)	1,4	1,9	0,9
México (2001)	10,1	18	2,5	República Tcheca (2002)	1,3	1,6	1
Panamá (2000)	9,8	17,5	1,9	Holanda (2003)	1,2	1,6	0,9
Albânia (2001)	7,2	11,8	2,5	Kuwait (2002)	1,1	1,1	1,1
Lituânia (2002)	7,1	11,7	3,2	Dinamarca (1999)	1,1	1,1	1
Argentina (2001)	6,9	12,1	1,9	Grécia (2001)	1,1	1,6	0,6
Quirguistão (2002)	6,7	9,6	3,9	Irlanda (2001)	1,0	1,8	0,3
Estados Unidos (2001)	5,9	9,2	2,7	Espanha (2001)	1,0	1,6	0,5
Costa Rica (2002)	5,8	9,8	1,5	Itália (2001)	1,0	1,5	0,5
Tailândia (2000)	5,6	11,9	2,3	Suécia (2001)	1,0	1,3	0,6
Uruguai (2000)	5,5	8,6	2,6	Reino Unido (2002)	0,9	1,2	0,5
Chile (2001)	5,4	9,8	1,1	Áustria (2002)	0,9	0,7	1
Cuba (2001)	5,4	7,9	2,8	França (2000)	0,9	1,1	0,6
Geórgia (2001)	3,9	6,9	1,2	Suíça (2000)	0,8	0,7	0,9
Romênia (2002)	3,7	5,2	2,3	Cingapura (2001)	0,8	0,8	0,7
Uzbequistão (2000)	3,1	4,4	1,9	Noruega (2001)	0,7	0,9	0,6
Macedônia (2000)	3,0	4,5	1,5	Inglaterra e País de Gales (2002)	0,7	0,9	0,5
Bulgária (2002)	2,9	4,6	1,2	Alemanha (2001)	0,7	0,8	0,6
Mauritânia (2000)	2,8	3,2	2,4	Japão (2002)	0,6	0,7	0,4
Azerbaijão (2002)	2,6	4,4	0,9	Egito (2000)	0,1	0,1	0

Fonte: OMS/ World Health Organization Statistical Information System (WHOSIS)/ Weighted Mean Difference (WMD).

em outros 11, as taxas de homicídios de homens não são mais de 50% superiores às das mulheres (Alemanha, Croácia, Dinamarca, Hungria, Noruega, Mauritânia, Egito, Cingapura, Coréia do Sul, Kuwait e Nova Zelândia). Nos demais 53 países, as taxas masculinas são mais de 50% superiores às femininas. No entanto, a maior desproporção parece estar na América Latina e Caribe, pois os 13 países com as maiores sobremortalidades masculinas são latino-americanos (Venezuela, Colômbia, Equador, Brasil, El Salvador, Paraguai, Guatemala, Porto Rico, Panamá, Chile, México, Costa Rica e Argentina). Entre eles, as taxas de homicídios dos homens são mais de seis vezes superiores às das mulheres.

Como o problema é maior entre os homens e em alguns países, selecionaram-se os 16 países em que a taxa de homicídios de homens é superior a 15 óbitos por 100 mil habitantes para verificar a situação em diferentes faixas etárias, e ver o que

TABELA 3
Taxas de vítimas de homicídios de homens de uma seleção de países do mundo – 1999, 2000, 2001, 2002 ou 2003
(Por 100 mil habitantes)

Países	15-24	25-34	35-44	45-54	Total
Colômbia (1999)	199,6	216,2	169,6	121,7	117,0
El Salvador (1999)	113,1	127,3	99,6	95,3	70,0
Rússia (2002)	32,9	67,5	75,7	77,2	50,2
Brasil (2000)	94,3	89,1	55,7	38,0	49,0
Venezuela (2000)	106,5	95,5	53,8	35,3	48,7
Porto Rico (2000)	77,5	71,1	33,5	21,8	33,2
Guatemala (1999)	47,8	64,2	70,3	59,6	32,1
Equador (2000)	44,6	56,8	49,3	37,7	30,8
Paraguai (2000)	33,7	44,6	36,2	34,3	22,2
Cazaquistão (2002)	15,6	31,4	35,7	31,7	20,0
Estônia (2002)	8,7	20,5	39,5	39,6	19,6
México (2001)	21,4	30,6	30,7	26,5	18,0
Ucrânia (2002)	11,5	23,6	28,6	27,8	17,8
Panamá (2000)	36,8	31,5	22,3	8,6	17,5
Letônia (2002)	12,9	19,2	24,1	30,2	16,8
Bielo-Rússia (2001)	7,7	24,3	25,2	22,2	15,7

Fonte: OMS/WHOSIS/WMD.

acontece entre os jovens. Assim, é possível notar que há dois tipos básicos de países. Nos seis países da ex-URSS considerados, as taxas de homicídios são maiores entre os adultos e a taxa entre os jovens de 15 a 24 anos é sempre inferior à geral. Já entre os países da América Latina, parece haver uma concentração maior do problema entre os jovens. A taxa de homicídios dos jovens de 15 a 24 anos é sempre superior à geral. Em quatro países (Brasil, Venezuela, Porto Rico e Panamá), a taxa de homicídios nessa faixa etária é maior do que em qualquer outra.

Assim, entre alguns países da América Latina e Caribe, dentre os quais o Brasil, os homicídios de jovens se tornam uma grande tragédia nacional. Diante disso, para que a sociedade e o Estado brasileiros atuem, é preciso conhecer as causas desse fenômeno, o que será discutido na próxima seção.

4 DISCUTINDO ALGUMAS CAUSAS DE HOMICÍDIO E DA VIOLÊNCIA EM GERAL

As causas para essa alta mortalidade por homicídio em vários países na América Latina têm sido estudadas por pesquisadores de diferentes ciências: antropologia, sociologia, economia, psicologia, criminologia etc. No Brasil, há vários balanços da literatura sobre violência, criminalidade e homicídios, como Zaluar (1999) e Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) nas ciências sociais, Minayo (2003) na área de saúde e Cerqueira e Lobão (2003a) nas ciências sociais e econômicas.

Para a discussão desse tema neste livro, propõe-se aqui estabelecer um diálogo com um artigo recente de Briceño-León (2005a), que procura construir uma estrutura de interpretação sociológica sobre a violência urbana na América Latina. O debate com este artigo é relevante porque Briceño-León, em vez de demarcar as causas elencadas pelas diferentes teorias do campo das ciências sociais e econômicas, separou uma série de fatores existentes na literatura teórica a respeito da violência. Isso viabilizou a discussão sobre as possíveis influências de cada fator no crescimento dos homicídios, principalmente entre jovens no Brasil, nos últimos 20 anos do século XX. Não se vai aqui, como também não o fez o autor, realizar testes estatísticos para medir a influência de um ou outro fator sobre a taxa de homicídios – mesmo porque em muitos casos não há dados empíricos – e nem esgotar todos os possíveis fatores. Além disso, baseando-se em alguns pesquisadores, quase todos brasileiros, se tentará contestar alguns dos argumentos utilizados na apresentação da estrutura e indicar algumas omissões.

A proposta de Briceño-León é composta por três tipos de fatores. Os fatores estruturais referem-se a processos sociais persistentes ao longo do tempo que afetam a sociedade como um todo. Segundo o autor, é mais difícil identificar correlações

entre esses fatores e as variáveis da violência. Embora não determinem, criam as bases para que o comportamento violento ocorra: o aumento da desigualdade urbana, o paradoxo entre a maior escolaridade dos jovens e a redução das oportunidades de emprego, o aumento das aspirações sociais dos jovens ao lado das maiores dificuldades de alcançá-las, o menor controle social das famílias sobre os jovens e a redução da capacidade das religiões de influenciar o comportamento individual e conter os atos violentos.

O segundo tipo de fatores, menos ligado a raízes estruturais, representa o efeito mais imediato da situação e da cultura sobre o comportamento, que incentiva a violência: maior densidade em áreas pobres e segregação urbana, a cultura da masculinidade e as mudanças no mercado de drogas local.

O terceiro tipo não é considerado causa da violência, pois atua mais na dimensão individual, como facilitador do comportamento violento e reforço à capacidade de causar danos: o aumento das armas de fogo entre a população, o consumo de álcool e a inabilidade de expressar sentimentos verbalmente.

Embora pese a falta de comprovações da correlação ou associação entre cada um desses fatores e a violência, e mesmo da importância deles para a explicação das crescentes taxas de mortalidade por homicídio, é possível compor um quadro bem abrangente do cenário em que se deu o crescimento da violência interpessoal no Brasil, a partir dos anos 1980, com essas relações. Conforme as estimativas realizadas neste trabalho, o crescimento das taxas de homicídio se deu em todas as faixas etárias, mas entre os jovens do sexo masculino, ela passou de 0,41 homicídio por 1.000 em 1980 para 1,05 homicídio por 1.000 em 2000.

4.1 Os fatores macrossociais

O primeiro fator, o crescimento da desigualdade urbana, precisa ser analisado de um ponto de vista mais amplo, abarcando o crescimento da urbanização e a situação econômica no Brasil. A população urbana passou de 67,6% em 1980 para 81,3% em 2000. Em termos absolutos, em 20 anos as áreas urbanas passaram a abrigar um contingente populacional maior em 57.527.896 pessoas, ou seja, 71,5% a mais do que em 1980.[11]

Por sua vez, a situação econômica no Brasil nesse período se tornou mais difícil com o baixo crescimento econômico e o aumento do desemprego. Após oscilações, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (preços de 2005) passou de

11. Ver <www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/default.htm>.

US$ 3.966 em 1980 para US$ 4.169 em 2000.[12] Se admitirmos que o crescimento populacional por si só já geraria um crescimento do PIB na mesma proporção, o crescimento econômico "líquido" foi de apenas 5%. A renda média do brasileiro também cresceu pouco, a renda domiciliar *per capita* passou de R$ 316,79 em 1979 (preços de 2001) para R$ 326,34 em 1999, uma elevação de apenas 3%. Devido a esses e outros fatores, o desemprego aumentou no período. Na região metropolitana de São Paulo (RMSP), o desemprego total,[13] embora oscilante, estava num patamar de 12,0% em setembro de 1985, caiu para 7,9% em setembro de 1989 e cresceu irregularmente até atingir 19,7% em dezembro de 1999.

Com essa estagnação econômica e o maior desemprego, a desigualdade cresceu. Se comparados os anos extremos do período, não houve grande variação do índice de Gini, que passou de 0,593 em 1979 para 0,594 em 1999. Porém a concentração aumentou: a renda domiciliar dos 10% mais ricos decresceu de 47,45% da renda nacional em 1979 para 47,27% em 1999 e a dos 20% mais pobres caiu 9,7%, passando de 2,67% em 1979 para 2,41% em 1999. Por fim, a renda da população mais pobre em termos absolutos também caiu. A renda média *per capita* dos 10% mais pobres oscilou muito também: saindo de R$ 26,69 em 1979 (preços de 2001), subiu a R$ 37,33 em 1986, caiu a R$ 17,23 em 1992 e chegou a R$ 24,15 em 1999 (9,5% inferior a 1979). Enquanto isso, a renda média domiciliar *per capita* dos 10% mais ricos passou de R$ 1.368,98 em 1979 (preços de 2001) para R$ 1.546,30 em 1999 (13,0% superior a 1979). Em resumo, nesses 20 anos, o crescimento do país foi baixo, o desemprego aumentou e a riqueza se concentrou ainda mais. Tudo isso acarretou maiores perdas para a população mais pobre em termos relativos e absolutos.

Estudos estatísticos elencados por Cano e Santos (2001) e Cerqueira e Lobão (2003a) apresentam resultados opostos acerca da influência da desigualdade social, da pobreza e do desemprego sobre a violência. Os próprios autores realizaram testes estatísticos e chegaram a resultados divergentes: uns comprovaram a correlação entre desigualdade e violência em geral (Cerqueira; Lobão, 2003b) e outros não (Cano; Santos, 2001). Dessa forma, levanta-se a suspeita de que ainda não estão dadas as condições para a garantia da comprovação empírica. A divergência dos resultados pode se relacionar à união de três fatores: *a*) as diferenças metodológicas das pesquisas, ou seja, a escolha dos métodos e técnicas estatísticas ou a definição de uma análise temporal ou espacial; *b*) a seleção dos períodos de análise (quais anos ou meses), das áreas geográficas (quais países, estados, municípios ou

12. Os dados deste e do próximo parágrafo foram extraídos de <www.ipedata.gov.br>.

13. Nesse conceito de desemprego total, inclui-se o desemprego aberto – pessoas desocupadas que procuraram emprego no último mês – e o desemprego oculto – quem não tem procurado emprego recentemente ou está exercendo uma atividade irregular ("bico").

áreas de município) ou dos crimes (crimes contra a pessoa ou contra o patrimônio); e *c*) a própria qualidade dos dados disponíveis, que pode influir nos resultados. No caso brasileiro, por exemplo, mesmo os dados de homicídio do SIM, os mais confiáveis segundo os pesquisadores sofrem problemas de subnotificação e falhas na classificação,[14] que variam de ano a ano e conforme os estados e municípios.

Sobretudo, no caso dos homicídios vários estudos apontaram forte correlação no nível intramunicipal, entre homicídios e os bairros/distritos pobres. Diante disso, Cano e Santos (2001) propõem uma perspectiva teórica que, centrada na vítima, considera a renda como fator de proteção contra a violência. Os indivíduos de renda mais alta poderiam comprar bens e serviços de segurança (grades, alarmes, agentes e empresas de segurança privada) e morar em locais com menos ocorrências de homicídio. Além disso, ao se matar uma pessoa rica, o risco de represálias (pública ou privada, legal ou ilegal) é muito maior, dado o impacto público, as relações pessoais e os recursos econômicos da família. Cardia, Adorno e Poleto (2003) enumeram uma série de elementos e compõem um cenário que permite relacionar esses bairros pobres à violência: desigualdade de oportunidades, concentração de famílias em dificuldades com rede de proteção social (saúde, educação, segurança etc.) falha ou inexistente, elevada competição entre os habitantes, perfil demográfico com menor proporção de adultos em relação a jovens, reduzindo o supervisionamento destes, falta de exemplos de sucesso para os jovens. As altas taxas de homicídio retroalimentariam a violência ao deteriorar ainda mais a situação nesses locais: aumentam a desconfiança mútua entre moradores e servidores públicos, prejudicam a qualidade do serviço e o atendimento da população, assim como expõem os moradores à violência (inclusive policial).

O segundo fator considerado por Briceño-León é o crescimento da escolaridade *versus* a redução das oportunidades de emprego. De fato, no Brasil, entre os jovens de 15 a 24 anos, a escolaridade média passou de 5,3 anos em 1982 para 7,6 anos em 2002. Nesse mesmo período, o analfabetismo nessa faixa etária caiu de 12,6% para 3,7% (Rezende; Tafner, 2005). No entanto, entre 1995 e 2003, o desemprego aberto (excluído o desemprego por desalento e por trabalho precário) na faixa de 15 a 19 anos passou de 13% para 23% e na faixa de 20 a 24 anos saltou de 10% para 16% (Ipea, 2005). Esse mesmo estudo reconhece que as taxas de desemprego são menores entre os jovens com baixa escolaridade (sem a 4ª série do ensino fundamental completa). Isso não significa que a escolaridade não seja importante para a obtenção de um posto de trabalho num mercado cada vez mais

14. Entre os estudos, destaca-se uma pesquisa de Mello Jorge (2002), que verifica falhas na classificação das declarações de óbito por causas externas em municípios de Sergipe, São Paulo e Mato Grosso.

exigente, mas que aqueles que aspiram a um emprego melhor com um nível médio de estudo enfrentam grande dificuldade. Assim, a ascensão social pelo trabalho parece mais restrita para as classes mais baixas, o que tende a enfraquecer o valor moral do trabalho na sociedade, principalmente para as novas gerações. Aqui corre-se o risco de criminalizar um grupo social, o jovem de média escolaridade e desempregado. De qualquer forma, há que se reconhecer que as maiores vítimas de homicídio são os jovens do sexo masculino, grupo que sofre pressões externas e internas para se inserir no mercado de trabalho e auferir renda (com exceção daqueles que recebem recursos razoáveis de familiares) num contexto bem mais difícil do que aquele existente nos anos 1970.

O terceiro fator corresponde ao crescimento das aspirações dos jovens e a menor capacidade em alcançá-las. Esse fator está fortemente atrelado ao anterior. A hipótese aqui é a de que os jovens atualmente estariam vivendo em uma sociedade de consumo, na qual determinados bens (carro, motocicleta, tênis, celulares etc.) se tornam marcas de distinção social altamente desejáveis, em um período conturbado de início da vida sexual e de definição de identidade. Dessa forma, a impossibilidade de alcançar determinados bens pela provisão dos pais ou pelo trabalho tornaria a via criminosa potencialmente atrativa para alguns desses jovens, que escapam das amarras do controle social. No entanto, ao descrever esse fator, o autor afirma não haver diferenças entre as aspirações de jovens pobres e aqueles de classe média ou alta. Claro que a concentração da população nas cidades e a ação dos meios de comunicação tendem a divulgar o padrão de consumo das classes mais altas, inclusive a qualidade superior de certos produtos e serviços, assim como o conforto e o *status* que proporcionam, mas não se pode reduzir todos os jovens às mesmas aspirações, nem condenar os mais pobres à frustração por não alcançarem altos padrões de consumo. Além disso, sabe-se que os jovens das classes média e alta também têm aspirações a bens de consumo que não são satisfeitas por pais ou responsáveis, não ficando, assim, livres da atração que a via criminosa pode representar.

O quarto e quinto fatores se relacionam ao controle social. O autor afirma que tem ocorrido uma perda de poder da família no exercício de controle sobre o comportamento violento. Historicamente, é no ambiente familiar que as crianças começam a aprender os limites e as normas para o convívio social e são iniciadas no sistema social de sanções (punições e recompensas pelos atos condenáveis ou premiáveis). Essa perda de poder se daria com o aumento do tempo em que as crianças são deixadas sozinhas devido ao crescimento da proporção de mães inseridas no mercado de trabalho (não só pela busca de autonomia em relação aos homens, mas principalmente pela necessidade de compor a renda familiar), à redução da

presença constante dos parentes na vida urbana e ao aumento das famílias monoparentais. Com essa menor proteção familiar, as crianças iriam para as ruas cedo e ficariam mais vulneráveis à influência de infratores ou grupos violentos. Como aponta o capítulo 2 deste livro, realmente houve um aumento da participação das cônjuges femininas no mercado de trabalho. Se em 1980 as mulheres passavam menos de 15 anos em atividade econômica, em 2000, essa média alcança 25 anos. Além disso, o pico de participação feminina passa de 40% nos anos 1980, para 64% em 2000, em ambos os casos em torno dos 35 anos de idade. Tomando como referência as mulheres de 30 anos, em 1980, por volta de 80% eram mães e apenas 35% estavam no mercado de trabalho. Em 2000, quase 80% são mães, porém mais de 60% estão no mercado de trabalho. No entanto, o argumento de que as crianças são deixadas sozinhas perde força pela falta de informações sobre os arranjos familiares para o cuidado dos filhos, quando os pais estão no trabalho, seja por meio de algum parente, vizinho, filho mais velho ou mesmo de creches públicas ou privadas. Além disso, com altas taxas de desemprego, amigos ou parentes desempregados (inclusive pais e mães) podem estar ajudando nessa tarefa.

O quinto fator é a perda de força da religião. Em termos percentuais, ocorreu uma queda no número de pessoas que se declaram religiosas: em 1980, apenas 1,7% não se declarava ou não tinha religião. Em 1991, a proporção chega a 5,1% e, em 2000, a 7,6%. Mas não vai por aí o argumento do autor de que os céticos estariam mais propícios a comportamentos violentos. A hipótese, não comprovada, é de que os meios de controle moral das religiões sobre os fiéis perderam poder de coerção dos atos de violência. Nesse sentido, a religião, principalmente a católica, professada pela maioria da população, estaria exercendo menos influência na vida das pessoas. Aqui também faltam dados para verificar se isso está realmente acontecendo, pois se há aumento do número de pessoas que se declaram sem religião e daquelas que se dizem católicas, mas não seguem rotineiramente os sacramentos e obrigações do catolicismo, como no passado, há também o crescimento no Brasil das igrejas evangélicas e da renovação carismática católica, as quais têm grande preocupação em estabelecer limites e regras para o comportamento dos fiéis, como, por exemplo, em relação ao uso de álcool e drogas.

4.2 Os fatores mesossociais

O segundo grupo de fatores se refere a situações específicas que aumentariam a violência ao fomentar um tipo de comportamento exacerbado. Os três mais importantes seriam: a segregação urbana e maior densidade em áreas pobres, a cultura da masculinidade e o mercado de drogas local.

O sexto fator surgiu com o crescimento da periferia das grandes cidades em um período de crise econômica. Segundo o autor, até os anos 1980, o crescimento da população urbana foi acompanhado pela consolidação das moradias e dos bairros. As moradias com materiais provisórios foram substituídas por casas de alvenaria, com água e instalações elétricas, em ruas e calçadas pavimentadas. Então, três impactos da crise econômica podem ser vistos como subfatores para a violência.

A partir dos anos 1980, os recursos para a manutenção dessas casas na periferia se tornaram escassos com a contração da renda dos moradores, deteriorando o sentimento de progresso vivido por essas pessoas. Outro impacto seria o fato de que o aumento da densidade populacional nessas áreas obrigou muitas famílias a redividir seus lotes ou a aumentar os cômodos das casas para abrigar os novos membros, que já não conseguiam novas áreas para construção das próprias casas. A convivência em um espaço cada vez menor pode gerar mais conflitos entre familiares e vizinhos e como o uso da violência é um instrumento culturalmente legítimo, podem ocorrer agressões físicas graves. O terceiro é que a falta de planejamento urbano e o aumento da densidade nessas áreas produziriam territórios mais facilmente controláveis por grupos criminosos e difíceis para a ação segura e eficiente da polícia.

Nesse caso, Briceño-León define um fator que carrega elementos de outros já construídos: a crise econômica dos anos 1980 e 1990, as expectativas de melhora frustradas e a pobreza urbana. Reúne também, em um mesmo fator, conseqüências psicológicas e ambientais. Numa dimensão, consideram-se as frustrações dos indivíduos que não conseguem repetir a melhoria de vida alcançada pela geração anterior, noutra, a partir de uma perspectiva ecológica, pressupõe-se o aumento da conflitualidade pelo aumento da densidade populacional nos espaços de convivência e, numa terceira, de natureza urbanística, destaca a redução do controle social em áreas onde os meios de circulação se encontram prejudicados.

Já o sétimo fator, a cultura da masculinidade, favoreceria ações violentas e a exposição ao risco. Não evitar o conflito, lutar, arriscar-se, não demonstrar medo aos pares seriam atitudes próprias da masculinidade em contraposição à feminilidade. A violência e a disposição para usá-la seriam instrumentos eficientes na defesa desse "respeito" à virilidade, principalmente na adolescência, período de construção da identidade. Os dados apresentados na primeira parte deste capítulo evidenciam bem a sobremortalidade dos homens jovens em relação aos demais grupos populacionais.

O oitavo fator é o mercado local de drogas e a impunidade. O autor defende que nos anos 1980 houve uma mudança nesse mercado. Os varejistas saíram da

situação de empregados para a de homens de negócios e passaram a assumir eles mesmos os riscos e os lucros pelas vendas aos consumidores. Essa terceirização levou a uma ampliação dos competidores e o aumento ou manutenção das vendas passou a depender da capacidade do vendedor de controlar áreas. Logo a violência torna-se instrumento essencial na conquista e defesa desses territórios.

No Brasil, faltam comprovações sobre essa mudança na forma de pagamento e relacionamento entre atacadistas e varejistas, mas nota-se claramente que nos últimos anos quadrilhas exercem domínio armado sobre territórios e populações, onde possuem "bocas" para vender drogas. Zaluar (1999) trata do "crime-negócio" ou "crime organizado", com estruturas complexas e internacionais, lógica capitalista de acumulação de capital, poder despótico exercido por traficantes armados, aliciamento de jovens com "disposição para matar", execução sumária de traidores, suspeitos de delação e oponentes, pagamento de extorsões praticadas por policiais e relacionamento com o mundo legal dos setores privado e público. Soares (2000) afirma que o tráfico oferece ao adolescente a oportunidade de romper com a exclusão social em que está inserido, pois o acesso a armas e a dinheiro proporciona-lhe reconhecimento, respeito e o fim da "invisibilidade social". Além disso, o tráfico de drogas traz sérias conseqüências para o sistema de justiça criminal: o crescimento dos homicídios aumenta a demanda sobre o sistema; os chefes do tráfico, por meio de subornos, extorsões ou ameaças conseguem se defender das ações da polícia e do Judiciário, e mesmo abrir brechas no sistema disciplinar das prisões; e a alta impunidade, os altos rendimentos da atividade e o poder dos membros das quadrilhas exercem forte atração sobre alguns indivíduos, principalmente adolescentes. Tudo isso acaba por deteriorar o sistema de justiça criminal como um todo.

4.3 Os fatores microssociais

O último grupo é formado pelos fatores que criam facilidades para o comportamento violento ou o torna mais danoso ou letal. O autor indica três: o aumento do número de armas de fogo entre a população, o consumo de álcool e a falta de habilidade para expressar sentimentos.

A maior presença de armas de fogo (nono fator) aumenta o risco de que conflitos interpessoais possam ter desfechos fatais ou graves. A própria possibilidade de o oponente ou a vítima possuir a arma reforça a necessidade de o agressor se armar. No Brasil, segundo dados preliminares do SIM, 70,9% das mortes por homicídio, em 2004, ocorreram com o uso de armas de fogo. Essa é uma das proporções mais altas no mundo, se não a maior (Waiselfisz, 2004).

O décimo fator, consumo excessivo de álcool, costuma-se associar a comportamentos violentos. Nos casos de violência entre casais e contra crianças, a presença dessa droga é freqüente. Em alguns casos, o efeito do álcool reduz a força das normas de comportamento internalizadas pelo indivíduo, as repressões internas e a capacidade de antever as conseqüências dos próprios atos, liberando a agressividade.

O décimo primeiro fator considerado corresponde à inabilidade para expressar verbalmente os sentimentos. Segundo o autor, a dificuldade de algumas pessoas de expressar a raiva em palavras levaria ao uso da violência física, o que não deixa de ser uma forma de comunicar-se. Embora as palavras possam causar danos, são menos prejudiciais ao corpo da vítima e à vida. Além disso, as habilidades para expressar sentimentos e administrar conflitos, por meio de negociação e acordo, precisam ser aprendidas socialmente.

Todos esses fatores, em maior ou menor grau, podem ser usados como elementos para se compor hipóteses a fim de tentar explicar as altas taxas de homicídio encontradas no Brasil atualmente. Um último fator, lembrado por vários pesquisadores que debateram o artigo de Briceño-León (Ramos-Jimenez, 2005; Costa, 2005; Giraldo; García, 2005; Stanley, 2005), que não poderia ser classificado em nenhum dos tipos, porque apresenta várias ramificações é a ausência e a fraqueza do Estado.

Em primeiro lugar, o Estado não garante à população em geral e aos moradores pobres das periferias urbanas, em particular, o mínimo indispensável na área de segurança alimentar, educação, lazer, moradia, segurança pública, trabalho e acesso a bens de consumo, como apontam vários trabalhos, entre eles Cardia, Adorno e Poleto (2003) e Rodrigues (2006). Por isso, a influência de vários fatores elencados anteriormente, não se reduz.

Em segundo lugar, o Estado de Direito está combalido. A alta impunidade impede que a ameaça de sanção atue como um eficiente mecanismo dissuasor de infrações e estimula, ao lado da exposição à violência e da sensação de insegurança, a população a apoiar ações de grupos de extermínio, linchamentos, vigilantismo policial e controle da ação criminosa em bairros e favelas por quadrilhas (Ferreira, 2002). Por outro lado, o próprio Estado desrespeita a lei e estimula a proliferação da violência, quando policiais agem com arbitrariedade e excesso de violência[15] contra suspeitos, infratores e testemunhas de violência policial e quando o Estado descumpre a Lei de Execuções Penais e não garante as mínimas condições de sobrevivência, proteção e socioeducação aos detidos e condenados.

15. Não respeitando os limites impostos pelos princípios da necessidade, proporcionalidade e legalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transições negadas pela violência são um dos mais trágicos acontecimentos que acometem a sociedade brasileira. Nesse período de 20 anos, os homicídios cresceram intensamente e se tornaram um fenômeno mais concentrado entre os jovens do sexo masculino. Nos últimos anos a taxa de homicídios parece estar se estabilizando no país e chegou a cair em alguns estados nos primeiros anos do terceiro milênio (Ipea, 2006). Possivelmente, isso se deu como resultado da queda da desigualdade social (Cerqueira; Lobão, 2003b) em conjunto com a agregação de benefícios do crescimento econômico dos últimos anos (redução de desemprego, aumento da renda) e das políticas públicas, como a expansão do acesso aos programas de transferência de renda e dos benefícios de prestação continuada; a aprovação do Estatuto do Desarmamento e recolhimento de mais de 464 mil armas pela Campanha Nacional de Desarmamento; a urbanização de áreas com altas taxas de homicídio etc. No entanto, ainda há muito o que fazer, mesmo porque as atuais taxas representam um grave problema de saúde e a falta de garantia ao direito à vida.

Partindo-se dos fatores aqui abordados, podem ser discutidas diferentes ações a serem empreendidas no sentido de contribuir para a redução dessa mortalidade violenta, desde uma ação mais objetiva das igrejas pelo controle do comportamento violento dos seus fiéis até uma supervisão maior de pais e responsáveis sobre os jovens, valorizando a comunicação, expurgando a violência como forma de punição e buscando evitar a naturalização do comportamento violento na formação da identidade masculina. No entanto, para efeito dessas considerações finais, cabe concentrar-se em duas principais estratégias, mais vinculadas às ações do Estado: o crescimento econômico e as políticas públicas.

O crescimento econômico pode contribuir para o aumento das oportunidades de emprego e da renda para jovens e famílias com baixíssima renda *per capita* e, ao mesmo tempo, permitir um crescimento dos gastos públicos em prol da mudança dessa situação. Já as políticas públicas, muitas delas já desenvolvidas em algum grau, podem favorecer a assistência econômica às famílias pobres, a inserção de seus integrantes no mercado de trabalho e garantir uma vida em condições acima da indigência. Além disso, podem influenciar na redução dos homicídios a urbanização das áreas que concentram moradias precárias, com acesso aos serviços básicos de saúde, educação, cultura, esportes, lazer, saneamento, transporte público, pavimentação de vias públicas, regularização fundiária, policiamento e repressão ao tráfico de armas e à posse e porte ilegais. A educação é de especial importância por exercer influência fundamental sobre o crescimento econômico e a mobilidade social, além de contribuir para a prevenção do uso e abuso de álcool e demais drogas, educar as crianças para enfrentarem conflitos de forma negociada e não-violenta e

para o combate da naturalização do uso da violência física na formação da identidade masculina. Por fim, cabe ao Estado reformar a ação contra a criminalidade, coordenando os esforços municipais, estaduais e federais, reforçando as políticas preventivas, estabelecendo o policiamento comunitário, reprimindo a violência policial e a corrupção e sanando os problemas do sistema penal.

Na área da justiça criminal e sistema penal, o Estado precisa priorizar a aplicação das penas alternativas, mais eficiente na recuperação do preso e em maior conformidade com a quantidade de recursos públicos que podem ser destinados a essa área; bem como garantir às prisões condições para aplicação de medidas socioeducativas, como a formação profissional e educacional.

No caso do crime organizado, em particular, é preciso rever a política de segurança pública na repressão ao tráfico de drogas. De um lado, o princípio repressivo já abre brechas quando não proíbe a comercialização de drogas que podem facilitar a ocorrência de crimes e acidentes (como o álcool). De outro, a política repressiva no Brasil não parece capaz de reduzir o consumo e a demanda de drogas ilegais (como maconha e cocaína) e tampouco obtém grandes resultados na redução da oferta.[16]

Em relação à crise do Sistema Prisional Brasileiro, há dúvidas sobre a eficiência de se criar normas disciplinares mais rígidas para os presos para evitar que crimes sejam cometidos a partir da prisão. Se as atuais regras, em muitos casos, não são respeitadas – ou pela falta de fiscalização ou pela corrupção –, nada garante que um aparato legal mais repressivo vá suprimir essas falhas. Além disso, a prisão, na sua concepção moderna, foi pensada para restringir o direito de ir e vir e conseguir por meio da disciplina, do trabalho e da educação, reformar o infrator. Quando a disciplina se torna opressiva, ela favorece a revolta, a rebelião e o motim, os quais geram altos custos para a manutenção do sistema prisional e, inviabilizam as ações socioeducativas. Por fim, quando as prisões não garantem condições básicas aos presos – separação por tipo de infrator, segurança contra violência de agentes penitenciários e de outros presos, condições mínimas de saúde, higiene, alimentação e abrigo – as grandes organizações criminosas, pela força e pela proteção oferecida, exercem uma forte atração aos presos que não pertencem a nenhuma rede criminosa.

Assim, ou se adota no Brasil uma política estratégica em prol da segurança pública e da garantia dos direitos sociais ou a matança de jovens, na maioria homens, pobres e negros (Ipea, 2005), não terá fim, sejam eles traficantes de drogas, vítimas de bala perdida ou de um conflito interpessoal, membros de quadrilhas criminosas, policiais ou agentes penitenciários.

16. Não é à toa que as Polícias Militares no país têm investido recursos em programas educionais de "resistência às drogas e à violência".

REFERÊNCIAS

BRICEÑO-LEÓN, R. The author replies. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 6, p. 1.659-1.664, nov./dez. 2005a.

——————. Violencia urbana y salud pública en Latinoamérica: un marco sociológico explicativo. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 6, p. 1.629-1.648, nov./dez. 2005a.

——————. The author replies. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 6, p. 1.659-1.664, nov./dez. 2005b.

CANO, I.; FERREIRA, C. E. Homicídios e evolução demográfica no Brasil: o impacto da evolução demográfica na futura taxa de homicídios e a incidência dos homicídios na pirâmide populacional. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

CANO, I.; SANTOS, N. *Violência letal, renda e desigualdade no Brasil.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.

CARDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. *Estudos Avançados,* v. 17, n. 47, jan./abr. 2003.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. *Determinantes da criminalidade: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos.* Rio de Janeiro: Ipea, 2003a (Texto para discussão, n. 956).

——————. *Condicionantes sociais, poder de polícia e o setor de produção*. Rio de Janeiro, Ipea, 2003b (Texto para discussão, n. 957).

COSTA, L. S. Debate on the paper by Roberto Briceño-León. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 6, p. 1.652-1.653, nov./dez. 2005.

FERREIRA, H. R. S. *Classes populares, polícia e punição*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH-USP, São Paulo, 2002.

GIRALDO, C. A.; GARCIA, H. I. Debate on the paper by Roberto Briceño-León. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n.6, p. 1656-1657, nov./dez., 2005.

IPEA. *Radar Social*. Brasília: Ipea, 2005.

——————. *Radar Social*. Brasília: Ipea, 2006.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* – BIB, Rio de Janeiro, n. 50, p. 43-123, 2º semestre, 2000.

MELLO JORGE, M. H. P. O sistema de informações sobre mortalidade: problemas e propostas para o seu enfrentamento: II – Mortes por causas externas. *Revista Brasileira de Epidemiologia,* v. 5, n. 2, 2002.

MINAYO, M. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, M.; SOUZA, E. (Orgs.). *Violência sob o olhar da saúde:* a infrapolítica da contemporaneidade brasileira, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 23-47.

RAMOS-JIMENEZ, P. Debate on the paper by Roberto Briceño-León. *Cadernos de Saúde Pública*, nov./dez. 2005, v. 21, n. 6, p. 1.651-1.652, nov./dez. 2005.

REZENDE, F.; TAFNER, P. (Eds.). *Brasil: o estado de uma nação.* Brasília: Ipea, 2005.

RIPSA. Rede Interagencial de Informações para a Saúde. *Indicadores básicos de saúde no Brasil:* conceitos e aplicações. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002. 299 p.

RODRIGUES, R. I. *Moradia precária e violência na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ipea, 2006 (Texto para discussão, n. 1.187).

SOARES, L. *Meu casaco de general*: 500 dias no *front* da segurança pública no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STANLEY, R. Debate on the paper by Roberto Briceño-León. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 6, p. 1.658-1.659, nov./dez. 2005.

WAISELFISZ, J. *Mapa da violência IV:* os jovens do Brasil. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

ZALUAR, A. Violência e crime. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, São Paulo: Editora Sumaré: Anpocs; Brasília-DF: Capes, 1999, p. 13-17.

CAPÍTULO 11

CONSIDERAÇÕES FINAIS: TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA OU VIDA ADULTA EM TRANSIÇÃO?

Ana Amélia Camarano
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea

Na introdução deste livro, apresentou-se a sua pergunta principal: "transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?". A colocação dessa questão se deve ao debate posto na literatura sobre a "crise dos jovens" e o adiamento/prolongamento do processo de transição para a vida adulta. Considera-se que esse debate encara a juventude e os seus processos como se fossem desvinculados das demais fases da vida e das transformações pelas quais estas também passam. Como apontado no capítulo 2, transformações em todo o ciclo da vida estão em curso na sociedade brasileira. Transformações estas que atingiram homens e mulheres, os vários grupos étnicos e populações das regiões do país, de formas e ritmos diferenciados. Portanto, assumiu-se que pensar a transição para a vida adulta requer pensar a vida adulta, ou melhor, todo o ciclo da vida. Assumiu-se, também, que incertezas e riscos não são características apenas da juventude, mas fazem parte de toda a vida.

A partir de uma análise que buscou conhecer algumas das trajetórias dos jovens brasileiros, colocam-se diversas questões, tais como: os "problemas" que enfrentam os jovens de hoje no seu processo de transição são inerentes ao processo de transição para a vida adulta? As mudanças experimentadas pela sociedade brasileira foram generalizadas para toda a população ou afetaram de forma diferenciada os jovens? Se sim, de que forma? O que diferencia o jovem no enfrentamento dessas mudanças em relação aos demais segmentos? Por fim, como essas transformações repercutiram nos *timings* da transição: esta se alongou ou se encurtou?

A análise proposta para este livro se inicia, no capítulo 2, apresentando os movimentos em direção aos principais eventos sociais do ciclo da vida. Entre o nascimento e a morte, freqüenta-se a escola, trabalha-se, casa-se, constitui-se o próprio domicílio, têm-se filhos, aposenta-se, envelhece-se e morre-se. Esse é o conjunto de eventos que se espera que os indivíduos experimentem e, de maneira geral, nessa seqüência.

Acredita-se que a mudança mais importante observada no período analisado, de 1980 a 2000, foi o prolongamento da duração da vida, aqui medida pela esperança de vida ao nascer. Este foi acompanhado pela redução da fecundidade. Dito de outra forma, a grande transformação é: nasce menos gente e mais gente vive mais. A redução da mortalidade infantil foi um dos principais determinantes desse prolongamento. Por exemplo, em 1980, de mil crianças nascidas vivas, 898 completavam 15 anos, ou seja, se tornavam jovens. Em 2000, esse número aumentou para 968. Isso, reforçado pela dinâmica da natalidade dos anos 1970, levou a que 47 milhões de brasileiros fossem considerados jovens em 2000.

O aumento da esperança de vida beneficiou homens e mulheres, as populações de todas as regiões do país e todos os grupos étnicos, mas diferentemente. O tradicional diferencial na esperança de vida ao nascer por sexos aumentou. Em 2000, os homens brasileiros viviam aproximadamente nove anos a menos que as mulheres. O aumento neste diferencial é, em grande parte, explicado pelo aumento da mortalidade por causas externas (não naturais), que atinge mais os jovens do sexo masculino, o que foi objeto de estudo do capítulo 10. Entre as causas externas para os óbitos de jovens brasileiros, os homicídios sobressaíram como a principal. Essa mortalidade não só restringiu os ganhos na esperança de vida masculina, mas levou a que 4,5% dos jovens de 15 anos não completassem 30, impedindo-os de viver a totalidade da seqüência de eventos descrita acima, ou melhor, de alcançar a vida adulta. Parafraseando Monteiro Lobato, "viraram hipótese".[1]

O aumento da mortalidade dos jovens brasileiros do sexo masculino é uma tendência contrária à da queda generalizada da mortalidade da população brasileira. Não impediu o crescimento da esperança de vida ao nascer, mas fez com que o incremento fosse menor. É um processo que atinge, principalmente, a população jovem, que é comumente vista como a principal agente e vítima da violência urbana. No entanto, o capítulo 10 aponta para um aumento de mortalidade por esse mesmo grupo de causas para a população menor de 1 ano e para a com idade compreendida entre 30 e 44 anos. Em síntese, particularidades da juventude estão extrapolando esse grupo etário.

Dado que se vive mais, cabe perguntar: como se vive cada fase da vida ou como esse novo tempo é despendido? As principais fases – infância, vida adulta e velhice – continuam marcadas pelos mesmos eventos e a sua seqüência permaneceu praticamente inalterada, tal como explicitada pela personagem Emília, citada na epígrafe deste livro, extraída de obra publicada por Monteiro Lobato em 1936. No caso dos homens, essas fases são claramente delimitadas pelos eventos ligados

1. Ver epígrafe do livro.

ao mercado de trabalho. A vida adulta das mulheres continua sendo definida, principalmente, pelo casamento e pela maternidade, muito embora a sua participação no mercado de trabalho tenha apresentado um grande crescimento e, entre outros fatores, afetado a sua inserção social. Foram observadas mudanças na duração e no *quantum* da participação nesses eventos, provocadas por variações na idade à entrada e/ou à saída.

Tem sido bastante discutido na literatura[2] o aparecimento de uma nova fase na vida, a quarta idade, resultante do aumento da esperança de vida nas idades mais avançadas e da melhoria nas condições de saúde. Na verdade, o que seria novo é uma fase, caracterizada por pessoas que já deixaram o mercado de trabalho, via aposentadoria, e ainda experimentam boas condições de saúde física, mental e cognitiva, que passa a ser a terceira idade. Esta se constitui num prolongamento da vida adulta quando se inicia de forma mais suave e tênue a transição para a última fase, a quarta idade. Inicia-se essa transição com a saída do mercado de trabalho, assim como a transição para a vida adulta começa com a entrada nele.

A freqüência à escola é o papel social mais importante da infância. O que apareceu de novo foi o aumento de crianças freqüentando-a, a antecipação da idade à sua entrada e o adiamento da idade de saída, evento este considerado como o primeiro em direção à vida adulta. Isso resultou no aumento do tempo passado na escola e na consideração de que a juventude estaria se prolongando. É um ponto levantado no capítulo 5 por Madeira, que considera que, à medida que uma sociedade demanda mais qualificação, o espaço de juventude se alonga, pois isso significa um período maior de preparação para a inserção produtiva.

É sabido que o processo de reestruturação econômica e a adoção de novas tecnologias resultam numa dependência cada vez menor de mão-de-obra, mas, ao mesmo tempo, requerem uma qualificação maior da que é absorvida, o que possivelmente explica a continuidade da escolarização após o ingresso no mercado de trabalho. O que se pergunta, portanto, é em que medida a saída mais tarde da escola afetou os demais eventos e, conseqüentemente, o processo de transição. Em 1980, para os jovens do sexo masculino, podia se falar de uma sintonia entre saída de escola e entrada no mercado de trabalho. Assim, a saída mais tardia da escola levaria a se pensar num ingresso mais tardio nas atividades econômicas. O que passou a ocorrer, no entanto, foi que a entrada nessas atividades (para aqueles que entraram) precedeu a saída da escola, o que está associado ao aumento da escolaridade e resultou, entre outros fatores, no crescimento da participação simultânea

2. Ver, por exemplo, Laslett (1996).

na escola e no trabalho. Essa simultaneidade de participação atingiu, inclusive, a população mais velha e extrapolou para outros eventos, como trabalho e aposentadoria.

Também há que se considerar que uma parcela não desprezível, embora decrescente, de jovens que participavam do mercado de trabalho nunca freqüentou a escola. Foram aproximadamente 800 mil em 2000. Para eles, a transição começou pela entrada nas atividades econômicas, ou seja, pularam uma etapa do modelo de transição que aqui se está chamando de tradicional. O capítulo 6 mostra que foi somente no final do século XIX, na França, que a idéia de uma transição entre a condição de estudante para a de trabalhador ganhou sentido social. Isso ocorreu através da obrigatoriedade da escolarização. No Brasil, a obrigatoriedade do antigo ensino primário só foi estabelecida constitucionalmente em 1934 e a sua universalização só foi atingida nos anos 1990. Isso mostra que o que se está chamando aqui de modelo tradicional de transição não é tão tradicional assim. Mais do que isso, sugere que o próprio processo de transição está em transição.

Acredita-se que aceitar a idéia do prolongamento da juventude significa assumir uma seqüência linear dos eventos, em que qualquer alteração possa implicar mudanças no calendário, o que não parece ser verdade. Foi visto em vários capítulos deste livro que o aumento da freqüência à escola estava ocorrendo simultaneamente ao ingresso no mercado de trabalho sem que isso implicasse mudanças no calendário da transição como um todo. Ou seja, com base nesses resultados, mais do que num prolongamento da juventude, pode-se pensar em novas modalidades de transição para a vida adulta provocadas por uma menor sincronia na seqüência de eventos, uma simultaneidade de participação nos vários eventos, bem como uma delimitação mais tênue entre as várias fases da vida.

Se relativamente poucos jovens nunca freqüentaram a escola, um número bem maior saiu dela e não entrou no mercado de trabalho.[3] Ou seja, para alguns jovens, a saída da escola não foi acompanhada nem precedida por uma inserção nas atividades econômicas, o que significa que não trabalhavam nem procuravam trabalho. O capítulo 9 mostra que, nessa categoria, encontravam-se em 2000 aproximadamente 8 milhões de brasileiros de 15 a 29 anos. Grande parte desse segmento, 78%, era constituída por mulheres, cuja maioria estava casada e/ou já tinha tido filhos, ou seja, ingressou na vida adulta pelo caminho da constituição de família. Se se aceitar que a transição da população masculina ocorre apenas via inserção nas atividades econômicas, pois só assim os jovens desse gênero podem auferir um rendimento que os torne independentes de suas famílias de origem,

3. Na verdade, não se sabe se esses jovens nunca entraram ou se entraram e saíram.

permitindo-lhes garantir a sua sobrevivência e constituir suas próprias famílias, pergunta-se como ficam os aproximadamente 2 milhões de homens que não estudavam e não trabalhavam? Estão aguardando melhores oportunidades para o ingresso no mercado de trabalho? As formas de transição estão se alterando? É possível pensar num novo contrato familiar onde o homem deixa de desempenhar o papel de provedor?

O que se observou no capítulo 9 é que 11% dos jovens do sexo masculino nessa condição chefiavam família, proporção crescente no período considerado, e 13% moravam na casa de sogros. Ou seja, de alguma forma já tinham constituído família, o que não aconteceu para 72% deles, que continuavam morando na casa dos pais. Essas proporções são bastante afetadas pela idade, dado o intervalo de 15 a 29 anos ser bastante amplo.

Assume-se que a maior inserção feminina nas atividades econômicas lhes abre novas alternativas de transição. Isso se deve mais a mudanças na inserção social das mulheres como um todo do que a condições específicas da juventude. A participação feminina no mercado de trabalho aumentou consideravelmente e a masculina se reduziu. Foi visto no capítulo 4 que o percentual de mulheres que fizeram a transição via mercado de trabalho quase dobrou. No entanto, cresceu também a proporção de jovens do sexo feminino que fizeram a transição via constituição de família, apesar de continuarem morando na casa dos pais. Estas podem ser mulheres que ainda sairão da casa dos pais após o casamento e a maternidade – processo que se tornou mais freqüente nos 20 anos considerados – ou que retornaram a ela após uma dissolução da união. Isso leva a se perguntar se essa é, também, uma nova modalidade de transição ou uma "dessincronia" no seu processo, o que parece mais provável.

Acredita-se que essa nova modalidade de transição foi provocada pela antecipação da maternidade, que atingiu as mulheres mais jovens e, segundo as autoras do capítulo 8, está resultando em uma transição condensada para a vida adulta. Este, também, não é um fenômeno isolado da juventude atual. Deve ser contextualizado no rol de transformações que afetam não só as mulheres brasileiras: dissociação entre sexualidade e casamento e entre maternidade e casamento. Na verdade, essas mudanças, em conjunto com as separações conjugais, os recasamentos, os não casamentos e os filhos fora do casamento, fazem parte de mudanças nos arranjos familiares em curso em quase todo o mundo, tendo sido consideradas por muitos demógrafos como a "segunda transição demográfica".[4]

4. Ver, por exemplo, Lesthaegue (1995) e Leridon e Villeneuve-Gokalp (1994).

Muitas das transformações experimentadas pela sociedade atual e, em especial, pelas mulheres foram iniciadas por outras juventudes, como a dos anos 1960. Nessa época, as mulheres passaram a freqüentar mais a escola, fizeram a revolução sexual, encurtaram as saias, experimentaram a pílula anticoncepcional, entraram maciçamente no mercado de trabalho, casaram-se e, na vida adulta, descasaram-se, recasaram-se, tiveram filhos fora do casamento e reduziram o número de filhos. Hoje, essas mulheres estão mudando o conceito de velhice, beneficiando-se dos avanços na medicina em geral e, em especial, na cosmetológica. Como salientado por Debert (1999), estão querendo prolongar a juventude, transformá-la de uma fase da vida em uma meta a ser alcançada. Elas experimentam, também, revoluções feitas por outras juventudes, como a nas redes de comunicação. Tornaram-se as avós internautas para poderem acompanhar os seus filhos, os jovens de hoje. Recebem esses jovens e seus filhos em casa, dando suporte na sua "crise". Da mesma forma que os jovens de hoje adotam esse "novo" padrão de comportamento, os novos padrões que eles estão desenhando atualmente poderão vir a afetar a sociedade como um todo.

Já as mudanças no processo de transição dos homens foram menores que as das mulheres. O seu processo foi, em grande parte, afetado por transformações no mundo do trabalho, indicadas, entre outros fatores, pela redução da participação masculina nas atividades econômicas em todas as idades. Por exemplo, enquanto 8% dos jovens não estudavam, não trabalhavam e não procuravam trabalho, o mesmo foi verificado para 10% dos homens de 35 a 49 anos.[5] Essa idade é considerada o ápice da vida produtiva, o que sugere que as mudanças mencionadas tiveram um caráter mais geral, não sendo exclusivas para os jovens. Além disso, foi mostrado no capítulo 2 que os homens reduziram o seu tempo passado na atividade econômica, enquanto as mulheres o aumentaram.

Além da decrescente participação nas atividades econômicas, a inserção dos jovens tem ocorrido de forma cada vez mais precária. Essa precariedade é traduzida, entre outros fatores, pela informalidade e pelo crescimento das taxas de desemprego. Ambos atingiram toda a população economicamente ativa (PEA). Foi apontado no capítulo 6 que, em geral, o ingresso dos jovens nas atividades econômicas segue uma trajetória que se inicia com vínculos ocupacionais mais frágeis e transitórios até o estabelecimento de um vínculo mais duradouro. Mais do que a dificuldade para encontrar emprego, a intermitência na busca de trabalho explica as altas taxas de desemprego dos jovens, embora seja comumente atribuída a essas altas taxas a "crise" dos jovens. Apesar de ser entre os jovens que se encontra a

5. Também não eram aposentados.

maior proporção de desempregados, essa proporção foi ligeiramente menor em 2002, 55,8%, do que em 1992, 58,0%. Ou seja, em primeiro lugar, essa parece mais ser uma característica estrutural da juventude do que um indicador de "crise". Além disso, ao que tudo indica, a população trabalhadora madura foi atingida de forma relativamente mais intensa.

A trajetória de inserção do jovem nas atividades econômicas funcionaria como uma espécie de ensaio e erro rumo ao amadurecimento do trabalhador. Em geral, os indivíduos nessa situação ainda se encontram na casa dos pais, não tendo assumido os compromissos de provedores de uma nova família. Foi visto no capítulo 4 que os jovens de escolaridade mais alta experimentam taxas mais elevadas de desemprego que os de escolaridade mais baixa, provavelmente por serem mais exigentes com a qualidade do emprego a ser assumido e poderem contar mais facilmente com o apoio familiar. Madeira, no capítulo 5, mostra que o trabalho daqueles com escolaridade abaixo do ensino fundamental é menos estável, mesmo entre os indivíduos na fase adulta.

Levanta-se então a questão de se a "incerteza", que é uma característica das trajetórias profissionais dos jovens, hoje atinge os trabalhadores "maduros". Guimarães, no capítulo 6, apresenta uma discussão sobre essa questão fortemente apoiada na literatura. Aponta que a inserção no mercado de trabalho não segue mais um rumo predeterminado e estável, do tipo trabalho em tempo integral, contratos de longa duração, direitos sociais, entre outras características. As mudanças no mundo do trabalho trouxeram para toda a PEA intensas transições entre situações ocupacionais diferenciadas, não mais previsíveis a partir de mecanismos de regulação institucionalizados. As incertezas e os riscos das trajetórias profissionais passaram a ser individualizados e deixaram de ser ultrapassados com a maturidade profissional. A autora, com base na análise do mercado de trabalho paulistano, conclui que a característica predominante desse mercado é a instabilidade. No entanto, esta parece afetar mais os jovens.

À guisa de síntese, pode-se falar que tanto a inserção familiar quanto a laboral, marcas da vida adulta, têm evoluído no sentido de maiores individualização e fragilidade. O casamento era uma instituição que marcava o início do processo de constituição de família, e a sua dissolução ocorria com a morte. Passou a ser uma instituição mais frágil, de duração menor. Não caracteriza mais o início da vida sexual das mulheres nem o espaço institucional da procriação. A sua dissolução perdeu o caráter involuntário (morte) e passou a depender das decisões dos indivíduos. Essa mudança pode ser entendida como uma busca de autonomia, pela vontade dos atores de se libertar das tutelas sociais, e/ou um processo de busca de

liberdade (Torrado, 2006). Por outro lado, a individualização que está em curso no mundo do trabalho não apresenta características de ser um movimento da esfera privada, de busca de liberdades. Segundo Castel (1998), as suas características são de uma individualização produzida pelo desamparo social, ausência de direitos sociais, ou seja, resultado de mudanças na esfera pública.

A preocupação aqui é mais com as perspectivas, que se colocam para os jovens de hoje, de uma inserção adequada na esfera social, na vida adulta, do que no prolongamento ou encurtamento do processo de transição para ela. Apesar das mudanças nesse processo, assume-se que ele passa, necessariamente, pela participação no mercado de trabalho. Algumas perguntas se colocam diante dessa discussão: qual o papel da universalização da educação, uma mudança na esfera pública, em curso no Brasil desde os anos 1990? O aumento da escolaridade *per se* vai ser capaz de garantir uma inserção adequada para os atuais jovens? A forma como o mercado de trabalho vem se reestruturando põe em risco tal movimento de autonomização de *status*, central no ciclo de vida? As novas famílias ou as famílias que os jovens estão constituindo hoje vão continuar podendo desempenhar o seu tradicional papel de apoio nos momentos de crises de seus membros?

Não se têm dúvidas de que a educação é uma condição necessária para o alcance da inserção mencionada. Por outro lado, não é suficiente como foi no passado. Outras variáveis, como a cultura local, entraves institucionais, atitudes preconceituosas com relação a etnia e gênero e, evidentemente, características do mercado de trabalho, interferem no ritmo desse processo. Madeira, no capítulo 5, cita exemplos tanto de países onde o avanço educacional contribuiu expressivamente para essa inserção e para o desenvolvimento socioeconômico, como também de outros onde esses resultados não foram alcançados a despeito do avanço da educação. Por outro lado, quando se fala, como no caso brasileiro, em aumento nos anos de escolaridade da população jovem, deve-se pensar qual o seu conteúdo e qualidade. Como apontado no capítulo 6, uma boa posição no mercado de trabalho depende não só das características do indivíduo e da estrutura e funcionamento desse mercado, mas, também, da forma como estão organizados os sistemas educacionais. Sistemas que oferecem aos jovens uma formação específica, técnica, com terminalidade devem aportar uma contribuição maior para a inserção profissional do que os sistemas que oferecem uma formação generalista. Este último é o modelo predominante no Brasil e tem levado, muitas vezes, o trabalhador a buscar novos diplomas, mais específicos, ou o empregador a oferecer treinamento no posto de trabalho, o que representa custos adicionais para ele.

Dentro dessa preocupação, Madeira destaca, no capítulo 5, a importância da escola técnica de nível médio, concebida para ser uma preparação rápida e

eficiente para o mercado de trabalho, mas que tem resultado, também, em uma progressão para o ensino superior. Cita, por exemplo, que a escola técnica é vista pelas famílias dos grupos de renda mais baixa como uma oportunidade para o jovem prosseguir nos estudos já trabalhando. No entanto, a oferta desse tipo de ensino no Brasil não é grande. Por outro lado, demandam-se estudos aprofundados sobre sua eficiência como porta de entrada para o mercado de trabalho comparativamente ao ensino médio.

Embora tenha crescido muito, segundo Madeira, ainda é baixa a proporção de jovens que têm acesso ao ensino médio. Segundo a autora, somente o ingresso maciço a tal grau assegura o prolongamento da juventude. Cita os exemplos de China, Coréia, Chile e México, onde a proporção de jovens que concluíram o ensino médio e podem, então, aspirar ao nível universitário cresce rapidamente. Em paralelo, as idades médias ao casamento e ao primeiro filho aumentam, prolongando esse período rico de exploração de possibilidades e escolhas e vivência de experiências variadas que é a juventude.

No caso brasileiro, como visto em vários capítulos, a maternidade se antecipou, não obstante o aumento da escolaridade, resultando, como chamado pelas autoras do capítulo 8, em uma transição condensada para a vida adulta. Nas palavras de Madeira, no capítulo 5, significa a redução do momento importante de exploração e experimentação, tanto no campo da afetividade como no da preparação e qualificação para uma inserção mais produtiva e mais bem remunerada no mercado de trabalho. Essa precocidade se deve, segundo Heilborn e Cabral, à antecipação do início da vida sexual, principalmente por parte das meninas, dentro de uma relação de namoro. O que parece estar em curso é que a sociedade aceita a iniciação da sexualidade antes do casamento, mas não se preocupa com a proteção dos jovens no que diz respeito à gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis. A sugestão das autoras é a formulação de uma política de informação que conscientize pais e professores sobre as mudanças de normas e valores da iniciação sexual e complemente o provimento de serviços de planejamento familiar destinados a jovens.

Salienta-se que uma política de planejamento familiar deve ter um caráter mais amplo que apenas o de desestimular a natalidade. Além de incluir a prevenção, também, das doenças sexualmente transmissíveis, deve se pautar pela noção do direito reprodutivo. Deve não só informar, mas também oferecer meios para que as jovens possam tanto fazer uma escolha consciente sobre ter ou não ter filhos como realizar as suas escolhas.

Sem dúvida, uma das grandes mudanças observadas no período, muito discutida neste livro, foi o aumento da escolaridade da população de todas as faixas

etárias, inclusive da idosa. Uma das formas em que esse processo ocorreu foi via participação simultânea em vários eventos. Como citado por Madeira, no capítulo 5, homens e mulheres com mais de 60 anos estão freqüentando a universidade em busca de profissões liberais. Essa participação simultânea torna tênue a delimitação das fases da vida. Por exemplo, a aposentadoria, ou seja, a saída do mercado de trabalho, é tradicionalmente o evento que marca a última fase da vida. No entanto, os dados sugerem que, ainda nessa fase, os indivíduos estão buscando novas formas de inserção no mercado de trabalho.

Entretanto, reafirma-se a preocupação, já levantada várias vezes, sobre se essa ampliação do acesso à escola vai ser suficiente para garantir um processo de transição para a vida adulta que assegure uma inserção social adequada. Já foi várias vezes reconhecido que a participação no mercado de trabalho é uma condição importante. Guimarães, no capítulo 6, cita Hasenbalg (2003): "a transição da escola ao trabalho é parte fundamental do processo de autonomização que leva desde a dependência completa dos pais, na primeira infância, à assunção plena dos papéis sociais de adulto". A preocupação se estende à questão sobre se, em alguma medida, uma inserção no mercado de trabalho mais frágil pode levar à constituição de famílias mais frágeis em termos de vínculos afetivos e vulneráveis em termos econômicos.

As políticas de emprego no Brasil têm se limitado, no geral, a afetar apenas a oferta de trabalho, como nos casos de seguro-desemprego e qualificação profissional, sendo, quase sempre, chamadas de "políticas passivas". Torna-se necessário, portanto, pensar em "políticas ativas", ou seja, políticas que afetam a demanda por trabalho. Incentivo a crédito para projetos com maior potencial gerador de emprego é uma das muitas alternativas que podem afetar a demanda, bem como crédito para setores menos favorecidos (ver Cardoso Jr. et al., 2006). Mais do que isso, uma política de geração de emprego de qualidade deve fazer parte das estratégias de um projeto de crescimento econômico.

Se a redução generalizada da participação masculina nas atividades econômicas vier a se confirmar como uma tendência de mais longo prazo, isso colocará novos parâmetros de trajetórias dos homens para a vida adulta, sinalizando uma complexidade maior desse processo. Algumas mudanças já se fizeram notar. Por exemplo, o capítulo 7 aponta para um crescimento na proporção de homens na condição de cônjuge, condição que não se verificava em 1980. Ou seja, o aumento da chefia feminina de família ou domicílio não tem ocorrido apenas para o caso de mulheres sem companheiro. Na verdade, esse é, também, um processo em curso em toda a sociedade brasileira, considerado como parte da segunda transição

demográfica. Para as mulheres, a perspectiva que se apresenta é a de continuação do aumento da sua participação nas atividades econômicas, o que também levanta outras indagações sobre a sua trajetória para a vida adulta.

O que se pode, portanto, esperar para os jovens do futuro? As tendências demográficas apontam para uma desaceleração no ritmo de crescimento do segmento de jovens, acarretando uma redução da participação desse grupo tanto no total da população quanto na PEA. Isso ocorrerá de forma mais acentuada a partir de 2010. Em 2030, espera-se que a população desse grupo etário alcance valores absolutos próximos aos observados em 2000. Ou seja, esse contingente caminha para uma redução.[6]

Para uma corrente de demógrafos e economistas, essa desaceleração pode ser favorável à melhor inserção dos jovens tanto na escola quanto no mercado de trabalho, diminuindo a "pressão demográfica". No entanto, não se conhece alguma evidência empírica que associe baixas taxas de crescimento populacional a baixas taxas de desemprego. As experiências da Itália e da Espanha são no sentido contrário: baixíssimo crescimento populacional e altíssimas taxas de desemprego. A fecundidade se reduziu muito em quase todos os países em desenvolvimento. No entanto, a pobreza aumentou muito. Não se acredita que exista um tamanho populacional ótimo, porque a população não cai num vácuo social. Uma melhor ou pior inserção dos jovens na vida adulta e social do país vai depender da forma como a sociedade optar por lidar com isso. Em termos de políticas públicas, se se almeja uma inserção mais adequada para a população jovem, isso requer um delineamento das suas prioridades para o bem-estar da população não só de jovens, mas de todas as idades.

Sintetizando, de tudo o que foi visto, reitera-se a importância de entender as transições para as várias fases da vida como processos abertos, sem direcionamentos ou trajetórias rigidamente preestabelecidas, e que estão sempre em movimento. Fala-se de transição para uma vida adulta em transição, ou melhor, fala-se em vidas em transição. Na verdade, transição é movimento e o seu oposto é a morte. Voltando a Emília, personagem de Monteiro Lobato citada na epígrafe deste livro:

> [...] A vida, Senhor Visconde, é um pisca-pisca. A gente nasce, isto é, começa a piscar. Quem pára de piscar, chegou ao fim, morreu. Piscar é abrir e fechar os olhos – viver é isso. [...]

6. Esses são resultados de uma projeção populacional realizada para Tafner (2006).

REFERÊNCIAS

CARDOSO Jr., J. C.; GONZALEZ, R.; STIVALI, M. AMORIM, B; VAZ, F. *Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil:* desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo. Rio de Janeiro: Ipea, 2006 (Texto para discussão, n. 1.237).

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social.* Uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice:* socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1999.

LASLETT, P. *What is old age? Variation over time and between cultures. International studies in demography:* health and mortality among the elderly, issues for assessment. New York: Oxford University Press, 1996.

LERIDON, H.; VILLENEUVE-GOKALP, C. *Constance et inconstances de la famille*. Paris: INED/PUF, 1994 (Travaux et Documents, n. 134).

LESTHAEGUE, R. The second demographic transition in western countries. In: MASON, K. O.; JERSON, A.-M. (Eds.). *Gender and family change in industrialized countries*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

TAFNER, P. (Ed.). *Brasil: o estado de uma nação 2006* – mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

TORRADO, S. Hogares y Familia en América Latina. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 2., 2006, Guadalajara, México. *Anais*... 2006. Trabalho apresentado na seção plenária "Hacia dónde va la población".

Composto em Agaramond 11/13 (texto)
Frutiger 47 (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em papel 90g/m^2
Cartão Supremo 300g/m^2 (capa)
no Rio de Janeiro

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Coordenação
Iranilde Rego

Supervisão
Marcos Hecksher

Revisão
Lucia Duarte Moreira
Alejandro Sainz de Vicuña
Eliezer Moreira
Elisabete de Carvalho Soares
Marcio Alves de Albuquerque
Míriam Nunes da Fonseca
Tamara Sender

Capa
Alessandra Cerqueira Mattos
Camila Guimarães Simas

Editoração
Roberto das Chagas Campos
Alessandra Cerqueira Mattos
Camila Guimarães Simas
Carlos Henrique Santos Vianna
Leandro Daniel Ingelmo (estagiário)

Brasília
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, 9º andar
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5090
Fax: (61) 3315-5314
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

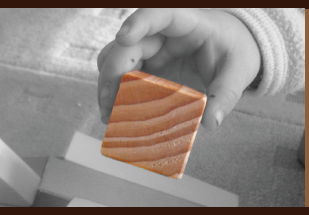
Rio de Janeiro
Av. Nilo Peçanha, 50 – 6º andar (Grupo 609)
20044-900 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 3515-8433
Fax: (21) 3515-8402
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Comitê Editorial

Secretário-Executivo
Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES
9º andar, sala 908
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5406
Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br

Logotipo/slogan de governo removido em observancia ao disposto no art. 40 da Lei n 9.504/1997



A juventude brasileira espelha o Brasil de hoje. Seus dilemas e perspectivas estão inscritos em um tempo que conjuga um acelerado processo de globalização, múltiplas desigualdades sociais, distintas formas de violência física e simbólica, novos padrões de sexualidade e afetividade. Nesse cenário, este livro aceita um desafio bem atual: apreender o que afeta especificamente as/os jovens e o que afeta genericamente toda a população. Indaga-se: mudou o processo de transição ou a vida adulta? Ou ambos? As respostas não descartam o caráter de instabilidade que caracteriza a juventude, em comparação a outras fases do ciclo da vida. Contudo, considerando a sociedade sempre em transformação, apontam para novas modalidades de transição para a vida adulta. Constatar essa diversidade é sua maior contribuição. Ao enfatizar a importância de compreender as atuais vulnerabilidades e potencialidades juvenis – apontando para lógicas diversas, seqüências múltiplas e não-lineares, novos estilos e maneiras de entrar na vida adulta –, as/os autoras/es deste livro contribuem para qualificar o debate sobre políticas públicas de juventude. Isso porque provocar questionamentos e modulações nas imagens dominantes que a sociedade e os governos constroem sobre os percursos de suas juventudes é também abrir novos caminhos de intervenção.

Regina Novaes
Presidente do Conselho Nacional de Juventude

ISBN 85-86170-86-0

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão